

CLAUDIA NEVES DA SILVA

AS AÇÕES ASSISTENCIAIS PROMOVIDAS PELAS  
IGREJAS PENTECOSTAIS NO MUNICÍPIO DE  
LONDRINA  
(1970 – 1990)

ASSIS  
2008

CLAUDIA NEVES DA SILVA

AS AÇÕES ASSISTENCIAIS PROMOVIDAS PELAS  
IGREJAS PENTECOSTAIS NO MUNICÍPIO DE  
LONDRINA  
(1970 – 1990)

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e  
Letras de Assis – UNESP – Universidade  
Estadual Paulista para obtenção do título de  
Doutor em História - Área de Conhecimento:  
História e Sociedade

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr. Sidinei Galli

ASSIS  
2008

## *AGRADECIMENTOS*

*Aos pastores e seus familiares, que me receberam e se mostraram extremamente solícitos às minhas indagações.*

*A minha família, que sempre esteve ao meu lado, mesmo a mil quilômetros de distância.*

*A Arleí, por seus constantes questionamentos.*

*A amiga Cássia e ao amigo Carlos, que me acompanharam nessa empreitada, provocando reflexões e reavaliações.*

*A amiga Dione, por seus incentivos durante essa caminhada.*

*Ao amigo Fernando e a amiga Raquel, que me ensinaram a ler, refletir e interpretar como uma historiadora.*

*Ao professor Sidnei Galli, que acolheu meu projeto de pesquisa, acreditando em sua viabilidade.*

*Aos professores Eduardo Basto de Albuquerque e Paulo Alves pelas valiosas e decisivas contribuições quando da realização do Exame de Qualificação.*

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b>	05
<b>RESUMO</b>	06
<b>ABSTRACT</b>	07
<b>INTRODUÇÃO</b>	09
<b>CAPÍTULO 1 Quando tudo começou</b>	<b>23</b>
1.1 Caridade: um breve panorama historiográfico	24
1.2 O nascimento de novas expressões religiosas	34
1.3 O movimento pentecostal e sua mensagem inovadora	39
1.4 A Teologia Pentecostal	47
1.5 O pentecostalismo e a assistência social	51
<b>CAPÍTULO 2 Londrina: um espaço para o pentecostalismo</b>	<b>68</b>
2.1 Um panorama historiográfico	69
2.2 Londrina: uma breve retrospectiva	74
2.3 A efervescência religiosa	81
<b>CAPÍTULO 3 Igrejas Pentecostais e Assistência Social</b>	<b>121</b>
3.1 História do Tempo Presente	122
3.2 A ação social das Igrejas Históricas	124
3.3 Igrejas Pentecostais: novas respostas para antigos problemas	130
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>164</b>
<b>REFERÊNCIA</b>	<b>170</b>
<b>FONTES</b>	<b>171</b>
<b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA</b>	<b>179</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

UNIFIL – Centro Universitário Filadélfia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ISBL – Instituto e Seminário Bíblico de Londrina

JUBIM – Junta Beneficente da Igreja Missionária

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

CMNP – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná

CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná

ONG – Organização Não-Governamental

CLAUDIA NEVES DA SILVA

AS AÇÕES ASSISTENCIAIS PROMOVIDAS PELAS IGREJAS  
PENTECOSTAIS NO MUNICÍPIO DE LONDRINA  
(1970 – 1990)

TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR

COMISSÃO JULGADORA

Presidente e Orientador: \_\_\_\_\_

Prof.º Dr. Sidinei Galli - UNESP

2º Examinador: \_\_\_\_\_

Prof.º Dr. Leonildo Silveira Campos - UMESP

3º Examinador: \_\_\_\_\_

Prof.º Dr. Ivan Aparecido Manoel - UNESP

4º Examinador: \_\_\_\_\_

Prof.º Dr. Eduardo Basto de Albuquerque - UNESP

5º Examinador: \_\_\_\_\_

Prof.º Dr. Paulo Alves - UEL

Assis, 30 de janeiro de 2008

SILVA, Claudia Neves. As ações assistenciais promovidas pelas Igrejas Pentecostais no Município de Londrina (1970 – 1990). Assis, 2008, 200p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis. Universidade Estadual Paulista.

## RESUMO

Nos últimos anos observa-se o crescimento das manifestações religiosas. A procura incansável por respostas diante do inexplicável, como doença, morte e consolo para as aflições do dia-a-dia, leva homens e mulheres ao encontro de experiências que escapam da esfera terrena e entram no plano do sagrado. Dentre a diversidade de manifestações, o movimento pentecostal ganha a cada ano visibilidade social, possibilitando às igrejas evangélicas pentecostais ocuparem mais e maiores espaços na sociedade brasileira. Algumas dessas igrejas ampliaram seu campo de ação, não limitando suas atividades ao interior do templo e adotando ações diversificadas, como por exemplo, a assistência social. Afinal, muitos de seus membros apresentavam dificuldades de diferentes ordens e era preciso dar uma resposta às suas demandas, seja espiritual ou material. A partir desta constatação, surgiu o interesse de compreender como o aumento do pentecostalismo na sociedade brasileira repercute em diferentes setores, mais especificamente na área da assistência social. Assim, definiu-se como objetivo geral da pesquisa investigar as motivações dos pastores das igrejas pentecostais para desenvolverem atividades assistenciais junto à população carente do Município de Londrina, no período de 1970 a 1990. Foram selecionadas somente as igrejas que fundaram e mantêm instituições assistenciais porque suas ações exigiram organização e planejamento, ou seja, uma compreensão mínima dos trâmites legais e uma concepção minimamente elaborada do significado de assistência social, excluindo, desta forma, aquelas que se limitam à distribuição de cestas básicas, roupas e remédios. Com isto, oito igrejas se enquadraram nos critérios estabelecidos. Para a construção da história dessas igrejas, a pesquisa baseou-se no relato de seus fundadores, tornando-os as principais fontes orais, a fim de compreender o momento que decidiram ir além da oração para o atendimento aos excluídos de bens materiais e serviços sociais da comunidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Londrina, Igrejas Pentecostais, Pobreza, Assistência Social, Direitos Sociais

SILVA, Claudia Neves. As ações assistenciais promovidas pelas Igrejas Pentecostais no Município de Londrina (1970 – 1990). Assis, 2008, 200p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis. Universidade Estadual Paulista.

### **ABSTRACT**

In the last years the growth of the religious manifestations is observed. The tireless search for answers before the inexplicable, as disease, death and comfort for the afflictions of the day by day, takes men and women to the encounter of experiences that they escape from the terrestrial sphere and they enter in the plan of the sacred. Among the diversity of manifestations, the pentecostal movement wins every year social visibility, making possible to the churches evangelical pentecostals occupy more and larger spaces in the Brazilian society. Some of those churches enlarged action field, not limiting their activities to the interior of the temple and adopting diversified actions, as for instance, the social work. After all, many of their members presented difficulties of different orders and it was necessary to give an answer to their demands, be spiritual or material. Starting from this verification, the interest appeared of understanding as the increase of the pentecostalism in the Brazilian society echoes in different sections, more specifically in the area of the social work. Like this, it was defined as general objective of the research to investigate the motivations of the shepherds of the pentecostals churches for us to develop activities close to the lacking population of the Municipal district of Londrina, in the period from 1970 to 1990. It was selected only the churches that founded and they maintain institutions because their actions demanded organization and planning, in other words, a minimum understanding of the legal procedures and a conception elaborated of the meaning of social work, excluding, in this way, those that are limited to the distribution of basic baskets, clothes and medicines. With this, eight churches were selected. For the construction of the history of those churches, the research based on the report of their founders, turning them the main oral sources for such end, in order to understand the moment that they decided to go besides the prayer for the service to the excluded of material goods and the community's social services.

**KEYWORDS:** Londrina, Pentecostals Churches, Poverty, Social Assistance, Social Rights

## INTRODUÇÃO

Nas últimas quatro décadas temos observado o crescimento das manifestações religiosas entre os diferentes estratos sociais das cidades brasileiras. A procura incansável por respostas diante do inexplicável, como dor, doença, morte, e consolo para as aflições do dia-a-dia – desemprego, falta de dinheiro, violência - leva homens e mulheres ao encontro de experiências que escapam à esfera terrena e entram no plano do sagrado.

Dentre a diversidade de manifestações, constata-se que o movimento pentecostal ganha a cada ano visibilidade social, possibilitando às igrejas evangélicas pentecostais ocuparem mais e maiores espaços na sociedade brasileira, obrigando-nos a relativizar paradigmas e preconceitos acerca dessa expressão religiosa com características marcadamente populares, considerada inferior às igrejas freqüentadas pela classe média e até pouco tempo, de menor interesse nas investigações de caráter científico.

Se nos detivermos nos números, verificaremos que o censo demográfico de 2000 revelou que os membros das Igrejas Evangélicas totalizavam 26.184.941, registrando as Igrejas Evangélicas de Missão<sup>1</sup> 6.939.765 fiéis e as Igrejas Evangélicas Pentecostais 17.617.307 fiéis (IBGE, Censo Demográfico, 2000). Esses números representavam cerca de 15,4% do total da população brasileira, que era de 169.872.856 habitantes no período. O censo também revelou que o Estado do Paraná tinha 9.832.025 de habitantes, dos quais 1.766.848 se declaravam evangélicos, ou seja, 18% do total da população paranaense.

Segundo a Organização Não-Governamental Brasil2010, o censo demográfico de 1980 registrava 7.885.846 habitantes que se declaravam evangélicos, ou seja, 6,63% da população brasileira no período. Se comparados com os números atuais, verifica-se que triplicaram os fiéis das igrejas evangélicas e, proporcionalmente, houve um declínio dos que se declararam católicos. Esses números revelam que está ocorrendo lentas e irreversíveis mudanças no campo religioso brasileiro, mais particularmente no sub-campo protestante, o qual apresenta uma infinidade de igrejas divididas em tradicional ou de missão<sup>2</sup>, pentecostal<sup>3</sup> e, há pouco menos de 40 anos, uma nova divisão, que alguns estudiosos da religião denominam de

---

<sup>1</sup>Conforme o IBGE são as seguintes as Igrejas Evangélicas de Missão: Luterana, Presbiterianas do Brasil e Independente, Metodista, Batista, Congregacional e Igreja Adventista.

<sup>2</sup>Utilizaremos as definições igreja protestante histórica e igreja protestante de missão para designar as Igrejas Luterana, Anglicana, Presbiteriana do Brasil, Presbiteriana Independente, Metodista e Batista.

<sup>3</sup>Quando falamos de igreja pentecostal nos referimos a um segmento no interior do sub-campo protestante que prega a conversão, o batismo no Espírito Santo e a aceitação das determinações de Jesus Cristo, adotando uma ética comportamental que prega discipulação no vestir e no agir, mas não leva ao afastamento das questões e situações do mundo material e carnal.

neopentecostal. Constatase que houve uma ampliação de seu espaço social e político; primeiro porque, como seus fiéis são procedentes de variados segmentos sociais, estão presentes em diferentes ocupações profissionais, e, segundo, porque houve uma diversificação de suas ações, não se limitando somente ao interior do templo.

Tendo por objeto histórico a religião, mais especificamente, a história das religiões pentecostais em Londrina, uma indagação logo surgiu: como seria a abordagem historiográfica? Quais seriam seus pressupostos teórico-metodológicos? Como a investigação poderia contribuir para a metodologia de pesquisa e as reflexões na área da história das religiões?

Partimos do princípio de que a história das religiões tem por finalidade investigar e compreender as questões referentes aos fenômenos religiosos que se expressam na esfera coletiva, mas que se constroem e se reelaboram na esfera individual, porque são os seres individuais, imersos em suas crenças, sentimentos, valores e costumes que vivenciam os rituais religiosos no coletivo. Homens e mulheres elaboram suas crenças a partir de seus valores pessoais e subjetivos, de suas condições materiais de existência, da experiência que partilham com seu grupo social, dos conflitos, inseguranças e medos que experimentam em sua religiosidade, ou seja, na forma como se relacionam com o sagrado.

Definir religião é como uma tarefa complexa, porque sua diversidade e a profusão de sentimentos ambivalentes que ela provoca, leva a uma multiplicidade de definições e justificações. Na investigação histórica que nos propomos realizar, caracterizamos religião como um sistema de crenças e práticas legitimado por símbolos que asseguram sua continuidade nos indivíduos e na coletividade, exigindo devoção e compromisso emocional, além de formular e reforçar princípios e valores éticos, cujos fundamentos são justificados no nível do sagrado, porque se encontram em um espaço extra-mundo. Para ancorar nossa definição, isto é, para melhor explicitar a função social da igreja, na qual, ao menos em nossa sociedade ocidental-cristã, vivenciam-se, experimentam-se e moldam-se comportamentos e valores religiosos, buscamos em Bourdieu (2004, p. 33) o fundamento teórico:

A religião contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e de representações cuja estrutura objetivamente fundada em um princípio de divisão política apresenta-se como a estrutura natural-sobrenatural do cosmos.

Em todas as suas manifestações, a religião produz, conserva e garante um ethos e uma quantidade de significados que cada indivíduo tem acerca de sua experiência emocional,

afetiva e espiritual, os quais são reproduzidos nas ações diárias em meio a uma realidade social marcada por conflitos e obstáculos, que por sua vez são produtos e produtores ativos do que ocorre nos demais campos - econômico, político, social e cultural. As crenças e valores religiosos estão fortemente presentes em cada indivíduo, mesmo naqueles que se dizem ateus.

Nascidos e criados em uma sociedade marcada por uma religiosidade com componentes do catolicismo, da umbanda, do candomblé e do ascetismo evangélico, aqueles que se declaram ateus não podem, e muitas vezes não conseguem, abandonar por completo comportamentos e valores que forjaram sua identidade desde a mais tenra idade. São ações que se apresentam sob variadas formas e se repetem cotidianamente, passando despercebidas porque já incorporadas no ethos individual e coletivo: a crença em uma sociedade dicotômica – boa e má, a busca por um paraíso onde haja liberdade, ausência de dor e sofrimento.

Partimos do pressuposto de que a religiosidade, entendida como manifestação pessoal de fé, em uma busca por experiências e valores que transcendam a dimensão material e corporal, dá sentido à existência do indivíduo no mundo e equilíbrio para os diferentes aspectos da vida (social, afetivo, emocional, espiritual), determinando dessa forma, o comportamento e as ações deste indivíduo e mesmo de uma coletividade. Essa religiosidade foi – e ainda é - organizada e administrada por igrejas que se tornaram fontes de poder espiritual e político, influenciando decisões que afetam a todos, mesmo aqueles que se declaram sem religião.

Portanto, ao decidir por investigar a religião e suas manifestações nos comportamentos individuais e nas relações que o indivíduo estabelece com os demais e com as instituições, devemos ter em mente que esta não se encontra em uma esfera isolada da realidade de um dado contexto histórico. Tendo essa premissa como pano de fundo, foi que nos propomos desenvolver uma investigação que assegurasse a compreensão das ações e motivações das igrejas pentecostais na área social, até poucas décadas atrás um campo inexplorado por seus líderes espirituais, haja vista que suas atividades limitavam-se à oração e louvor. Questão que nos exigiu o confronto e a relativização de preconceitos, sentimentos, idealizações e paradigmas externados por tão longo tempo nas manifestações religiosas populares, as quais se consideravam menores porque fundamentadas na emoção e na subjetividade do indivíduo, sem preocupações com a situação concreta de sobrevivência.

Não podemos nos esquecer que quando o historiador seleciona, dentre dezenas de fatos, um deles, na verdade, um fragmento de uma dada realidade, é porque este lhe chamou a atenção, ou por curiosidade científica ou em decorrência de seus valores morais e éticos. O historiador se colocará perante a realidade e seu objeto a partir de uma concepção de mundo

própria, construída ao longo de sua experiência pessoal e espiritual, a partir de convenções e preconceitos estabelecidos por ele e fora dele.

Por esta razão, fazemos nossas as palavras de Gadamer (2003, p. 18) acerca do conhecimento histórico, ou seja, o deve historiador compreender e avaliar suas idéias preconcebidas, tomar consciência de sua existência e confrontá-las; daí nasce a possibilidade de uma interpretação do fenômeno, que é então apreendido em sua totalidade:

[...] um preconceito só pode atuar sobre nós, como preconceito no sentido próprio do termo, enquanto não estivermos suficientemente consciente do mesmo. Mas a descoberta de um preconceito não é possível enquanto ele permanecer simplesmente operante; é preciso de algum modo provocá-lo.

O indivíduo toma consciência de sua historicidade, e isso lhe permite refletir sobre as situações que se deram no passado, sobre como e por que ocorreram e qual o seu significado. A esse comportamento Gadamer (2003) denominou de interpretação. Interpretação de fatos que ocorreram no passado e cujos ecos ainda se ouvem, seja em documentos escritos, seja nas falas dos que os testemunharam ou protagonizaram.

Mas, para interpretar os textos e documentos originados dos fatos que se deram no passado, é necessária uma análise sobre as condições que os originaram, fazendo-os adquirir um significado e não outro.

É necessário buscar as relações escondidas em seu interior, ‘recolocar’ e verificar o contexto em que eles foram produzidos, tentando conhecer o seu significado, incluindo e excluindo do processo de investigação documentos e testemunhos, de acordo com a interpretação que cunhará ao seu material, completando os espaços vazios com inferências e especulações. Assim, é fundamental ir além do que se apresenta: “a fim de descobrir o ‘verdadeiro’ significado que se encontra escondido” (GADAMER, 2003, p. 19).

Nesse sentido, ao selecionar para investigação histórica, dentre tantos fenômenos da contemporaneidade, o crescimento das atividades sócio-assistenciais das igrejas pentecostais entre o período de 1970 a 1990, não o fizemos aleatoriamente ou ao acaso, mas fundamentada em valores e motivações pessoais.

Há o interesse em compreender como o aumento do pentecostalismo na sociedade brasileira, marcada pela presença hegemônica da Igreja Católica, repercute em diferentes setores, mais especificamente na área da assistência social. Área em que predominava a idéia de uma prática caritativa em favor das vítimas do infortúnio e incapazes de manter-se a si e a sua família. Esta concepção de assistência possibilitou ao Estado transferir para a sociedade

civil o atendimento aos excluídos do trabalho, do acesso aos bens, serviços e riquezas da sociedade. Ademais, é uma área sensível aos interesses daqueles que desejam penetrar nos segmentos mais empobrecidos em busca de maior número de colaboradores, seguidores ou eleitores, além de assegurar legitimidade social e espaço político.

Antes de prosseguir, é preciso esclarecer que quando nos referimos à pessoa, família ou grupo social pobre não nos restringimos à idéia de que são indivíduos desprovidos de renda suficiente para adquirir medicamentos, alimentação, vestuário e bens materiais para suas necessidades básicas. Na verdade, ser pobre vai além da dimensão física; e para melhor compreender seu significado, adotamos como base para explicar o que é ser pobre o conceito desenvolvido por Abranches (1987) e Soares (2003) e procuramos elaborar, a partir destes dois pesquisadores, uma definição que se aplica à nossa investigação.

Assim, pobre é a pessoa, família ou grupo social que consome toda a sua energia e tempo na luta pela subsistência, não lhe restando tempo e forças físicas para ajuntar recursos a fim de melhorar as condições de vida. Nesta luta pela sobrevivência, não está envolvida apenas a dimensão física e biológica, a dimensão subjetiva também está presente, como a perda da auto-estima e da própria identidade, a pouca expectativa em relação ao futuro, a fragilização dos laços familiares e sociais, o ressentimento e a apatia diante da desnutrição, da fome, da morte.

Essa privação dos meios de subsistência imposta a homens, mulheres, idosos, adolescentes, crianças e pessoas portadoras de deficiência e a dificuldade, às vezes impossibilidade, de acesso aos serviços sociais: habitação, saúde, educação, lazer, transporte, assistência social, e à infra-estrutura básica (esgoto sanitário, água potável, coleta de lixo), ocasionam dependência de ações emergenciais, de programas assistenciais governamentais e da filantropia privada. Tal situação não nasceu com o modo de produção capitalista, mas agravou-se sobremaneira com a instituição da lógica de uma economia de mercado.

A ação assistencial promovida por diferentes segmentos não se dá somente na atualidade, mas foi fato presente em diferentes momentos históricos, pelo fato de a pobreza e os pobres serem invariavelmente tratados como inimigos da ordem pública e precisarem ser combatidos e controlados, ora pela coerção, ora pela coação. E a assistência material tornou-se um poderoso instrumento de controle social dessa população numerosa e relegada a segundo plano. Como instituição inserida no movimento da realidade, as igrejas também se utilizaram (e continuam se utilizando) da população carente de bens materiais e de apoio espiritual para atender suas próprias demandas.

Seguindo essa linha de investigação, decidimos mostrar, inicialmente, como se dava a prática assistencial das igrejas cristãs junto aos mais pobres da sociedade, e quais eram as motivações teológicas, sociais e políticas que levavam bispos, sacerdotes e leigos a preocupar-se e dedicar-se a estas pessoas. A elaboração desse sintético relato historiográfico se fez necessário para evidenciar que a ação das igrejas cristãs em favor de homens, mulheres, adolescentes e crianças carentes de bens materiais ocorria já nos primeiros séculos da expansão do cristianismo na Europa, por variadas razões. Por conseguinte, a atividade assistencial das igrejas pentecostais representou a continuidade, sob novas bases e motivações, de uma prática que possibilitou aproximar-se daqueles que se encontram abaixo do mínimo indispensável para a sobrevivência.

Tendo como objeto de estudo as atividades sócio-assistenciais das igrejas pentecostais junto à população carente de bens e serviços do município de Londrina, delimitar como recorte temporal o período que vai de 1970 a 1990 para a investigação histórica se justifica porque foi a partir da década de 1970 que se deu um aumento significativo do número de igrejas pentecostais evangélicas, provocando a migração de fiéis das Igrejas Católica e Protestantes Históricas para essas novas denominações religiosas. Com o período mencionado coincide o êxodo de trabalhadores rurais para as cidades em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

A década de 1990 porque foi o período que as igrejas que surgiram em anos anteriores se consolidaram, com o aumento do número de fiéis e a construção e implantação de “filiais” para outros bairros e cidades. Ademais, foi nessa época que algumas dessas igrejas ampliaram seu campo de ação, ou seja, não limitaram suas atividades ao interior do templo – ao culto e ao louvor - e ao rigor ético comportamental, mas adotaram ações diversificadas, como por exemplo, a assistência social. É necessário frisar que muitos membros dessas igrejas apresentavam dificuldades de diferentes ordens e era preciso dar uma resposta às suas demandas, seja espiritual, seja material, sob risco de perdê-lo para outras denominações.

A complexidade do real, modificado por homens e mulheres a partir de suas idéias, necessidades, aspirações, emoções, sentimentos, improvisações diante do medo, da alegria, da dor, da fome, da morte, da vida, nas relações de dominação e subordinação, de resistência e passividade, possibilita um vasto campo de investigação, porque apreende a vida em sua totalidade, ou mais especificamente, apreende as práticas e representações que são geradas e construídas nas estruturas que determinam as condições materiais de existência de um grupo ou classe social; práticas que são produto do que Bourdieu (1983) conceituou como *habitus*, um sistema de disposições permanentes que se encontram no fundamento das ações

organizadoras e regulares de um grupo ou classe social, designando uma maneira de ser ou mesmo uma predisposição ou tendência para uma atividade, “conforme os princípios de uma visão (quase) sistemática do mundo e da existência.”

O *habitus* está na matriz de práticas que são produzidas e reproduzidas cotidianamente por indivíduos e coletividades, assegurando, dessa forma, homogeneidade, harmonia, unidade e regularidade a estas práticas. Tais características, no entanto, não são reconhecidas por estes mesmos indivíduos, porque adquiridas e introjetadas na família, na educação, na escola e reforçadas cotidianamente. Como afirma Bourdieu (1983, p.78-79):

[...] o *habitus* é o produto do trabalho de inculcação e de apropriação necessário para que esses produtos da história coletiva, que são as estruturas objetivas, consigam reproduzir-se, sob a forma de disposições duráveis, em todos os organismos duravelmente submetidos aos mesmos condicionamentos, colocados, portanto, nas mesmas condições materiais de existência.

O domínio de um código comum a todos que pertencem a um grupo terá mais sucesso e durabilidade à medida que encontrar indivíduos condicionados a percebê-los e segui-los, bem como existir concordância entre os *habitus* dos indivíduos. Mais uma vez reproduzimos as palavras de Bourdieu (1983, p.75):

É sua posição presente e passada na estrutura social que os indivíduos, entendidos como pessoas físicas, transportam com eles, em todo tempo e lugar, sob a forma de *habitus*. Os indivíduos ‘vestem’ os *habitus* como hábitos, assim como o hábito faz o monge, isto é, faz a pessoa social, com todas as disposições que são, ao mesmo tempo, marcas da posição social e, portanto, da distância social entre as posições objetivas, entre as pessoas sociais conjunturalmente aproximadas [...] e a reafirmação dessa distância e das condutas exigidas para ‘guardar suas distâncias’ ou para manipulá-las estrategicamente, simbólica ou realmente, reduzi-las [...], aumentá-las ou simplesmente mantê-las [...].

Outrossim, as condições materiais objetivas de homens e mulheres condicionam sua percepção e atitudes diante das situações que acontecem ao seu redor, de sua concepção de vida, de religião, de política, de economia, de cultura. E se nos voltarmos para as igrejas pentecostais, verificaremos que as práticas e representações de seus agentes, ou melhor, seus pastores, diáconos, evangelistas, presbíteros, ajustam-se ao *habitus* do grupo social no qual estão inseridos, produzindo e reproduzindo as “estruturas objetivas das quais são produtos” (BOURDIEU, 1983, p.61) em seus cultos, orações, evangelizações e pregações. Além do que, não podemos nos esquecer que esses pastores e seus ouvintes estão imersos no campo religioso de seu tempo e expressam sentimentos e opiniões de um lugar determinado.

Quando utilizamos a noção de campo estamos mais uma vez utilizando-nos de outro conceito desenvolvido por Bourdieu (2004), que o definiu como o microcosmo no qual estão imersos os agentes sociais e as instituições produtoras, reprodutoras e transmissoras dos saberes, práticas e modos de pensar sujeitos a leis sociais próprias, possuindo relativa autonomia em relação ao macrocosmo, não obstante sofrerem as imposições deste macrocosmo.

Portanto, quando nos referimos a campo religioso estamos falando de um microcosmo no qual estão presentes diferentes religiões e grupos religiosos que estabelecem relações entre si e com os demais, produzindo, transmitindo e reforçando modos de ser, agir e pensar que repercutem em cada indivíduo em particular e na própria comunidade. Em sintonia com o que se dá nos campos social, político e econômico, os quais também produzem e reproduzem saberes e práticas.

Assim, partindo do instrumental de análise desenvolvido por Pierre Bourdieu é que definimos como objetivo geral de nosso estudo investigar as motivações que levaram os pastores das igrejas pentecostais a desenvolver atividades assistenciais junto à população carente do Município de Londrina, no período de 1970 a 1990. Para iniciar o processo de análise das motivações dos pastores, foi fundamental o contato com eles para conhecer sua concepção de missão, a doutrina religiosa e tudo o mais que fundamentam suas ações na área da assistência.

Limitamos o universo da pesquisa aos pastores porque estes, como líderes espirituais, produzem, reproduzem e reforçam práticas, crenças e símbolos religiosos, cuja importância reside no fato de perpetuar convicções e valores. Conforme palavras de Eliade (2001, p.109): “Um símbolo religioso transmite sua mensagem mesmo quando deixa de ser compreendido, *conscientemente*, em sua totalidade, pois um símbolo dirige-se ao ser humano integral, e não apenas à sua inteligência.” E a autoridade do líder espiritual vai além das paredes do templo.

Não incluímos os fiéis em nossos estudos porque estes, em sua prática religiosa, usualmente acatam as orientações de seus líderes espirituais - particularmente no que se refere à ajuda material e espiritual aos mais pobres - assegurando a continuidade da instituição religiosa. Nesse sentido é que afirmamos que a liderança do pastor estará assegurada e será duradoura enquanto transmitir e reproduzir valores que estejam em conformidade com o *habitus* de seus liderados:

A concorrência pelo poder religioso deve sua especificidade ao fato de que seu alvo reside no ‘monopólio do exercício legítimo do poder de modificar em bases duradouras e

em profundidade a prática e a visão do mundo dos leigos', impondo-lhes e inculcando-lhes um '*habitus* religioso' particular [...] (BOURDIEU, 2004, p. 88).

Delimitar o Município de Londrina como local de investigação não restringe a análise que se pretende realizar, pois Londrina, enquanto microcosmo da sociedade brasileira, não está isolada do movimento dialético que se desenrola no todo do real, ao contrário, influencia e sofre influências dos diferentes campos: político, econômico, social, cultural, religioso.

Para realizar nossa investigação, definimos as igrejas que fundaram e mantêm instituições assistenciais e recebem ou já receberam recurso financeiro do poder público, porque suas ações exigiram organização e planejamento de seus pastores, ou seja, uma compreensão mínima dos trâmites legais e uma concepção minimamente elaborada do significado de assistência social, excluindo, desta forma, aquelas que se limitam à distribuição de cestas básicas, roupas e remédios.

Dessa forma, oito igrejas se enquadraram nos critérios estabelecidos: Assembléia de Deus, Assembléia de Deus - Ministério Madureira, Missionária do Brasil, Luz do Mundo, Comunidade Nova Aliança, Casa de Oração para todos os Povos – Ministério Sagradas Missões, Missões Mundiais do Brasil, Comunidade Boas Novas. Três dessas igrejas nasceram no Município de Londrina, uma chegou logo após a fundação do município, outra chegou há pouco mais de 20 anos e as demais estão instaladas em Londrina há mais de três décadas.

Antes de continuar, é preciso ter claro que recuperar a experiência humana que se manifesta sob as mais variadas formas, requer que o historiador selecione os documentos com os quais irá trabalhar – não esquecendo de que ele ou ela parte de interesses e intenções do presente - para realizar sua investigação. As fontes documentais, como atas do Conselho de Pastores, revistas e folders produzidos pelas igrejas, jornais do período em questão tornaram-se importantes instrumentos de coleta de dados. Mas, o principal instrumento foram as fontes orais que nos forneceram as pistas para compreender nosso objeto.

A construção da história de algumas igrejas pentecostais de Londrina passa obrigatoriamente pelo relato de seus fundadores, tornando-os as principais fontes orais para tal fim. Assim, para alcançar o objetivo da investigação que nos propomos a realizar, entrevistamos oito pastores das igrejas pentecostais que criaram instituições assistenciais. Todavia, o pastor que promoveu o crescimento da Igreja Assembléia de Deus - Ministério Madureira chegou a Londrina em 1957 e faleceu em 1980. Por esta razão, entrevistamos seu sobrinho, que veio para a cidade morar com seu tio e é membro dessa igreja desde 1968, e sua esposa, que ajudou na administração da instituição assistencial Dorcas, fundada pela referida

denominação. Também foi entrevistado o atual pastor-presidente desta igreja, já que foi ele quem fechou esta instituição.

Cabe ressaltar que houve a necessidade de entrevistar a esposa do pastor da Igreja Missionária, porque foi co-fundadora da instituição assistencial e seu relato possibilitou maior compreensão de sua história. Dois pastores da Assembléia de Deus foram entrevistados, o mais antigo da denominação e o atual pastor-presidente. Para garantir um mínimo de anonimato, não foram citados os nomes dos pastores, mas apenas o da igreja que pastoreiam.

Nas entrevistas procuramos conhecer a história de fundação e instalação da igreja no município, as dificuldades encontradas e as motivações para se voltarem para a área social, a compreensão da assistência social, da pobreza e dos problemas sociais.

Também foram consultados documentos escritos de algumas igrejas, como um livro e manuscritos dos sobrinhos do fundador da Assembléia de Deus – Ministério Madureira, os quais relatavam a história da instalação da igreja em Londrina; um pequeno livro escrito por um presbítero da Igreja Luz do Mundo, que relata, de forma breve, a história da mesma; um folheto da Igreja Casa de Oração para todos os Povos – Ministério Sagradas Missões, que apresenta, também de forma breve, o histórico de sua fundação. Consultamos ainda trabalhos monográficos de alunos do 3º ano do curso de Teologia da Faculdade Teológica Sul Americana, localizada na cidade de Londrina, as quais trazem algumas informações sobre as igrejas que fazem parte do universo da pesquisa.

É importante destacar que infelizmente não há o hábito de os dirigentes das igrejas evangélicas pentecostais registrarem por escrito a história de suas igrejas. Diante da escassez de relatos escritos, tivemos que nos voltar para o relato oral desses dirigentes-fundadores, procurando compreender e interpretar sua narrativa histórica e seus discursos.

Assistir aos cultos das igrejas que fazem parte do universo da pesquisa fez-se necessário para apreendermos como se dá o comportamento e as atitudes dos fiéis quando se reúnem para celebrar e ouvir a pregação da palavra de Deus pelo pastor. Por meio da técnica da observação participante foi possível captar os gestos e posturas, as expressões faciais e verbais desses fiéis, assim como as manifestações coletivas. As idas aos cultos - entre os meses de fevereiro e setembro de 2007 - foram sempre aos domingos, tido pela grande maioria das igrejas como o dia do culto da família, estando presente número significativo de fiéis.

É no discurso oral que se encontra o intercâmbio das falas, ações, pensamentos, estratégias e intenções de pastores das igrejas, e o acesso e a pesquisa a essas fontes possibilitaram compreender a doutrina e a teologia das denominações religiosas, a

intencionalidade e a especificidade de cada uma delas no que tange aos valores espirituais e morais, a concepção de mundo que é transmitida aos membros das igrejas, bem como sua repercussão nos trabalhos desenvolvidos na área assistencial. Os discursos devem ser compreendidos como representação construída a partir da necessidade de se relacionar com Deus e com a própria comunidade.

Na história contemporânea, ou do tempo presente, os testemunhos, as fontes orais e a história oral tornam-se importantes instrumentais técnicos do método histórico. Até mesmo a subjetividade e as distorções que possam ocorrer nos relatos tornam-se fontes para a pesquisa, porque a memória, coletiva ou individual, expressa determinadas representações e forças sociais de grupos e/ou indivíduos que agem no presente. Assim, nas entrevistas realizadas para construção do que se denomina história oral, é importante que se estabeleça um diálogo entre entrevistador e entrevistado, o que possibilita ao historiador procurar outros caminhos para interpretação do que lhe é apresentado e romper com interpretações baseadas na rígida separação entre pesquisador e seu sujeito de análise. Como afirma LOZANO (2006, p. 16): “A história interessou-se pela ‘oralidade’ na medida em que ela permite obter e desenvolver conhecimentos novos e fundamentar análises históricas com base na criação de fontes inéditas ou novas”.

Para compreender as fontes orais recorreremos à análise de conteúdo, instrumento metodológico de investigação de documentos, escrito, e para o nosso estudo - oral, que objetiva ir além de sua estrutura formal e subjetiva, porquanto é por intermédio destes que se operam e se disseminam as representações e idéias, isto é, a produção ideológica de um grupo ou classe social, porque é no cotidiano que homens e mulheres constroem seus discursos.

Assim, adotamos a representação de análise de conteúdo desenvolvido por Bardin (2003, p.42), que a define como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

A referida autora destaca que existem algumas regras para utilização desse método de análise, desde que não nos esqueçamos de que:

[...] é um método muito empírico, dependente do tipo de ‘fala’ a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretenda como objetivo [...]. A técnica de análise de conteúdo

adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos, tem que ser reinventada a cada momento (BARDIN, 2003, p.31).

Portanto, a técnica tem de ser apropriada para cada texto que é apresentado, ou seja, não deverá ser aplicado um modelo único a todos os documentos, tanto escritos quanto orais.

É preciso definir critérios para sistematizar o conjunto dos tipos de comunicação, bem como realizar inferências em busca dos efeitos do discurso, conhecer suas condições de produção, e estudar e caracterizar essas condições. Enfim, o objetivo da análise de conteúdo é a descrição analítica da mensagem para “evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem” (BARDIN, 2003, p.46).

Conforme a autora, a análise possibilita inferências variadas, tais como variáveis psicológicas do emissor/locutor e receptor/ouvinte e/ou as variáveis sociológicas e culturais: “a análise de conteúdo constitui um bom instrumento de indução para se investigarem as causas (variáveis inferidas) a partir dos efeitos” (BARDIN, 2003, p.137). De acordo com a problemática apresentada, pode ocorrer o inverso, isto é, prever as conseqüências a partir das causas. Portanto, dependerá do objeto a ser investigado e da intenção do pesquisador.

Ademais, esse método de análise comporta algumas técnicas, como a análise categorial, que é o que nos interessa na presente investigação. Esta proposta de análise, segundo Bardin (2003, p. 153):

[...] funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos e simples.

E é a partir dessa perspectiva de análise que pretendemos realizar a partir das entrevistas com os pastores das igrejas pentecostais de Londrina, isto é, desmembrar a entrevista, tendo por base as categorias analíticas, como assistência social, pobreza, religião, teologia pentecostal, e por objetivo a interpretação do conteúdo da mensagem que foi repassada, e, nesse diálogo entre entrevistador/sujeito e entrevistado/parte integrante do universo da pesquisa, buscar as motivações – pessoais, espirituais, políticas, emocionais – que os levaram e as suas igrejas a executar atividades que iam além da oração.

O aspecto principal para o tratamento dos documentos orais é a interpretação dos conteúdos discursivos, à medida que possibilitam desenvolver novos conhecimentos com base em fontes inéditas, considerando a experiência e a subjetividade do entrevistado na análise histórico-social, e não perdendo de vista que a experiência não deve ser compreendida

isoladamente, mas impregnada pelo todo, vale dizer, resultado dos acontecimentos sociais, econômicos, políticos e culturais do período em que os documentos foram elaborados e cujos efeitos ainda se fazem sentir.

Ao interagirem os discursos, em diferentes meios sociais e situações, seu conteúdo é produzido, reproduzido, reelaborado e inovado porque traz em si a manifestação dos valores morais e éticos, princípios e concepção de mundo de seu emissor, assim como expressa uma maneira de ser e de agir produzidas pelo *habitus* de seu grupo social. Portanto, para conhecer as intenções que estão por trás das palavras, isto é, do conteúdo do discurso, é preciso antes, caracterizar as condições políticas, materiais, religiosas e sociais em que ele foi produzido.

Conhecer as motivações e aspirações do dirigente espiritual de uma igreja ao expor seu objetivo para atender as seqüelas da questão social que ‘explodem’ ao seu redor, requer que se vá além das palavras, exige que se compreenda a função social da religião, da própria prática do pastor enquanto mediador entre o que se dá no mundo sobrenatural e o que ocorre no mundo terreno, de sua subjetividade, de seu *habitus* religioso.

Contudo, não se deve esquecer que o discurso dos fundadores será a simbiose do discurso do passado com o discurso do presente, o qual estará impregnado por suas experiências ao longo dos anos e pelas representações sociais e culturais atuais. Se, no momento da fundação da igreja, eles eram considerados homens “comuns”, hoje ocupam posição de direção e têm como capital simbólico a experiência religiosa que lhes confere respeito, credibilidade e credencial para ocuparem o cargo de dirigentes administrativos e espirituais da denominação.

Ao nos lançarmos a investigar as igrejas pentecostais e suas ações na área assistencial, vimos levantar problemas e questões que vão além do campo histórico, visto que, na historiografia, a produção sobre pentecostalismo ainda é recente, e com isto, buscamos, ousadamente, apresentar um novo objeto de investigação para a história das religiões, utilizando-nos para isto do instrumental teórico da Sociologia e da Antropologia para melhor compreender essas novas expressões de ações e solidariedade em favor dos excluídos dos bens, riquezas e serviços da comunidade.

As relações que se estabelecem entre diferentes segmentos sociais exigem um constante “diálogo interdisciplinar” entre as ciências humanas - Sociologia, Antropologia, História - para que se possa compreender, minimamente, as conseqüências destas relações e as mudanças que se dão: suas possíveis causas – resgatando o passado; e suas repercussões – no futuro; no plano individual e no plano coletivo.

Na construção do processo de investigação histórica, o vínculo apaixonado que o pesquisador tem com o seu objeto estabelece uma relação de afeto e fidelidade que produzirá uma nova compreensão, seja de um fato, seja um dado aspecto da realidade. Nesse sentido, há o imperativo de conhecer as fontes – orais e escritas - e, principalmente, ter competência e sensibilidade para manuseá-las. E é o que esperamos ter alcançado ao final deste laborioso, mas agradável e surpreendente de surpresas - estudo.

Movida pelas intenções expressas acima, dividimos o trabalho em três capítulos:

No primeiro capítulo apresentamos um breve resgate histórico de como se deu a assistência material e espiritual das igrejas cristãs aos pobres das cidades, assim como suas concepções de pobreza. A seguir, lançamos um olhar sobre o surgimento do movimento pentecostal nos Estados Unidos e as inovações que a partir daí se sucederam, como a fundação das igrejas pentecostais, sua exportação para todo o continente latino americano, ameaçando a hegemonia da Igreja Católica, até sua chegada ao Brasil, em 1910. Abordamos os princípios da teologia pentecostal e, por último, a concepção desta teologia acerca da assistência material à população carente de bens e serviços sociais.

No segundo capítulo, apresentamos um breve resgate histórico do Município de Londrina, bem como a história das igrejas evangélicas pentecostais que nasceram no município ou aqui se instalaram e desenvolvem ações sócio-assistenciais. A partir de entrevistas com os pastores dessas igrejas, foi possível conhecer as dificuldades e obstáculos encontrados para a instalação de suas igrejas em uma região onde a Igreja Católica detinha – e ainda detém – o monopólio religioso.

No terceiro capítulo, tivemos por objetivo analisar os motivos apresentados pelos pastores das igrejas evangélicas pentecostais para desenvolver ações sócio-assistenciais, apresentando inicialmente as ações das Igrejas Protestantes Históricas na área sócio-assistencial, para em seguida abordar as ações das igrejas pentecostais nesta área. Fundamentamos nossa análise nas falas dos pastores para compreender quais são suas justificativas para promoverem ações no campo assistencial. Para tanto, utilizamos como modelo metodológico a análise de conteúdo.

# CAPÍTULO 1

## QUANDO TUDO COMEÇOU

### 1.1 – Caridade: um breve panorama historiográfico

No horizonte historiográfico em que são investigadas as Igrejas Protestantes Históricas, verifica-se que são recentes os estudos sobre a ascensão das igrejas evangélicas pentecostais no campo religioso, e é justamente neste espaço ainda pouco ocupado que ousamos inserir nossa pesquisa, cuja finalidade é compreender as práticas assistenciais dessas igrejas. Contudo, tal ousadia obrigou-nos a ultrapassar as fronteiras da história e a estabelecer uma interface com outras áreas do conhecimento para a busca de instrumentos teóricos e metodológicos necessários para uma melhor aproximação do objeto, procurando entender as razões que levaram as igrejas pentecostais a desenvolverem atividades que vão além da oração.

Na verdade, a idéia e a ação de ajuda aos excluídos dos bens materiais da sociedade, promovida por uma instituição religiosa já vem de longa data. Se voltarmos a atenção para o cristianismo, verificamos que, desde o início de sua expansão na Europa (século IV), a caridade foi pregada como valor a ser cultivado por quem desejava a salvação eterna.

O discurso cristão acerca da caridade não só teve por fundamento o amor ao próximo em situação de extrema pobreza, mas também teve por finalidade ampliar, fortalecer e legitimar a hegemonia política e econômica dos bispos da Igreja Católica, bem como controlar os pobres<sup>4</sup> que poderiam tornar-se uma perigosa fonte de tensões sociais.

Para maior compreensão da atuação das igrejas cristãs junto à população pobre do continente europeu, recorreremos a alguns pesquisadores que estudaram a Igreja nos séculos iniciais da era cristã, como Quijano (1985), que apresentou em um artigo a análise que fez a partir do estudo do “Libro del Tumbo de la Catedral de León”, de alguns aspectos da

---

<sup>4</sup>A noção de pobre no período em questão foi marcada por diversidade de significados. Por essa razão, para a elaboração do presente capítulo, no qual será abordada brevemente a caridade nos primeiros séculos da era cristã, será considerado pobre o indivíduo que tinha deficiência física, subnutrido, desprovido de condições mínimas de saúde e bens materiais para sua sobrevivência, encontrando-se em uma situação de fragilidade e dependência das pessoas abastadas da comunidade, sendo julgado pelos demais grupos sociais em condição de inferioridade social.

assistência aos pobres e enfermos no período entre 1084 e 1102. A historiadora Silva (2002), também em um artigo publicado, expôs as características significativas da inserção do episcopado hispânico nos núcleos urbanos nos séculos V-VIII; interessam-nos particularmente os que se referem a assistência material aos mais pobres; recorremos ainda a Diniz (2004) que, em sua dissertação de mestrado, estudou “as relações entre as práticas assistenciais e a conjuntura política do reino visigodo nos séculos VI e VII” (DINIZ, 2004, p.5).

Conforme esses autores, a produção historiográfica voltada para a assistência aos pobres no período de expansão do papel social da Igreja na alta Idade Média concentrou-se na Península Ibérica, principalmente a partir do século VI, uma vez que houve uma expressiva produção intelectual dos clérigos daquele período, possibilitando aos historiadores compreender como a sociedade visigoda assistia aos pobres dos aglomerados urbanos.

Ademais, com a realização de diversos concílios, produziu-se um expressivo número de atas, que foram utilizados como fonte para a compreensão da sociedade, pois, como afirma Diniz (2004, p.28), elas “revelam significativas nuances de vários aspectos da sociedade visigoda da época, tais como: economia, relações sociais, moral religiosa”<sup>5</sup>.

A rápida expansão do cristianismo para o Ocidente e a adoção da Igreja Católica como religião oficial do Império Romano, possibilitaram-lhe - leia-se aos bispos - o fortalecimento político com a ingerência em assuntos antes restritos ao poder público do Império, no caso em questão, a assistência material àqueles desprovidos de condições materiais e físicas de sobrevivência. Nesse contexto, a caridade serviu como um instrumento para aliviar as tensões sociais nas cidades, contribuindo para manter uma aparente paz social.

A Igreja tornou-se a mediadora na ajuda de reis, nobres e mesmo de camponeses aos pobres. Cabia a ela distribuir os donativos dos primeiros para os segundos. Por meio de doações constantes, os mais aquinhoados esperavam que fossem atendidos seus pedidos ou obtivessem por intercessão de algum santo, a graça e a remissão de seus pecados, sendo a Igreja a intermediadora nestas invocações, visto ser ela a única a distribuir os sacramentos e com o poder para perdoar os pecados.

Portanto, a assistência ao pobre, ou seja, criança sem família, viúva, peregrino, mendigos, enfermos, eram meios para aqueles que desejavam favores - seja no plano terreno, seja no plano divino - e não um fim propriamente dito (em si mesmo).

---

<sup>5</sup> De acordo com Diniz (2004, p.29), entre os anos de 516 e 572, “período de embate religioso”, ocorreram 08 concílios, e entre os anos de 589 e 694, “época do processo de consolidação da Igreja Nacional e da gotificação da alta hierarquia eclesiástica”, foram 28 concílios.

Nesse sistema de caridade, no qual a igreja era a redistribuidora dos donativos recebidos, os bispos viam crescer seu poder perante os mais pobres, porque tal prática lhes amenizava as necessidades materiais: perante os mais ricos, porque lhes aliviava as necessidades espirituais, e perante o poder público, porque contribuía para amenizar as tensões sociais, por meio do controle e disciplina dos grupos que poderiam ameaçar a ordem estabelecida.

Conforme Silva (2003, p.78), na Hispânia Visigoda do século VI, era cada vez mais reforçada, com o apoio da nobreza e por meio da legislação real, a ação da Igreja junto à população necessitada de ajuda material, reconhecendo-se desta forma, “a responsabilidade da Igreja quanto a assistência das populações carentes expressivamente representadas nos espaços urbanos”.

Nesse período, cabia ao episcopado, além de atender e prestar assistência a todos aqueles que se encontravam em situação de extrema necessidade, a construção e manutenção de hospitais e abrigos para os peregrinos, garantindo a cada dia o crescimento e fortalecimento do poder político e econômico do episcopado entre os habitantes dos centros urbanos. Segundo Silva (2002):

No plano assistencial, os bispos nas cidades tinham a incumbência de proteger, alimentar e abrigar as populações fragilizadas, funções que, a despeito de toda a carga moral e religiosa que pudessem possuir, inegavelmente garantiam-lhes prestígio não só entre os amparados, mas também junto aos grupos poderosos, dos quais, não nos esqueçamos, eram parte integrante.

Como indica o trabalho de Diniz (2004, p.8), o discurso e a prática da caridade no reino visigodo foi “fruto direto da simbiose entre episcopado e monarquia, na medida em que as práticas assistenciais do período assumiram o papel de um significativo instrumento de legitimação e fortalecimento do poder monárquico.”

Também encontramos em Mollat (1989) uma extensa pesquisa na qual ele apresenta e analisa quem eram os pobres da Idade Média e por que eram ou tornaram-se pobres, investigando a evolução da situação de pobreza do século V ao século XV, bem como a assistência material e espiritual que era oferecida a estes pelo clero e pelos habitantes mais abastados da cidade e do campo.

Esse pesquisador inova e torna-se imprescindível para a presente investigação, porque sua obra é uma das poucas que abordam a situação daqueles que não tinham rosto e muito menos voz na Europa da Idade Média, mais especificamente no período que vai do século IV ao século XV, vítimas que eram de situações que não poderiam mudar ou mesmo da qual não

poderiam sair e por isso tornavam-se dependentes dos que se propunham a ajudá-los, mas exigiam em troca a obediência.

As autoridades eclesiásticas classificavam os pobres entre aqueles que realmente eram pobres daqueles que eram considerados vagabundos ou rebeldes, assim como colocavam em campos opostos a pobreza santificante e a pobreza pecadora:

Entre outras heranças bíblicas, a Idade Média recolheu a distinção entre a pobreza ascética e humilde dos ‘anawim’ (‘pobres humildes’) e a noção pessimista da pobreza-castigo do pecado pessoal ou parental, com que os fariseus atormentavam o cego de nascença do evangelho. Virtude em si ou caminho de perfeição? (MOLLAT, 1989, p. 8).

O exercício da caridade tornou-se, com o avanço do cristianismo no continente europeu um monopólio da Igreja. Segundo relato de Mollat (1989, p. 39), o Concílio de Orléans de 511: “determinava que os bispos dedicassem um quarto de seus rendimentos às necessidades dos pobres; de acordo com as decisões do concílio, nas paróquias rurais um terço das oferendas lhes era destinado”. A Igreja mandava os seus bispos e orientava aos fiéis que todos os cristãos deveriam exercitar a caridade, porque o “supérfluo pertenceria ao pobre” e a esmola eliminaria o pecado do doador, qualquer que fosse ele. Foi nessa época que o bispo foi denominado “pai dos pobres”, por conta de sua atividade para aliviar a fragilidade e dependência dos desvalidos e doentes.

Já no século IX, os bispos buscavam equilíbrio entre as determinações dos concílios relativas aos desvalidos que necessitavam de proteção e auxílio material e a pobreza da vida monástica, a qual não era: “um fato fiscal e sim uma ascese, não é virtude em si, mas um modo de enriquecimento pessoal. Assim, a predisposição do monge a compreender o verdadeiro pobre encontrava na regra e no hábito modalidades de ação” (MOLLAT, 1989, p. 46).

Nos séculos XI e XII, os europeus viviam um período de calamidades naturais e de calamidades provocadas pelas mãos humanas. As colheitas não eram suficientes para atender a uma população que crescia a cada ano, fosse pelas secas, epidemias, pela chuva excessiva, pelo frio intenso e prolongado, fosse pelas destruições provocadas por guerras, fatores que levaram à fome e à morte a várias cidades e vilarejos. Por conta dessa situação que ocorreu em várias partes da Europa:

A geração do final do século XII tomou consciência de que a desgraça atingia um número maior de vítimas de modo desigual. Até então, o subdesenvolvimento crônico permitia

que se discernissem os mais pobres, e o hábito da imutabilidade da ordem social normalizava a permanência da pobreza (MOLLAT, 1989, p. 63).

Os mosteiros, as abadias e as igrejas com seus clérigos não conseguiam atender a todos aqueles que a elas recorriam, já que havia uma grande distância entre os recursos disponíveis e a demanda. Todavia, foi nesta época – segunda metade do século XII – que surgiram iniciativas tidas como obras de misericórdia, as quais levaram ao surgimento de “um grande número de fundações hospitalares e outras, para as quais a sociedade inteira contribuiu” (MOLLAT, 1989, p. 95), ao lado da esmola simples, realizada de forma individual ou coletiva.

Os fiéis de algumas paróquias substituíram, em certa medida, as autoridades monásticas na direção dos estabelecimentos assistenciais, como leprosários, hospitais, distribuição de gêneros alimentícios. Também data dessa época o surgimento de confrarias de misericórdia, na função de sociedade de socorro mútuo que atendia tanto no aspecto material como no espiritual, mas limitando sua assistência aos membros da confraria e destinando apenas uma pequena esmola anualmente aos pobres.

Nos séculos XII e XIII, com a rápida difusão das ordens mendicantes, houve uma ampliação da atividade assistencial da Igreja, com destaque para o fato de que essas ordens determinaram que seus frades e conventos vivessem em absoluta pobreza, limitando a posse de bens ao mínimo necessário, vivendo dos trabalhos manuais e da caridade de seus fiéis; ao mesmo tempo deveriam desenvolver uma atividade pastoral, voltada para a pregação e assumir a atenção aos desprovidos de bens como objeto de ação, passando a atuar nos centros urbanos que retomaram, no período, seu crescimento econômico e populacional.

Nesse sentido, Francisco de Assis (1182-1226) e Domingos de Gusmão (1170-1221), fundadores das principais ordens mendicantes, inovaram em suas atitudes e na prática da caridade, porque “declararam o valor do pobre e sua sacralização através do modelo de Cristo” (MOLLAT, 1989, p. 117), em uma sociedade que humilhava e desconsiderava os que eram desprovidos de bens materiais. Ambos trouxeram e implantaram, pela primeira vez, um novo olhar para o pobre, ou seja, passaram a vê-lo por seu valor espiritual e humano, não mais como instrumento de salvação do mais abastado da sociedade.

Essas ordens acabaram por se estabelecer nas cidades, porque não se limitavam a assistir aos desvalidos, mas a todos os moradores das cidades, os quais se sentiam perdidos em uma época de mudanças que afetavam os valores e as tradições:

Os Mendicantes, de um lado, viam no meio urbano onde a pobreza fermentava sobre o império do dinheiro, o território eleito para seu apostolado; e, de outro lado, os cidadãos percebiam mais ou menos confusamente nos Mendicantes uma resposta a suas inquietações morais (MOLLAT, 1989, p. 120).

A novidade trazida pelas ordens mendicantes também estava no fato de que estas possibilitaram a troca entre o princípio da fraternidade, seu aspecto central, e da solidariedade existente no meio urbano, promovendo a “reciprocidade da partilha caridosa da pobreza” (p. 121), bem como uma maior aproximação entre os irmãos mendicantes e o povo pobre. O século XIII testemunhou o nascimento de um sistema regular de esmolas e de casas hospitalares, ao lado de um agravamento da pobreza e da miséria entre os habitantes das cidades e do campo. Não eram apenas os mendigos, andarilhos e doentes que esmolavam, já que uma nova pobreza urbana florescia: “[...] eis que aparece um grupo numeroso de pessoas exercendo um ofício regular, mas insuficiente para permitir-lhes, e a sua família, quando a têm, uma vida decente” (MOLLAT, 1989, p. 159).

Essa situação continuou a perdurar no século XIV que, se por um lado presenciou o desenvolvimento econômico de suas cidades, por outro, viu ampliar a condição de pobreza para as categorias de trabalhadores rurais e urbanos que nasciam no rastro da urbanização e do desenvolvimento, mas não conseguiam sobreviver com o que recebiam.

Com o crescimento da população e das cidades, uma verdadeira “revolução” comercial e tecnológica ocorreu em alguns Estados da Europa, provocando profundas mudanças na economia, na política, na cultura, na religião e nas relações sociais entre trabalhadores da cidade e burguesia ascendente, entre trabalhadores do campo e nobres:

Pela primeira vez técnicas industriais e técnicas de comunicação ultrapassam a técnica agrícola. É o começo de um processo que colocará a indústria no primeiro plano do progresso [...]. A circunavegação da África, o descobrimento da rota das Índias por Vasco da Gama, o da América por Colombo e a volta ao mundo por Magalhães elevaram o nível científico e ampliaram a concepção do mundo na Europa (VILAR, 2000, p. 40-41).

Contudo, as riquezas produzidas não foram usufruídas por todos os homens e mulheres; na verdade, não havia trabalho e alimentos suficientes, pois à medida que a “revolução comercial” avançava pelas principais cidades européias, aumentava o número de pedintes, viúvas, enfermos, crianças sem famílias perambulando pelas suas ruas, representando, para a nobreza e para a pequena burguesia nascente, fonte permanente de tensão social. A Igreja Católica, com o apoio e incentivo desses dois grupos, continuava a ser

a instituição que tinha o monopólio da assistência a essa população carente, criando e administrando hospitais, albergues e os asilos então existentes.

No ano de 1498, a irmã do rei de Portugal, criou, sob influência do frei, seu confessor, a Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia, cujo objetivo era, entre outros, ensinar os ignorantes, punir os malfeitores, visitar os prisioneiros, tratar os doentes, alimentar os famintos, abrigar os pobres. A Santa Casa (como ficou conhecida) em seu início foi além do atendimento aos enfermos, porque organizada em torno das 14 obras de caridade – sete espirituais e sete corporais. Rapidamente espalhou-se por todo o Império Português, tornando-se uma irmandade leiga de poder e prestígio no que se refere à obra de caridade.

Outra atividade assistencial fundamentada na caridade foram as obras assistenciais fundadas pelo padre francês Vicente de Paulo (1581-1660), voltadas para a assistência material e espiritual à população carente residente nas cidades. São práticas que perduram até os dias de hoje, graças a seu grau de organização e sua atenção para com os mais pobres. O padre Vicente de Paulo criou essas obras contando com a ação dos mais abastados. Organizou um grupo de senhoras da nobreza, as Damas de Caridade (atualmente conhecidas como Associação Internacional de Caridades), que ele incentivava a visitar os enfermos nos hospitais para verem de perto a situação de penúria em que estes viviam. Fundou a Congregação das Missões, que nasceu, em 1625, das missões realizadas por ele e por mais cinco outros padres junto aos mais pobres. Fundou também a Congregação das Filhas da Caridade (1633), primeira congregação religiosa feminina a ter vida fora do claustro, cujo objetivo era o serviço aos mais pobres nas paróquias, nos hospitais, nos campos de batalha.

No século XVIII, a Europa ainda era predominantemente rural mesmo nas regiões com tradição urbana. De acordo com Hobsbawn (1982, p. 27):

Fora algumas áreas comerciais e industriais bastante desenvolvidas, seria muito difícil encontrar um grande Estado europeu no qual ao menos quatro de cada cinco habitantes não fossem camponeses. E até mesmo na própria Inglaterra, a população urbana só veio a ultrapassar a população rural pela primeira vez em 1851.

Todavia, essa situação sócio-econômica não significava a existência de uma estagnação populacional e agrícola. Ao contrário, verificou-se uma expansão demográfica com o conseqüente aumento da urbanização, das atividades comerciais e manufatureiras, as quais por sua vez, impulsionavam a melhoria da agricultura. O avanço também se deu no campo científico e das idéias. O iluminismo ganhava força e se disseminava pelos Estados

européus que apresentavam relativo progresso científico e tecnológico; na verdade, destacou Hobsbawn (1982, p. 36-37):

O 'iluminismo', a convicção no progresso do conhecimento humano, na racionalidade, na riqueza e no controle sobre a natureza – de que estava profundamente imbuído o século XVIII – derivou sua força primordialmente do evidente progresso da produção, do comércio e da racionalidade econômica e científica que se acreditava estar associada a ambos.

Tais fatos não levaram à diminuição do grau de pobreza e indigência em que se encontravam os trabalhadores e suas famílias, tanto habitantes das cidades como camponeses, que serviam ao nobre proprietário de terras. Refere ainda Hobsbawn (1982, p. 226-227):

A verdadeira pobreza era pior no campo, e especialmente entre os trabalhadores assalariados que não possuíam propriedades, os trabalhadores rurais domésticos, e, é claro, entre os camponeses ou entre os que viviam da terra infértil [...]. A miséria – a miséria crescente, como pensavam muitos – que chamava tanto a atenção, tão próxima da catástrofe total como a miséria irlandesa, era a das cidades e zonas industriais onde pobres morriam de fome de uma maneira menos passiva e menos oculta.

Também na França, no século XIX surgiu um movimento de fiéis da Igreja Católica liderados pelo estudante de Direito da Sorbonne, Antônio Frederico Ozanam e mais seis amigos, cujo objetivo era ajudar, com recursos materiais, como roupas, alimentos e remédios, as famílias pobres residentes na cidade de Paris, e denominado conferência da caridade, posteriormente, conferência vicentina, porque inspirada no trabalho desenvolvido por São Vicente de Paulo.

Esse movimento leigo vinculado à Igreja Católica, mas não submetido à autoridade eclesiástica, e voltado fundamentalmente para a assistência material e espiritual aos mais carentes, teve rápido crescimento, pois em apenas quatro anos de existência já eram contabilizadas seis conferências em Paris e filiais em cinco cidades: Lyon, Nantes, Rennes, Dijon e Toulouse (SILVA, 1999).

Esse expressivo crescimento se justificaria pelas mudanças ocorridas na França nos campos político, econômico, religioso, social e cultural nesse período, quando a burguesia consolidou sua ascensão ao poder e se deu o nascimento de um "movimento proletário-socialista". De acordo com Hobsbawn (1982, p 129), havia uma grande insatisfação entre os trabalhadores pobres pelo caos econômico que se abatera sobre a Europa. Esta situação de instabilidade e efervescência política promoveu "[...] o aparecimento da classe operária como

uma força política autoconsciente e independente na Grã-Bretanha e na França, e dos movimentos nacionalistas em grande número de países da Europa."

Foi nesse ambiente que se deu o aparecimento de um movimento católico leigo voltado para o atendimento às necessidades materiais daqueles que se encontravam na miséria, e que poderiam vir a se tornar um grupo perigoso para a burguesia que mal havia ascendido ao poder na França, e mesmo para a Igreja Católica, que sofria sérias críticas por parte de seus opositores, no que diz respeito ao seu poder e riqueza.

As conferências de São Vicente de Paulo atingiram, entre 1842 e 1859, 18 países europeus: Itália, Inglaterra, Bélgica, Escócia, Irlanda, Alemanha, Grécia, Holanda, Turquia, Suíça, Áustria, Polônia, Ilha de Malta, Luxemburgo, Dinamarca, Portugal, Iugoslávia e Gibraltar, espalhando-se ainda pela Ásia, a partir de 1852, África, em 1846 e Oceania em 1854 (SUCUPIRA apud SILVA, 1999, p. 50), expressando o sucesso que alcançou entre os fiéis católicos.

O que deve ser destacado nesse breve balanço historiográfico a respeito da caridade cristã é o fato de ela estar assentada na idéia de que teria por função colocar rico e pobre frente a frente, com o propósito de buscar a conciliação e a convivência pacífica, porque havia o receio de que os mais pobres pudessem provocar um levante social, seja no período de retomada do crescimento das cidades, seja na sociedade pós-Revolução Industrial, quando era forte a insatisfação entre os operários, devido as péssimas condições de vida e de trabalho, e os baixíssimos salários.

Como acabamos de descrever, a partir do século XVI a Europa passou por profundas mudanças nos campos político, econômico, cultural, social e acadêmico, com a disseminação entre a elite intelectual de um pensamento filosófico que reinterpretava a existência humana e o mundo com base na razão, tornando o conhecimento mais objetivo em detrimento do pensamento teológico. Como diz Mendonça (1997, p. 61):

Os humanistas descobriram e restauraram os grandes sistemas da filosofia grega desde Platão até os céticos e os cientistas fizeram progredir sobremaneira o conhecimento da natureza. A natureza e o universo eram, até então, em maior ou menor grau, considerados sob o imediato influxo divino, mas agora passavam a ser explicados por causas naturais, a partir das novas leis descobertas.

As descobertas científicas e a divulgação do pensamento iluminista entre amplos setores da população, possibilitou transformar a Europa rural em uma Europa mais urbana e industrial, abalando definitivamente a hegemonia da Igreja Católica.

Foi nesse contexto de grandes mudanças que se deu a eclosão e consolidação de uma teologia divergente da teologia da Igreja Católica. Os chamados reformadores levaram a teologia e liturgia para outros rumos, não priorizando, por exemplo, as ações práticas, ou seja, as obras exteriores - como as obras sociais - mas a necessidade de fortalecimento da fé e da prática religiosa e rejeitando a existência de mediadores na relação entre homem e Deus, bastando a fé para este fim.

Conforme Martinho Lutero (1483-1546), que deu início, involuntariamente à Reforma Protestante, somente a fé na Palavra de Deus tornaria o homem justo e livre e as obras nada mais seriam do que os frutos da fé, tanto para manter o corpo obediente à alma como para ajudar as pessoas na caridade. E somente pela fé os pecados seriam perdoados, e o crente poderia ser justo, verdadeiro, íntegro e cumpridor de todos os mandamentos. A única obra de todos os cristãos seria formar-se por meio da Palavra, praticando e fortalecendo assim a fé. E a fé faria com que o cristão fosse elevado acima de todas as coisas, tornando-o (no sentido espiritual) senhor de todas elas, já que nada poderia afetá-lo “no caminho da bem-aventurança”.

João Calvino (1509-1564), outro importante reformador que lançou as bases doutrinárias para os diferentes movimentos religiosos que se espalharam pela Europa, rompendo com a influência política e religiosa da Igreja Católica, difundiu a idéia da soberania de Deus em todos os atos da vida cotidiana de homens e mulheres da sociedade. De acordo com essa nova teologia, homem e mulher não seriam um ser santo, mas Deus derramaria sua santidade sobre todos eles. A Escritura ensinaria que a santidade seria o fim de toda a vocação, e a perfeição seria conquistada quando, despojados da debilidade da carne, o homem seria plenamente admitido na companhia de Deus.

O princípio da regra de Deus seria a obrigação dos fiéis de oferecer seu corpo a Deus em “sacrifício vivo, santo, agradável”. O primeiro passo deveria ser o homem negar a si mesmo, para aplicar todo o seu conhecimento a serviço de Deus. Essa teologia determina que a razão ceda, se sujeite e se deixe governar pelo Espírito Santo, para que o homem já não viva, senão que seja Cristo quem viva e reine nele.

Essas novas idéias, conflitando frontalmente com a teologia católica, disseminaram-se pelos principais centros comerciais, industriais e intelectuais da Europa, rompendo com o pensamento hegemônico católico e promovendo o nascimento de novas correntes religiosas, em um momento em que a Europa era sacudida em todos os campos: econômico, político, social e intelectual.

## 1.2 – O nascimento de novas expressões religiosas

Foi com base nos primeiros reformadores e em suas idéias inovadoras que nasceram e se solidificaram diversos movimentos religiosos, como o pietismo, o puritanismo e o metodismo, que, por sua vez, deu origem e fundamentou a teologia e a doutrina do movimento pentecostal, nascido nos Estados Unidos, no século XIX.

No intuito de compreendermos a dinâmica do movimento pentecostal que provocou um novo despertar para a religião e religiosidade da sociedade brasileira, recorreremos a estudiosos da religião que analisaram a presença e a atuação das igrejas protestantes no Brasil. Suas origens remontam ao movimento pietista, que nasceu na Alemanha por volta de 1675, com a publicação da obra *Pio Desideria*, de Philipp Jakob Spener, com o propósito, segundo ele, de reavivar a fé deixada de lado por conta de um intelectualismo que crescia na Igreja Luterana Alemã, e se espalhou por alguns países da Europa. Entre suas principais propostas, estão as seguintes:

Divulgar a palavra de Deus entre o povo com maior abundância [...]. Além de assistirem às pregações nos cultos, os cristãos devem intensificar a leitura da Bíblia nas famílias [...]. Restabelecer e praticar assiduamente o sacerdócio universal de todos os crentes [...]. Preguar com insistência que o cristianismo não consiste em conhecimentos sobre a fé, e, sim, na prática do amor que nasce da fé. Moderação nas controvérsias confessionais [...]. Reforma da formação teológica. Os futuros pastores devem ser orientados para a vivência da fé [...]. Os pastores devem acentuar o ‘cerne do cristianismo’, os frutos da fé, mais do que a doutrina [...]. (FISCHER, 1996, p.17-18)

O movimento pietista, que pretendeu ser uma continuação da Reforma, ultrapassou as fronteiras da Alemanha, alcançando a Dinamarca, Holanda e América do Norte. Na Inglaterra, o pregador anglicano John Wesley (1703-1791) apropriou-se de alguns elementos do pietismo e das idéias de Tiago Armínio<sup>6</sup>, incorporando-os aos seus ideais de vida cristã e à sua teologia. Para Wesley “Deus, pela sua graça, oferece a todos os homens a obra expiatória de Cristo, pela fé e num ato voluntário, o homem aceita ou se apropria dessa oferta e é justificado”.

Nessa perspectiva, o homem procuraria viver de modo a ser digno das promessas e sacrifício de Jesus, santificando-se cada dia mais. Como indica Weber (2004, p. 127):

---

<sup>6</sup> Tiago Armínio (1560-1609), pastor e teólogo calvinista holandês pregava que o homem tinha a liberdade de escolher entre a bênção e a maldição, cooperando e participando para sua salvação, o que o afastou da doutrina da predestinação de Calvino (Mendonça, 1997).

Segundo a doutrina de Wesley, a qual representa não só uma radicalização conseqüente da doutrina da santificação, mas também um desvio decisivo de sua versão ortodoxa, quem dessa forma renasce ou se regenera é capaz de obter já nesta vida, por força do efeito da graça sobre si, a consciência da 'perfeição' no sentido de ausência de pecado, através de um segundo processo interior, que de regra acontece à parte e não raro de improviso: a santificação.

Suas idéias justificavam e favoreciam o individualismo, a piedade e o desempenho pessoal em um período em que o Renascimento e a revolução comercial e industrial provocaram profundas mudanças na economia, na política e na área social.

Essa teologia facilitou a inserção dos homens nas novas relações que se estabeleciam no mundo do trabalho e na sociedade, que conheceu um lento, mas irreversível processo de urbanização, com o surgimento e instalação das fábricas nas cidades, transformando-se as relações sociais. Se antes havia uma relação pessoal entre o mestre de ofício e os aprendizes das corporações, com a transformação da produção da forma artesanal e corporativa para a produção industrial em maior escala, a relação passou a ser entre os proprietários dos meios de produção e aqueles que vendiam sua força de trabalho.

Utilizamo-nos das palavras de Mendonça (1997, p. 89) que resumiu o que se deu no período:

Converter-se é enquadrar-se da melhor maneira nas regras e estruturas deste mundo, que é o melhor possível enquanto se espera a vinda do reino da perfeição, o reino a-histórico de Deus. Para os pobres é assim, enquanto para os poderosos o reino de Deus, seja em que tempo for, antes ou depois da 'Parousia', não é coisa que interesse muito.

A intenção de John Wesley não era criar uma nova igreja, assim como Lutero e Calvino também não tinham essa intenção, mas reformular aspectos teológicos e litúrgicos. No entanto, suas idéias e maneira de pregar inovadora, desagradaram a Igreja Anglicana. Novos tempos, nova doutrina.

Sua teologia se expandiu para os Estados Unidos, junto com a grande leva de emigrantes ingleses que lá aportaram, em busca de novas oportunidades de vida e trabalho. No século XVII, mais especificamente em 1607, chegaram os primeiros protestante, fiéis da Igreja Anglicana, na América do Norte. Cabe destacar que também os puritanos ingleses que para lá fugiram, vítimas de perseguição religiosa intensa na Inglaterra, marcaram profundamente o protestantismo norte-americano.

Ainda conforme a exposição de Mendonça (1995), o puritanismo é um modo de viver, de ser e perceber os seres humanos a partir da fé religiosa. Uma vida pessoal fundamentada na

fé e na disposição de seguir pelo caminho íngreme, estreito e penoso que levaria a Deus, segundo suas idéias. Caminho escolhido, todavia, por livre e espontânea vontade do cristão, que poderia ter escolhido o caminho largo e alegre, mas que levaria ao sofrimento eterno na Cidade da Destruição. O cristão deve, portanto, levar uma vida dedicada a Deus, longe dos prazeres mundanos, se deseja a salvação.

Como se pode perceber, e Mendonça (1995) destacou essa questão, os valores do puritanismo vinham ao encontro das necessidades da nova ordem social, política e econômica que estava sendo construída, ou seja, a valorização do indivíduo e sua liberdade de ir e vir, de propriedade, de religião e de opinião. Valores que foram levados junto com os emigrantes para a nova terra prometida, a América do Norte.

A presença do protestantismo de influência puritana, que pregava uma vida (individual e coletiva) cristã e de forte espiritualidade, severa nos costumes e uma igreja mais evangélica, isto é, mais pura e espiritual, está na base da construção da identidade norte-americana (assim como a Católica está presente na construção da identidade brasileira), atendendo, portanto, aos anseios, interesses e necessidades de uma sociedade que estava em plena formação.

Mendonça (1995), em seu texto, argumenta que, com o passar do tempo, houve um enfraquecimento do puritanismo na colônia inglesa, motivada por questões como a Guerra da Independência e o crescimento do secularismo, por questões teológicas, que sustentavam a incapacidade de o homem aproximar-se de Deus, e ainda por questões disciplinares, que exigiam do crente experiência e prática religiosa para ser admitido como membro da igreja.

Tal enfraquecimento levou pastores e fieis a procurarem um novo despertar da fé, com a conversão e o arrependimento dos seus pecados, aumento da fé em Jesus Cristo, crença na soberania de Deus e ênfase no contato direto com Deus, sem mediador, seja ele padre, pastor ou santo. E teve início em meados do século XVIII, os movimentos de avivamento, que se espalharam pelos grupos religiosos, principalmente presbiterianos e congregacionais, localizados em áreas urbanas, próximas ao litoral.

O Grande Despertar, como ficou conhecido, trouxe a conversão de muitos, com o aumento do número de membros das igrejas e possibilitou o surgimento de novas igrejas, de acordo com Paiva<sup>7</sup> (2003, p.56):

[...] o ‘Grande Despertar’ vai re-enfatizar a igualdade espiritual da ética protestante, mas dessa vez para brancos e negros; vai fornecer nova base para a necessidade de

---

<sup>7</sup> Ângela Randolpho Paiva (2003) escreveu uma tese, transformada em livro, no qual apresenta as diferenças culturais na construção das cidadanias brasileiras e norte-americana, ambas tendo por princípios valores da Igreja Católica e das Igrejas Protestantes, respectivamente.

compartilhar as experiências religiosas, que vai ser gradualmente mais bem traduzida pelas seitas batista e metodista; e vai ainda reconhecer o problema racial na sociedade americana pela primeira vez.

Na esfera política, muito contribuiu para a independência dos Estados Unidos, visto que havia o temor, entre esses presbiterianos e congregacionalistas, de que a Inglaterra impusesse a Igreja Anglicana como igreja oficial da colônia. Ademais, conforme Paiva (2003, p.55), possibilitou “uma guinada da ética puritana em direção a um maior engajamento na vida mundana, pois passa a ser importante a ‘experiência’ da fé em detrimento da visão dogmática calvinista.”

Foi o início de uma crescente participação dos fieis na vida social e política da nação. Porém, com o passar dos anos, mais uma vez houve um arrefecimento desse fervor religioso, ao mesmo tempo que o metodismo penetrava de forma decisiva na América do Norte. Reforçando a conversão com a renúncia aos prazeres mundanos e valorização da experiência religiosa, a teologia de J. Wesley expandiu-se na esteira da colonização do Sudoeste americano. Além disso, o metodismo espalhou-se ao longo da fronteira por conta de uma prática religiosa informal, uma teologia com características emotivas, com seus pregadores leigos convidando todos aqueles que gostariam de aceitar o amor de Jesus a transformar sua vida, buscar a santificação e viver de modo a agradá-lo (MENDONÇA, 1995).

Corten (1995, p. 52-53) igualmente registra o aspecto emocional do metodismo:

É um movimento de evangelização que queria compartilhar a ‘santa emoção’ que se sente. O metodismo é proselitismo. O apelo à santificação é um apelo a uma participação contínua, uma participação que não se limita ao momento de fervor da justificação e da ‘conversão’. O metodismo é um método de recurso à prece, é um método de uso da emoção.

Nas décadas seguintes do século XIX, um novo reavivamento foi causa do surgimento de várias denominações. A década de 1850 presenciou o que ficou conhecido como o Segundo Grande Despertar. A pregação de ministros e leigos centrava-se principalmente na “descida do Espírito Santo” e no combate aos vícios e prazeres mundanos. Esse segundo reavivamento levou fiéis à busca da santificação, com mudanças para uma vida segundo a ética protestante que permeava todas as esferas da vida, pois conforme Paiva (2003, p. 55): “[...] o fiel passou a ter uma percepção ainda maior da necessidade de provar sua fé na vida cotidiana, uma vez que tinha de estar em condições de ser salvo no dia do juízo final.”

A pregação nas diversas denominações reforçava a busca da santificação, isto é, da perfeição, porquanto ao conhecer e aceitar Cristo, o homem controlaria seus desejos,

buscando aperfeiçoar-se a si e a própria comunidade em que participava. Portanto, todos os homens, sem distinção, poderiam santificar-se, já que é responsável por sua vontade. Como relata Paiva (2003, p.77) “essa nova disposição trouxe como consequência um maior envolvimento do fiel nas outras esferas da vida, passando a haver uma nova ética de responsabilidade acoplada à ética da convicção, pois a salvação devia ser também alcançada no plano coletivo”.

Essa teologia baseada no avivamento e no aspecto social se propagou pelas denominações, levando-as a formar sociedades missionárias interdenominacionais, organizações voluntárias voltadas para a educação religiosa, a promoção da saúde, a distribuição de bíblias e para as missões nacionais e internacionais que prestavam assistência religiosa, cujo objetivo era a disseminação da mensagem do Evangelho às regiões e povos que estavam sendo colonizados. Assim, ao lado da expansão comercial e política para a América Latina, Ásia e África, estava presente a religião, porque se acreditava que salvar da maldição aqueles que não conheciam Jesus levava-os a uma mudança de vida, com o abandono dos prazeres mundanos, o fortalecimento da fé e a dedicação ao trabalho, levando-os, conseqüentemente, à santificação.

De acordo com Mendonça (1995), os norte-americanos (protestantes-metodistas-puritanos) estavam convictos de que Deus os destinara à missão de levar a redenção moral, política e religiosa aos povos considerados atrasados e fracos na fé cristã, leia-se protestante. Ao seu lado na empreitada expansionista, também estavam os ingleses, importantes aliados na divulgação dos ideais puritano-metodistas.

A partir do Segundo Grande Despertar, o avivalismo, também conhecido como movimento de santidade (holiness), justamente porque significaria a busca, pelo fiel, de sua santidade por meio da experiência religiosa, generalizou-se por entre as diversas denominações, contribuindo para o nascimento de um novo movimento, o pentecostalismo. Com esse movimento, fortaleceu-se a idéia de que a santidade, segunda obra da graça de Deus, se diferenciaria da justificação, já que a vida do crente seria santificada em decorrência de uma bênção do Espírito Santo, que viria por meio do batismo.

Porém, somente a partir da divulgação dos ensinamentos do pregador metodista Charles Fox Parham, o batismo do Espírito Santo seria evidenciado com a manifestação do falar em línguas – que comprovaria um contato íntimo com Deus - ocupando, a partir desse momento, a vida do converso e dando-lhe um novo sentido para a vida pessoal e cotidiana, em um meio social adverso, excludente e conturbado, porque foi nos segmentos sociais mais

empobrecidos e esquecidos da sociedade que o movimento de santidade floresceu e se expandiu.

### 1.3 - O movimento pentecostal e sua mensagem inovadora

Como a narrativa acerca do surgimento e evolução do movimento pentecostal, tanto nos EUA como no Brasil, apresenta poucas variações, recorreu-se a alguns pesquisadores da religião para elaboração desse subitem<sup>8</sup>. Há uma certa concordância entre estes estudiosos para considerar os fatos ocorridos na Escola Bíblica Betel, localizada em Topeka, Kansas – EUA, como o início desse movimento. Seu fundador, Charles Fox Parham, influenciado pelo movimento de santidade, passou a ensinar que o batismo no Espírito Santo deveria ser acompanhado do falar em línguas, iniciando assim um empreendimento de busca da plenitude e força do Espírito Santo. Em 1901, liderando um grupo de alunos, entraram em êxtase e falaram em “estranhas línguas” como testemunharam depois.

Tal experiência foi levada por esses alunos para outras dezenas de igrejas da região e de outros Estados norte-americanos. Entre eles, estava Willian J. Seymour, ex-garçon, filho de escravos libertos e pastor da Igreja Batista. Se o movimento de busca pela plenitude do Espírito, iniciado por Parham fora pequeno e localizado, o iniciado por Seymour alcançou proporções nacionais e internacionais.

Em 1906, convidado por uma pastora de uma *igreja holiness* a exercer o pastorado em Los Angeles, grande metrópole com pessoas vinda de várias partes dos EUA e do mundo, Seymour pregou a mensagem do avivamento espiritual e o batismo do Espírito Santo em igrejas tradicionais, divulgando esta experiência, cujo aspecto mais importante era o falar em línguas – a glossolalia – evidência do batismo do Espírito Santo, como o que se deu no dia de Pentecoste, descrito no Novo Testamento (Atos dos Apóstolos 2, 1-13).

Mas, como sua pregação não fora bem vista nas igrejas, passou a se reunir na casa daqueles que o acolhiam. Diante do aumento da procura por sua mensagem, Seymour e seu grupo “alugaram um antigo templo que pertencera à Igreja Metodista Episcopal Africana” (CAMPOS, 1996, p.82), localizado na Azusa Street, 312 – Los Angeles. Lá, fundou a Missão

---

<sup>8</sup>CAMPOS, L.S. Protestantismo histórico e pentecostalismo no Brasil: aproximações e conflitos. In: *Na força do espírito: os pentecostais na América Latina: um desafio às igrejas históricas*. AIPPRAL: São Paulo, 1996. p. 77-118; FRESTON, P. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p.67 – 159.

Evangélica da Fé Apostólica, que se tornou o centro irradiador do movimento de avivamento espiritual, mais conhecido como movimento pentecostal, espalhando-se para várias cidades e países.

Além da mensagem inovadora, um outro dado importante foi o fato desse movimento ter trazido maior abertura para os segmentos carentes de bens materiais no interior das denominações que surgiam, pois Seymour também aceitava e estimulava a presença de mulheres e negros na liderança de uma igreja, situação que até então não ocorria nas Igrejas Protestantes Históricas, muito menos na Católica.

No início, a principal característica do movimento pentecostal era a expectativa da volta iminente de Jesus Cristo. Pastores e missionários estavam preocupados em divulgar a palavra de Deus, não em criar e estruturar igrejas. Todavia, com a não-concretização do advento de Cristo, a glossolalia, então uma simples confirmação da iminência do fim, tornou-se central na liturgia e teologia pentecostal, já que era o sinal de que o crente estava batizado no Espírito Santo.

A rápida expansão dessa nova mensagem religiosa por diversas cidades, por diferentes e distantes países, dando origem a centenas de igrejas e tendo a glossolalia como aspecto central, se deu principalmente entre os estratos sociais mais empobrecidos da sociedade, justamente porque aceitava e tratava como iguais, aqueles que não tinham assento e voz nas Igrejas Históricas e Católica.

Nas igrejas pentecostais que surgiam, não era o negro ou o operário ou a empregada doméstica que falava, mas o batizado no Espírito Santo que falava em línguas e era ouvido e aceito pelos demais. Jesus Cristo e o Espírito Santo não faziam distinção de classe social, cor e sexo. Ele era acessível a todos, bastava acreditar em seu poder. Também contribuíram para a propagação da mensagem pentecostal além das fronteiras norte-americanas, não só os missionários das igrejas históricas e holiness, que saíram pelas Américas, África e Ásia e mantendo contatos com a pátria, tomaram conhecimento da nova experiência religiosa, mas também o que emigraram para os EUA e contatando-se com seus países de origem, davam-lhes a conhecer uma nova forma de experimentar a palavra de Deus.

No Brasil, sua expansão iniciou-se em 1910, com a chegada de Luigi Francescon à cidade de São Paulo, onde fundou a primeira igreja pentecostal no Brasil. Para entender o surgimento e crescimento de uma diversidade de denominações religiosas no Brasil, resgatamos de Freston (1996) seu modelo explicativo: a metáfora de ondas, por meio da qual divide a renovação pentecostal brasileira em três ondas, expondo para cada movimento da mesma, as práticas rituais, as crenças e os mitos das denominações surgidas e o contexto

sócio-histórico do período. Por essa razão, acreditamos que sua tipologia é a que melhor define e explica esse aumento e diversificação das igrejas pentecostais entre os cristãos brasileiros.

Luigi Francescon nasceu em uma família católica e migrou, em 1890, para Chicago, onde se converteu ao protestantismo e participou da fundação da Igreja Presbiteriana Italiana, em 1892. Após a descoberta da mensagem pentecostal (1908), pusera-se a viajar com outro convertido, G. Lombardi. Em janeiro de 1910 estiveram em Buenos Aires e abriram uma igreja e, a seguir, chegaram a São Paulo. Foi a Santo Antônio da Platina (PR), onde conseguiu algumas conversões, retornando para São Paulo e ficando um tempo pregando na Igreja Presbiteriana do Brás, de onde foi mandado embora por conta de seus ensinamentos, considerados estranhos, sobre a mensagem do Espírito Santo. Com 20 membros oriundos da Igreja Presbiteriana, fundou o núcleo de uma igreja pentecostal, depois conhecida como Congregação Cristã no Brasil, dando início a primeira onda pentecostal (FRESTON, 1996).

Inicialmente, Luigi Francescon, que nunca morou no Brasil, mas vinha regularmente, fundou a Congregação Cristã para evangelizar os imigrantes italianos, tanto que os cultos eram dirigidos nesta língua. Não nos esqueçamos que durante os primeiros trinta anos da República, o parque industrial de São Paulo experimentou rápido crescimento, exigindo uma expressiva quantidade de mão-de-obra, fornecido pelo aumento da imigração para o Brasil, principalmente de italianos, que se instalavam no bairro do Brás, onde surgiu a primeira Congregação Cristã, não por acaso. Somente em 1935 substituiu-se a língua italiana pela portuguesa e partiu-se para a evangelização do interior, inicialmente no próprio Estado de São Paulo, depois no resto do país.

A Congregação carregava (e ainda carrega) traços presbiterianos e calvinistas em sua doutrina, como a idéia da predestinação – só os eleitos, os escolhidos por Deus para serem salvos, convertem-se e permanecem na Congregação Cristã, e em sua forma de se apresentar ao mundo: rejeição dos meios de comunicação e das pregações em lugares públicos. Destaca-se ainda o fato de que a Bíblia ocupa espaço secundário, sendo utilizada como um livro de oráculos para aqueles que procuram respostas para suas questões ou necessidades.

Em 1911 chegaram a Belém (PA) Gunnar Vingren e Daniel Berg, ambos missionários provenientes dos EUA, e alegaram ter aportado nessa cidade por conta da profecia de um pastor que os orientou a vir para o Brasil. Na cidade, trabalhavam como operários em uma fundição e congregavam em uma Igreja Batista, onde realizavam reuniões de vigílias e orações, e, também, cultos e encontros oficiais da igreja (FRESTON, 1996).

Durante a realização de um culto na igreja, o dirigente percebeu que a liturgia se desenvolvia de forma diferente do costume: pessoas oravam em línguas estranhas e em voz alta, ocasionando uma reação contrária a esta estranha liturgia. Como consequência, mais de uma dezena de membros foram expulsos e fundaram uma nova igreja, com o nome de Missão de Fé Apostólica, posteriormente denominada Assembléia de Deus (FRESTON, 1996).

A grande diferença e ruptura entre membros da Assembléia de Deus e os demais evangélicos foram ocasionadas por mudanças no campo protestante, por uma nova forma de manifestação religiosa presente entre os neoconvertidos, que davam grande ênfase aos dons do Espírito Santo - o dom de falar em línguas (glossolalia), ponto central na teologia pentecostal (cujo fundamento estava na reinterpretação da Primeira Carta aos Coríntios, capítulo 12), e interpretá-las, de curar, de profetizar e a leitura literal da Bíblia. Segundo Freston (1996, p. 75): “O fenômeno glossolálico em si não era a novidade do movimento, mas sim a elaboração doutrinária que lhe dava uma centralidade teológica e litúrgica.”

As escolas dominicais que capacitavam para a leitura da Bíblia se tornaram locais de alfabetização de adultos, freqüentado por balconistas, faxineiras, trabalhadores rurais e operários, ferreiros, seringueiros. Ademais, a inexistência de formalismo na expansão da obra missionária, com critérios mínimos para a abertura de novos templos e com seus pastores, tomados dentre leigos com pouco ou nenhum preparo teológico, falando a mesma linguagem de seus fiéis, trabalhadores humildes, em sua grande maioria, favoreceu a expansão para diferentes regiões da cidade e do país.

Por fim, a disciplina se restringia ao comportamento de seus membros e não às questões teológicas, já que esta deveria ser conhecida e interpretada pela inspiração divina. A expansão da Assembléia de Deus nos primeiros 15 anos, limitou-se ao Norte e Nordeste do país, segundo Freston (1996), possivelmente pelo fato de os fundadores interpretarem a profecia como referente somente o Estado do Pará, e não aos outros Estados. Espalhou-se para outros Estados não só pelo planejamento de seus líderes, mas principalmente pelas mãos de seus membros que migravam para o Sul e Sudeste, os quais levavam consigo na bagagem a nova mensagem.

A expansão geográfica ocasionou a autonomia da Assembléia de Deus em relação à Missão Sueca, com ações de evangelização, mesmo as burocráticas, transferidas dos missionários suecos para os brasileiros, cuja presença declinou após a década de 1950, e a transferência de sua sede de Belém para a capital federal, o Rio de Janeiro. Ainda de acordo com Freston (1996), a presença e influência de suecos em sua origem, bem como a mentalidade patriarcal e pré-industrial do Norte/Nordeste deixou marcas no ethos

assembleiano e em seu sistema de governo: o pastor – presidente é escolhido por voto do ministério, composto por pastores, evangelistas e presbíteros. Ele é fonte de toda a autoridade da igreja-mãe, a qual faz parte de uma rede composta de igrejas e congregações dependentes.

O que os neoconvertidos buscavam nessas novas igrejas era o calor e o apoio da fraternidade cristã, isto é, a solidariedade do próximo que se encontrava na mesma situação: trabalhadores rurais expulsos de suas terras pela seca e/ou pelos proprietários de grandes latifúndios, e que migravam para as cidades em busca de melhores condições de vida e trabalho, tendo de ir morar em favelas ou cortiços porque não conseguiam trabalho que lhes garantisse melhores condições de vida, por causa da pouca ou nenhuma qualificação, longe do centro da cidade, com transporte insuficiente e à margem do comércio, sem condições de acesso aos poucos disponíveis serviços públicos, como saúde, educação, assistência social, porém próximo dos locais de pregação da Assembléia de Deus.

Após quarenta anos, o movimento evangélico tomou novo impulso no país, mais especificamente em São Paulo. É importante não esquecer que as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por um intenso processo de industrialização e urbanização no Brasil, com a conseqüente diversificação de sua economia, visto que a indústria automobilística abriu campo para outras indústrias, como refinaria de petróleo, química, borracha, autopeças. O salário dos operários das indústrias cresceu, aumentando o consumo e favorecendo outras indústrias. As multinacionais também ocuparam outros espaços, como a indústria de fertilizantes e laboratórios de remédios.

A política desenvolvimentista adotada pelos governos Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek trouxe mudanças para a classe trabalhadora nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, onde se concentrou o esforço de industrialização. Todavia, o crescimento industrial não se estendeu para todo o país. O Nordeste, região mais pobre do Brasil, sofreu com 2 secas e uma enchente nos anos de 1950. Houve saques nos armazéns e cidades. Milhares de homens, mulheres, idosos, crianças, adolescentes migraram para as regiões Sul e Sudeste, principalmente São Paulo, à procura de trabalho.

Essa nova realidade econômica, social e política também provocou a formação de uma sociedade de massas carente de novos valores morais e espirituais, e de igrejas que atendessem aos anseios de uma nova leva de imigrantes e trabalhadores que se instalavam nas cidades, possibilitando assim o crescimento pentecostal: nasce a segunda onda ou geração pentecostal, quando pastores que já exerciam atividades em outras igrejas pentecostais ou protestantes históricas, saíram destas e fundaram novas organizações religiosas. Como indica Campos (1996, p. 87):

Foi, portanto, no contexto da segunda onda do pentecostalismo que as camadas sociais mais baixas da sociedade urbana perceberam uma melhor sintonia entre a mensagem protestante e suas necessidades concretas. Por toda parte, novos movimentos começaram a romper os moldes tradicionais das instituições religiosas.

Em 1951, foi fundada a Igreja do Evangelho Quadrangular e quatro anos depois, em 1955, surgiu a Igreja Evangélica O Brasil para Cristo, primeira igreja pentecostal a ser iniciada por um brasileiro, Manoel de Mello, que era membro da Assembléia de Deus; logo depois surgiu a Igreja do Nazareno, a Igreja Pentecostal Deus é Amor (1962) e a Igreja Tabernáculo Evangélico de Jesus, posteriormente conhecida como Casa da Bênção (FREESTON, 1996).

A terceira onda teve início na década de 1970, fortalecendo-se nas décadas seguintes, período em que a sociedade brasileira passava por mudanças contraditórias, pois, enquanto se vivia uma ditadura militar, quando era proibida quaisquer manifestações populares, a sociedade se permitia maior liberdade sexual e dos costumes.

A economia nacional estava vivendo o período do chamado milagre econômico (1968 - 1973) quando se registraram altas taxas de crescimento, com amplo programa de investimentos do Estado na economia e aumento dos investimentos estrangeiros, ocasionando o aumento da produção e das exportações e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em até 9% ao ano nesse período.

Na verdade, o "milagre econômico" brasileiro não ocorreu por "obra divina", mas a partir de ações na área econômica, que fundamentaram as bases materiais para assegurar a supremacia da burguesia industrial e financeira. As grandes empresas multinacionais passaram a receber grandes financiamentos por parte do governo para aumentar a produção e as taxas de lucro e ampliar o mercado consumidor, através das facilidades de crédito para compra de bens de consumo, como carros, e eletrodomésticos, por parte da classe média, provocando dessa forma a oligopolização da economia brasileira, com o fechamento de pequenas e médias empresas nacionais, já que estas não obtiveram as mesmas facilidades, de financiamentos com juros baixos, para produção e venda de seus produtos (OLIVEIRA, 1981).

O subsídio às exportações foi outra medida adotada, objetivando-se com isso aumentar as reservas nacionais para ter maior capacidade de barganha para compra e venda no mercado internacional. Com isso, a economia brasileira tornou-se ainda mais dependente do mercado internacional, pois, para manter o equilíbrio entre importação e exportação, incentivou-se esta

última, fazendo-se grandes empréstimos no exterior para financiar as exportações (MENDONÇA & FONTES, 1996).

O arrocho salarial foi outra base para o "milagre", adotando o governo uma política salarial seletiva, na qual ficou estabelecido um "teto salarial" para as categorias profissionais, bem como o fim da estabilidade no emprego, com a criação do FGTS (Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço) e a alta rotatividade de mão-de-obra como consequência. Os trabalhadores não puderam usufruir do "milagre econômico", devido aos baixos salários, ao desemprego e à impossibilidade de acesso a bens e serviços, como educação, saúde, habitação, transporte de qualidade.

Foi nesse contexto sócio-político-econômico que novas igrejas nasceram, dando origem à terceira onda do movimento pentecostal e trazendo importantes mudanças no sub-campo protestante, como uma nova forma de produzir e reproduzir a mensagem religiosa, assim como assegurou uma nova maneira de se portar e se apresentar de seus dirigentes e membros. Reproduzimos as palavras de Oro (1996, p. 56) para explicar essas mudanças:

Enquanto o tradicional crente pentecostal, da primeira e segunda ondas, assume uma postura de afastamento e de repúdio ao "mundo", especialmente seus prazeres, diversões, paixões, vícios... Percebe-se que as igrejas neopentecostais, e entre elas a Universal, Renascer em Cristo e Nova Vida, rompem com a tradicional identidade estética pentecostal, pois seus membros vestem-se como bem entendem, as mulheres usam adereços e produtos de beleza, aos fiéis não é vedado o lazer e a diversão.

Essa terceira fase é denominada por alguns sociólogos, entre os quais Mariano (1999), como neopentecostalismo, porque renova e reforma características do chamado pentecostalismo clássico. O referido autor destaca três características fundamentais para reconhecer e distinguir uma igreja neopentecostal:

1 – exacerbação da guerra espiritual contra o Diabo e seu séquito de anjos; 2 – pregação enfática da Teologia da Prosperidade; 3 – liberalização dos estereotipados usos e costumes de santidade [...]. Resulta destas características a ruptura com os tradicionais sectarismos e ascetismos pentecostais (MARIANO, 1999, p. 36).

O avanço pentecostal na sociedade brasileira, primeiro em 1910 e posteriormente em 1950, guarda características comuns, como a sua teologia fundamentada na bênção do Espírito Santo e a ênfase nos dons da cura e libertação. Quanto à ênfase na teologia da prosperidade e à guerra espiritual são marcas distintivas da terceira onda, provocadora de uma nova manifestação da religiosidade. Como relata Campos (1996): "O 'neo-pentecostalismo',

dos anos 80, colocou em primeiro lugar a saúde do corpo, a prosperidade e a solução dos problemas psíquicos, colocando-as como resultado imediato a busca do sagrado.”

Todavia, essa teologia que se centraliza na felicidade, prosperidade e abundância já no mundo terreno, não são bem recebidos pelas igrejas do pentecostalismo clássico (1ª e 2ª ondas). É bem verdade que algumas expressões religiosas são incorporados por estas igrejas - por conta do avanço das igrejas do neopentecostalismo em sua seara - como, por exemplo, a oração para a compra da casa própria, do carro, da busca pelo emprego, até mesmo a busca por um compromisso amoroso; afinal, a igreja não se encontra isolada do que ocorre fora de suas paredes, ao contrário, em seu interior reflete-se a realidade mundana.

Possíveis causas do sucesso do pentecostalismo entre os grupos sociais mais empobrecidos da sociedade, como registra significativa parcela dos estudiosos da religião, devem-se também a uma sociedade que se urbanizou desordenadamente em decorrência do êxodo de milhares de homens e mulheres que, expulsos do campo, deslocaram-se para as cidades em busca de melhores condições de sobrevivência, mas que pouco ou quase nada conseguiram oferecer para seus novos moradores. E a situação, ao invés de melhorar, degradou-se ainda mais, restando apenas o consolo e o conforto do sagrado. Fazemos nossas as palavras de Campos (1996, p. 93-94):

O pentecostalismo tem respondido de forma positiva às necessidades sócio-psíquicas das pessoas excluídas da modernidade capitalista. [...] Essa força surge exatamente da identificação do pentecostalismo com aquela cultura popular gerada numa tradição pré-capitalista, portadora de resíduos milenaristas, de um dinamismo capaz de dar aos pobres e excluídos a força de conviver com tantas desigualdades, vazio e miséria.

Essas novas igrejas evangélicas pentecostais brasileiras com novas práticas religiosas também apresentaram uma nova teologia, aqui entendida como uma formulação conceitual (de questões relativas ao conhecimento de Deus) e sistemática de uma doutrina (um conjunto de normas e princípios que regem o pensamento e o modo de agir do fiel). Uma teologia construída tendo por base a justificação pela fé e a concepção de que Deus governa de forma incondicional a vida de homens e mulheres. Foi a partir destas concepções que se deu a construção da teologia pentecostal.

## 1.4 - A teologia pentecostal<sup>9</sup>

O pentecostalismo constrói sua teologia tendo por base a bênção do Espírito Santo, ou seja, o batismo do Espírito Santo, e o seu sinal, a glossolalia, assim como a cura e libertação das forças malignas. Uma teologia que deve ser compreendida nos testemunhos daqueles que compartilharam o encontro com o Espírito Santo.

Conforme essa teologia, Deus está presente em tudo e em todos os lugares e tempos; fatos passados, presentes e futuros estão relacionados em uma verdadeira fusão, cabendo ao Espírito Santo levar tudo e todos à sua plenitude, porque une vida corporal, sexual e psicológica. Homem e mulher se tornam íntegros e respeitados, desaparecendo também as divisões econômicas, sociais e culturais.

Deus penetra o recém – convertido levando-o a uma experiência pessoal e exclusiva, assim como a uma vivência íntima com Aquele que lhe dará um novo sentido à vida, porque provocará mudanças em sua relação com os que estão à sua volta e até mesmo em sua identidade. Para essa revelação e contato íntimo com Deus, não há necessidade de intermediários, pois Ele e seu filho Jesus Cristo se tornaram presentes de forma real e ativa na vida do novo crente mediante o Espírito Santo.

De acordo com essa perspectiva teológica, ocorre o que Magalhães (2000, p.97) descreveu:

Quando o Espírito de Deus age, desconsolados recebem força, desamparados redescobrem poder, emudecidos falam e aqueles que são ensurdecidos pelas ideologias opressoras e pelos poderes demoníacos passam a ouvir a voz límpida de Deus que os impele à ação transformadora no seu mundo.

---

<sup>9</sup>Item elaborado a partir da leitura dos seguintes estudiosos da teologia pentecostal: COSTA, H. M. P. Pietismo: um desafio à piedade e à teologia. *Fides Reformata*, São Paulo, v. IV, nº 1, p. 5-26, São Paulo, 1999; ELIZONDO, V. Cura pentecostal e libertação: resposta da teologia da libertação. *Concilium/265 - Ecumenismo*, Petrópolis, p. 63-69, 1996/3; FERREIRA, F. O movimento puritano e João Calvino. *Fides Reformata*, São Paulo, v. IV, nº 1, p. 27-39, 1999; HASEL, G. F. O dom de línguas em I Coríntios 12-14. *Parousia*. São Paulo, ano 1, nº 1, p. 19-49, set. 2000; JOHNS, C. B. Cura e libertação – perspectiva pentecostal. *Concilium/265 – Ecumenismo*, Petrópolis, p. 55-62, 1996/3; MACCHIA, F. D. Línguas e profecia – perspectiva pentecostal. *Concilium/265 – Ecumenismo*, Petrópolis, p. 79-86, 1996/3; MAGALHÃES, A.C.M. O Espírito Santo como tema central da teologia: conflitos, perspectivas, desafios. *Via Teológica*, Curitiba, nº 2, p. 67-102, dez. de 2000; MOLTMANN-WENDEL, E. Espírito e corpo: resposta feminista. *Concilium/265 – Ecumenismo*, Petrópolis, p. 70-78, 1996/3; ORTEGA, O. Ecumenismo do Espírito Santo. In: *Na força do Espírito: os pentecostais na América Latina: um desafio às igrejas históricas*. São Paulo: Associação Evangélica Literária Pendão Real, 1996. p. 231-244; SEPÚLVEDA, J. Nascido de novo: batismo e espírito – perspectiva pentecostal. *Concilium/265 – Ecumenismo*, Petrópolis, p. 122-128, 1996/3; WULFHORST, I. O pentecostalismo no Brasil. *Estudos teológicos*, São Leopoldo, nº 1, p. 7-20, 1995; CAMPOS, H.C. Crescimento de igreja: com reforma ou com reavivamento? *Fides Reformata*, São Paulo, v. I, nº 1, p. 34-47, jan/jun 1996.

Essa mudança pessoal só é possível pela força desse Espírito, que propicia mudanças na própria igreja, que além de manifestar o poder restaurador e libertador do Espírito, convida, acolhe e envia aqueles que são batizados para convidar e acolher aqueles que ainda não foram batizados.

O batismo do Espírito Santo se dá após uma preparação e forte expectativa, que faz com que o novo crente cultive o sentimento de ter sido eleito por Deus. O sinal de sua eleição se apresenta pelo falar em línguas, já que este ato representa a luta, a esperança, as lágrimas e as alegrias daquele que é batizado no Espírito, após a conversão a Deus. Sente-se mais forte e em uma nova condição diante da própria vida e dos demais. Essa nova condição, o neoconverso demonstra em sua maneira de viver, rompendo com as coisas do mundo, e é compreendida pelos membros das igrejas como um novo nascimento, um novo “renascer em Cristo”. Como nos diz Moltmann-Wendel (1996, p. 76):

O espírito se apropria do corpo, modifica-o, traz os órgãos em movimento e desenvolve uma força criadora e geradora de vida. Característico nesta concepção de espírito é o fato de ele não atuar num misterioso movimento solitário, e sim, sempre em termos de co-atuação: sua ação operativa, formadora e administrativa ocorre sempre co-operativamente ou provoca movimentos através de processos co-operativos.

Como se pode verificar, é nessa experiência que se dá a fusão da justificação, da santificação e do batismo do Espírito Santo, provocando uma nova visão de si e do mundo, cabendo à Bíblia, que contém a palavra de Deus, ser a fonte de inspiração e modelo para a leitura do mundo. A cura e a libertação, outro dom, se dá na relação entre espírito e corpo, atingindo a pessoa em sua totalidade: Jesus cura as almas doentes e as doenças do corpo. É um dom especial do Espírito, concedido por Deus a certas pessoas para exorcizar o mal e afastar o sofrimento daqueles que vão em busca de cura e libertação. Conforme Johns (1996, p. 62): “Cada membro da comunidade deve ser um instrumento tocado pelo Espírito Santo. Alguns se tornam instrumentos de cura; outros, instrumentos da palavra profética; outros, ainda, dos múltiplos dons do Espírito.”

Ainda segundo essa perspectiva teológica, é por meio do testemunho da experiência do Espírito Santo que o convertido expressa sua fé, a qual se alimenta e se fortalece na fidelidade, segurança e presença de Deus na vida cotidiana, onde se dá o embate pela sobrevivência. Nesse embate o bem e o mal se encontram, porque, mais do que entidades sobrenaturais, são seres que agem nos indivíduos e nas coisas, afetando e determinando a ordem da sociedade. Na visão de mundo pentecostal, as forças do mal, o maligno, é uma realidade concreta, porque habita no mundo, manifestando-se no dia a dia daqueles que não

crêem e também daqueles que crêem, como a falta de emprego, as enfermidades físicas e mentais, a violência doméstica. Na guerra contra o mal, as armas são as vigílias, a oração e o jejum.

Não combater o mal, isto é, o demônio, representa a vitória do caos e da desordem na vida pessoal, trazendo doenças, desemprego, brigas e separações, bem como caos e desordem na coletividade. Portanto, converter-se e receber o batismo do Espírito Santo significa a possibilidade de resistir e fortalecer-se perante as agruras da vida cotidiana, por meio dos princípios morais e religiosos. Deus é fiel e se torna acessível, garantindo um novo sentido às atividades rotineiras do dia-a-dia, além da satisfação religiosa que as igrejas tradicionais até então não traziam. O toque de Deus revela que mesmo os mais desprezados pela sociedade são dignos de se tornarem a morada divina. Como indica Ortega (1996, p. 233): “É evidente que o Espírito Santo atua de formas criativas e insuspeitadas através das experiências humanas e dolorosas dos pobres.”

Dessa forma, os recém - convertidos também passam a ser sujeitos da própria história, isto é, sujeitos aos quais é garantido o direito e o poder da palavra em uma comunidade que acolhe, partilha e restaura laços de solidariedade entre seus membros “ajudando o crente a sair do ambiente individualista, competitivo, quase selvagem, da sociedade, para encontrar resposta para a doença, a morte, o desemprego e a desintegração familiar” (ORTEGA, 1996, p. 236).

É importante destacar que a espiritualidade pentecostal vai se constituindo à medida que experimenta e vivencia a fé e o batismo, e é por sua vez, marcada pela condição sócio-econômica dos membros das denominações pentecostais, de modo geral constituída por uma população excluída do consumo de bens materiais e dos serviços sociais – saúde, educação, habitação, assistência - e pela ética espiritual que regula sua conduta, que deve ser de rejeição deste mundo, onde Deus está ausente e o maligno impõe sua vontade (CAMPOS, 1996).

Como se pode apreender, a ascese é a base da ética pentecostal, é a adoção de um comportamento diferenciado em relação àqueles que ainda não aceitaram Jesus Cristo nem receberam as bênçãos do Espírito Santo. Nessa ascese, as questões morais são tratadas com rigor, principalmente nas denominações pentecostais mais antigas, naquelas mais apegadas aos valores vigentes quando de seu surgimento.

Esse comportamento possibilitaria a aproximação do crente à perfeição e à verdade espiritual, porque estaria afastado dos valores e atitudes daqueles que foram corrompidos pelo mal e pelo maligno presente na sociedade.

Tal afirmação é corroborada pelo fato de as denominações religiosas divulgarem normas que seus fiéis devem seguir, sob pena de se verem excluídos da igreja. O “Resumo da Convenção da Congregação Cristã no Brasil” (CCB), publicada pela primeira vez em 1936, contém os ensinamentos e pontos da doutrina e da fé que devem ser seguidos por seus membros; entre estes, destacamos aquele que, a nosso ver, traz de forma sucinta o ideal de comportamento para a CCB: “Na igreja não pode existir anarquia, nem hierarquia, nem formalismo e modernismo. Os crentes necessitam honrar os dons do Espírito Santo, ministérios de Cristo e todo o operar de Deus em Sua Igreja para a sua edificação, estando assim dentro da ordem.” (Resumo da Convenção da Congregação Cristã no Brasil, 2002, p.24).

Se se volta a atenção para as denominações da chamada segunda onda do movimento pentecostal no Brasil, verifica-se que estas também trazem normas de conduta para seus fiéis; como exemplo, cita-se a publicação da Igreja Pentecostal Deus é Amor, “Doutrina bíblica para os dias de hoje”, publicada no início dos anos de 1960, na qual se verifica uma série de normas e regras que seus membros devem seguir.

Entre essas normas, destacamos aquela que se refere ao comportamento individual do membro, o uso de calça comprida, cabelos, calçados, cintos, controle de natalidade, costeleta/barba/bigodes, jóias, óculos, pintura e depilação entre outras normas: “Os dirigentes devem pregar que as irmãs não podem raspar ou depilar as pernas não concordando com este erro, trazendo a Igreja em santificação a Deus. O Ministério não concorda baseado na Bíblia em Rom. 6.13 e 19, Gen. 5.24, I Tess. 5.23 [...]” (Doutrina bíblica para os dias de hoje, p.43).

Como conseqüência, a rejeição às coisas do mundo torna-se um discurso disciplinador de conduta não somente na igreja, mas também na vida em sociedade. O testemunho do convertido também se dá por sua conduta no relacionamento com os demais; o crente comporta-se de acordo com os preceitos de sua comunidade religiosa e com a experiência que adquiriu pelo batismo no Espírito Santo, visto que é o batismo que o torna diferente daqueles que não são batizados.

É no discurso e comportamento que se observa a intenção de reagir contra este mundo, de voltar-lhe as costas porque pretende se distanciar dele. Por este motivo, o ascetismo pode também ser interpretado como uma reação a ordem social vigente, porque aquele que tem fé adota uma atitude diferente diante da realidade em que está imerso, procurando novas respostas para as situações cotidianas, como problemas econômicos, emocionais, psicológicos. Não significa intenção de mudar a sociedade, mas tão somente demonstrar um comportamento que representa rejeição ao que se quer impor.

Não obstante, as igrejas pentecostais aos poucos se voltam para este mundo real, do dia-a-dia, porque as situações que se apresentam exigem de seus pastores uma atenção que vai além da oração e das normas de conduta, já que os fiéis vão à igreja em busca de solução para seus problemas cotidianos e imediatos.

A casa é um barraco de poucos cômodos e não consegue abrigar todos os membros, o alimento não é suficiente para matar a fome, o remédio não pode ser comprado porque não há o dinheiro necessário, há a violência doméstica, briga entre vizinhos, “guerra” entre gangues de jovens ou entre quadrilhas de traficantes e as conseqüências de tudo isso afeta a vida dos que moram ali, vendo e sentindo a violência diária apresentar sua face de terror. Tais situações são enfrentadas cotidianamente, e a realidade resume-se a esse embate diário.

Se, por um lado, graças a conversão individual, e pela aceitação e “entrega” a Jesus Cristo, o crente supostamente terá forças e coragem para exterminar todo o mal que há em seu íntimo, expurgando assim os problemas decorrentes do mal, tais como a falta de saúde e de emprego; por outro, verifica-se que os ritos, como os do batismo, as vigílias, os jejuns e as orações, a que se dá grande ênfase e que poderiam levar, com a força da fé em Jesus Cristo, à solução de problemas familiares e sociais se mostram ineficazes.

Em muitas denominações, pastores alegam falta de fé em Jesus e em seu poder para superar os problemas que se abatem sobre o crente, daí a exigência de mais orações. Contudo, verifica-se que há outras denominações que estão indo além do púlpito, desenvolvendo atividades assistenciais junto aos seus membros e mesmo entre aqueles que não pertencem a sua denominação, como distribuição de sopas, cestas básicas, roupas e remédios; em outras, as ações estão se tornando mais organizadas, porque se dão em instituições legalmente constituídas, atendendo aos critérios estabelecidos pelo poder público.

### **1.5 - O pentecostalismo e a assistência social**

A partir da concepção cristã de caridade, grupos de voluntários de diferentes religiões e grupos sociais desenvolvem atividades assistenciais junto aos segmentos mais empobrecidos, uma assistência baseada na idéia do amor fraterno e filial àqueles que se encontram em situação de extrema pobreza, como idosos, crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, mendigos, doentes, deficientes físicos e mentais; uma ação que não deveria visar interesses pessoais ou recompensas materiais. Para exercê-la, segundo esta concepção, o critério exigido seria a vontade de servir ao próximo.

Nesse sentido, a prática assistencial entendida como manifestação de caridade acaba por ser difundida como um dever moral, uma possibilidade para aquele que pratica a caridade demonstrar perante a sociedade um caráter nobre e bondoso. Para aqueles que detêm o poder político e econômico, significa a possibilidade de se apresentar como benfeitor e preocupado com a sorte dos mais carentes de bens materiais. Já para o poder público, a ação assistencial se dá em situações de emergência, como enchentes, secas ou calamidades públicas, com a distribuição de cestas básicas e não como um direito social que garantiria um mínimo para sobrevivência daqueles que vivem na pobreza absoluta.

Para prosseguir a investigação sobre a atividade assistencial das igrejas evangélicas pentecostais, faz-se necessário apresentar brevemente a historiografia da assistência social, objetivando compreender suas características quando concebida no plano individual e no plano sócio-jurídico.

Partimos do pressuposto de que analisar a ação assistencial, além de seu caráter meramente solidário e caritativo, exige buscar, em outras áreas do conhecimento, a produção literária acerca desta temática. Foi nos escritos de SPOSATI<sup>10</sup> e YASBEK que encontramos uma abordagem mais aprofundada da trajetória histórica da assistência social, inicialmente exercida como ação individual ou de voluntários, de caráter assistencialista e, após a Constituição brasileira de 1988, definida como um direito social, que deveria ser implementada pelo Estado mediante uma política social específica.

No Brasil, a assistência aos mais pobres coube à Igreja Católica, seus fiéis e religiosos, seja por meio de ações individuais, seja pelas instituições mantidas por ela, como as Santas Casas, os albergues, os asilos. Afinal, não nos esqueçamos que um dos critérios para a salvação da alma seriam as boas obras. Com a Proclamação da República, a principal preocupação da Igreja era ampliar a área de influência entre as classes dirigentes - empresários e industriais - bem como restabelecer uma cooperação mútua com o Estado, no intuito de readquirir antigos privilégios perdidos com a Constituição de 1891. A situação econômica e social do país e as precárias condições de sobrevivência de homens e mulheres não interessavam à Igreja (na verdade, seja qual época histórica for!).

Diante do aumento de famílias que viviam em situação de miséria e do número de trabalhadores que não conseguiam manter a si e a sua família apenas com seu salário,

---

<sup>10</sup>São estes os textos nos quais nos baseamos para elaboração do presente subitem: SPOSATI, et al. Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1986; SPOSATI, A. Vida urbana e gestão da pobreza. São Paulo: Cortez, 1988; SPOSATI, A., FALCÃO, M. C., FLEURY, S.M.T. Os direitos (dos desassistidos) sociais. São Paulo: Cortez, 1989; YASBEK, M.C. A política social brasileira nos anos 90: a refilantropização da questão social. In: Cadernos Abong, nº 3. São Paulo, 1995; YASBEK, M.C. Classes subalternas e assistência social. São Paulo: Cortez, 1993.

constatou-se que, ao lado de ações individuais de cunho caritativo, a hierarquia católica estimulou a fundação de instituições que atendessem a estes segmentos pauperizados, com o propósito de amenizar a pobreza e contribuir para restabelecer a ordem social, econômica, política e, principalmente, evitar que as idéias socialistas e comunistas se alastrassem entre os trabalhadores das indústrias, já que o período foi marcado pela ascensão do movimento operário. Além do anarquismo e do socialismo, outras correntes também atuavam no movimento operário, como a corrente católica, que “através de organizações ligadas à Igreja buscavam subtrair o operariado da influência anarquista e socialista e da ação sindical” (BATALHA, 2000, p. 27).

Essa situação exigiu do Estado, dos empresários e industriais, respostas para a crescente demanda dos trabalhadores urbanos, que viviam muito abaixo da linha de pobreza. Conforme relato de Yamamoto e Carvalho (1990, p. 131-132):

Em 1920, um terço da força de trabalho industrial de São Paulo era constituída de mulheres, metade aproximadamente eram operárias e operários menores de 18 anos, e 8% menores de 14 anos. A jornada normal de trabalho era, no início do século, de 14 horas. Por volta de 1920, de 10 horas [...]. O operário não tinha direito a férias, descanso semanal remunerado, licença para tratamento de saúde ou qualquer espécie de seguro regulado por lei.

No ano de 1919, as celebrações do 1º de maio reuniram dezenas de milhares de trabalhadores no Rio de Janeiro e em São Paulo. A jornada de 8 horas de trabalho era uma das exigências principais, assim como o descanso semanal, a igualdade de salários para homens e mulheres, a proibição do trabalho infantil, o direito de férias entre outras reivindicações (BATALHA, 2000).

Mas, para homens e mulheres que eram vítimas da intensa exploração de sua força de trabalho restava-lhes como única alternativa movimentos de protesto e reivindicação diante da situação de penúria em que viviam. O Estado, de sua parte, limitou-se à utilização da repressão policial e a deportação dos líderes do movimento – muitos eram estrangeiros, principalmente italianos – servindo-se de uma legislação repressiva como instrumento na relação com os trabalhadores, moradores de favelas e cortiços, que se multiplicavam nos centros urbanos: “No âmbito do Estado, enquanto as tentativas de se aprovar uma legislação social desembocam em um quase total fracasso, as ações repressivas e leis da mesma natureza são a tônica dominante” (FAUSTO, 1977, p. 242).

Essa resposta certamente não foi o suficiente para controlar e suprimir as lutas reivindicativas dos trabalhadores urbanos, muito menos suficiente para minimizar as precárias

condições materiais em que estes e suas famílias sobreviviam. Outras ações se fizeram necessárias.

As primeiras medidas de proteção social implementadas pelo Estado destinavam-se aos deficientes físicos e mentais, às crianças, aos idosos, ou seja, aqueles que não possuíam condições de garantir sua manutenção e reprodução apenas com sua inserção no mercado de trabalho. Além disso, algumas leis trabalhistas foram votadas e aprovadas pelo Congresso Nacional, como a lei referente a férias, a acidentes de trabalho, aos menores, ao trabalho feminino; porém, sem que houvesse a efetiva aplicação pelos empregadores e a fiscalização por parte do Estado<sup>11</sup> (IAMAMOTO & CARVALHO, 1990).

No que se refere à Igreja Católica, as autoridades eclesiásticas decidiram por criar instituições assistenciais dedicadas aos trabalhadores que viviam uma crescente pauperização. Desse modo, com o propósito de amenizar a pobreza e contribuir para o restabelecimento da ordem social, econômica e política, surgiram a Associação das Senhoras Brasileiras (1920), no Rio de Janeiro, e a Liga das Senhoras Católicas (1923), em São Paulo.

Essas instituições, inseridas na Ação Social Católica, se multiplicariam com o desenvolvimento do movimento laico, destacando-se as instituições voltadas para a juventude, como a Juventude Operária Católica, a Juventude Estudantil Católica, a Juventude Independente Católica, a Juventude Universitária Católica e a Juventude Feminina Católica (IAMAMOTO & CARVALHO, 1990).

Tanto SPOSATI como YASBEK destacam que a assistência social ao longo do tempo foi se configurando como um recurso do Estado para enfrentar as seqüelas da questão social<sup>12</sup>, pois, como já destacamos, os problemas sociais geraram inquietações e conflitos entre os que não conseguiam manter-se com o mínimo necessário, e isso demandava soluções que iam além da repressão policial, como ações destinadas a minorar os efeitos de situações como a fome, a doença, a falta de moradia, de educação.

A questão social no pós-30 passou a ser tratada como uma questão política, ou seja, uma questão que se resolveria com a intervenção do Estado. Esse fato concretizou-se com a Constituição de 1934, que pela primeira vez trouxe um capítulo para a área social: “Da Ordem Econômica e Social”, que determinava que o Estado deveria assegurar o amparo aos

---

<sup>11</sup>Em 15 de janeiro de 1919 foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei nº 3724 que dispunha sobre acidentes de trabalho, mas excluía os trabalhadores rurais deste benefício e em 24 de janeiro de 1923 foi publicado o Decreto legislativo nº 4682, que tratava da criação de Caixas de Aposentadorias e Pensões para os empregados de cada empresa ferroviária, as quais englobavam 4 benefícios principais: medicina curativa, aposentadoria por tempo de serviço, velhice ou invalidez, pensões para dependentes e ajuda para funerais (FAUSTO, 1977).

<sup>12</sup> Questão social entendida como um conjunto de problemas políticos, econômicos e sociais decorrentes do processo de industrialização e da generalização do trabalho livre na sociedade capitalista (IAMAMOTO & CARVALHO, 1990).

desvalidos e destinar 1% das rendas tributáveis à maternidade e à infância<sup>13</sup>. Todavia, como aponta Mestriner (2001, p.72), a assistência social no governo Vargas não atendeu às necessidades da população carente, visto que se limitou à “utilização do setor privado de organizações sociais já existentes, incentivando a sociedade civil para sua ampliação, demonstrando a persistência do componente liberal e do princípio de subsidiariedade, que sempre orientaram o Estado.”

Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas deu um golpe de Estado com o apoio das oligarquias e classe média. As novidades administrativas ocorreram nas ações voltadas para as políticas industriais, para a diversificação e o planejamento da economia. Na área social, apesar de algumas atividades, estas se reduziram a um conjunto de ações setoriais, não alterando o caráter emergencial na educação, saúde, previdência e assistência social. Na verdade, o setor filantrópico ainda era predominante na assistência aos mais pobres: “[...] as ordens terceiras, irmandades e confrarias católicas (se responsabilizaram) pela maioria das instituições criadas, agora com a participação de grupos laicos e também de outros grupos religiosos, como espíritas, protestantes e evangélicos” (MESTRINER, 2001, p. 97).

Em seu segundo governo (1951-1954), Getúlio Vargas priorizou a aceleração da industrialização e a diversificação da economia brasileira, com o objetivo de superar as dificuldades econômicas mais sérias e com isso controlar as inquietações sociais mais perigosas à ordem pública. Propôs a criação das indústrias de base para assegurar o abastecimento de matérias-primas, incentivou a expansão da indústria de bens de consumo e procurou fortalecer a agricultura e pecuária. No que se refere à política social, evidenciou-se a preocupação com a chamada paz social, definindo-se ações particulares a cada questão urgente que surgia no âmbito das políticas sociais.

No governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1960)<sup>14</sup>, o discurso concentrava-se no desenvolvimento econômico, privilegiando a produção industrial, principalmente os setores

---

<sup>13</sup>A título de exemplo, citamos o Artigo da Constituição de 1934 e dois incisos que tratam da situação do trabalhador:

Art 121 - A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País.

d) proibição de trabalho a menores de 14 anos; de trabalho noturno a menores de 16 e em indústrias insalubres, a menores de 18 anos e a mulheres;

h) assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, assegurando a esta descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego, e instituição de previdência, mediante contribuição igual da União, do empregador e do empregado, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de acidentes de trabalho ou de morte.

<sup>14</sup>Para maior detalhamento das políticas econômicas e sociais no período compreendido entre 1951 a 1978, sugerimos: BARROS, E. L. O Brasil de 1945 a 1964. São Paulo: Contexto, 1999. (Repensando a História); BENEVIDES, M.V.M. O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política. 3ª ed. Rio de

básicos, como a indústria siderúrgica, a metalúrgica, a produção de cimento, a fabricação de fertilizantes, a mecânica pesada e a química de base. Conforme esse discurso, com o crescimento industrial, ocorreria a elevação do nível de vida e o aumento do consumo, beneficiando toda a sociedade.

Durante todo esse período, as políticas sociais deveriam ser executadas em consonância com o planejamento voltado para o desenvolvimento econômico. Enquanto as políticas voltadas para a educação e a saúde estavam submetidas às metas desenvolvimentistas, na previdência e na assistência social continuava o predomínio de soluções paliativas para os problemas individuais ou coletivos.

Na verdade, o discurso desenvolvimentista dominante nessa época funcionou como antídoto para todos os males nacionais, sendo a pobreza encarada como uma ameaça à democracia; e a única forma de superá-la seria através do desenvolvimento, o que possibilitaria a segurança nacional, continental e ocidental contra a ameaça do comunismo, o qual, conforme este discurso, era exportado pela então URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviética) para as nações do mundo ocidental.

João Goulart (1961 – 1964) tomou posse no dia 7 de setembro de 1961, com a renúncia do Presidente eleito Jânio Quadros, que governou de 31 de janeiro a 25 de agosto de 1961. Após uma crise político-militar, quando militares e civis da direita tentaram impedir a posse de Jango, o Congresso Nacional aprovou um novo sistema de governo, isto é, a saída encontrada foi a implantação do sistema parlamentarista. O Brasil somente retornou ao sistema presidencialista em janeiro de 1963, após plebiscito. Jango pregava uma ampla reforma de base, como a reforma bancária, com a criação do Banco Central e Banco Rural, a reforma administrativa, a reforma agrária e a reforma eleitoral.

Seu governo foi caracterizado por uma intensa mobilização popular, e, diante da instabilidade política, com os militares e os grupos dominantes – industriais, fazendeiros, empresários – mobilizando-se para derrubar o governo (que, supostamente, não garantia seus interesses) ou, melhor dizendo, para perpetrarem um golpe de Estado, levou os trabalhadores para questões mais políticas. Todavia, era a vanguarda do movimento que se politizava, já que não havia um trabalho para ampliação de suas bases de apoio.

---

Janeiro: paz e Terra, 1978; CARDOSO, M. L. Ideologia do desenvolvimento. Brasil: JK - JQ. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; VIEIRA, E. Estado e miséria social no Brasil: de Getúlio a Geisel. 3ª. São Paulo: Cortez, 1987; FAUSTO, Boris (org.). O Brasil Republicano: Economia e Cultura (1930 – 1964). 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. (vários artigos).

No que se refere às políticas sociais, estas não se diferenciaram das demais, visto que continuaram por meio de medidas desordenadas e setoriais, visando a atenuação de cada caso.

Em 31 de março de 1964, os militares assumiram o poder, com intensa repressão aos movimentos populares, destruição das conquistas trabalhistas e hegemonia do capital monopolista sobre os demais segmentos. O Executivo sobrepôs-se ao Legislativo. O Supremo Comando Revolucionário assinou o Ato Institucional nº 1, suspendendo os direitos políticos de todos os brasileiros. O General Castelo Branco assumiu a presidência e lançou o Programa de Ação Econômica (PAEG), que tinha por objetivo a estabilização, o desenvolvimento e a “reforma democrática”.

Netto (1999, p. 76), a respeito daqueles que perpetraram o golpe militar em 1964, destacou:

Os históricos traços de extrema exploração e dominação da massa do povo foram consolidados e largamente acentuados pelo regime ditatorial – a ele (e aos seus suportes sociais, especialmente a grande burguesia e as corporações transnacionais) devem tributar-se as causas imediatas do horroroso quadro social que o Brasil apresenta hoje.

Como se pôde constatar, com o golpe militar de 1964 não houve, ao menos na área econômica, mudança radical. Ao contrário, apenas se aprimorou e consolidou o modelo implantado desde 1955, ou seja, priorizou-se o desenvolvimento econômico, mas fundamentado na doutrina de segurança nacional.

Durante o decorrer da década de 1970 deteriorou-se ainda mais a situação dos trabalhadores, apesar de o Brasil estar vivendo o período do chamado "milagre econômico" (1968 - 1973).

Quanto à situação dos trabalhadores urbanos e rurais, a política econômica adotada provocou arrocho salarial e, como consequência, o agravamento das já precárias condições de sobrevivência. Os movimentos de protesto e reivindicações eram violentamente reprimidos e os sindicatos ou foram fechados ou sofreram intervenção ou tiveram de se atrelar ao Estado, assumindo funções médico-assistencialistas. Como destacou Mestriner (2001, p. 158):

A questão social é controlada pelo economicismo e pela coerção e violência, predominantes em todos os governos desse período. O conflito social, que se manifesta esporadicamente, será reprimido de forma severa como subversão da ordem e caso de polícia [...].

Concomitante a essa transformação dos sindicatos em “entidades assistenciais”, o Estado ampliou a abrangência das políticas sociais, assegurando aos trabalhadores, em

ocupações consideradas informais, o acesso à Previdência Social, renda mensal aos idosos com mais de 70 anos, bem como incentivou a criação de secretarias estaduais e municipais de assistência social, já que a preocupação com os problemas sociais passou a fazer parte do discurso oficial:

As práticas assistenciais ganham mais estrutura e racionalidade, desenvolvendo-se um aparato estatal que cresce e se burocratiza continuamente, durante todo o período, desmembrando serviços, programas e projetos, seguindo a lógica da segmentação de necessidades, problemas e faixas etárias (MESTRINER, 2001, p. 164).

SPOSATI e YASBEK também relatam que progressivamente o Estado foi assumindo algumas ações na área da assistência. As prefeituras e os governos dos Estados criaram estruturas próprias para o atendimento social, seja através de serviço complementar, seja como setor independente. No entanto, a ação estatal limitou-se às ações emergenciais e a “atividades de plantão, encaminhamento, ajuda individualizada, atendimento aos grupos sem potencial político, tais como deficientes, menores infratores.”

Os programas e serviços assistenciais tinham por objetivo atender as demandas sociais específicas de segmentos sociais em precárias condições de vida e eram prestados de forma insuficiente, oferecendo soluções precárias, visto que eram dirigidos a segmentos sociais com pouca ou nenhuma qualificação técnica ou educacional, pouco exigentes, ou melhor, politicamente insignificantes, de pouca visibilidade para o capital e para a sociedade como um todo, o que justificava a baixa qualidade e reduzida quantidade desses serviços e programas sociais.

Na verdade, essa atitude do Estado diante das necessidades urgentes daqueles que se encontravam excluídos dos bens e serviços da comunidade expressava o pouco destaque que as políticas sociais tinham na agenda governamental, em vista da sua subordinação à ótica da rentabilidade, isto é, o retorno financeiro imediato do que fora investido. Não podemos nos esquecer que, não obstante as políticas sociais representarem um instrumento do Estado para intervir nas contradições geradas na relação entre capital e trabalho, procurando aliviar, minorar, controlar e fiscalizar as tensões e questões sociais que nasceram desta relação, sua implementação e gestão também são, contraditoriamente, resultado de pressões e movimentos sociais e dos trabalhadores para o atendimento de suas necessidades e reivindicações.

Como destacou Yasbek (1993, p. 35): “cresceu a dependência, de segmentos cada vez maiores da população, da intervenção estatal no atendimento de suas necessidades, particularmente no que se refere às condições de vida no espaço urbano”. As políticas sociais

tornam-se o principal mecanismo para minimizar as desigualdades no usufruto da riqueza social e os conflitos sociais provocados pelas péssimas condições de vida em que se encontra a classe trabalhadora.

No que diz respeito à assistência social, um mecanismo econômico, político e social cuja finalidade é cuidar de homens e mulheres denominados indigentes, desamparados, o poder público adotou ações complementares e de excepcionalidade para estes sobreviverem na pobreza. Com isto, não há a intenção de superar a condição de miserabilidade, mas de reduzir a gravidade das necessidades e o risco que esta população pode significar para a paz e a ordem social.

Para atender a demanda por assistência social, o Estado repassou à rede de solidariedade da sociedade civil a maior parte dessa tarefa, contribuindo para reforçar ainda mais a idéia da assistência como um ato de ajuda, boa vontade e caridade ao próximo, negando a possibilidade de esta vir a tornar-se uma expansão da cidadania daqueles que não eram considerados cidadãos (SPOSATI, 1986).

O aparato estatal valorizava as iniciativas da comunidade no que se refere à assistência à população carente, possibilitando às instituições filantrópicas, religiosas ou não, o acesso a recursos municipais e a isenções, mas, por outro lado, exercendo, pela burocratização do trabalho institucional, o controle, a supervisão e a fiscalização, por parte de técnicos da área social, sobre os recursos repassados. Esta situação provocou, de acordo com relato de Sposati (1986, p. 89):

[...] o 'enquadramento' da entidade social nas prioridades governamentais. O que termina, para a entidade, sendo uma ruptura com muitos dos propósitos filantrópicos espiritualistas pelos quais foi criada, e que unificam as intenções do grupo de pessoas que mantém. Para o serviço público, muitas vezes o gesto filantrópico presente nesta rede acaba por consagrar a tutela, a benevolência e o assistencialismo como postura de ajuda.

Como se pode apreender do exposto, para atender as determinações governamentais a instituição filantrópica, seus funcionários e voluntários negligenciavam, por vezes, as intenções espirituais e caritativas que motivaram a fundação da instituição e o trabalho lá desenvolvido, já que a atenção voltava-se para atender a burocracia estatal.

Nesse sentido, a rede de solidariedade da sociedade civil, substituiu, em algumas ocasiões, o Estado na proteção social aos excluídos do trabalho, do acesso aos bens, serviços e riquezas da sociedade, tornando-se o sustentáculo desta proteção e possibilitando ao Estado, nas esferas federal, estadual e municipal, omitir-se na implantação e gerenciamento de uma política de assistência social pública (SPOSATI, 1991).

Foi também nessa década que ocorreu o nascimento de movimentos de oposição ao autoritarismo do Estado. A resistência ao regime militar levou a uma situação poucas vezes presenciada no Brasil, isto é, a união de sindicatos de diferentes categorias de trabalhadores urbanos e rurais, profissionais liberais, associações profissionais e organizações populares:

A permanência do arbítrio e do alijamento dos setores populares associou amplas camadas sociais, da imprensa à Igreja, do movimento estudantil às Associações de Moradores, contribuindo para que as reivindicações que germinavam desde os primeiros anos da década viessem à tona por volta de 1976-77, no quadro da crise de legitimidade por que passava o então regime militar (MENDONÇA; FONTES, 1996, p. 70).

Esses movimentos nasceram tendo por objetivo requerer do Estado a incorporação de algumas de suas exigências principalmente no que se refere aos problemas do cotidiano das comunidades, ou seja, buscaram melhorias dos serviços de consumo coletivo, tais como creches, escolas, transporte coletivo de qualidade, hospitais, segurança, habitação, lutando pelo direito à cidadania.

Uma sucessão de fatos e eventos, como os novos movimentos sociais, a reação popular diante das péssimas condições de vida e saúde, o renascimento do movimento sindical, com os metalúrgicos do centro industrial mais importante do país - o ABC paulista – à frente, o recrudescimento da inflação como uma das conseqüências do fim do chamado “milagre econômico”, a vitória da oposição nas eleições legislativas de 1974, assegurando ao MDB o papel de partido de oposição real e não consentida, possibilitou trazer à tona as rachaduras e contradições existentes no interior do grupo dominante.

Em outubro de 1978 foi eleito, em reunião do Colégio Eleitoral, o general João Batista Figueiredo, o qual deu continuidade ao lento processo de abertura política iniciado com o governo do general Ernesto Geisel, ao mesmo tempo que se aprofundava a crise econômica, com recessão, a inflação batia recordes, corroendo o frágil salário da classe trabalhadora, e o desemprego atingia trabalhadores das indústrias de diferentes setores.

O movimento por eleições diretas (a campanha pelas diretas-já) para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República mobilizou amplos setores da sociedade, levando para as ruas milhares de pessoas. Porém, a emenda constitucional que a instituiria não foi aprovada pela Câmara dos Deputados e mais uma vez o Colégio Eleitoral se reuniu e elegeu em janeiro de 1985 Tancredo Neves para Presidente e José Sarney para Vice. Não obstante, uma surpresa aguardava todo o Brasil: na véspera de assumir a Presidência da República, Tancredo passou mal e foi internado devido a fortes dores abdominais, vindo a falecer em abril desse mesmo ano e assumindo a presidência em seu lugar, o senador José Sarney.

Os novos mandatários do Poder Executivo, após a instauração de um governo civil, a denominada Nova República (1985 - 1989)<sup>15</sup>, definiram como prioridade a área social, pois esta havia sido, conforme o novo discurso oficial, relegada a segundo plano ao longo dos anos, admitindo-se assim a existência de uma dívida social a ser resgatada. As intenções de mudança, no enfrentamento da questão social, eram percebidas pelo discurso da descentralização na execução e controle dos programas sociais, na integração das diversas políticas sociais, na democratização do acesso aos bens e serviços públicos e também no maior comprometimento de recursos para o financiamento das políticas sociais.

Entretanto, com o passar do tempo, observou-se que as intenções de mudanças estavam longe de se concretizarem, já que os gastos com a área social estavam vinculados ao comportamento da economia (VIANNA, 1989).

Não obstante a persistência dos problemas e distorções das ações governamentais da Nova República na área social, como a alocação de baixos recursos financeiros e sua pulverização em diferentes políticas sociais, seu caráter assistencialista, autoritário e emergencial, os movimentos e grupos sociais e as organizações populares garantiram, não sem pressão e lutas, a instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte no ano de 1987, que aprovou uma Constituição, no ano seguinte, na qual se estabeleceu a ampliação dos direitos sociais, como educação, saúde, habitação, assistência social, a todos os cidadãos brasileiros, independente de sua condição de contribuinte ou não, empregado ou não.

A saúde, previdência e assistência social, por exemplo, passaram a fazer parte do tripé da seguridade social. Nas Constituições anteriores, as primeiras já eram asseguradas. Esta, porém, foi a primeira vez em que foi garantida a assistência social a todos que dela necessitassem, conforme determina o Art. 203 da Constituição de 1988, conferindo o mesmo *status* das demais políticas sociais: “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social [...]”, assim como assegura recurso público para sua efetivação, de acordo com o Artigo 204: “As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previsto no art. 195, além de outras fontes [...]” (Constituição Brasileira, 1988).

A sociedade e o poder público reconheceram as necessidades e as precárias condições dos segmentos mais empobrecidos, aprovando desse modo a organização de um sistema

---

<sup>15</sup>Nome dado pelo governo de José Sarney ao período iniciado com o primeiro presidente civil após o fim do regime militar. Seu governo caracterizou-se por reformas políticas e institucionais que reestabeleceram eleições diretas para todos os cargos do Legislativo e Executivo, assim como tornou livre a organização e o funcionamento dos partidos políticos. No plano econômico, lançou diversos pacotes que tinham por finalidade entre outras, combater a escalada da inflação, reduzir o déficit público e pagar a dívida externa. O marco desse período foi a promulgação da Constituição de 1988.

organizacional de assistência social voltado para atender a um conjunto de demandas sociais dessa população: “como creches, programas de profissionalização, programas de geração de renda, de moradia, de atendimento a direitos da criança e do adolescente, da maternidade, do idoso, do portador de deficiência, do morador de rua [...]” (YASBEK, 1995, p. 40).

Em dezembro de 1993, a assistência social foi regulamentada como política social pública, através da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei nº 8.742, que trouxe mudanças na estrutura organizacional desta política, retirando-lhe, ao menos na lei, o caráter de ação clientelística e emergencial. Determina a LOAS:

Artigo 1º - A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Artigo 2º - assistência social tem por objetivos:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III – a promoção à integração ao mercado de trabalho;

IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V – a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Artigo 3º - Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

Como se pode apreender do exposto, a lei define que Estado e instituições sócio-assistenciais gerenciadas pela iniciativa da sociedade deveriam atuar em conjunto na atenção aos que não têm condições de manter a si e a sua família. A mesma também assegura, em seus objetivos, a integração entre o social e o econômico, bem como:

[...] a centralidade do Estado na universalização e garantia de direitos e de acessos a serviços sociais qualificados e com a participação popular. Inova, também, ao propor mecanismos de descentralização político/administrativa e sob o controle da sociedade, na gestão e execução das políticas de assistência social [...] (YASBEK, 1996, p. 44).

Concordamos com Netto (1999, p. 77) quando ele afirma que a Constituição promulgada em 1988 representou um avanço social, visto que: “sem ferir a ordem burguesa [...], ela assentou os fundamentos a partir dos quais a dinâmica capitalista poderia ser direcionada de modo a reduzir, a níveis toleráveis, o que os próprios segmentos das classes dominantes então denominavam *dívida social*.”

No âmbito legal e do discurso houve a tentativa de ruptura no cotidiano da política de assistência social. No entanto, as ações governamentais nesta área continuaram a fundamentar-se nas parcerias com as instituições filantrópicas, as quais atuavam em maior número, mantendo uma hegemonia nas práticas e serviços nesta área, não obstante estar previsto na LOAS que as ações na área da assistência social deveriam ser “organizadas em sistema descentralizado e participativo”. E seria nos conselhos formados por representantes da sociedade civil e do poder público que se daria a formulação, gerenciamento, fiscalização e controle dos programas e ações assistenciais no âmbito federal, estadual e municipal<sup>16</sup>.

Nos anos 90, tivemos a eleição de dois presidentes da República. O primeiro, Fernando Collor de Mello, foi eleito em 1989 e sofreu um processo de *impeachment*, vindo a renunciar em dezembro de 1992. Seu vice, Itamar Franco, assumiu e permaneceu no cargo até janeiro de 1994, quando tomou posse o presidente eleito Fernando Henrique Cardoso, e, sendo reeleito em 1998, permaneceu no cargo até janeiro de 2003.

Na gestão desses três presidentes, foi fortalecida a idéia de que os problemas econômicos e sociais seriam resolvidos sem a intervenção direta do Estado, já que a própria sociedade encontraria a solução para cada questão colocada. Ao Estado caberia a regulação das relações sociais e mercantis que se estabeleceriam entre os diferentes grupos sociais, por meio de leis, normas, tributações, impostos.

A perspectiva neoliberal assinala que o mercado era o espaço legítimo para resolução dos problemas econômicos e sociais, assim como para regulação das relações sociais, pois os interesses e necessidades sociais estavam subordinados às estratégias mercantis. Com o fortalecimento dessa perspectiva, o Estado buscou implementar uma política neoliberal. E o caminho encontrado para concretizar tal política foi a execução de uma reforma do Estado, com o objetivo de reduzir o gasto com a área social, promover a abertura ao capital internacional, privatizar o patrimônio público e os serviços sociais públicos.

Foi nesse contexto que as políticas sociais vivenciaram uma grave crise, em decorrência de sua subordinação à política macroeconômica. Como relata Netto (1999, p. 87):

---

<sup>16</sup>A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) determinou a criação de Conselhos de Assistência Social nas esferas federal, estadual e municipal, onde se deve dar a formulação e gerenciamento das políticas de ação voltadas para a área da assistência social e a definição e repasse de recursos financeiros. Ainda em 1993, foi instituído o Conselho Nacional de Assistência Social, responsável, entre outras atribuições, pela Política Nacional de Assistência Social e pela proposta orçamentária para a assistência social, conforme determinação do Art. 18 da LOAS, o qual conta com representantes do poder público (50 %) e da sociedade civil (50 %). E o artigo 19 determina que compete ao órgão da Administração Pública, das esferas federal, estadual e municipal, a coordenação da política de assistência social. O desafio para romper com uma ação assistencialista e tornar a assistência social dever do Estado e direito de todos que dela necessitar é muito grande, afinal há o imperativo de romper com anos, melhor dizendo cinco séculos, de costumes e práticas baseadas na caridade, benemerência, clientelismo, emergência.

O projeto conduzido pelo primeiro governo FHC não exclui a política social – mas a situa numa ótica inteiramente diversa daquela que está inscrita na Constituição de 1988. No projeto de FHC, *a política social aparece inteiramente subordinada à orientação macroeconômica* que, por sua vez, é estabelecida segundo os ditames do grande capital.

E foi nesse processo de “desresponsabilização” do Estado no financiamento, implantação e gestão das políticas sociais que os agentes governamentais se apropriaram da idéia de cooperação solidária entre indivíduos e grupos sociais e passou a utilizá-la como instrumento para livrar-se da pressão da sociedade civil por ações mais efetivas diante das desigualdades sociais. Promoveu-se desse modo uma ampliação e fortalecimento das iniciativas solidárias, as quais caracterizaram a sociedade nessa época.

O exemplo mais visível e paradigmático dessa diretriz governamental foi a criação do “Programa Comunidade Solidária”, coordenado por um conselho consultivo e presidido pela primeira-dama Ruth Cardoso, e que tinha como finalidade articular as ações de combate à fome e à pobreza, por meio do incentivo à sociedade para a criação de organizações que realizassem este combate e o incentivo à parceria entre as três esferas de governo – federal, estadual e municipal – “visando a complementaridade das ações desenvolvidas” (YASBEK, 1995, p. 48).

A proposta desse Programa chocava-se com a Lei Orgânica da Assistência Social, pois não reforçava e garantia a assistência social como direitos do cidadão e dever do Estado, ao contrário, reforçava a idéia de assistência como ação solidária e caritativa. Como destacou Sposati (2004, p. 35):

A proposta de FHC foi a de substituir a regulação estatal, estabelecendo ‘nova relação solidária’ com a sociedade. Isto é, optou pelo caminho da subsidiariedade encolhendo, o que deveria ter sido desde o início, a responsabilidade pública. Sem dúvida foi uma opção neoliberal que, ao invés de avançar, fez retroceder o pacto pelos direitos sociais.

O resultado a esse processo de privatização e “desresponsabilização” do Estado diante dos problemas sociais, Netto (1999) denominou de “privatização da assistência”, negando-lhe o estatuto de direito social que lhe fora assegurado pela Constituição de 1988 e reconduzida à “refilantropização”. Reforçando esta idéia, Gusmão (2000, p. 107) também afirma:

Segundo a proposta do governo, é necessário que a sociedade se torne parceira do Estado, partilhando com ele o enfrentamento das desigualdades sociais. Essa parceria deve envolver a solidariedade de organizações não-governamentais e populares, sindicatos,

universidades, igrejas e empresas. O Estado perde a primazia na responsabilidade da questão social.

Desse modo, para o atendimento das necessidades mais urgentes dos que vivem abaixo da linha de pobreza, o Estado, entre outras medidas, apropriou-se da idéia de solidariedade entre indivíduos e grupos sociais e passou a utilizá-la como instrumento para esquivar-se da pressão da sociedade civil por ações mais efetivas contra as desigualdades sociais.

Tal fato, se por um lado promoveu a solidariedade entre segmentos sociais diversos, por outro, ocasionou ações de caráter assistencialista, ou seja, uma ajuda emergencial, imediata e fragmentada, isolada e desarticulada de outras ações na esfera social. Na verdade, poder público e instituições sócio-assistenciais de confissão religiosa sempre estabeleceram uma relação de dependência e de troca recíproca na prática da assistência social.

Assim, a solidariedade entendida como um sentimento de responsabilidade e dever para com o outro, sentimento que envolve reciprocidade, responsabilidade e dever de um grupo para com outro grupo ou de um indivíduo para com outro indivíduo, deixou de ser um instrumento de união entre indivíduos ou mesmo entre grupos sociais a fim de promover mudanças na esfera política e econômica, para tornar-se uma ferramenta nas mãos do Estado com o objetivo de desresponsabilizar-se dos excluídos sociais, incentivando a criação de uma rede de solidariedade, através de campanhas conclamando pessoas a se tornarem voluntárias em programas ou instituições voltadas para o atendimento a essa população.

Desse modo, a intervenção estatal no campo assistencial, segundo Sposati (1988), configura ações vistas como descomprometidas do conjunto das ações sociais governamentais, isto é, a ação do poder público não é vista como conseqüência econômica, social e política da desigualdade social e das precárias condições de trabalho, mas como um comportamento pragmático, no campo do emergencial e providencial. Nesta perspectiva, a atenção à pobreza é vista como controladora das tensões sociais, não como um serviço estatal para assegurar direitos aos desassistidos. No dizer da referida autora:

[...] o padrão da assistência social é o da heterogeneidade, da individualização, de fragmentação das necessidades, das ajudas e não das respostas cabais. Contrariamente a posição assumida nas ações de previdência social, o Estado, no âmbito da assistência social, assume a posição 'liberal' de respeito às iniciativas da filantropia privada, mais do que isso, estimula-as [...] (SPOSATI, 1988, p. 314).

Na análise de Sposati (1991), os serviços públicos de assistência social, se por um lado contêm um possível uso político por parte dos dirigentes, por outro, constituem um reconhecimento, pelo Estado, nas esferas federal, estadual e municipal, da situação de penúria em que vivem os que estão abaixo da linha da pobreza, exigindo dos governantes o atendimento, mesmo que eventual, das necessidades mais urgentes dos segmentos populares.

Como podemos verificar, as primeiras medidas de proteção social implementadas pelo Estado destinavam-se àqueles que não possuíam condições de garantir sua manutenção e reprodução com sua inserção no mercado, isto é, aos deficientes, às crianças, aos idosos. Contínua e progressivamente o poder público se viu obrigado a assumir algumas ações na área da assistência e esta foi, por sua vez, adaptando-se ao contexto econômico, social, político e ideológico pelo qual passava a sociedade brasileira, preservando, no entanto, características de uma ação emergencial, fragmentada e compensatória, e sendo executada de forma paternalista e repressora e em sintonia com a filantropia e o voluntariado, e voltada para uma população vagamente classificada como carente, pobre.

Foi por essa razão que, ao mesmo tempo, verificou-se que as ações voltadas para o atendimento às necessidades mínimas de sobrevivência dos que se encontram abaixo da linha de pobreza apresentaram um crescimento da presença de voluntários e de instituições filantrópicas na sociedade. Essas ações voluntárias confundem-se com a idéia de assistência social, que historicamente sempre foi percebida como uma ação beneficente, uma prática caridosa aos irmãos que se encontram em dificuldades financeiras. Refere Sposati (1989, p. 03):

Ocorrem padrões desiguais de reprodução social. Consagra-se uma relação invertida onde não é o Estado o pilar fundamental da seguridade social aos mais pauperizados, e sim, a "Sociedade Providência". É a rede de solidariedade social da sociedade civil a protagonista principal na atenção aos despossuídos e destituídos.

Assim, em nome da caridade foram, e ainda são, construídas instituições sócio-assistenciais que, alegando fundamentarem-se em valores como amor ao próximo, altruísmo, vocação e devoção, prestam assistência material àqueles que nada possuem.

Verificamos que essas atividades legalmente constituídas vêm se desenvolvendo em Londrina desde a década de 1960. Seja a igreja pentecostal tradicional, como a Assembléia de Deus, sejam as igrejas pentecostais de cura ou segunda onda ou as igrejas da terceira onda, com origem na referida cidade, desenvolvem ações sócio-assistenciais voltadas para os estratos sociais mais empobrecidos. Por que as igrejas se voltaram para as atividades práticas,

se sua teologia prevê tão somente a força e a ação do Espírito Santo para superação dos problemas? Quais as motivações que estariam por trás dessas ações?

Antes de respondermos a essas questões, consideramos necessário apresentar a história do Município de Londrina, localizado no Norte do Paraná, com a finalidade de entender os caminhos seguidos pelas igrejas que nasceram na cidade ou lá se instalaram.

## CAPÍTULO 2

### LONDRINA: UM ESPAÇO PARA O PENTECOSTALISMO

#### 2.1 – Um panorama historiográfico

Uma vez expostos os fatores que promoveram o surgimento e crescimento das igrejas pentecostais, cabe-nos agora no presente capítulo apresentar como as igrejas pentecostais chegaram a Londrina e foram recebidas pelas demais igrejas que aqui já se encontravam. Optamos, a partir deste momento, por trilhar os caminhos de uma história regional, mais especificamente de uma cidade de médio porte, particularizando os fatos e situações vividas e presenciadas por seus moradores, sem, contudo, perder de vista que os espaços sociais locais apresentam uma complexidade e multiplicidade que estão em relação direta com as diferentes esferas que operam na dimensão nacional.

O fato de Londrina ser uma cidade do interior não exclui seus habitantes do que ocorre em âmbito nacional, ou seja, as mudanças e eventos que acontecem nos campos político, econômico, social, cultural e religioso repercutem na região; mas o contrário também se dá, e ocorre nesta cidade, que, de acordo com o censo de 2000 (IBGE), registrou 464 mil habitantes, e cuja economia fundamenta-se na agricultura e setor de serviços, afetando isso os acontecimentos das esferas federal e estadual. Não são somente os grandes eventos econômicos e políticos que determinam os caminhos da história, mas os pequenos atos cotidianos que, na maioria das vezes, definem a trajetória histórica de indivíduos e coletividades.

Nesse sentido é que julgamos importante desvendar a situação econômica e social da cidade no último quartel do século XX, com o propósito de conhecer como homens e mulheres dos diferentes segmentos sociais viviam e sobreviviam nesse período. Afinal, não podemos nos esquecer que as ações das igrejas pentecostais foram respostas ao que se passava ao seu redor, sendo que por sua vez, reflexo da dinâmica das relações que se estabeleciam na sociedade.

A produção historiográfica voltada para Londrina apresenta diversas abordagens ao analisar a fundação e desenvolvimento da região Norte do Paraná. Pode-se afirmar que há concordância entre os historiadores e sociólogos, estudiosos dos fatores que levaram à

fundação da cidade, quanto ao fato desta não ter nascido por acaso ou espontaneamente, mas a partir dos interesses de investidores ingleses que já conheciam a qualidade do solo da região e para lá se deslocaram com o objetivo de empreender um projeto econômico voltado para a expansão agrícola, mais especificamente, a cafeicultura.

Por essa razão, para a investigação histórica que realizamos, pareceu-nos apropriado recorreremos a alguns pesquisadores. A partir de seus estudos foi-nos possível compreender o surgimento e desenvolvimento dessa cidade localizada no interior de um Estado de economia periférica e visibilidade secundária no cenário nacional (que me perdoem os paranaenses, mas essa é a situação econômica e política do Paraná, tanto no passado como nos dias atuais)<sup>17</sup>.

Seguindo a abordagem histórico-econômica, Cancian (1977) parte da investigação das diversas conjunturas de preços da cafeicultura brasileira no século XX para analisar a influência que tal fato exerceu na expansão cafeeira no Estado do Paraná, que se deu mais destacadamente no Norte do Estado, por conta do solo e clima favoráveis, o que a capacitou a receber maiores investimentos. Analisou ainda “as conjunturas da produção no Estado, as interligações entre produção e preços, as mudanças ocorridas, o desenvolvimento da ação política e as resultantes sócio-econômicas do processo de adaptação às transformações que foram se processando.” De acordo com a historiadora: “Os preços do café brasileiro, em dólares, exerceram profunda influência sobre a produção cafeeira paranaense desde início do século XX [...]”, a qual voltou-se majoritariamente para a exportação.

Sua análise possibilita compreender como a situação política e econômica nacional, e mesmo mundial, determinaram o desbravamento, a ocupação e a expansão do norte paranaense e as conseqüências de tal fato para a organização do espaço urbano londrinense ao longo dos anos.

Em uma vertente mais histórico-social, Adum (1991) trabalha a questão da migração para Londrina e a “nova ordem” que deveria ser estabelecida, já que a cidade se tornara ponto de atração de trabalhadores de diferentes ofícios, o que a levou a um crescimento desordenado. Ao lado dos prédios modernos, conforme padrão estético do período, foram surgindo bairros periféricos sem infra-estrutura básica, provocando nas elites da cidade – profissionais liberais, cafeicultores, empresários – visível “mal-estar”. Prostitutas, vadios,

---

<sup>17</sup>Para mais leituras sobre os aspectos sociológico, econômico e político de Londrina sugerimos os seguintes autores: ASSARI, AY & TUMA, MM. *Aspectos históricos, físicos, econômicos e institucionais de Londrina*. Documento-Consulta. PML, dez. de 1978; CESÁRIO, ACC. *Industrialização e pequenos empresários em Londrina*. Curitiba: Grafipar em co-edição com a Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981; CESÁRIO, ACC. *Norte Novo - a expansão da fronteira e seu conteúdo simbólico*. In: *Cenários de economia e política*. Curitiba: Prephacio, 1991; 1977; HOFF, S. *A ocupação do norte*. In: *Cenários de economia e política*, 1991; JOFFILY, J. *Londres-Londrina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; RIOS, J.A. *Londrina: uma análise sociológica*, 1980; ZORTÉA, AJ. *Londrina através dos tempos e crônicas da vida*, 1975.

mendigos e a pobreza geral eram situações que justificavam o abuso do poder e ações repressivas tanto contra determinados grupos sociais, quanto contra indivíduos. Conforme sua análise, o surto cafeeiro levou a acreditar em um Estado que ofereceria oportunidades iguais para todos, principalmente através das propagandas disseminadas por diversos Estados do Brasil, os quais incentivavam os trabalhadores a migrarem para a região, sobretudo pela necessidade de mão-de-obra para a lavoura; por outro lado, procurou-se, por parte do poder público municipal, manter um rigoroso controle do espaço urbano, dentro das fronteiras da ordem.

Também fundamentado em uma abordagem histórico-social, Arias Neto (1993) desenvolveu sua análise tendo como pano de fundo as representações da cidade de Londrina e o seu meio rural como terra da promessa e o eldorado, o contexto e os mecanismos utilizados para construção dessa imagem de progresso e modernidade tão amplamente difundida pelas elites da cidade. O historiador vai, ao longo de sua pesquisa, apresentando as diferentes nuances que a idéia de progresso assumiu em determinados momentos da história de Londrina e do Norte do Paraná, desde sua fundação, quando comungavam os mesmos interesses os empresários britânicos e o governo do Estado do Paraná até os anos setenta. Então, com o fim da cafeicultura como base da economia, com as transformações da sociedade regional e com o agravamento dos conflitos entre trabalhadores rurais e fazendeiros engendrou-se uma nova representação, qual seja, o Norte do Paraná como modelo de reforma agrária.

Os trabalhos de Adum (1991) e Arias Neto (1993) tornaram possível compreender não só o modo como e as razões por que ocorreu a migração de grandes levas de trabalhadores para a região Norte-paranaense, mas também as conseqüências para a cidade, ou seja, o enriquecimento para alguns e para a maioria, que não encontrou a riqueza, o trabalho nas lavouras de café e nas casas de famílias. Para os demais restaram a mendicância ou a prostituição.

Mais voltado para o enfoque jurídico-policial, Rolim (1996) analisa a ação da instituição policial na década de 1950, em um momento em que a cidade vivia um expressivo crescimento. Diante do novo cenário urbano que se descortinava, caracterizado pela diversidade de seus moradores, cresceu a percepção entre as elites de que a marginalidade era a causa dos males da cidade, haja vista o aumento do número de mendigos nas ruas, das prostitutas, de jovens desocupados. Com isso, reivindicava-se maior rigor no combate à criminalidade, e o aparelho policial apresentava-se como instância privilegiada para garantir a disciplina e a ordem no meio social. Rolim (1996, p.156) relata “[...] o processo de democratização do país no pós-guerra, não assegurou garantias individuais aos cidadãos, já

que as modalidades de controle da população continuou sendo marcada pela exacerbação das práticas repressivas e no uso continuado da força por parte do aparelho policial.”

Seu trabalho também ratificou a compreensão de que Londrina não era o eldorado divulgado pela propaganda da Companhia de Terras Norte do Paraná, visto que, se o migrante não fosse um fazendeiro ou um possível comprador de terras de alto poder aquisitivo, mas apenas mais um ou uma em busca de melhores condições de vida e prosperidade, seu trabalho, caso conseguisse, seria o de ser mais um empregado das fazendas de café ou de mais um na cidade. Ou ainda, restaria tornar-se um mendigo ou uma prostituta.

Batista Filho (1985) problematiza a execução de um programa de renovação urbana, o denominado Projeto CURA – (Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada) Política-Programa de Renovação Urbana, criado pelo Banco Nacional de Habitação e vinculado à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, no bairro Guanabara, surgido na década de 1950 e constituído inicialmente por moradores oriundos da zona rural, sem contar com infraestrutura básica. No entanto, em decorrência do inchaço urbano, o bairro tornou-se próximo do centro comercial da cidade e, diante do aumento de pessoas pertencentes aos estratos médios em busca de moradias próximas aos locais de trabalho, lazer e serviços, despertou o interesse de grupos envolvidos com a especulação imobiliária. Essa situação levou à expulsão de seus antigos moradores e a ocupação do bairro por novos proprietários, agora oriundos da classe média.

Seu estudo permite entender a situação social e habitacional do município na segunda metade da década de 1970, quando o Projeto foi executado. Como o espaço urbano foi sendo ocupado por aqueles que detinham o poder político e econômico no período, os trabalhadores que não podiam atender às exigências do mercado, das elites econômicas e da especulação imobiliária, foram sendo expulsos para a periferia.

Silva (1999) volta-se para a história das religiões ao investigar a assistência promovida pelo movimento leigo da Igreja Católica, a Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP), e pelo poder público do município de Londrina junto à população carente de bens e serviços sociais, no período de 1964 a 1988 e as possíveis conseqüências deste fato na elaboração e implementação de uma política de assistência social. Para tanto, realizou uma investigação sobre a história da SSVP desde sua fundação em Londrina, no ano de 1944, e um levantamento do orçamento do município para a Secretaria de Promoção e Assistência Social no período mencionado, concluindo a pesquisa com um estudo comparativo entre as ações da SSVP e as da Secretaria de Ação Social no ano de 1998.

A pesquisa possibilitou compreender a presença e a significativa influência da Igreja Católica na elaboração e execução da política de assistência social, pelo fato de que “os técnicos da área social da Secretaria de Ação Social utilizam-se dos recursos materiais dos vicentinos e, mesmo de suas informações acerca dos problemas das famílias em situação de risco, para atenderem às mesmas” (SILVA, 1999, p. 110), além de também recorrerem às instituições assistenciais ligadas à Igreja.

Alves (2002), em sua investigação histórica, teve por finalidade explicar as motivações que levaram a sociedade londrinense, mais especificamente os beneméritos pioneiros, as entidades assistenciais e o poder público a desenvolver ações assistenciais no período compreendido entre 1940 e 1980. A autora afirma: “essas idéias fazem parte de uma cultura de época que marcou uma mentalidade sobre a forma de prestar assistência aos pobres, e que permanece até os tempos recentes” (ALVES, 2002, p. 24).

Sua pesquisa possibilitou entender o grau de pobreza que atingiu grande parcela de habitantes e as ações desenvolvidas pelos diferentes atores sociais, cabendo à administração municipal a atenção aos bolsões de pobreza que proliferaram na cidade. No entanto, suas ações limitavam-se a campanhas para situações emergenciais, projetos específicos para uma clientela determinada e o repasse de recurso para entidades assistenciais de caráter filantrópico, não desenvolvendo ações efetivas de prevenção: “a consequência da omissão foi a desorganização do espaço urbano, o aumento do desemprego e a generalização da pobreza” (ALVES, 2002, p.528). Conclui que as ações assistenciais não atuaram sobre as causas da miséria “por mais que se esforçassem para atender mais e mais necessitados” (ALVES, 2002, p.529).

E é dentro dessa diversidade de enfoques historiográficos que se inscreve e se fundamenta a presente investigação histórica, que é compreender como se deu o surgimento e a instalação de determinadas igrejas pentecostais na cidade de Londrina, bem como a repercussão do crescimento destas igrejas no campo religioso.

Utilizando-nos das obras dos pesquisadores acima citados, onde se constata o paralelo que fizeram com o que ocorria nos diferentes campos – social, político, econômico – das esferas estadual e federal, e a relação que estabeleceram com outras disciplinas do conhecimento, contribuindo para a construção de uma narrativa ampla e madura acerca da história de Londrina, desenvolveremos uma breve exposição dos aspectos políticos, econômicos e sociais da cidade, visto que o objetivo é dar enfoque à história de algumas igrejas pentecostais que aqui nasceram ou se instalaram a partir da iniciativa de seus pastores.

## 2.2 Londrina: uma breve retrospectiva

No ano de 1924, foi fundada por investidores ingleses a Brazil Plantations Syndicate, transformada em Paraná Plantations Ltd no ano seguinte e logo a seguir, criada sua subsidiária brasileira, a Companhia de Terras Norte do Paraná, cujo objetivo inicial era o plantio de algodão para o atendimento das necessidades do mercado inglês. Em 1925, esta companhia adquiriu do governo paranaense 8.470 km<sup>2</sup> de terras, com a justificativa de iniciar a produção de algodão. Decorridos 4 anos, em 1929, uma equipe de técnicos da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) partiu da cidade de Cambará e chegou ao local onde deveria fundar o posto central que iria concretizar o objetivo inicial da Companhia.

Constata-se que Londrina surgiu como primeiro posto de ocupação, avançando e expandindo a fronteira agrícola por todo o Norte paranaense, pois até então a mesma limitava-se aos núcleos de Jacarezinho, Cambará, Santo Antônio da Platina, Ribeirão Claro, Andirá, Bandeirantes, Cornélio Procopio, o chamado Norte Velho. Com a chegada de novos habitantes, uma outra área passou a ser ocupada, sendo denominada Norte Novo e abrangia as cidades de Londrina, Maringá, Apucarana, Arapongas, Nova Esperança, Paranavaí, Porecatu e Jaguapitã.

No entanto, já em 1931 a CTNP deixou de lado o projeto da cultura algodoeira e iniciou o loteamento das terras compradas. Os lotes foram sendo ocupados por proprietários que, em suas pequenas e médias propriedades rurais, desenvolviam culturas voltadas para a própria localidade e região, possibilitando o rápido desenvolvimento econômico e demográfico do chamado Norte Novo. Assim, os lavradores que lidavam com a terra no dia-a-dia, mas não tinham condições econômicas de se tornarem proprietários, contribuíam, com sua força de trabalho, para o crescimento e enriquecimento da região e de alguns.

A CTNP também vendia lotes menores, denominados datas<sup>18</sup>, na zona urbana emergente que até então era conhecida como Patrimônio Três Bocas. Em 1932, esta zona passou a se chamar Londrina, pequena Londres, em homenagem à cidade dos técnicos ingleses que aqui primeiro chegaram (CESÁRIO, 1991).

Com o abandono da cultura do algodão, a Companhia de Terras Norte do Paraná optou pelo plantio do café, que desde o início tornou-se a base econômica do município, graças ao clima e às condições especiais da terra roxa. Outras culturas também foram cultivadas, como

---

<sup>18</sup>De acordo com o "Novo Dicionário Aurélio", data significa: "Porção de terreno com 20 a 22 por 40 a 44 metros."

o arroz, o milho, o feijão, o fumo, voltadas para o consumo interno, diferente do café, cujo plantio voltou-se para o mercado externo, proporcionando alta rentabilidade para aqueles que o cultivavam.

Novos e maiores investimentos foram feitos para ampliar a área de loteamento, garantindo o projeto colonizador e o plantio de café, assim como o acesso à comunicação e o escoamento da produção. No final da década de 1930, Londrina já era o pólo da região Norte paranaense, conquistando a emancipação política em 1934 e tornando-se mais um município no Estado do Paraná, com uma população de 1.346 habitantes; passando em apenas dois anos, para 20.527 habitantes (ASARI & TUMA, 1978).

Os trilhos da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná chegaram à Londrina em 1935, provocando o aumento do número de homens e mulheres que vinham em busca de oportunidades de trabalho e prosperidade, além do fato de a cidade ter as mercadorias necessárias e disponíveis aos que aqui já moravam. Relata Cancian (1977, p.287):

Ao entrar na fase de maior dinamismo, a cafeicultura paranaense determinou um aproveitamento cada vez mais intensivo do solo, arrastando consigo a dinamização das lavouras temporárias e pastagens, em face da urbanização crescente e do incremento populacional regional que aumentou entre 1920 e 1940 em 468%, de 1940 a 1950 em 286%, de 1950 a 1960 em 265% e de 1960 a 1970 em 171%. A população da região cafeeira, abrangendo o Norte Pioneiro, Norte Novo e Novíssimo, em 1920 era de 72.627 habitantes, passando em 1970 a 4.428.010 habitantes, num incremento de 6.096,9%. De 1940 a 1970 cresceu em 1.300,6%. Em 1920, haviam seis municípios cafeeiros no Norte do Paraná, em 1940, 14, em 1950, 36, em 1960, 104 e em 1970 atingiu 192, incluindo o Extremo Oeste, por onde o café extravasou.

As oportunidades, no entanto, não eram iguais para todos, pois, se alguns vieram para comprar terras e se tornaram pequenos, médios e grandes proprietários, outros chegaram com poucos recursos materiais e financeiros, tendo de ir trabalhar nas lavouras.

Com a urbanização de Londrina, que se dava às custas da expansão econômica, incentivou-se a instalação de pequenas unidades industriais, em vista da demanda por produtos manufaturados, ampliando-se e diversificando-se o próspero comércio da cidade. Foi nesse mesmo período, 1944, que ocorreu a venda da CTNP para um grupo de empresários paulistas, os quais promoveram uma reorientação na ação da empresa em função da expansão da cultura do café.

Na década de 1950, a região aumentou sua produção de café, já que o preço no mercado internacional favorecia e estimulava maiores investimentos no setor, gerando grandes fortunas para aqueles que viviam desta cultura agrícola. Como consequência, ocorreu a necessidade de maior número de trabalhadores, disseminando ainda mais a idéia de que

Londrina era a Terra da Promissão, a Capital Mundial do Café, sendo apresentada como exemplo de modernidade e civilidade para todo o Paraná e outros Estados (ARIAS NETO, 1993). Nesse sentido, registrou-se um aumento em sua população, agora com 71.412 habitantes, em virtude basicamente do fluxo migratório; muitos vinham em busca de uma terra onde, se dizia, havia oportunidades para todos.

Contudo, ao final da década de 1950 e início da década de 1960, a região passou por uma fase de superprodução, responsável pela queda acentuada dos preços do café no mercado. Diante desse fato, os governos federal e estadual intervieram, incentivando a diversificação da produção agrícola nas regiões cafeeiras. As alterações na economia rural cafeeira deram-se por meio de ações como:

Erradicação de cafeeiros anti-econômicos, renovação racional das lavouras cafeeiras, financiamentos para melhoria das condições de rendimento das explorações agrícolas e pecuárias, para aquisição de máquinas e implementos agrícolas, e financiamentos especiais aos governos dos estados cafeeiros, programas de instalação de usinas de açúcar em regiões cafeeiras [...]. No Norte Novo, abrangendo os municípios de Apucarana, Araongas, Astorga, Londrina, Mandaguari, Porecatu, Rolândia, as pastagens atingiram a 33%, não houve renovação de cafeeiros e as culturas preferidas foram milho (22,3%) e algodão (22,3%), ficando os restantes 22,4% divididos entre outras lavouras temporárias (CANCIAN, 1977, p. 105-108).

Tais mudanças na economia rural não levaram à diminuição da imigração; ao contrário, não parava de chegar novos moradores em busca de trabalho e prosperidade. Entretanto, com o aumento do número de novos habitantes também ampliaram-se os problemas sociais da cidade, contradizendo a propaganda divulgada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que apresentava Londrina como uma terra de grandes oportunidades para quem quisesse trabalhar e enriquecer com o fruto de seu trabalho. Estas existiam para os que possuíam condições de comprar lotes e iniciar o plantio de culturas como algodão, arroz, café ou para aqueles que desejavam abrir casas comerciais.

Para aqueles que não tinham recursos ou qualificação técnica, restava o trabalho na lavoura, como empregado. No entanto, a chegada de novos trabalhadores, provenientes de São Paulo, Minas Gerais, estados do Nordeste e até mesmo do exterior, era maior do que as necessidades do mercado. E ao se verem sem trabalho e remuneração, o último caminho a seguir era a dependência da caridade alheia para manter a si e a sua família, quem a tinha.

Não havia preocupação por parte daqueles que detinham o poder político e econômico em oferecer oportunidades para todos, mas apenas em utilizar os novos moradores, de acordo com a necessidade da produção, como mão-de-obra para a lavoura. Sem recursos e

oportunidades na Capital Mundial do Café, os que não eram "aproveitados", isto é, não conseguiam emprego, tinham como última alternativa o subemprego ou a mendicância, obrigados a ir morar na periferia, em loteamentos sem infra-estrutura básica. A questão social passou ser, então, a ser tratada como caso de polícia, prática comum contra aqueles que estavam excluídos do mercado de trabalho.

Diante do visível quadro de miséria no cenário da Capital do Café, a preocupação das elites políticas e econômicas também aumentava proporcionalmente. Para combater tais problemas fizeram-se campanhas e criaram-se instituições assistenciais, que tinham como alvo a criança e os imigrantes, que para cá se deslocavam e encontravam a fome e a pobreza, e objetivando-se com isso a recomposição material e espiritual da cidade.

Entre os anos de 1936 e 1959, 26 entidades assistenciais receberam o Atestado de Utilidade Pública pela Câmara Municipal de Londrina (ALVES, 2002), tanto de natureza confessional, vinculadas a uma igreja ou doutrina, como de iniciativa de membros ou de grupos da comunidade londrinense. Tinham por objetivo, entre outros, o atendimento às crianças, às famílias indigentes, à saúde. O poder público não se responsabilizava pela busca de alternativas para a questão social. A resposta ampliou-se: era ou a transferência de recursos para as entidades atenderem as famílias excluídas dos bens e serviços da comunidade ou a repressão policial.

A expansão industrial não significou o aumento da oferta de empregos. Ao contrário, exigiu da prefeitura de Londrina ações que iam além da repressão policial. Diante do aumento da pobreza e pressionada pelo grupo social de maior poder aquisitivo, como os profissionais liberais, os comerciantes, os fazendeiros, e pela classe média assustada com a visibilidade da miséria que se instalava na cidade, a prefeitura viu-se obrigada a aumentar o repasse de recursos para as instituições assistenciais, que conheceu um aumento numérico nas décadas de 1950 e 1960.

Outra ação adotada pela prefeitura de Londrina foi a construção de centenas de unidades de casas populares, como consequência da explosão demográfica da região. Em agosto de 1965 foi criada a Companhia de Habitação de Londrina (COHAB-LD) e em 1969 sua inscrição foi regularizada junto ao Banco Nacional de Habitação, iniciando-se o processo de desfavelamento na cidade, com a construção de casas para a população com renda familiar de até três salários mínimos.

Cabe destacar que naquele momento a maioria das famílias residentes nas favelas de Londrina era proveniente da zona rural – das lavouras cafeeiras ou migrantes que vinham em busca de melhores condições de trabalho e sobrevivência. Mas, a partir de meados da década

de 1980, o perfil predominante era o daqueles que não tinham condições de atender aos critérios para financiamento da casa própria. Portanto, diante do inchaço da cidade, a administração pública objetivou organizar e definir o processo de ocupação do solo urbano de modo a instalar na periferia da cidade, tanto os que iriam trabalhar a serviço daqueles que comandariam os rumos da economia regional como os da classe média (BATISTA FILHO, 1985).

Na década de 1970, o mercado internacional necessitava de novos produtos agrícolas, como a soja e o trigo, e o Brasil, país periférico, com sua economia ainda dependente da exportação de produtos primários, deslocou sua política agrícola para o incentivo à produção desses novos produtos. Com isso, foi colocado em prática, sob os auspícios dos governos federal e estadual, o programa de erradicação do café na região de Londrina e sua substituição por aquelas culturas, e a lavoura foi sendo aos poucos mecanizada.

Essa reorientação da política agrícola e econômica acarretou vários problemas, entre os quais a necessidade de abertura de novas frentes para a economia e a liberação de mão-de-obra do campo, visto que essas novas culturas eram mecanizadas e não necessitavam de contratação de grande contingente de trabalhadores, que, dispensados, não tinham outro recurso senão se deslocarem para as zonas urbanas. Conta Cancian (1977, p. 375):

A queda dos preços do café fez declinar a monocultura, favorecendo a diversificação agrícola e pastagens, dado o aumento da população, a industrialização e urbanização, fenômenos do século XX, que permitiram a criação de um mercado interno para gêneros alimentícios e outros ligados à agro-indústria.

No que diz respeito a Londrina, nessa década sua economia e estrutura social também sofreram mudanças significativas, sendo também responsáveis pelas mudanças no setor agrícola. A população rural conheceu uma diminuição, enquanto a cidade viu crescer exponencialmente o número de habitantes. A população dobrou, chegando a 228.101 habitantes (IBGE, 1970). Destes, 68.42% residiam na zona urbana, o que não significava aumento na oferta de emprego. Sendo uma cidade dotada de razoáveis equipamentos urbanos, como hospitais, escolas, comércio amplo e variado, lazer, por ser pólo de comercialização de produtos agrícolas regionais e distribuidor de produtos industriais, viu intensificar o seu crescimento, que foi responsável pela criação e recriação de seu espaço, já que este processo de urbanização implicou novas necessidades referentes à qualidade de vida.

Com a ampliação dos serviços de infra-estrutura básica, houve a preocupação de reformar e construir o sistema de água e esgoto, assim como racionalizar a distribuição de

energia elétrica e as comunicações, o transporte, a habitação, a educação, a saúde. Foram construídos o estádio de futebol e o ginásio de esporte, e foram saneados 11 vales. A malha rodoviária urbana conheceu um crescimento significativo, com o asfaltamento de avenidas e ruas e a abertura de novas vias para o tráfego e de uma via rodoviária que ligou a cidade de leste a oeste.

De acordo com Shimba & Uren (2000), houve um processo de verticalização do centro urbano, bem como o incremento na construção de conjuntos habitacionais. Com o aumento da população, também foi ampliada a rede municipal e estadual de ensino, com a construção de 55 novas escolas municipais e estaduais, além da criação da Universidade Estadual de Londrina e do Centro de Ensino Superior de Londrina.

Projetos e programas urbanos foram implementados pela administração pública municipal, provocando a valorização de alguns bairros da cidade, como implantou-se também o Programa-política CURA, cujo objetivo era promover melhorias urbanas em doze bairros da cidade, principalmente aqueles com potencial de valorização imobiliária, como de fato ocorreu, com a conseqüente expulsão daqueles que não tiveram condições de arcar com as despesas impostas para melhorias urbanas, como asfaltamento, meio-fio, iluminação pública (BATISTA FILHO, 1985).

O poder público também deu grande impulso à industrialização, com a criação do Parque das Indústrias Leves (Rodovia BR 369, saída para São Paulo), chamando para si a responsabilidade de orientar o processo de industrialização do município, por meio de uma Superintendência Municipal (SUDESIL).

Apesar de o café ainda ser a base econômica do município, ia ganhando força a produção de soja, algodão, rami, milho, trigo, arroz e feijão. A agropecuária respondia por 20% da geração de renda do município, o que não significava garantia de aumento na oferta de emprego, já que não necessitava de grande contingente de empregados, pelo contrário, provocava ainda mais o êxodo rural (ASARI & TUMA, 1978).

Quanto a área da assistência, registrou-se a elevação do número de instituições filantrópicas, possivelmente também em decorrência do agravamento da crise econômica, com o disparo da inflação, o desemprego generalizado, a queda nos salários e na qualidade de vida dos trabalhadores urbanos e rurais, fazendo crescer o número de crianças e jovens nas ruas, de idosos e famílias sem moradia e em situação de extrema pobreza.

Foi nesse contexto que se deu, em 1970, a criação da Secretaria Municipal de Bem-Estar Social, que se subdividia em departamento de medicina preventiva, departamento de saneamento e limpeza pública e departamento de serviço social. Quem examina o orçamento

do departamento de serviço social do ano de 1970, observa que 11 instituições voltadas para a assistência social, isto é, para o atendimento às famílias carentes e albergues - instituições voltadas para a assistência a mendigos, andarilhos, pessoas sem famílias - e 9 instituições voltadas para a assistência ao menor, isto é, ao atendimento a crianças sem famílias, a creches e a adolescentes recebiam recursos da Secretaria de Bem-Estar Social, (SILVA, 1999).

Em 1979 já eram 20 instituições de assistência social e 22 instituições de assistência ao menor, agora incluída uma instituição voltada para o atendimento à pessoa portadora de deficiência. Algumas instituições sócio-assistenciais voltadas para criança recebiam subvenção da Secretaria da Educação.

No entanto, essa não foi uma atitude exclusiva do governo municipal de Londrina. Segundo Mestriner (2001, p. 165), o poder público, de modo geral, incluiu em seu discurso a preocupação com o desenvolvimento social: “As prefeituras municipais implementam o atendimento ao social, como serviço complementar ao próprio gabinete do prefeito, ou junto a secretarias afins, ou mesmo como setor independente.”

O recurso destinado à Secretaria Municipal de Bem-Estar Social, contudo, reduziu-se significativamente a partir da segunda metade da década de 1970, justamente no período de intensificação da crise econômica brasileira, da qual Londrina não ficou imune. Na verdade, os municípios brasileiros já apresentavam preocupação com esse setor, implementando projetos assistenciais em secretarias da área social, como saúde, educação ou mesmo criando secretarias específicas para esta área (MESTRINER, 2001).

Na década de 1980 a situação social e econômica de Londrina continuou a deteriorar-se. Se por um lado, as indústrias instaladas na cidade e o setor terciário necessitavam de mão-de-obra, tornando a cidade um atrativo para os trabalhadores de cidades vizinhas, por outro lado, isso não foi suficiente para evitar que muitos fossem para o setor informal ou ficassem desempregados, buscando alternativas de sobrevivência.

O orçamento da agora denominada Secretaria de Saúde e Promoção Social (S.S.P.S.) manteve a tendência de redução nas áreas de saúde e assistência social, cujos recursos nunca foram superiores a 3%, em relação ao orçamento geral do município (SILVA, 1999). Como se vê, Londrina também estava sofrendo os reflexos do que ocorria na esfera federal, pois houve nesse período uma drástica redução de recursos para financiar a área social, em consequência do agravamento da crise econômica. Mesmo as mudanças sócio-econômicas que ocorriam em vários setores do Brasil – indústria, comércio, sistema financeiro - não trouxeram significativos avanços no quadro precário das políticas de proteção social.

No discurso oficial, declarava-se que as políticas sociais deveriam ter o mesmo *status* que a política econômica, como possibilidade de "resgate da dívida social". Mas, o que se constata é que no interior da S.S.P.S. o departamento de serviço social disputava recursos com outros setores, como o gabinete do secretário e serviço de administração, o departamento de saúde coletiva, que tinha outras divisões, e a divisão de recreação orientada, além de encargos diversos, como pagamento de terceiros, compra de material, pagamento de pessoal. O orçamento para o departamento de serviço social era inferior à sua demanda, expondo a ambigüidade desta área, ou seja, um poderoso instrumento para camuflar a questão social, mas sendo tratada como uma prática desqualificada no contexto político.

Diante do exposto, verificamos um contínuo e progressivo crescimento de ações voluntárias para enfrentar os problemas sociais que se apresentavam no dia-a-dia. Homens e mulheres, estas últimas, principalmente, dispunham-se a doar roupas e alimentos ou a colaborar para a fundação de instituições sócio-assistenciais, fundamentando suas motivações basicamente em valores como altruísmo, caridade e solidariedade<sup>19</sup>. Se a predominância era de membros da Igreja Católica, também verifica-se que as igrejas evangélicas históricas e pentecostais, em certa medida, voltaram-se para os problemas sociais que se tornavam a cada dia mais visíveis, respondendo com algumas iniciativas sociais, como a criação de instituições assistenciais e campanhas de solidariedade. Tais ações levaram os membros dessas igrejas, tradicionalmente mais voltadas para a oração, a sair do templo e a adentrar o mundo terreno.

### **2.3 – A efervescência religiosa em Londrina**

As últimas três décadas do século XX foram palco de uma sucessão de fatos que provocaram mudanças significativas e indelévels nos campos social, político, econômico, cultural, religioso. Uma sucessão de eventos concomitantes e interdependentes - como a ditadura militar, o “milagre econômico”, o êxodo rural, o inchaço das cidades, a revolução

---

<sup>19</sup>Entre os anos 2000 e 2003 realizamos uma pesquisa no Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, com o tema “Igreja Católica, assistência social e caridade: convergências e divergências” tendo por objetivo investigar a concepção de direito social e caridade que as pastorais sociais apresentam em suas ações no interior da Igreja Católica e perceber como as mesmas repercutem na política de assistência social do município de Londrina. Os resultados dessa investigação foram publicados nos seguintes periódicos: SILVA, C.N. Igreja Católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. In: *Sociologias*. Nº15. Porto Alegre: UFRGS. IFCH, jan/jun 2006. p. 326-351. SILVA, C.N. Serviço Social, caridade e política de assistência social: aproximações e divergências. In: *Praia Vermelha: Estudos de política e teoria social*. Nº12. Rio de Janeiro: UFRJ. PPGSS, 2005. p.202-224.

sexual que trouxe novos valores e comportamentos para homens e mulheres - ocasionou novas mudanças para o indivíduo e a sociedade. No que se refere ao campo religioso, os eventos se deram pela “dança” dos números de convertidos às igrejas que surgiam e pelas novas manifestações religiosas nas igrejas tradicionais, oriundas das igrejas pentecostais.

Enquanto na Igreja Católica novas práticas, como as Comunidades Eclesiais de Base e as pastorais sociais, passaram a dividir espaços com práticas tradicionais, como Congregado Mariano, Filhas de Maria, Apostolado da Oração, crescia o número de homens e mulheres que se declaravam evangélicas, principalmente ligadas às igrejas pentecostais. De acordo com o censo demográfico de 1970, mais de 4 milhões de pessoas se declararam evangélicas, ou seja, cerca de 5,17% da população brasileira do período (IBGE, 1970). Esse fato trouxe repercussões, no mínimo imprevisíveis e irreversíveis, ao longo dos anos, visto que seus valores, crenças religiosas e concepção de mundo diferem substancialmente dos valores e concepção de mundo da religião que detém a hegemonia no campo religioso, a Igreja Católica.

Foi nesse período que diversas denominações<sup>20</sup> religiosas surgiram pelo Brasil afora, com práticas, símbolos e rituais litúrgicos inovadores, procurando atender aqueles que buscavam por uma igreja que trouxesse respostas imediatas e resgatasse valores perdidos, mais próximas do dia-a-dia e de seu imaginário religioso, para enfrentar uma nova realidade – adversa e estranha - que se descortinava.

Há que se destacar que nos últimos cem anos, milhares de novas igrejas surgiram em diversas cidades espalhadas pelo país. Se, por um lado, apresentam particularidades próprias no que diz respeito às técnicas de evangelização e normas de comportamento, usos e costume, por outro, expressam características próximas, como a experiência mística, a teologia e a doutrina do batismo no Espírito Santo. Essa pouca diferenciação é fruto de cismas que não se originavam de divergências teológicas, mas, na maioria das vezes, de discordâncias pessoais na condução da doutrina ou dos ritos.

Como verificamos no item anterior, a acelerada urbanização levou muitos daqueles que eram do campo a uma outra vida em meio estranho à sua cultura, à sua identidade rural, exigindo-lhes a (re)construção de uma nova identidade. Nesta (re)construção, a religião também se apresentava como um fator decisivo, porque eram nas igrejas que seus membros expressavam e encontravam valores como solidariedade e pertencimento, ou seja, o

---

<sup>20</sup>Utilizamos o termo denominação de acordo com o que foi definido pelo Dicionário Enciclopédico das Religiões: “Na linguagem teológica ecumênica, sobretudo a de origem anglo-saxônica, cada um dos agrupamentos religiosos que se proclamam cristãos. O mesmo que confissão.”

sentimento de responsabilidade e dever para com o outro, sentimento que envolve reciprocidade e responsabilidade de um grupo para com outro grupo, ou de um indivíduo para com outro indivíduo, bem como o sentimento de pertencer a um grupo: comungar com suas idéias e partilhar e compartilhar emoções e frustrações, adquirir e portar *habitus* próximos, não sendo vítima – ou incentivador – de rejeições e preconceitos por pensar, sentir e agir diferente do que está estabelecido. Mas, como nas demais cidades, em Londrina as igrejas tradicionais ficaram aquém das expectativas do novo homem e da nova mulher urbanos.

Em Londrina<sup>21</sup>, constata-se a presença de igrejas evangélicas desde antes de sua emancipação política. Segundo Proença<sup>22</sup> (2004): “Em 1932 chegaram as primeiras famílias evangélicas a Londrina. Eram presbiterianos independentes e metodistas, vindos, a maioria, do interior de São Paulo, da região conhecida como Alta Sorocabana”. Mas, a força hegemônica da Igreja Católica se fez notar logo nos primeiros anos, com a chegada do primeiro padre em março de 1934 e o início da construção da igreja matriz, três meses depois, “em terreno doado pela Companhia de Terras Norte do Paraná, que além desta doação, também pagou metade das despesas relativas à construção, sendo que a outra metade vinha de doações da comunidade” (PROBST apud SILVA, 1999, p. 31).

Em um período de oito anos, diversas associações surgiram para atender aos fiéis católicos e para disseminar a doutrina católica aos que chegavam à cidade: “Pia União das Filhas de Maria, Apostolado da Oração, Liga Mariana Eucarística para Meninos e Congregados Marianos, Irmandade do Santíssimo Sacramento, Irmandade de Nossa Senhora do Carmo e Obras das Vocações” (PROBST apud SILVA, 1999, p. 32).

Ademais, não nos esqueçamos que o Brasil foi colonizado sob as bênçãos da “Santa Madre Igreja”, pois, como detentora do monopólio dos bens e meios de salvação, veio junto com as primeiras caravelas e esteve presente nas estruturas administrativas do Estado brasileiro desde o seu início. Mas em troca, a igreja teve de fazer algumas concessões a este mesmo Estado – o padroado seria o exemplo mais marcante. Em Londrina essa hegemonia também se fez presente, tanto por apresentar um maior número de fiéis como pela perseguição

---

<sup>21</sup>O expressivo aumento de denominações religiosas na cidade nesse período, demandaria um longo tempo para apresentar a ascensão de todas elas, o que não é o nosso objetivo no momento. Portanto, decidimos por aquelas que não se limitaram às ações de cura e libertação, mas que resolveram promover atividades na área sócio-assistencial, visto que tal fato demonstraria uma organização e intenção além da esfera espiritual.

<sup>22</sup>PROENÇA, W. L.. Múltiplos pastoreios: trajetórias e impactos de novas expressões evangélicas na cidade de Londrina. In: *Revolução silenciosa II: transformando a sociedade com a força do evangelho do Reino*. Brasília: Ed. Palavra, 2006. p. 35 – 61. O autor faz um breve resgate da história de algumas igrejas históricas e pentecostais que chegaram à cidade de Londrina.

promovida por padres e leigos aos protestantes históricos e pentecostais que divulgavam sua doutrina religiosa nas ruas da cidade.

Se o crescimento do número de evangélicos foi pequeno nos anos subseqüentes, a partir da década de 1970 tornou-se expressivo, não por mera coincidência quando se deu uma elevação do êxodo de trabalhadores do campo para a cidade, em decorrência das mudanças de rumo da política agrícola e do avanço tecnológico, que dispensava mão-de-obra. Relata um dos pastores mais antigos de Londrina:

Quando eu cheguei a Londrina (década de 1950), tinha só a Igreja Presbiteriana Central, tinha a Igreja Presbiteriana Independente, do Reverendo Jonas Dias Martins. Trabalhou muito a unificação, foi íntimo amigo do Dom Geraldo Fernandes [...] esses homens foram muito usados por Deus para unificação dos cristãos em Londrina. Depois tinha a Igreja Batista, tinha 2, a Metodista tinha 1, Assembléia de Deus, tinha 1 e tinha umas congregações. Tinha a Episcopal, a Adventista da Promessa e da Reforma. Daí começaram a surgir outras igrejas [...] começaram a surgir mais igrejas pentecostais. Veio a Brasil para Cristo, depois veio a Igreja Quadrangular [...] mais tarde veio a Igreja Universal. E essas pentecostais cresceram mais. Mas, as outras também adotaram certos princípios pentecostais e aí cresceram também. Hoje a Independente é uma igreja grande, a Igreja Batista também cresceu bastante [...]. (Ig. Missionária)

De modo geral as igrejas pentecostais foram (e ainda são) marcadas pela prática de rituais e doutrinas próximas, apresentando um significativo fundamentalismo religioso, já que a Bíblia era (e é) lida e interpretada como uma fonte de revelação e profecia carregada de verdade divina impenetrável e inquestionável. Mas, além da leitura literal da Bíblia, da exortação a uma conduta ascética e da ênfase nos dons de cura e libertação, algumas dessas denominações, a partir dos anos de 1970 e 1980, passaram a desenvolver ações assistenciais, inicialmente entre os fiéis mais necessitados materialmente, e a seguir foram além da atenção aos membros de suas igrejas, expandindo para a comunidade externa a atenção aos problemas sociais que se ampliaram com o crescimento da cidade.

Mas, que igrejas são essas? Por que adotaram essas ações? Para responder a estas indagações, é preciso conhecer o início do funcionamento das igrejas que aqui cresceram: Assembléia de Deus (o primeiro missionário chegou a Londrina em 1939), Assembléia de Deus - Ministério Madureira (1954), Igreja Evangélica Luz do Mundo (1955), Igreja

Evangélica Missionária (1958), Comunidade Nova Aliança (1962), Missões Mundiais do Brasil (1984), Casa de Oração para todos os Povos – Ministério Sagradas Missões (1986), Comunidade Boas Novas (2001).

É preciso destacar que essas denominações, não obstante terem nascido no mesmo período em que surgiram algumas igrejas denominadas neopentecostais, como as Igrejas Universal do Reino de Deus, Renascer em Cristo e a Internacional da Graça de Deus, não apresentam de forma exclusiva, única e intensa suas principais características, como a teologia da prosperidade, que valoriza a riqueza e o sucesso material, imputando à pouca fé do crente ou à sua submissão ao diabo, as atribuições financeiras, as enfermidades, a guerra espiritual, ou seja, o combate que se trava entre o crente e o demônio e sua legião, responsáveis pelos males que o acometem a si e sua família, e não rompem definitivamente com alguns aspectos do ascetismo pentecostal (MARIANO, 1999). Afinal, não devemos nos esquecer que o universo religioso é abundante em rituais, curas, milagres, gestos e tem a glossolalia (falar em línguas) como uma característica marcante de determinadas igrejas.

Por essa razão, enquadrar as igrejas que fazem parte da presente investigação em uma classificação ou outra é diminuir ou mesmo negar a riqueza e complexidade do sistema religioso brasileiro. Aliás, alguns pastores criticam tais práticas e crenças, nas quais se estabelecem relações que supostamente questionam o poder e a soberania de Deus. A fala do pastor da Igreja Luz do Mundo reforça nossa constatação:

Existe um apelo muito forte ao dinheiro, apelo à questão da auto-ajuda, apelo à questão mística, de você sair, determinando em nome de Jesus. Você até cria coisas novas. Uma necessidade muito grande de mostrar para as pessoas o caminho da prosperidade financeira, que ao nosso ver, está em confronto com o evangelho. E em nossa visão, a igreja não foi chamada apenas para mostrar caminhos da felicidade terrena para as pessoas. A igreja foi chamada para falar das coisas do espírito, da alma, questões da eternidade. Existe uma necessidade de expor a Bíblia dentro de seu contexto para não permitir que as pessoas fiquem confundidas com todo este emaranhado de doutrinas, cada dia surge uma igreja pregando uma coisa nova, trazendo alguma coisa de fora.

Nos cultos a que assistimos, os pastores e seus auxiliares abordavam o tema da prosperidade e da presença do maligno que interfere na vida do crente, e exortavam os fiéis a pedirem e a orarem para que mudanças se operassem na sua vida. Em um culto de que

participamos, o pastor proclamava aos seus fiéis: “Deus abençoa quando obedecemos. Abençoa quando compramos casa, carro. Deus sabe o que é melhor para cada um de nós. Por isto, antes de fazer, ore a Deus, quando for comprar carro, apartamento, arrumar emprego. Você não verá um crente bem sucedido se não orar a Deus, obedecer a Deus. Se não orar, se não bendizer a Deus, não é crente bem sucedido, porque não tem fé” (culto, 22/04/2007).

Iniciaremos nossa narrativa com a segunda igreja pentecostal que surgiu no país, a Assembléia de Deus, cujo primeiro diácono chegou à cidade de Ibiporã (Norte do Paraná) em 1939, e constantemente se deslocava a Londrina para realizar cultos nas casas dos que se convertiam à nova religião. Já no ano seguinte, um presbítero da igreja mudou-se com sua família para a cidade, celebrando cultos em sua casa. Mas, como a mesma ficou pequena, alugaram um salão em bairro próximo ao centro. Conforme relato do pastor, as discriminações e perseguições logo se fizeram sentir, não somente de membros da Igreja Católica, mas também das igrejas protestantes históricas.

Pelos estatutos da Igreja Assembléia de Deus, esta foi fundada em Londrina em 15 de maio de 1948, quando se deu o registro em cartório, sendo o primeiro templo de madeira construído em 1954. Quando chegou à cidade, em 1961, o pastor Ivo encontrou o templo de madeira e uma congregação, contabilizando de 80 a 100 membros (conforme seu relato). Já no ano seguinte, começou a construção do templo de alvenaria, com capacidade para 700 pessoas. Conta o pastor:

Foram tempos difíceis. Havia casos de perseguições contra o movimento pentecostal. Mas, uma visitação ímpar de Deus no meio de seu povo era sentida constantemente. Foram muitos os casos de curas de câncer, epilepsia, bloqueio no cérebro, diabetes, doenças no coração, crianças e outras. O povo não tinha um poder aquisitivo tão grande para arcar com uma construção tão grande para os padrões da época. (Ig. Assembléia de Deus)

O fato de o pentecostalismo avançar entre a população cada vez mais carente de bens materiais e serviços sociais não reside apenas em seu discurso proselitista ou emotivo, mas porque oferece respostas ou ao menos consolo e esperança para problemas considerados como insolúveis no dia-a-dia. De acordo com Berger (1985), devemos compreender que a religião representa a manifestação da atividade humana em sua busca pelo significado das forças da natureza, como a morte, a doença, a dor, e para as mazelas que se apresentam na realidade empírica e que estaria além do alcance e compreensão humana, porque seriam situações

ordenadas na instância do sagrado. Portanto, a religião representaria uma força que explica e apreende o sagrado, o qual orienta, determina e controla o que se passa na vida individual e coletiva de uma comunidade, garantindo uma organização e significado para o caos que se revela diariamente.

Contudo, não podemos nos esquecer que a religião, se por um lado se apresenta como exterior ao indivíduo, fora de seu entendimento e controle, por outro, é produzida pelo mesmo, como consequência das relações que estabelece com outros indivíduos e com diferentes grupos sociais, reproduzindo e perpetuando a experiência religiosa e, por tabela, a religião, qualquer que seja ela.

Nesse sentido, seja a Igreja Católica, sejam as Igrejas Protestantes Históricas e as pentecostais, todas têm em seu interior uma característica comum, elas se constituem a mediação entre o homem e o sagrado e a segurança garantida pelo controle das ações e das pulsões, paixões e explosões emocionais. Para tanto, a Igreja Católica utiliza-se de diversos meios como mediação com o sagrado, tais como os sacramentos, os santos e seus milagres, e o protestantismo dispensa a maioria destes meios (BERGER, 1985). Trata-se de uma realidade sagrada totalmente acima da realidade empírica que somente poderá ser alcançada por meio das manifestações religiosas individuais ou coletivas (BERGER, 1985, p. 102).

Por meio de suas palavras, o pastor ratifica o que se constata em quase todas as igrejas pentecostais, isto é, grande parte das pessoas que participava da igreja era (e ainda é) de baixo poder aquisitivo; e quanto às razões para tal situação, também confirma o que já foi verificado:

[...] que as igrejas tradicionais, presbiterianos, batistas, metodistas, (estão) mais na área do poder aquisitivo melhor. Temos também, conforme o lugar, (mas) não é todo lugar. [...] Nós evangelizamos muito na área de menos poder aquisitivo. Mas os tradicionais evangelizaram mais na alta sociedade. Hoje está mais ou menos igual [...]. (Ig. Assembléia de Deus)

Nossa igreja tem muitas pessoas que chegaram a situações muito precárias. Mas, uma das promessas de Deus é que ele abençoa e faz prosperar a vida daqueles que estão caminhando com ele. E nós temos visto isso nestes 50 anos de Londrina. Acompanhado famílias que estavam vivendo de uma maneira paupérrima. E hoje tem a sua casinha, seu carrinho. Hoje tem uma vida bem estruturada, bem abençoada. E isto tem acontecido com muitas pessoas. (Com. Nova Aliança)

Com uma prática religiosa que exige leitura e compreensão dos textos contidos na Bíblia, as Igrejas Protestantes Históricas cresceram principalmente entre os segmentos sociais de maior poder aquisitivo, onde os problemas financeiros não inviabilizavam uma razoável qualidade de vida e o índice de alfabetizados era expressivo. Algumas dessas igrejas fundamentaram sua teologia no princípio, entre outros prescritos por reformadores protestantes, de que seria obrigação dos fiéis oferecer seus corpos a Deus em “sacrifício vivo, santo, agradável”. O cristão seria consagrado e dedicado a Deus a fim de já não pensar coisa alguma, nem falar, meditar ou fazer nada que não seja para sua glória. Para tanto, o primeiro passo seria o homem negar-se a si mesmo, para aplicar todo o seu conhecimento a serviço de Deus. A filosofia cristã determina que a razão ceda, se sujeite e se deixe governar pelo Espírito Santo, para que o homem já não viva, senão que seja Cristo quem viva e reine nele.

E as igrejas pentecostais adotaram alguns desses princípios teológicos, mas readequando-os às suas crenças, práticas e valores e tornando a teologia e a doutrina mais acessível e compreensível: o crente em Deus deve viver uma vida regrada e modesta, voltada para atender a vontade divina, uma vida de louvor e glória, tendo Jesus Cristo e a bênção do Espírito Santo; ele faz parte dos vitoriosos e senhores em um caminho pontilhado de adversidades provocadas pelo mal.

E foi com esse estilo teológico que a Igreja Assembléia de Deus cresceu significativamente na cidade, conforme estatística da Igreja do ano de 1979: “[...] o ministério era composto por três pastores, um evangelista, 38 presbíteros, 21 diáconos e havia 4.152 irmãos registrados no hall de membros na sede. Cerca de 21 de congregações, inclusive nos municípios vizinhos.”

Ao lado dessa denominação evangélica na tarefa de doutrinação religiosa está sua coirmã (ou poderíamos dizer filha?), e que também desenvolveu um trabalho assistencial junto às famílias, e depois junto às crianças de um bairro carente por alguns anos. Gerada no interior da Igreja Assembléia de Deus, a Igreja Assembléia de Deus – Ministério de Madureira<sup>23</sup> chegou a Londrina em 1954. De acordo com o casal de sobrinhos do primeiro

---

<sup>23</sup>De acordo com Freston (1996), Assembléia de Deus – Ministério de Madureira surgiu pelas mãos de Paulo Leivas Macalão como mais um ministério no interior da Igreja Assembléia de Deus. Consagrado pastor em 1930, Macalão realizou diversos trabalhos evangelísticos em Estados do Sudeste e Centro Oeste, e em 1953 inaugurou o templo no bairro de Madureira que se tornou a sede da Assembléia de Deus - Ministério de Madureira. Esse ministério diferenciava-se entre outros motivos, por seu forte rigor legalista, consequência de uma educação militar - Macalão era filho de um oficial do Exército e não abandonou a educação militar que recebera. Por conta do distanciamento das normas adotadas pela CGADB e dos conflitos agravados após a morte de Macalão, os pastores que não concordaram com as exigências que lhes eram feitas, se organizaram em uma nova entidade, dando origem a Convenção Nacional das Assembléias de Deus no Brasil — Ministério de

pastor da igreja em Londrina, nesse ano chegou à cidade o evangelista enviado pela igreja da cidade de Bauru, o qual ficou até o ano de 1956, quando no ano seguinte, chegou o pastor Nestor Judith do Carmo junto com sua família, provenientes de Jaú (São Paulo):

O pastor Nestor iniciou os labores evangelísticos e o Senhor Jesus cooperando com eles salvava e curava a muitos, tornando o salão em que congregavam pequeno, então o pastor Nestor resolveu juntamente com os membros da igreja, comprar um terreno e construir um belo templo para a glória de nosso Senhor Jesus [...]. A irmã Lúcia do Carmo, esposa do pastor Nestor, trabalhava com as irmãs do círculo de oração e da assistência social e ainda tinha forças para ajudar na construção do templo como servente. (História da Assembléia de Deus em Londrina, 1999, p. 6-7)

Por força do estatuto e decisão da sede do Rio de Janeiro, a primeira igreja permaneceu como uma congregação da Assembléia de Deus já instalada na cidade. Somente em 1959 tornou-se uma igreja independente. E em 1970, foi declarada, conforme registro em seu estatuto, filiada à Igreja Evangélica Assembléia de Deus Madureira – I.E.A.D.M.

O pastor Nestor além de dirigir sua igreja foi o pastor-presidente da Assembléia de Deus Madureira do Paraná até o ano de seu falecimento, em 1980, quando a administração eclesiástica de São Paulo retomou a presidência das igrejas do Estado e passou a se responsabilizar pelo envio de pastores para administrá-las. Conforme seus sobrinhos em entrevista:

Meu tio, o pastor Nestor era pastor-presidente do Paraná, de 1955 até 1980. Era quem autorizava abrir igreja no Paraná. Quando ele morreu, mandaram pastor do Rio, não se adaptou [...]. Paraná é ligado ao pastor-presidente de São Paulo [...].

Não obstante o cisma no interior da Igreja Assembléia de Deus, o estilo de celebração litúrgica é muito próximo, sendo o clima de emoção seu alicerce, sempre acompanhado de muita música e oração, como afirma a sobrinha do pastor Nestor: “A Assembléia era bem pentecostal, de barulho, de falar em línguas, de todo mundo orar junto [...] o assembleiano é

---

Madureira — CONAMAD, fundada em 1988. Mas isto não foi o suficiente. Conforme Freston (1994, p. 91): “cresceram as acusações de ‘invasão de campo’ e desrespeito às normas da Convenção Geral, culminando na exclusão de Madureira em setembro de 1989.”

barulhento, é gritão, é chorão”. E é justamente esse clima emocional que conduz o culto que os separava e distanciava dos demais evangélicos, assim como o ascetismo diante do mundo.

A doutrina e a teologia assembleianas pouco se diferenciam quanto à intenção de apresentar respostas ou soluções para os problemas financeiros e emocionais que atingem a população de baixa renda. Respostas que passam invariavelmente pelo sagrado. Basta verificar a fala do pastor que está na direção da igreja há seis anos:

Eu tenho um ministério de Deus, de estar ministrando as bênçãos da prosperidade, de uma vida melhor, mais digna. Aonde eu tenho passado, não tem havido empobrecimento. Ao contrário, tem havido uma melhora financeira das pessoas, em virtude de nós orarmos para que o Senhor abençoe e, diante da nossa fé, o Senhor tem atendido e nas nossas igrejas, principalmente nas igrejas que sou responsável, são 12, tem acontecido isso, não só aqui, mas em São Paulo. (Ig. Assembléia de Deus Madureira)

Outra das mais antigas denominações pentecostais presente em Londrina e que desenvolve um trabalho assistencial desde 1967 é a Igreja Missionária do Brasil, que foi trazida ao país por imigrantes japoneses que aqui chegaram em 1924, com o nome inicial de Igreja Holiness<sup>24</sup>.

Em 1950, a Oriental Missionary Society (OMS) mandou para o Brasil missionários norte-americanos para evangelização do país; 4 anos mais tarde seus missionários selecionaram Londrina para construir uma escola bíblica, o Instituto e Seminário Bíblico de Londrina (ISBL) - “escola bíblica para formar pastores, obreiros e evangelistas para evangelizar a nação brasileira”. Londrina foi escolhida para sediar o Seminário porque, conforme palavras de seu pastor: “era conhecida como a Capital Mundial do Café e tinha uma população de 70 mil habitantes e apenas 20 anos de existência”.

O fato curioso é que, conforme relato de um dos primeiros pastores da Igreja Missionária do Brasil na cidade, esta denominação só chegou aqui em 1958:

---

<sup>24</sup>A Igreja Holiness nasceu da Oriental Missionary Society (OMS), fundada por missionários norte-americanos que foram para o Japão em 1901 com o objetivo de realizar um trabalho de evangelização junto àquele povo. Em 1925, migrantes japoneses ligados à Igreja Holiness, desembarcaram em São Paulo em busca de melhores condições de vida e trazendo na bagagem também a tarefa de evangelizar os patrícios que para o Brasil migraram. Estes vieram com o propósito de trabalharem na plantação de café. O primeiro grupo de japoneses chegou em 1930 e em 1935 já havia cerca de 100 famílias no Norte do Paraná (mimeo).

Os missionários deveriam trabalhar para a própria sobrevivência, mas também deveriam testemunhar da fé evangélica para seus patrícios [...]. As Igrejas Holiness que se formaram no Brasil entre as colônias nipônicas tornaram-se autônomas em 1934, denominando-se daí em diante Igreja Holiness do Brasil [...]. Em julho de 1962, em Concílio realizado em Londrina, decidiu-se a mudança da denominação para Igreja Missionária. Deu-se a separação das duas alas existentes: os japoneses continuaram com o mesmo nome, Igreja Evangélica Holiness do Brasil e os brasileiros com Igreja Missionária.

Ao mesmo tempo em que a cidade vivia um processo de crescimento urbano e rural, com a chegada de levas de migrantes para o trabalho nas lavouras de café, na produção e reprodução da mensagem religiosa e dos bens sagrados, a disputa entre padres e pastores pelo monopólio do campo religioso provocava um intenso conflito em seu interior, dando-se entre os protestantes históricos e os católicos, algumas contendas, que às vezes chegavam a se tornar um verdadeiro caso de polícia. Esses conflitos somente se arrefeceram com a chegada do primeiro bispo a Londrina, D. Geraldo Fernandes, em 1957<sup>25</sup>. Segundo o pastor:

Naquele tempo havia uma certa rixa, uma certa dificuldade entre os evangélicos e a Igreja Católica [...] Eu próprio fui ameaçado umas 2 ou 3 vezes, quando estava pregando ao ar livre. Nós íamos a uma praça, no centro da cidade e aí pregávamos. Em 1957, nós estávamos em Alvorada do Sul e fomos chamados pelo delegado: ‘escuta, nós estamos pedindo para vocês não pregarem hoje à noite, porque chegou hoje cedo um grupo de marianos e disseram que se os crentes forem pregar ou vão morrer ou vão matar por amor a Deus. Então, como delegado, estou pedindo para vocês não pregarem.’ Tínhamos um pastor que (disse) ‘o senhor conhece a Constituição brasileira, dá livre e espontânea liberdade para pregar o evangelho e liberdade religiosa. Nós estamos dentro da lei e nós vamos pregar.’ Fomos pregar e não aconteceu nada. Em Jaguapitã eu estava pregando ao ar livre e chegou um grupo de pessoas: ‘Pára de pregar!’. Eu disse: ‘o que o senhor deseja? Nós somos marianos e queríamos começar o trabalho, mas o nosso pessoal está todo aqui. Dá para o senhor parar? Eu disse: Jesus nos mandou

---

<sup>25</sup>O bispo de Curitiba e a Câmara Municipal de Londrina, em 1953 iniciaram campanha junto à Nunciatura Apostólica com o objetivo desta aprovar a criação da diocese de Londrina, pedido que alcançou êxito em 1956 com a indicação do padre Geraldo Fernandes para bispo de Londrina em novembro desse mesmo ano, assumindo a nova diocese em fevereiro de 1957 (PROBST apud SILVA, 1999).

pregar o evangelho e nós vamos pregar. E a maior autoridade é Jesus.’ Eu continuei a pregar. Ele quis avançar para cima de mim. Tinha um delegado que parece que era da Igreja Batista, que disse: ‘está preso’. Prendeu o mariano e o soldado pegou o revólver e deu tiros e aí a multidão se dispersou. Houve a perseguição. Quando o bispo D. Geraldo veio para Londrina a coisa começou a melhorar. Ele disse: ‘não vamos perseguir. Vamos considerar os protestantes como irmãos separados. E não vamos mais perseguir.’ Acabou. Parou as perseguições. Havia assim aquelas briguinhas, mas não houve mais tantos problemas [...]. Houve uma queima de Bíblias em Cambé. Parece-me que foi em 1956. Os evangélicos receberam o Novo Testamento ou Bíblia e distribuíram. O padre anunciou: ‘domingo vai ter na praça pública uma reunião e todos que têm o livro do diabo, que os protestantes distribuíram, para trazer e queimar na praça.’ Eu não estive presente, ouvi falar, foi contado [...]. Dom Geraldo veio e mudou bastante [...]. (Ig. Missionária)

Novamente o conflito no campo religioso voltou a manifestar-se na década de 1970, quando as igrejas pentecostais começaram a ocupar mais e maiores espaços, produzindo e difundindo uma mensagem religiosa inovadora e atraente para aqueles que buscavam amparo emocional e espiritual para sua vida. Seu crescimento numérico ao longo da década e a diferença no que se refere à teologia e a um comportamento ascético e rigor ético provocaram dificuldades de relacionamento em diferentes situações:

Sempre fomos controlados, nem o extremo pentecostal, nem os extremos tradicionais. Os pentecostais diziam que havia muito mundanismo, muitas modas exageradas. Eles eram exagerados demais! Por exemplo, os pentecostais naquele tempo não aceitavam pintura de jeito nenhum. O corte de cabelo [...]. O ISBL não aceita isto, o que é que tem a mulher cortar o cabelo ou não cortar? Então a gente dizia: ‘evita andar à la homem’. Que era década de 60 e 70. Quando entrou a mini-saia, você não sabe a briga aqui dentro. Foi terrível. Quando entrou a calça comprida foi a mesma coisa. Era excluído da igreja. O ISBL disse: ‘o que é que tem, não podemos fazer isto. Mas também vamos evitar o exagero pentecostal, esse barulho e essa gritaria nas igrejas’. O ISBL ajudou um pouquinho a equilibrar estas coisas, estas doutrinas. (Ig. Missionária)

O rebanho crescia, era preciso competência e habilidade para conduzi-lo e administrá-lo. Muitos pastores-dirigentes perceberam a necessidade de que seu quadro de pastores se qualificasse e se preparasse para a produção e reprodução da mensagem religiosa, bem como para a elaboração e reprodução dos saberes e práticas dos rituais litúrgicos. Mas, para que os pastores alcançassem pleno sucesso em suas palavras, era fundamental que eles fossem legitimamente reconhecidos e aceitos por seus fiéis como os únicos competentes para ministrar tais saberes e rituais, já que como simples crentes participantes não teriam capital religioso suficiente e adequado para ministrá-los e muito menos perpetuá-los (BOURDIEU, 2004, p. 39). Como se vê, na divisão do trabalho religioso, cada um dos membros tem sua função previamente definida e legitimada por todos.

Quando começaram a freqüentar as aulas do curso de Teologia no ISBL, os pastores das igrejas pentecostais não aceitavam com tranqüilidade os estudos teológicos. Para estes, a oração e a fé eram suficientes para a pregação, e como seus costumes e conduta religiosa eram de forte ascetismo, os atritos entre alunos de diferentes denominações e professores da faculdade era inevitável:

Naquele tempo, a maior parte dos pentecostais dizia que a faculdade teológica ensinava muitas coisas humanas, nós temos que ser mais bíblicos e pregar as coisas de Deus. Com o tempo, os pentecostais viram que precisam de mais conhecimento, mais estudo, mais preparo para melhorar suas mensagens, os seus princípios. Isso foi uma falha pentecostal [...] hoje os pentecostais têm a sua própria faculdade teológica, eles estudam. O ISBL no princípio não aceitava os pentecostais. Mas, logo foi aberto para pentecostal [...]. Católicos também não podiam estudar no ISBL. Hoje tem católicos até na pós-graduação. (Ig. Missionária)

A diferença entre igrejas históricas e pentecostais, no que se refere à teologia e doutrina religiosa, era considerada um dos aspectos centrais, haja vista o destaque e incentivo que estes davam à experiência mística dos fiéis:

O problema do pentecostalismo e tradicionalismo era a pessoa do Espírito Santo em si. Os pentecostais afirmam que nós temos pelo batismo o Espírito Santo. Ficam cheios do Espírito Santo. E quando recebe o batismo do Espírito Santo, fala em língua estranha. E naquele tempo os tradicionais não aceitavam isso. Dizem

que é fingimento, não é a realidade, não é bíblico. Sempre havia um pouco de intriga entre pentecostais e tradicionais. E isso demorou um certo tempo, até que foi harmonizando. Depois de muitas reuniões, discussões [...] os pentecostais estão crescendo tremendamente e nós não estamos crescendo. Qual o segredo? Aí eles foram equilibrando, hoje está bem mudado, hoje nos reunimos [...]. Está mais na doutrina (o conflito) a doutrina do Espírito Santo, a pessoa que nos unifica e está nos separando [...]. (Ig. Missionária)

A sobrinha do pastor da Igreja Assembléia de Deus Madureira também afirma que o fato de a manifestação religiosa basear-se na emoção e espontaneidade, bem como o ascetismo pentecostal os isolavam dos demais evangélicos:

A Assembléia de Deus era bem pentecostal, de barulho, de falar em línguas, de todo mundo orar junto. E a presbiteriana, Batista eles eram mais de um só orar, outros só ouviam. Batismo do Espírito Santo quase nem tinha. Agora, hoje em dia tem bastante. Então, tinha aquele preconceito, porque o assembleiano era muito barulhento. Às vezes não se entrosava muito por causa disso. Por causa de usos e costumes também. A Assembléia não deixava cortar cabelo de jeito nenhum. Brinco não podia usar, calça comprida de jeito nenhum. E essas igrejas eram mais liberais [...]. (Ig. Assembléia de Deus Madureira)

Apesar da maior liberalidade dos líderes religiosos das Igrejas Assembléia de Deus em relação ao comportamento e vestuário de seus membros, constatou-se que nos cultos dessa igreja as mulheres em sua quase totalidade usavam saia ou vestido e os homens, ao menos os mais velhos, usavam terno ou roupa social.

Havia a animosidade e desconfiança entre evangélicos históricos e pentecostais nos cultos e nas relações que se estabeleciam entre os pastores e entre os fiéis. Mas, o avanço destes entre os evangélicos tradicionais levou os primeiros a buscar novas formas de expressão religiosa:

Eles viram que eles eram mais evangelísticos. Viram que eles eram, de certo modo, mais unidos entre eles. O pastor deles tem bastante autoridade. E os membros deles eram muito fiéis às ordens pastorais e isto tudo influenciou mais ou menos as igrejas tradicionais. E entraram mais ou menos naquela linha, não

naquele exagero pentecostal [...] houve um tempo as igrejas tradicionais não batiam palma, hoje batem. Um tempo eles não levantavam a mão para orar a Deus, hoje... (Ig. Missionária)

Não obstante as desconfianças e desavenças entre os gestores dos bens de salvação do sub-campo protestante, a desenvoltura e sucesso dos pentecostais entre os fiéis levou as igrejas históricas, então guardiãs dos preceitos luteranos e calvinistas, a também adotarem algumas experiências e rituais dos herdeiros do pietismo, metodismo e movimento holiness:

[...] A década de 60 e 70 houve esse reboiço todo, muita perseguição e também divisão de igrejas. Por exemplo, a Igreja Presbiteriana, a Renovada, ela se separou da IPB, porque não concordava com certas coisas e criaram o movimento renovado, que era inclinado ao pentecostalismo e quando a IPB viu isto, excluiu aqueles. E aí, eles começaram a Igreja Renovada. A Igreja Batista era muito tradicional e aí começou um movimento em Belo Horizonte, através de um centro chamado o Rei do Nascimento. Um movimento inclinado à oração, à busca da Bíblia, à plenitude do Espírito, dons espirituais... E este veio até Londrina e fez um trabalho aqui e eu assisti este trabalho. E o pastor batista passou pela mesma experiência e foi tão poderosamente usado que a igreja começou a explodir. Ele foi perseguido pela própria igreja e saiu de Londrina e foi para Santos [...]. Mais tarde eles aceitaram, com a vinda do Glênio a igreja melhorou muito, com a vinda do (pastor) Messias [...] bem mais inclinada para adaptar certas experiências pentecostais. E a igreja cresceu assim. É uma igreja de oração, que crê nos dons espirituais, crê no fruto do Espírito. A Igreja Presbiteriana, a Igreja Metodista também cresceram bastante. (Ig. Missionária)

Como se pode verificar do exposto, o crescimento não transcorreu de forma tranqüila e fraterna como alguns religiosos pretendem que seja. Na leitura das atas do Conselho de Pastores<sup>26</sup>, observamos que esses conflitos se manifestavam de forma explícita. No dia 19 de

---

<sup>26</sup>De acordo com seu presidente, o Conselho de Pastores tem por objetivo “criar um ambiente de relacionamento entre os pastores da cidade [...] para que os pastores das diversas denominações que existem em Londrina, com suas diferenças, suas particularidades, tenham a possibilidade de caminharem juntos, de se encontrarem, de trocarem experiências.” A ata mais antiga do Conselho data de 12 de outubro de 1943, registro de reunião realizada nesta data com a presença dos pastores: “Rui Carneiro Giraldes, Tomas Clinkscales, Henrique de Camargo e Roderik Davies e Jonas Martins, respectivamente das Igrejas Metodista, Batista, Cristã Presbiteriana, do Instituto Bíblico e da Presbiteriana Independente.”

março de 1968, houve uma reunião para discutir o plano de formação de dois Conselhos de Pastores, um representando as igrejas tradicionais, outro as igrejas pentecostais:

Lamenta-se o ataque que alguns fazem publicamente contra igrejas irmãs e o proselitismo, procurando arrebanhar membros de outras igrejas. Considerando que a formação de dois conselhos consistiria num testemunho negativo perante o mundo e que seria a maneira menos cristã de solução de nossas relações, chegou-se a um consenso comum de que deveríamos continuar unidos, mas em um clima e amor cristão e respeito mútuos. [...] Resolveu-se estabelecer uma declaração de princípios que seria assinada pelas igrejas concordantes, para isto sendo nomeada a seguinte comissão para redigi-la [...]. (Ata do Conselho de Pastores, 1968)

O conflito no interior do sub-campo protestante não foi admitido por todos os dirigentes espirituais. Assim como se dá na Igreja Católica, os pastores também procuraram não abordar suas diferenças doutrinárias e mesmo pessoais, perante aqueles que são de fora da administração eclesiástica, objetivando transmitir uma suposta unidade na diversidade religiosa. Em nosso ponto de vista, essa é uma tentativa de assegurar um mínimo de unidade para garantir a conquista do monopólio na divulgação da mensagem religiosa e na gestão dos bens de salvação para os evangélicos, tanto entre os históricos como entre os pentecostais, em oposição a Igreja Católica, religião dominante que detém o monopólio e assegura para si as benesses que acompanham este domínio, ou seja, maior visibilidade na sociedade e, principalmente, maior poder de influência junto àqueles que estão em cargos públicos e maiores vantagens –econômicas – da administração pública.

Além do Conselho de Pastores, há mais duas entidades representativas, a Federação das Igrejas Evangélicas Locais (F.I.E.L.), fundada em 1988 e a Associação Evangélica Pentecostal do Brasil (AEPB), fundada em 1992. Ambas surgiram por iniciativa de dois pastores da cidade e têm por objetivo assessorar e orientar os dirigentes espirituais das igrejas. Expõe o fundador da F.I.E.L.:

Nós descobrimos que muita gente estava como nós. Pequenas congregações sem vínculo nenhum, isoladas. Ai criamos a Federação das Igrejas Evangélicas Locais para abrigar esses grupos. [...] Eu presido essa Federação até hoje e nós temos mais de 150 igrejas ligadas, com muitos pastores no Brasil todo. [...]. Ela foi fundada para abrigar as igrejas pequenas, que estavam sem nenhuma cobertura

ministerial. Uma coisa é ficar numa rua, numa vilazinha, sozinho, desligado de todos. Outra coisa é eu estar aqui, mas pertencço a um grupo maior. [...] A FIEL não tem ingerência nenhuma no patrimônio, nas finanças. Mas, ela é um órgão de referência e cobertura ministerial. (Ig. Sagradas Missões)

Para o pastor-presidente da Associação Evangélica Pentecostal do Brasil, a criação de mais uma entidade em uma cidade que já conta com duas entidades que congregam pastores, se justifica porque:

Somos unidos com as outras igrejas, que eu sou o presidente de uma associação (AEPB). Tem 40 igrejas de várias denominações filiadas...Pode ter 20 ou 30 denominações. Eles vêm aqui eu se dou com eles, eles se dão comigo. As diferenças de igreja são porque têm igrejas que costumam louvar Deus com palmas, outras usam tocar só um instrumento, a outra gosta de todos [...]. A Associação tem 12 para 13 anos [...]. Eu e mais seis pastores que somos fundadores da época. (Ig. Missões Mundiais)

Os demais pastores entrevistados foram vagos no momento de emitir opiniões acerca dessas duas entidades, limitando-se a dizer que as conheciam por nome. Essa atitude confirma a afirmação de que as divergências e conflitos eram assuntos pouco comentados com aqueles que não pertencem ao grupo de dirigentes e administradores.

A partir do que os pastores falaram, e principalmente, do que não falaram a respeito quando evitaram abordar com maior profundidade a existência dessas duas entidades, acreditamos que o surgimento das mesmas é consequência de um conflito que nasceu com a chegada e avanço das igrejas pentecostais por bairros e regiões ocupadas anteriormente pelas igrejas históricas. E era nos encontros e reuniões, como os ocorridos no Conselho de Pastores, que a competitividade no sub-campo protestante vinha à tona, quando os conflitos se acirravam, expondo a disputa por espaço físico, político, legitimidade e fiéis. A fala do pastor da Ig. Sagradas Missões a esse respeito é sintomática:

Essa Associação (AEPB) é um tipo de Conselho de Pastores da cidade que eu saiba. O pastor Benedito e um grupo criaram uma associação na zona norte de Londrina [...] para comunhão entre eles e é um órgão paralelo do Conselho de Pastores. Porque eles achavam que o Conselho era mais para as igrejas

tradicionais, mais do centro da cidade. A periferia ficava relegada a um segundo plano. No começo era para ter um nome quase igual ao Conselho. Depois houve entendimento e o nome ficou este.

Além da competitividade no campo religioso, outro componente a aprofundar o conflito era a situação econômica e social de pastores e seus fiéis. A religião, como destacou Weber (2004), tem como uma de suas principais funções extra-religiosas assegurar e legitimar a ordem política e econômica, o que leva a reproduzir, em seu interior e por meio de seus agentes institucionais, também esta ordem, ou seja, as igrejas com maior poder econômico excluem das decisões referentes às manifestações religiosas e mesmo política, as igrejas mais frágeis.

Em 1963 mais uma igreja surgiu, a Comunidade Nova Aliança por obra do pastor Samuel de Souza e sua esposa, Lygia de Souza, os quais saíram de São Paulo e chegaram à cidade em 1962. Ambos pertenciam à Igreja do Evangelho Quadrangular; mas, conforme relata:

[...] por questões que não vem ao caso agora, nós não permanecemos nesta organização em São Paulo. Nós não nos desvinculamos da experiência, nem de Deus, mas de uma organização. Como nos dias atuais, existem muitas organizações [...]. (Com. Nova Aliança)

O pastor e seus auxiliares iniciaram o trabalho de divulgação de sua doutrina religiosa em uma tenda no centro da cidade, seguindo os passos de outras igrejas surgidas no período que também se utilizavam de tendas, uma prática de evangelização trazida pela Igreja do Evangelho Quadrangular para o Brasil. Conforme seu relato:

Nós recebemos da parte de Deus uma palavra para vir ao Paraná [...]. Fomos levados a fazer reuniões em praça pública, em 62-63. Testemunhando, pregando o chamado de Deus. Na concha acústica, depois passamos a nos reunir num teatrinho na rua Goiás [...]. E nós alugamos uma vez por semana aquele local para nos reunir [...]. E Deus foi acrescentando mais um casal, mais um jovem. Depois teve a necessidade de um local mais amplo. Nós procurávamos saber o que fazer para atrair o povo no sentido para aquilo que nós estávamos pretendendo colocar, num local onde pudéssemos abrigar um maior número de pessoas sem muitas

dificuldades. E Deus nos levou a construir nosso primeiro pavilhão. Nessa época, um pavilhão de lona, uma espécie de tenda. Cabiam mais ou menos entre 300 a 400 pessoas. Lotamos aquele lugar e aí Deus nos levou a construir um tabernáculo, uma tenda um pouco maior foi instalada na rua Bahia. Passamos ali mais alguns anos e em 1970, com o incentivo dos que ali já haviam sido alcançados, iniciamos um trabalho de arrecadação de fundos para construir nosso primeiro templo em Londrina.

O casal de pastores, além de realizar a pregação em praça pública, tendas, auditórios, também realizava um programa de rádio, uma inovação no tocante a recurso evangelístico da década de 1960. Conforme palavras do pastor:

Iniciamos logo em seguida também um programa de rádio. E este programa atingiu uma grande porcentagem da cidade de Londrina e de toda a região. Chamava-se 'Ecos do Calvário', programa que era levado ao ar diariamente ao meio-dia [...]. Chegou uma época que nós recebíamos 100 cartas diariamente [...] e a maioria desse povo não morava em Londrina, morava na periferia das cidades vizinhas. Todos eles esperando que nós levássemos a mesma palavra, que eles estavam ouvindo pelo rádio. Então foi assim que foi se estendendo a igreja nesta região. (Com. Nova Aliança)

O pastor conta que sua igreja também foi vítima de perseguições por parte de moradores da cidade que não aceitavam essa nova expressão religiosa. No entanto, o pastor não soube informar quem eram as pessoas que as promoviam:

Olha, primeiro capitão de toda a perseguição chama-se satanás. O diabo e o satanás e seus anjos, seus demônios odeiam e perseguem tudo aquilo que é de Deus [...]. Não foi uma coisa que eu dei muita atenção. Porém, houve sim. Nos queimaram algumas tendas na região. Em Londrina nunca aconteceu, mas houve tentativa. Chegaram a entrar montado a cavalo dentro do local de reunião, dando tiro para cima, numa cidade perto de Apucarana, queimaram dois pavilhões de lonas nossos. Mas, cada vez que isto acontecia, havia uma reação, eu creio que não somente de nossa parte, mas de Deus [...]. E alcançamos muitas cidades no norte do Paraná, no interior de São Paulo [...]. Tivemos perseguição tanto aqui

como em outros lugares, verbal...Mas, isto nunca nos abalou, porque o chamado de Deus e a convicção eram tão grandes do que Deus queria que nada poderia impedir de realizarmos o que Deus estava nos propondo a fazer [...]. (Com. Nova Aliança)

Quando levantamos a história da Igreja Casa de Oração para todos os Povos, encontramos mais uma vez o relato de conflitos entre igrejas históricas e pentecostais. Gestada no início da década de 1980 e concretizada alguns anos mais tarde, em 1986, a Casa de Oração para todos os Povos – Ministério Sagradas Missões foi fundada por um grupo liderado por um pastor que se desligara da Igreja Presbiteriana Renovada, que, por sua vez, teve como um de seus fundadores o próprio religioso. Seu desligamento decorreu da não aceitação de uma “rigidez doutrinária na área de usos e costumes”:

Se eu tivesse um televisor na minha sala, eu não podia ser pastor da igreja. Se eu fosse a uma praia com a minha família, eu tinha que me desligar da denominação [...]. E também porque nós estávamos começando um trabalho assistencial e a igreja não via com bons olhos o ministério assistencial, porque diziam eles que eu tinha que receber favores e depender de pessoas na sociedade que não tinham o mesmo pensamento e o perfil para ser participante de trabalho de nossa igreja [...] a única coisa que nós tínhamos era o trabalho assistencial, que nasceu na nossa casa e cresceu muito em Londrina [...] já tínhamos um começo do ministério (assistencial). E o ministério na ocasião era recuperação de toxicômanos, especialmente moças, ele não era bem visto pela denominação. E, desligando, nós fomos ampliando, criamos as bases do trabalho social, ficamos com uma congregação local, podíamos por em prática a visão que nós tínhamos como grupo local. O trabalho social foi se ampliando [...]. (Ig. Sagradas Missões)

Se nos reportarmos aos escritos de um dos primeiros reformadores, João Calvino, leremos que entre seus princípios está a determinação de que o homem deve submeter-se a uma rigorosa disciplina, tanto do espírito como do corpo, uma “ascese na liberdade”. Não deve o cristão privar-se do uso das coisas criadas por Deus, assim como não deve cair na concupiscência da carne, que extravasa em relação ao uso das coisas. Ele deve impor-se um freio no uso dos bens terrenos, deve estar ciente de que tudo foi criado para reconhecer Deus e prestar-lhe ação de graças.

Eram normas fundamentadas em princípios que deveriam ser seguidos pelos membros das igrejas reformadas em regiões de predominância protestante. No entanto, em um país como o Brasil, onde a presença hegemônica das idéias e ideais da Igreja Católica se faz presente desde a nossa colonização, a doutrina calvinista ao longo do tempo foi sendo adequada e adaptada por seus seguidores à realidade brasileira, também marcada pela pobreza e desigualdade social. Apesar disso, esta readequação não foi plenamente seguida ou mesmo aceita por todos, tanto que a resistência se fez notar, como se pôde constatar.

Após seu desligamento da Igreja Presbiteriana Renovada, o pastor ficou um tempo decidindo o que fazer, até que:

Descobrimos um senhor, na verdade, ficamos sabendo de um templo que é onde nossa igreja nasceu, na Vila Casoni, e esse senhor [...] sabíamos que ele tinha essa igreja. Mas, não sabíamos onde morava. E orando Deus fez com que esse homem nos procurasse e ele já tinha uma igreja no papel, uma igreja fantasia, mas que de fato ela não existia. Ela nasceu em Cascavel, com o nome de Ministério Sagrado das Missões de Jesus [...]. Em 6 meses nós aprovamos o estatuto da nossa igreja e alteramos a razão social e ele acabou ficando um tempo conosco, ficou muito doente e faleceu. Mas, antes ele transferiu esse templo nosso para o nome da nova igreja que surgia [...]. Mudamos o nome porque Sagradas Missões de Jesus parece muito com a Igreja Católica, Sagrados Corações. Eu sou de origem presbiteriana. Meus pais eram presbiterianos. Então, a questão do nome era muito interessante para nós. Nós fomos nos adaptando e fomos vendo o significado de missões, sagradas missões, fizemos uma alteração, mas não foi muito significativa. Ficou Ministério Sagradas Missões, porque são várias igrejas. (Ig. Sagradas Missões)

A ruptura é um processo difícil para quem vive e mesmo para os que apenas assistem, porque as instituições, ao sofrerem transformações radicais em sua estrutura interna, também provocam mudanças na realidade ao seu redor, exigindo dos indivíduos e da coletividade uma adaptação à nova situação que se instala. Pastor Celsino relata a dificuldade dos demais pastores para compreender e aceitar seu rompimento com uma igreja histórica, já que as correlações de força mudaram, novos atores sociais entraram em cena, com interesses que poderiam chocar-se com os interesses já estabelecidos:

Quando você está dentro de um sistema denominacional, você é visto como o sistema, uma denominação. Nós éramos de uma igreja grande, na ocasião com mais de mil pessoas em Londrina. Eu estava aqui há nove anos. Eu tinha sido presidente do Conselho de Pastores da cidade. A nossa igreja tinha boa representatividade em qualquer lugar, prefeitura, fórum. Mas, assim que a gente sai, faz aquela confusão geral, desde colegas que não sabem o que aconteceu realmente e comentam, e aí todo o povo comenta. Você pode, de um dia para o outro, de anjo virar demônio. Sai aqueles comentários mais difíceis. A gente chega numa reunião, como a do Conselho de Pastores, que eu não podia falar nada, nem podia fazer uma oração, porque eu não era bem recebido porque eu tinha saído de uma denominação. Os grandes olham a gente, que agora é bem pequenininho, com muitas reservas e nem acreditando. E até profetizando para que não dê certo mesmo, porque eles não acreditam naquilo que a gente vai fazer. Você quer se unir aos pequenos como você. Mas, os pequenos acham que você é um competidor. Ao invés de somar, vai estar junto ali. Mas, daqui a pouco, você pode atrapalhar o progresso deles. Tomar pessoas deles. Então, você não é bem visto, nem bem aceito pelos pequenos, porque não confiam. Não é bem aceito pelos grandes, porque não acreditam. Eu fiquei um tempo sem poder exercer nada em função representativa dos evangélicos em Londrina. Até que foi passando. Cinco, seis anos depois, eu voltei a ser o presidente do Conselho de Pastores da cidade. A igreja foi tomando um rumo maior, foi se instalando, a verdade vai chegando, essas coisas todas vão se acalmando. Tenho hoje um bom relacionamento com todos na cidade. E nós que saímos, às vezes ficamos tão machucados, que acabamos fazendo coisa errada também, falando o que não devia falar. A imaturidade nossa às vezes é muito grande e atrapalha muito. Nós tivemos que aceitar muitas coisas [...]. (Ig. Sagradas Missões)

Esse foi um período que o campo religioso – sub-campo católico e protestante - vivenciou conflitos, divisões e questionamentos, ampliando e acirrando a competição no mercado de bens simbólicos. A partir da década de 1960, se voltarmos nossa atenção para a Igreja Católica no Brasil, constatamos que ela experimentou uma reorientação teológica e social em sua tradicional forma de agir. Por um lado, o Estado brasileiro passou a fundamentar sua legitimidade no discurso do desenvolvimento econômico, o qual promoveria melhorias de condições de vida dos trabalhadores, relegando a segundo plano a ideologia

religiosa, que contribuía para garantir, através de um discurso anti-comunista e de negação da existência de conflitos sociais, a manutenção da ordem política e econômica. Com o golpe militar de 1964, o discurso legitimador passou a fundamentar-se na doutrina de segurança nacional<sup>27</sup>.

As repetidas falas de padres e bispos quanto à importância de uma harmonia e união entre patrão e empregado, entre ricos e pobres, passaram a dividir espaço com os discursos de lideranças leigas, de padres e de freiras que denunciavam as ações ilegais da ditadura militar e o aumento da pobreza entre os trabalhadores. Todavia, não se deu de forma pacífica essa nova reorientação teológica.

Enquanto a Igreja Católica conseguia administrar seus conflitos internos, graças a sua longa experiência e tradição em encobrir e superar diferenças na interpretação de questões essenciais da existência humana, por meio da elaboração de um mínimo de dogmas, ritos e liturgias, reforçada por uma hierarquia rígida e centralizada, o que impedia dessa forma, que no momento das desavenças houvesse o “esgarçamento” do tecido que mantém unida a instituição, e conseqüentes cismas, o mesmo já não ocorria com as igrejas evangélicas, que também vivenciaram um período de conflitos; porém, a busca de soluções se deu pelas divisões, rompimentos e criação de novas igrejas.

A autonomia que as igrejas evangélicas têm no que se refere à teologia e doutrina, associada à inexistência de um poder central, bem como sua centralidade na emoção e concepção religiosa do mundo e do que se passa ao seu redor, possibilita que seus pastores e fiéis se movam conforme sua interpretação pessoal acerca das palavras contidas na Bíblia. Contudo, associada à flexibilidade da doutrina e à exortação à experiência mística há ainda outro fator que Mendonça (1997, p.76) destacou e reproduzimos aqui: “Embora essas divisões sejam sempre racionalizadas a partir da fidelidade ou não à sã ‘doutrina’, regra geral se originam dos conflitos causados pela disputa de poder por parte de grupos internos.” Poder para decidir os caminhos doutrinários que os pastores, enquanto de posse de uma legitimidade conferida por seus fiéis na produção e reprodução da mensagem religiosa, definiram para seus

---

<sup>27</sup> A Ideologia de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi transplantada para o Brasil após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de garantir metas de segurança para implantar uma geo-política capaz de impedir o expansionismo do comunismo no continente americano, bem como criar condições favoráveis para a construção de um modelo de desenvolvimento econômico favorável à entrada do capital estrangeiro, por meio do fortalecimento do Estado. Em 1964, a Escola Superior de Guerra, a partir dessa ideologia, instituiu a Doutrina de Segurança Nacional, fundamentada nos conceitos da divisão do mundo em dois blocos antagônicos – capitalismo e comunismo – e do alinhamento do Brasil ao “bloco democrático e cristão”, tendo os EUA à frente (ALVES, 1985).

fiéis trilharem. Os que concordam, saem da igreja junto com seu líder espiritual e tornam-se co-fundadores de uma nova igreja.

Outro exemplo de divisão decorrente dos fatores acima citados foi a que se deu na Igreja Evangélica Luz do Mundo, nascida no interior da Igreja Evangélica Avivamento Bíblico, em 1972. De acordo com o pastor-presidente, na verdade a Igreja Luz do Mundo já existia desde o ano de 1955, mas com o nome de Avivamento Bíblico. De acordo com os fatos relatados em livro escrito por um presbítero da Igreja Luz do Mundo, o Avivamento Bíblico era:

[...] um movimento organizado em São Paulo pelos irmãos Mário Roberto Lindström, Alídio Flora Agostinho e Oswaldo Fuentes, homens de Deus que mais tarde trariam a Tenda para Londrina. [...] Mário, Alídio e Fuentes pregavam a cura divina, que o Espírito Santo ia confirmando através das palavras que ribombavam no ambiente como uma proclamação divina. Os coxos e aleijados deixavam ali as suas muletas e voltavam andando para casa! [...] A célula, inicialmente um filete d'água, ia ganhando corpo e se fortalecendo na ânsia de tornar-se um Amazonas. Para isso muito contribuiu a Tenda da Salvação e Cura Divina, que então chegou para dar ao Movimento rumos definitivos. Armada na esquina da Agência dos Correios e Telégrafos, onde hoje se ergue o 'edifício da Folha de Londrina', cumpriria com brilho sua missão. [...] A prosperidade dos trabalhos desembocou no nascimento do Avivamento Bíblico, conforme ata lavrada no dia 9 de outubro de 1955, pelo então cooperador e hoje presbítero Dametto [...]. (Da tenda ao templo, 2003, p. 8, 9, 10, 14)

Em janeiro de 1958 foi inaugurado o primeiro templo da igreja, onde se localiza até os dias de hoje. Todavia, no início da década de 1970, por conta de divergências doutrinárias e administrativas houve um cisma no interior da igreja. Conta o atual pastor-presidente:

Houve uma separação do ministério. Então ficou Igreja Avivamento Bíblico de São Paulo e de Londrina. Ficaram duas igrejas com o mesmo nome. Em 1972, foi dividido inclusive com relação ao nome. Passou a ser Igreja Evangélica Luz do Mundo. (Ig. Luz do Mundo)

As igrejas que nasceram nas décadas de 1950-1960 enfatizando os dons da cura divina e libertação, atraíam os fiéis que pertenciam às igrejas tradicionais e provocavam a ira das autoridades eclesiásticas das demais igrejas, principalmente a Católica, visto que era de suas fileiras que saía o maior número de homens e mulheres para as novas denominações que se reuniam em tendas e traziam uma mensagem religiosa fundamentada na emoção e espontaneidade. Por conta dessa situação, atos de violência física e palavras ofensivas dirigidas aos pastores eram comuns. E mais uma vez é relatado pelo pastor-dirigente da Igreja Luz do Mundo<sup>28</sup> episódios de perseguições aos seus pastores por parte de membros da Igreja Católica:

Em décadas anteriores o confronto com o Catolicismo era uma coisa dramática. Nós tivemos uns lances desses em Assaí, que foi onde se estabeleceu a primeira igreja no Paraná. E alguns pastores dos nossos foram agredidos fisicamente quando estavam fazendo culto em praça pública. O próprio padre na época se sentiu ofendido com a pregação da igreja evangélica, que na verdade estava ocupando espaço, porque foi justamente nesta década de 60-70 que a igreja evangélica começou a marcar presença. No estabelecimento da igreja evangélica, ela buscou espaço que até então havia a total hegemonia do Catolicismo. À medida que a igreja evangélica se estabelecia, era comum este confronto, porque a pessoa deixava o catolicismo e vinha para as igrejas evangélicas. (Ig. Luz do Mundo)

Ainda de acordo com o pastor, com as igrejas evangélicas tradicionais também ocorreram alguns conflitos, pois estes não aceitavam as práticas e doutrinas pentecostais tão diferentes do que viam até então, mas se renderam diante da expansão dessa nova expressão religiosa:

Havia um certo preconceito nas igrejas históricas, Batista, Metodista, Presbiteriana, com as igrejas de origem pentecostal, porque também havia algumas diferenças doutrinárias, especialmente naquilo que diz respeito aos dons do Espírito Santo e estas coisas mais. Então houve uma mudança de alguns anos para cá e as próprias igrejas históricas não estão mais hoje com aquele perfil

---

<sup>28</sup>O livro “Da tenda ao Templo”, lançado para comemorar os 30 anos da Igreja Luz do Mundo, relata com maiores detalhes como se deu essa perseguição aos seus pastores.

diferenciado do pentecostalismo. Muitas igrejas históricas acabaram mudando um pouco de seu perfil também facilitou o relacionamento. Havia umas escaramuças nos outros anos, mas isto hoje, felizmente, não existe mais. (Ig. Luz do Mundo)

O planejamento e a organização da instituição também estão presentes, com a conseqüente burocratização, visto que o crescimento do número de fiéis e a necessidade de expandir seus quadros exigem uma maior organização da ação evangélica, a criação de um quadro funcional em que haja presidência, diretoria nacional, secretaria, tesouraria. Atualmente são 17 igrejas em Londrina, algumas em outras cidades do Estado do Paraná, no Estado de Pernambuco e até mesmo na Argentina.

Cabe frisar que tanto o pastor da Igreja Missionária como o da Igreja Luz do Mundo não as consideram pentecostal, mas em um “nível intermediário” como afirmam. Para ambos, não há uma ênfase exacerbada nos dons espirituais, “na questão da teologia da prosperidade, ou quebra de maldição”, muito menos não apresentam o perfil das igrejas históricas “de liturgia muito sisuda”, o que, segundo o pastor Arlindo, facilitaria o relacionamento com as demais igrejas evangélicas, históricas ou pentecostais.

Do interior da Igreja Luz do Mundo uma nova igreja foi gerada, a Igreja Comunidade Boas Novas, por pastores que já tinham fundado a Igreja Luz do Mundo. Em janeiro de 2001, o pastor da Igreja Comunidade Boas Novas, junto com um grupo de pessoas saiu da igreja, porque conforme afirmou:

Nesta igreja (Luz do Mundo), nós crescemos espiritualmente. Desenvolvemos um trabalho muito bom. Fui pastor da primeira igreja. Acontece que a Igreja Luz do Mundo [...] não tem a visão celular, e quando nós começamos a buscar Deus, uma ampliação do Reino de Deus e começamos a participar de congressos de igreja em célula, ler muitos livros sobre igreja em célula. [...] E quando nós começamos a fazer treinamento dos líderes, da primeira Igreja Luz do Mundo, alguns líderes, por não ter a compreensão, por não ter a visão de igreja em célula, acharam que nós estávamos trazendo modernidade para aquela igreja. E isso criou na direção da igreja, especialmente no departamento de evangelismo, de missões, (setor administrativo da igreja um problema, porque eles queriam manter aquela linha que foi a igreja que foi fundada há 50 anos. [...]. Eu não tinha o direito de prejudicar, de ferir aquela comunidade, de ferir a direção daquela igreja, aqueles pastores [...]. E a partir daí, nós começamos a congregar numa célula. E esta

célula foi crescendo, a ponto de ter a necessidade de formar a Comunidade Boas Novas.

Se a Bíblia é lida e interpretada como uma fonte de revelação e profecia - alimentando “a certeza da verdade divina inquestionável do texto escriturístico, sem qualquer possibilidade de interpretação” (ORO, 1996, p. 56) – a qual deve ser seguida por pastores e crentes, sem possibilidade de interpretar o que lá está escrito, é porque contém todas as respostas. E é na condução das práticas e rituais do culto que os conflitos vêm à tona. A justificativa para fundar uma nova igreja reside na necessidade de implantar igrejas pela cidade, adotando o “sistema de células”:

Na verdade foi um projeto de implantação de igrejas. Não é uma igreja, são várias igrejas. Nós temos um projeto de implantação de várias igrejas. Nós participamos mais ativamente junto com a SEPAL (Serviço de Evangelização para a América Latina) nesse levantamento que fizemos em Londrina e em algumas regiões tinha necessidade de igreja, em que pese ter muitas denominações. Mas, nós tivemos essa orientação e também essa visão de Deus para constituir uma igreja no sistema de célula, um modelo de célula nosso, doméstico, bem bíblico, aquilo que Jesus Cristo praticava. E a partir daí, nós começamos a trabalhar para fazer um projeto de implantação de outras igrejas. Nós temos um projeto para implantar uma igreja na região norte, a partir do ano que vem. Queremos implantar uma igreja na região sul. Nosso propósito é termos aqui, no prazo de 10 anos, 4 igrejas em Londrina. (Com. Boas Novas)

Essa modalidade religiosa denominada células, na qual um pequeno grupo de pessoas se reúnem em suas casas para ler a Bíblia e orar, vem sendo incentivada por várias denominações, sejam as de origem histórica, sejam as pentecostais, como possibilidade de expandir a igreja e torná-la mais próxima e “acolhedora”:

[...] todas as igrejas que participam de células, estas igrejas têm uma visão nítida e uma direção, elas crescem porque é um trabalho voltado para pessoa, para família. O que acontece com as igrejas tradicionais é que as multidões se reúnem num domingo, num sábado, mas durante a semana elas ficam sem assistência. E a igreja em célula, o líder da célula, ele tem a visão do seu grupo, de 6 a 12 pessoas,

e ele sabe como tratar estas pessoas, como encaminhar estas pessoas. Então, estas pessoas são bem cuidadas nesta visão de igreja em células. (Com. Boas Novas)

A Igreja Comunidade Nova Aliança também faz uso dessa prática religiosa. É o que afirma Proença (2006, p. 44):

O trabalho organizado em células deu grande impulso de crescimento à Comunidade, que atualmente contabiliza cerca de dois mil e quinhentos membros, os quais se distribuem em inúmeros grupos familiares que semanalmente se reúnem em diferentes regiões da cidade para oração e estudos bíblicos sob coordenação de líderes que, mesmo não possuindo o preparo teológico formal, desempenham funções de 'pastoreio' dos integrantes das respectivas células.

No que se refere aos conflitos com as demais igrejas, como se pode constatar mais uma vez, as desavenças não se originaram da teologia ou da doutrina religiosa, visto que a respeito delas não se difeririam das demais igrejas pentecostais, mas sim do modo diferente de como direcionar a prática religiosa, não obstante o pastor alegar que não houve conflitos com as igrejas históricas e pentecostais, diferentemente do que disseram os demais pastores:

Nós temos uma comunhão muito grande com todos os pastores de Londrina. Eu creio que dentro dessa visão de igreja em célula, nós podemos ser muito úteis para a igreja de Londrina, para o Reino de Deus [...]. Em Londrina, em que pese ter muitas denominações, muitas congregações, nós temos uma única igreja de Jesus Cristo [...]. Eu tenho comunhão com todos os pastores e não temos nenhum problema com eles. (Com. Boas Novas)

Admitir conflitos implica reconhecer disputas, isto é, um espírito competitivo entre igrejas na sua busca para ampliar o número de fiéis, as quais deveriam, ao contrário, pregar união, amor, solidariedade. Quanto aos litígios, o pastor alega não existirem, mas em sua fala se contradiz - a doutrina religiosa seria única, haveria divergências na conduta do pastor que supostamente imporiam uma posição contrária à mesma:

A doutrina bíblica é o alicerce maior da igreja. As doutrinas bíblicas são imutáveis. Por exemplo, crer no senhor Jesus Cristo como senhor e salvador [...] crer no batismo com o Espírito Santo, crer na palavra de Deus na Bíblia como palavra inspirada, isto é imutável [...]. O que não aceitamos são as imposições

humanas. Nem eu, nenhum pastor da comunidade pode de repente defender uma tese, uma heresia e querer colocar isso [...]. (Com. Boas Novas)

Em 14 de janeiro de 1984, foi celebrado o primeiro culto da Igreja de Missões Mundiais do Brasil em Londrina, com a participação de quatro pessoas:

Eu vim para cá numa época que o nosso ministério não tinha condições de nos pagar um salário. Eu vim sem salário, sem recurso financeiro, sem emprego, apenas pela fé. Quando eu procurava serviço para trabalhar, não encontrava. Deus fechou a porta, porque eu tinha um plano de trabalhar na obra [...]. Eu me dirigi a São Paulo para arrumar serviço. E também não arrumei serviço e me lembrei de Londrina, porque tinha um plano, segunda capital e eu tinha um plano de um dia trabalhar em Londrina [...] eu tinha no meu coração porque o meu chamado com Deus, Deus já tinha falado comigo, por meio profético, que era para mim pregar o Evangelho. E por isto eu estava ficando desempregado. Primeiro, perdi tudo o que tinha, segundo, fiquei desempregado novamente em São Paulo e vim para Londrina [...] nosso ministério não tinha condições de pagar salário, que também não tinha dinheiro, e eu tinha planos de ficar no ministério em que estava, então vim para cá pela fé [...]. A Bíblia dá segurança para quem tem fé, viver pela fé [...] meu serviço foi bater palmas em frente às casas e oferecer, orar pelas pessoas doentes, pessoas drogadas, pessoas que sofrem. Achei serviço dado por Deus. [...] Comecei a oferecer Jesus para o povo. Não tinha casa para dirigir culto. Um irmão meu, que foi embora para São Paulo e tinha uma casa de 33 m<sup>2</sup>, emprestou para dirigir o primeiro culto [...]. Após 90 dias que eu estava dirigindo o culto, fui buscar a minha esposa. Ficou eu, minha mulher, duas crianças e um para nascer [...]. Tinha 8 pessoas da entidade que já congregava comigo [...] uma vizinha me deu uma mesinha velha, eu pus aquela mesa. Alguém me deu uma cama. Eu dividi os 33 m<sup>2</sup>, 16 m<sup>2</sup> para dirigir o culto, 16 m<sup>2</sup> eu morava [...]. (Ig. Missões Mundiais)

Como outras igrejas, também essa começou a partir de um “chamado divino”, conforme alega seu fundador, que determinava que o “escolhido” abandonasse sua vida voltada para os interesses e coisas do mundo e seguisse os desígnios divinos. Um deus que intervém e dirige os destinos de seus seguidores, cuja única alternativa é a obediência às suas

determinações, o qual não pode ser desafiado ou questionado porque está acima do homem, já que é seu criador – e do próprio universo.

De acordo com o pastor, a Igreja Missões Mundiais do Brasil é uma igreja recente, tem entre 27 e 30 anos e estaria presente em 36 países. Foi ele quem fundou a denominação no Estado do Paraná, a sede está localizada no Estado do Rio de Janeiro. O discurso de sua trajetória religiosa assemelha-se a de alguns pastores, uma vida voltada para o mundo, a conversão, geralmente repentina, e a mudança de vida:

[...] Eu vim para o Evangelho com 24 anos. Primeiramente eu fui curado de meus 2 pulmões. Eu fui para o sanatório em Ubiratã. Antes, eu tinha aceitado a Cristo, eu tinha passado por uma doença, a tuberculose [...] era para ficar um ano internado. Eu recebi oração e fiquei só 40 dias, graças a fé e o nome de Cristo. Isto fez eu edificar muito a minha fé [...]. Jesus edificou a minha fé me dando uma bênção de cura, porque o médico não precisou mais me dar remédio em Ubiratã. [...]. Com 24 anos, eu era de outro ministério, eu congregava na Igreja Brasil para Cristo. Eu fui para São Paulo, porque não tinha igreja mais próxima, me batizei na Igreja Deus é Amor. Mas, não congreguei lá. Só me batizei, porque logo vim embora. E fui chamado pelas Missões Mundiais. Pedi liberação para o meu pastor, que era da Brasil para Cristo, vim com as Missões Mundiais. Eu estava com 31 anos. Está com 33 anos que estou neste ministério, nesta igreja. (Ig. Missões Mundiais)

Uma igreja que começou pequena em um bairro da periferia da cidade com mensagens e atitudes religiosas que atendem minimamente as expectativas e anseios daqueles que adentram o interior do templo. Conforme as palavras de Bourdieu (2004, p. 60), a força e o poder do líder religioso serão tanto maiores quanto maior for sua capacidade de mobilizar e capitalizar as necessidades e esperanças de um grupo de leigos:

Como missões ela tem de tudo. Quem chega aqui se adapta, porque ela tem louvores e adoração [...]. A gente convida e fala ‘nós vamos lutar pela sua causa com oração’. É por isto que Deus nos deu este alcance de nós chegarmos até aqui. Foi cantando, louvando, orando com imposição de mãos pelas pessoas, pedindo a Deus para libertar aquela pessoa e pedindo também a Deus para abençoar e prosperar. Porque têm muitas pessoas que quando chegam aqui, não tinham nada.

Hoje já têm suas casas, seus carrinhos. E eles colaboram porque Deus abençoou eles também. Nós não pregamos dinheiro, nós pregamos o Evangelho e pedimos recurso porque a obra precisa de recurso. E as pessoas dão segundo o que Deus toca no coração. (Ig. Missões Mundiais)

O Brasil viveu, por um período, sob regime militar e testemunhou o agravamento da pobreza. As denominações que surgiram nas décadas de 1970 e 1980, viram repercutir em seu meio os problemas ocasionados nos campos social, político, econômico, cultural e religioso e procuraram adequar-se à realidade vivida por seus fiéis fora dos templos, mas que era trazida para o seu interior. A cidade passou a abrigar levas de migrantes oriundos da zona rural, conseqüência de uma nova política agrícola e a respirar uma lenta liberalização do regime militar imposto ao país que proibia quaisquer manifestações, a não ser a religiosa, e desde que voltada exclusivamente para a oração. Situações que geraram diferentes caminhos.

Alguns passaram a militar em associações de moradores ou movimentos sociais, que buscavam do Estado melhorias dos serviços de consumo coletivo, como creches, escolas, transporte coletivo de qualidade, mais hospitais, construção de habitações populares; outros foram para os sindicatos que lentamente renasciam; outros comungaram com os objetivos e ideais das comunidades eclesiais de base (ligadas à Igreja Católica); outros, dominados pela emoção e subjetividade, foram em busca de respostas e consolo para seus problemas cotidianos. Segundo as palavras do líder espiritual da igreja:

A partir do momento que as pessoas que não conhecem o evangelho, ele entender que se ele for perdoado, se ele pedir perdão a Deus por seus pecados, crer e for batizado e ele começar a adquirir uma fé, os pecados dele para trás é perdoado. Jesus perdoa pecado, o único que a Bíblia fala que perdoa pecado é Jesus [...]. Quando o homem passa a temer a Deus, saber que existe Deus, que existe Jesus, que passa a servir da sua vida só para Deus, essa pessoa passa a usufruir de bênçãos que ele não sabia que ele herdou [...]. (Ig. Missões Mundiais)

Outro fato constatado é a semelhança do discurso dos pastores no que se refere à trajetória de vida. Conforme seus relatos, todos tiveram uma experiência de conversão. Após esta conversão, uma mudança radical na vida do neoconverso. Todos relatam que sua vida antes era voltada para o mundo, que oferecia prazeres, luxúria, bens materiais, mas levava a situações que deixavam os indivíduos sem rumo e esperança. Com a conversão, testemunham

que se sentiram renascer para uma nova vida, abandonando o que tinham vivido e sentido até aquele momento. Tomando de empréstimo as palavras de Mariano (1999, p.116):

Para quem, por meio da conversão, supõe ter recomposto a integridade psíquica, encontrado sentido e forjado identidade segura e que pretende inabalável, a relativização de sua fé representaria o perigo de retorno à dolorosa experiência pré-conversão, quando os referenciais de sentido, as regras e normas de conduta encontravam-se subjetivamente em frangalhos.

O indivíduo, agora um homem ou uma mulher religioso (a), desejaria viver o mais perto possível do sagrado, movimentar-se e viver em um espaço sagrado, porque organizado e perfeito, e com possíveis justificativas para as situações inexplicáveis. Como registrou Eliade (2001), para o homem religioso, o espaço sagrado permite que se obtenha um 'ponto fixo', que permite a orientação na homogeneidade caótica. A religião seria o porto seguro, a possibilidade de novos caminhos e novas esperanças e, o mais importante, a possibilidade de prever o dia seguinte, porque nada aconteceria sem o conhecimento e determinação de Deus.

Essa busca pela religião, reforçada por um discurso religioso com forte conotação emocional se aprofundou e se propagou em um período de mudanças econômicas, culturais e sociais, quando milhares de homens e mulheres foram obrigados a sair da zona rural para ir morar, ou melhor sobreviver, nas periferias sem infra-estrutura das cidades, em ocupações diferentes daquelas a que se dedicavam até então, mal remunerados, o que lhes exigia esforços de adaptação às novas situações.

E foi na religião que buscaram refúgio. Mas, qual religião, se esta também passava por mudanças em sua concepção de mundo e em suas práticas? Deveria ser uma religião que resgatasse os valores, os costumes e o modo de ser e sentir que havia ficado para trás, no campo. E no mercado de bens religiosos há uma variedade de oferta que a todos pode agradar, como bem nos lembra o pastor da igreja Comunidade Boas Novas:

Quem está fora fala assim 'por que está nascendo mais uma igreja?'. A pessoa não sabe a inspiração, a história [...]. Deus fez bilhões de pessoas, todas as pessoas são diferentes [...]. Deus gosta da diversidade. Muitas congregações em Londrina, porque cada pessoa tem um estilo. Deus não está preocupado com placa de igreja, com nome da igreja. Deus está preocupado com a salvação das pessoas, com a transformação das pessoas. E você pode estar na Assembléia de Deus, em qualquer outra igreja, na igreja que você se sentir bem. Você é útil, você trabalha, você fica alegre, você não faz nada obrigado [...]. (Pr. Comunidade Boas Novas)

Surgiram novas igrejas, mas com práticas religiosas antigas e reelaboradas, isto é, práticas que eram amplamente desenvolvidas por um catolicismo que já há algum tempo fora deixado de lado por aqueles que viviam nos centros urbanos, como o recurso aos milagres, a emoção, a espiritualidade que levavam ao entusiasmo individual e comunitário. Uma prática religiosa que tinha uma dupla função: para os fiéis, resgatar um passado que ficou para trás e para a nova igreja uma possibilidade de ampliar o número de membros. Uma religiosidade com forte conotação emocional que privilegiava o aspecto pessoal, em uma sociedade que se massificava, tornando-se impessoal.

O pastor da Igreja Comunidade Nova Aliança afirma que as pessoas vão ao encontro de Deus à procura de amparo e soluções para suas fragilidades físicas e emocionais, causadas por forças extramundanos que impediriam de viver em paz e harmonia:

Eu diria que a maioria das pessoas buscam Deus porque na verdade estão vazias por dentro. E às vezes aparentando uma coisa que não é a realidade. Nós temos muitas pessoas que nos procuraram por estar sofrendo um tipo de enfermidade, tem nos procurado pessoas que tinham a vida atormentada por espíritos malignos. O que Jesus fez libertando endemoninhados no passado, os demônios ainda continuam aí. Ainda continuam perturbando as pessoas, os demônios continuam destruindo vidas. É muito fácil, é só ler os jornais, ouvir a televisão, vamos ver o que satanás está fazendo. Agora, a igreja não deve se conformar com isto [...]. A mente da pessoa está tão transtornada, tão comprometida com coisas naturais, e sem nenhuma resposta, ainda que haja muitos profissionais querendo ajudar as pessoas, psicólogos, psiquiatras. O mais que eles podem fazer é testes e descobrir onde estão as necessidades e dar algumas drogas, remédios que levam até a dependência e outros problemas mais complicados [...]. (Com. Nova Aliança)

A diversidade religiosa também foi justificada pelo pastor da Igreja Missões Mundiais como decorrência de uma variedade de interesses e necessidades daqueles que gostariam de viver uma experiência religiosa:

Tem muitas igrejas [Por quê?] Primeira coisa, sabedoria de Deus, inteligência de Deus. Deus conhece o ser humano, tem pessoas que gostam de cantar mais agitado, mais quietinho. Tem pessoas que gostam de orar mais alto. Tem pessoas

que gostam de orar baixinho. Vai ter uma igreja para ela que gosta de orar baixinho. Vai ter uma igreja para aqueles que gostam de aplaudir a mais. Então, um grupo de pessoas formam uma igreja dentro daquele padrão que eles gostam e vai ter muitos adeptos que vai servir a Deus porque gosta dela. Mas, vai deixar de fumar, vai deixar o álcool. Se for só uma, só um sistema vai agradar um e desagradar a outro. Deus quer que todos venham para ele. Não é ritual de salvação. O que salva o homem e a mulher é a obediência a Deus. Ele cantou, aplaudiu ou não. Mas, não roubou, não matou, não xingou. Foi um santo homem e cumpriu e amou a Deus e a Cristo. Óbvio que está no céu. O céu é para quem é levado pelo sangue de Jesus. É por isto que há união, há apenas uma pequena diferença sobre sistema de batismo. Os conselhos de ensinamento bíblico é o mesmo [...]. (Ig. Missões Mundiais)

Os líderes religiosos, em sua grande parte saída do mesmo estrato social de seus fiéis, e com trajetória de conversão parecida, adotaram atitudes, discursos e ações que acabaram por levar a uma nova forma de sociabilidade, uma nova forma de solidariedade e religiosidade, mas ancorada em antigos preceitos e práticas. O pastor da Igreja Luz do Mundo relata a história de um dos pastores de sua igreja:

Nós tivemos um pastor aqui da igreja que foi alcoólatra no Novo Amparo. É uma coisa que tinha que ser divulgada. O camarada que você pregou para ele caído na rua. Ele não sabia ler, era um jovem na época, com 18-19 anos. Eu fiz o casamento dele. Ajudamos e tal. E ele se encaminhou. Ele quis uma mudança. Hoje ele é pastor de igreja [...]. Você tirou uma pessoa da rua, quando está caída na sarjeta [...]. Quando a pessoa se levanta, ela tem discernimento para procurar o que é melhor para ela. Quantas pessoas não saíram daquela situação? (Ig. Luz do Mundo)

Com a institucionalização da nova igreja e com o aumento da competitividade no campo religioso, a necessidade de qualificar os seus futuros obreiros, diáconos, presbíteros e pastores fez-se sentir, exigindo, com o passar do tempo, que cada uma criasse seu próprio curso de treinamento e seminário para preparar seu quadro de pastores e auxiliares. De acordo com Weber (1999), na aprendizagem profissional dos pastores são-lhes transmitidos conhecimentos específicos sob a forma de uma doutrina e uma ética religiosa, as quais serão,

por sua vez, reproduzidas e difundidas nas celebrações religiosas e servirão para regular a vida cotidiana de cada um dos fiéis. Nessa perspectiva de análise, os pastores e seus auxiliares são considerados funcionários da igreja, já que estão a serviço da sistematização, racionalização e administração do corpo de doutrinas, dos ritos do culto e da garantia da obediência dos fiéis a esta doutrina. Nas entrevistas realizadas, constatamos este fato:

Londrina tem 8 seminários. Não precisaria mais um seminário. Só que os seminários, na ocasião, eram voltados para as denominações, não formavam os líderes para as pequenas igrejas, as igrejas locais. Porque nem acreditavam nesse tipo de governo. Nós mesmos tínhamos que dar um jeito de preparar os obreiros, que fossem atuar nas igrejas locais. Então, foi assim que nasceu a necessidade de nós termos o seminário, que formasse os nossos obreiros. E na igreja, sempre nós tivemos curso, seminários esporádicos e em áreas específicas. Mas, chega o ponto que você vai ter que formar pastores também. E o curso que você dá, através de seminários locais, é fraco, e aí fundamos o seminário [...]. Já está com 19 anos que foi fundado. Assim que nós saímos, já começamos. Eu tenho formado pastores para muitas igrejas, até as igrejas tradicionais mandam alunos para nós [...]. (Pr. da Igreja Sagradas Missões).

Além da competitividade entre as igrejas, há outro fato que demanda a qualificação do quadro de dirigentes espirituais, o crescimento quantitativo de fiéis que freqüentam a igreja, visto que o pastor deverá administrar os bens sagrados, produzir e reproduzir as mensagens religiosas, adequando-as às necessidades e anseios daqueles que adentram as portas do templo. O pastor confirma em sua fala a necessidade de maior preparação teológica daqueles que irão pregar a palavra de Deus:

É preciso que a liderança tenha base bíblica sólida. Para não ficar apenas rotulando, repetindo jargões. Forjar uma igreja no rastro de informações, de conceitos concebidos por um grupo ou por outro, a igreja sente essa necessidade de ter a sua própria base doutrinária. O seminário visa, acima de tudo, preparar estes obreiros com a base bíblica para ensinar a igreja e, evidentemente, com a visão que a igreja tem. (Ig. Luz do Mundo)

No mercado de bens simbólicos, em vista do pluralismo religioso demandando métodos que seguem o modelo que se testemunha no campo econômico, da burocratização do aparelho eclesial, do planejamento para a ampliação institucional e numérica de seus fiéis, a especialização do corpo de pastores torna-se uma estratégia para assegurar uma maior competência e eficiência em sua empreitada para conquistar membros para viverem a experiência religiosa em seus templos. Conforme Bourdieu (2004), o líder espiritual deverá apresentar-se como único especialista detentor de saberes e práticas, isto é, de capital religioso no ritual litúrgico. Expõe o pastor entrevistado:

Nós temos convênio com os seminários existentes. Temos irmãos que estão estudando no ISBL, no Sul Americano, na UNIFIL. Mas, nós temos aqui também um seminário básico. Curso básico de Teologia Boas Novas. No primeiro degrau nós pegamos as pessoas que querem aprender um pouco mais de Bíblia [...]. Além do curso básico, nós temos todo ano, durante 4 meses, a escola de líderes. É uma escola de treinamento, de formação de líderes de células [...]. Hoje, o mundo moderno exige qualificação. Há 30 – 40 anos atrás, as igrejas pegavam uma pessoa semi-analfabeta e consagrava essa pessoa pastor. E ele falava bem a linguagem do analfabeto. Da sua tribo. Hoje, a pessoa tem o 2º grau, já não significa muita coisa [...]. O obreiro, o líder de célula, ele tem que ter qualificação para poder ter o nível igual às pessoas. A nossa preocupação é não deixar o nosso obreiro lá embaixo e a pessoa que ele vai evangelizar, que vai discipular, lá em cima. A nossa preocupação é qualificar o nosso obreiro para facilitar a comunicação com as pessoas que ele vai discipular, para que facilite a compreensão do evangelho. (Com. Boas Novas)

Pelas razões acima citadas, seis igrejas pesquisadas mantêm um curso de formação de treinamento para pastores e líderes. Já as Igrejas Comunidade Nova Aliança e Missões Mundiais enviam seus pastores para seminários já existentes:

São vários seminários que estão sob a direção de outros grupos, mas abertos a qualquer um de nós. [...]. Quando nós enviamos alguém para fazer o instituto bíblico, seja pela facilidade, em São Paulo ou Curitiba ou Londrina, nós procuramos enviá-los para um instituto onde nós temos conhecimento de que o que está se ensinando lá está afeto à palavra de Deus [...]. As pessoas com quem

nós estamos trabalhando, enviando são pessoas de confiança nossa e que por certo já sabem discernir [...]. (Com. Nova Aliança)

As opções religiosas são muitas e variadas. Os fiéis se vêem diante de um pluralismo de igrejas que oferecem diferentes “serviços”; portanto, assegurar a qualificação e aprimorar os serviços dos pastores é um possível quesito na hora da escolha. Os qualificados terão melhores condições e mais recursos teológicos para lidar com situações em que se busca a cura das tristezas e dos tormentos da alma, e podem apresentar para tal finalidade, um discurso carregado de significados espirituais capazes de explicar e superar os problemas que afligem o corpo e a alma de homens e mulheres que procuram a igreja em busca de consolo e respostas (Weber, 1999). Daí o interesse de ter o próprio curso, conforme expressou o pastor de uma denominação:

[...] Aula nós já temos no seminário da Associação (Associação Evangélica Pentecostal do Brasil), uns 4 anos atrás, em convênio com o ISBL, mas nós vamos ter o nosso próprio seminário. (Ig. Missões Mundiais)

A igreja pentecostal mais antiga de Londrina, e do Brasil, a Assembléia de Deus, também tem o seu próprio seminário para atender as demandas de seus fiéis, seguindo, porém, alguns critérios:

[...] quando notamos que uma pessoa é vocacionada, chamada por Deus, olhamos muito nessa área de chamada. Porque às vezes, a pessoa vai no seminário, se forma, mas não tem uma chamada, não tem vocação e terá dificuldade, primeiramente a chamada de Deus. Mas, em geral, muitos outros procuram adquirir mais conhecimento teológico. E nós temos a Escola de Educação Teológica das Assembléias de Deus, com sede em Campinas e ela tem extensão para todo lado [...]. (Ig. Assembléia de Deus)

O que se verifica diante do exposto, é que o sucesso da igreja com o crescimento numérico de seus fiéis, do número de pastores ligados a ela e a conseqüente construção de mais templos está vinculado diretamente ao prestígio, competência, capacidade e qualidade de comando de seu fundador e líder. São características que estão acima do entendimento baseado na razão, porque repousa na fé e no reconhecimento que os liderados têm a respeito

da figura de seu líder quando realiza sua missão. Se nos reportarmos ao que Weber (1999) escreveu a respeito de líder carismático, compreenderemos o sucesso dos pastores diante dos fiéis das igrejas que dirigem e o respeito que estes têm por eles:

O portador do carisma assume as tarefas que considera adequadas e exige obediência e adesão em virtude de sua missão. Se as encontra, ou não, depende do êxito. Se aqueles aos quais ele se sente enviado não reconhecem sua missão, sua exigência fracassa. Se o reconhecem, é o senhor deles enquanto sabe manter seu reconhecimento mediante 'provas'. Mas, neste caso não deduz seu 'direito' da vontade deles, à maneira de uma eleição; ao contrário, o reconhecimento do carismaticamente qualificado é o dever daqueles aos quais se dirige sua missão. (WEBER, 1999, p. 324)

O líder carismático, melhor dizendo, o pastor, fundamenta sua legitimidade junto aos fiéis por meio de sua capacidade de “fazer-se acreditar” (Weber, 1986): ao discursar e dirigir a palavra para cada um dos presentes na assembléia, administrando e conduzindo as emoções, ansiedades e aflições daqueles que vão em busca de resposta e consolo, assegura a produção e reprodução de valores e crenças do grupo e da própria instituição religiosa. Essas palavras serão ouvidas e aceitas enquanto o líder-pastor for capaz de responder aos anseios de seus fiéis, assegurando-lhes conforto e bem-estar espiritual e emocional.

Ademais, a adesão, a credibilidade, a legitimidade e a subsistência da liderança carismática serão tanto mais duradouras quanto mais firme e fundamentado for sua autoridade, ou seja, a presença de uma equipe administrativa que garanta a submissão de todos às regras que foram estabelecidas, além de possibilitar a liberação do pastor das atividades cotidianas consideradas intramundanas. Essa seria possivelmente a razão que explicaria o fato de todas apresentarem uma hierarquia em seus quadros, com obreiros, diáconos, presbíteros, missionários e pastores, mas como presidente, o fundador da igreja. Também se destaca a existência de diferentes ministérios, em que cada um dos membros da igreja exerce uma atividade. Como nos disse Weber (1999), o carisma vai-se desvinculando da pessoa do pastor e se vinculando à função de pastor, burocratizando a administração religiosa, por meio da transformação do carisma em uma prática cotidiana e levando-a a adquirir as características de uma empresa, com funções burocráticas e hierarquizadas, com regras de funcionamento e racionalização da doutrina.

Portanto, se as igrejas pentecostais são menos formais em seus rituais e possuem maior flexibilidade em seus quadros administrativos quando comparadas com as igrejas tradicionais, Católica e protestantes históricas, isso não quer dizer que elas rejeitam uma organização interna, com normas que regulam a função de cada membro da igreja e as determinações que

cada fiel deve acatar de seu líder espiritual. Mesmo que se defenda a emoção e a espontaneidade dos seus membros nas celebrações religiosas, há a urgência de uma ordem e planejamento, sob risco de ver suas deliberações se perderem entre palavras que poderão não ser acatadas. A organização, ou seja, a burocratização da instituição-igreja, torna-se um requisito essencial para a sua continuidade, em um campo que a cada dia se torna mais competitivo e diversificado.

A burocratização também se justifica porque os bens de salvação e serviços ofertados pelas igrejas deverão atender aos interesses religiosos de indivíduos e de grupos sociais, os quais são digeridos de acordo com a posição que ocupa na estrutura social, ou seja, para os que se encontram em situação econômica desfavorável, a busca pela religião baseia-se na promessa e esperança de superar o caos diário, os sofrimento, as enfermidades e dar sentido à vida, enquanto que para os que pertencem aos grupos mais privilegiados economicamente, o interesse religioso funda-se no fato de terem uma vida correta e perfeita, mas vez por outra acometida por problemas sem justificativas – doenças, brigas familiares, morte.

Assim, a igreja cria e mantém um corpo de pastores, missionários, evangelistas burocraticamente especializados e organizados, distintos e supostamente acima dos “valores do mundo” para assegurar a sobrevivência e a reprodução destes bens e serviços, bem como para manter unidos e coesos os leigos. Como nos disse o pastor durante a entrevista:

Hoje há um entendimento de que uma igreja é forte quando ela tem um trabalho de evangelismo e doutrinação forte, quando ela tem um trabalho assistencial forte e ela mostra a cara para a sociedade. Este entendimento vem de muito tempo. O evangelismo, a doutrinação e o trabalho social. É um tripé. O entendimento é de que a igreja não pode ficar dentro das quatro paredes falando ‘Jesus salva, Jesus é bom!’. E a hora que a criança chega desamparada não tem lugar para amparar, chega uma pessoa que está passando fome, ‘Jesus é bom!’, mas ela não tem o que comer. Nós tínhamos que fazer alguma coisa. E mostrar para a sociedade que a igreja está cumprindo uma função também social. Ela cuida dos seus membros, doutrinando-os, estabelecendo comunhão, valorizando, orando, abençoando. Ela evangeliza, leva a palavra aos que não são ainda convertidos. Mas, ela atende as necessidades. É a visão da pessoa como um todo. Nós tínhamos essa visão. Isto foi ficando cada vez mais forte dentro de nós. (Ig. Sagradas Missões).

Conforme Bourdieu (2004), na disputa pelo monopólio da gestão dos bens de salvação e da legitimação do poder religioso, cada igreja utiliza-se do capital religioso ao seu dispor e alcance para oferecer aos seus fiéis, os quais apreenderão e se revestirão de um *habitus* religioso que gerará pensamentos, práticas e percepções de acordo com as determinações de uma representação religiosa produzida e transmitida por seus pastores acerca da realidade social, política, econômica e cultural.

Há ainda que acrescentar que por conta dessa produção e reprodução da mensagem religiosa e da produção de *habitus*, as igrejas contribuem para a manutenção da ordem política por meio da manutenção da ordem simbólica, ou seja, ao transferir do campo religioso para o campo político a ordem e a disciplina que estão presentes nas relações que se estabelecem no plano sagrado, é imposto um modo de perceber, pensar e agir que naturaliza e legitima as relações hierárquicas que se dão no plano político (BOURDIEU, 2004, p.71). A igreja torna-se, assim, uma instituição imprescindível para o pleno funcionamento da sociedade, justamente porque inculca em seus fiéis o respeito e a obediência à disciplina que rege e sustenta o sistema religioso, e cuja observância é transferida para a justificativa e perpetuação da ordem social.

Diante do que foi apresentado ao longo do texto, essa nova forma de exercer a religiosidade não se deu de forma pacífica, as práticas e discursos pentecostais foram alvo de críticas e discriminações, principalmente por parte de católicos e protestantes históricos, por conta de sua forma de arrebanhar fiéis, de seus cultos barulhentos com forte conotação emocional, e, principalmente, porque perdiam fiéis para estas novas igrejas, tornando o campo religioso altamente competitivo. Nesse sentido, alguns pastores das igrejas pentecostais perceberam que era necessário desenvolver atividades que iam além da oração, possibilitando uma maior aceitação por parte da sociedade. Um dos caminhos encontrados foi a assistência espiritual e material aos mais pobres da comunidade.

Ademais, com o crescimento da população carente de bens e serviços, a assistência social seria uma possibilidade de aproximação a essa população abandonada pelas autoridades políticas e eclesiais. Mas, como se deu essa ação? Quais as suas motivações teológicas? É o que veremos no capítulo seguinte.

## CAPÍTULO 3

### IGREJAS PENTECOSTAIS E ASSISTÊNCIA SOCIAL

#### 3.1 – História do tempo presente

O crescimento das igrejas pentecostais tornou-se, a partir da década de 1970 um importante fenômeno religioso, em razão da presença e participação de seus membros serem observadas em vários setores da sociedade, como nas da política, da cultura, da economia e no social. Esse fato chama a atenção porque se dá em um país em que a Igreja Católica detém, por enquanto, a hegemonia no campo religioso, um relativo poder de influência no campo político e presença significativa nas camadas médias e populares. Uma religião que esteve presente na formação do Estado brasileiro desde o período colonial.

Todavia, ainda há por parte de muitos historiadores uma expressiva resistência em debruçar-se sobre fatos contemporâneos, porque estes não seriam objeto da história, mas sim os fatos ocorridos em períodos distantes no tempo, tendo por fundamento uma visão retrospectiva dos mesmos. Esta afirmação é comprovada quando se verifica que a produção historiográfica voltada para o movimento pentecostal, como a elaboração de monografias, dissertações, teses, bem como artigos em periódicos e livros apresentou relativo crescimento há pouco mais de 15 anos, não obstante as primeiras igrejas pentecostais terem surgido no Brasil na primeira década do século XX.

É importante ter em mente que as mudanças estruturais que delinearam a contemporaneidade são as bases sobre as quais as ações sociais, políticas, culturais e econômicas se desenvolveram. Estas ações são partes de um processo que só poderá ser entendido em um contexto histórico mais amplo, porque teve início em períodos anteriores.

Assim, acreditamos que por meio da investigação histórica será possível destacar episódios que definimos como importantes na realidade atual e que também tenham ocorrido em outras épocas e lugares, por causas específicas, que deverão ser investigadas e explicadas para facilitar a compreensão desses episódios no presente, ou seja, quando as igrejas pentecostais passaram a ter significativa influência em diferentes aspectos da vida individual - psicológica, emocional e afetiva – e em diferentes esferas da vida social, política e mesmo econômica.

Tais questionamentos devem ter em conta o que disse Le Goff (1990, p.12):

Uma explicação histórica eficaz deve reconhecer a existência do simbólico no interior de toda realidade histórica (incluída a econômica), mas também confrontar as representações históricas com as realidades que elas representam e que o historiador apreende mediante outros documentos e métodos.

O fato de investigar acontecimentos do tempo presente possibilita visualizar o passado, já que a análise dos acontecimentos contemporâneos exige que por vezes os relacionemos aos fatos passados, garantindo que o contraste que aflora dê o realce necessário, facilitando sua visibilidade e compreensão.

É por esse motivo que acreditamos que a investigação histórica, partindo do tempo presente, possibilitará compreender como e quando as denominações pentecostais se voltaram para a área social e as motivações teológicas e sociais que fundamentaram tal escolha. Para alcançar tal objetivo, fomos ao encontro daqueles que dirigem igrejas, mobilizam e incentivam seu grupo de fiéis a ultrapassarem as portas do templo e se voltam para as questões intramundo: os pastores.

Se lermos Bourdieu (2004, p. 39), verificaremos que suas palavras possibilitam compreender o que ocorre com os líderes espirituais, os quais se tornam os legítimos especialistas e gestores dos bens de salvação e são:

[...] socialmente reconhecidos como os detentores exclusivos da competência específica necessária à produção ou à reprodução de um ‘corpus’ deliberadamente organizado de conhecimentos secretos (e portanto raros).

A elaboração e disseminação deste “corpus” se dá ao mesmo tempo que ocorre a “desapropriação objetiva” daqueles que são excluídos e se transformam em leigos, porque “destituídos de capital religioso”, e não percebem nem compreendem que foram alijados de seus saberes e práticas.

Quando os grupos religiosos se tornam igrejas, isto é, instituições com estatutos e regimentos, legalmente registradas, quando se institucionalizam e burocratizam, transformam-se em “depositárias e guardiãs de uma ortodoxia, identificada com as suas hierarquias e seus dogmas, e por essa razão, fadadas a suscitar uma nova reforma” (BOURDIEU, 2004, p.60), cabendo aos seus membros reconhecer e acatar o que seus líderes determinam.

### 3.2 - A ação social das igrejas históricas

Ao voltar a atenção inicialmente para as igrejas protestantes históricas, verificamos que sua atuação na área assistencial nas primeiras décadas do século XX se dava por iniciativas de membros das igrejas, como visitas a hospitais, asilos e presídios com a finalidade de “levar a palavra de Deus”.

No que se refere às atividades organizadas e sistematizadas que contavam com o apoio e incentivo da administração da igreja, estas se voltaram majoritariamente para a educação formal, cuja finalidade consistia em expandir a mensagem evangélica ao maior número possível de pessoas, mas, principalmente, conquistar e garantir legitimidade em uma sociedade na qual predominavam os ideais e os valores católicos. Escolas e colégios para crianças e adolescentes, assim como universidades para os jovens foram criados nos principais centros urbanos brasileiros.

Há que se destacar a criação de hospitais para atendimento à população em diversas cidades, supondo-se que também com a finalidade de garantir maior espaço público e legitimidade social, já que a atenção à saúde era, e ainda é, de interesse de todos, independente de classe social e confissão religiosa.

Ao buscarmos nos teólogos protestantes uma explicação que justificasse a pouca presença e participação das igrejas históricas protestantes no enfrentamento da questão social, encontramos em Escobar (1969), a possível explicação para tal fato. Segundo ele, essa pouca atenção das igrejas evangélicas do Brasil com a questão social deveu-se à sua afinidade com os princípios pietistas das missões evangélicas que para a América Latina se dirigiram, as quais valorizavam a dimensão espiritual da fé e rejeitavam as situações e questões que se referiam à dimensão “mundana”. A fé no poder de Jesus Cristo e a oração seriam os instrumentos para superar as adversidades, materiais e espirituais.

Contudo, a partir da segunda metade do século XX, teólogos e intelectuais dessas igrejas voltaram seus olhos para as “coisas do mundo”, isto é, os problemas sociais. Esse novo olhar para as necessidades sociais de homens e mulheres exigiu a elaboração de uma teologia que avaliasse e compreendesse as condições materiais e espirituais da sociedade, dando origem à denominada Teologia da Missão Integral da Igreja, cujo propósito era a atenção à evangelização e à ação social.

Dois teólogos, René Padilla e Samuel Escobar destacaram-se na elaboração e difusão dessa teologia considerada inovadora diante do que vinha sendo desenvolvido por igrejas como a Presbiteriana Independente, Presbiteriana do Brasil, Metodista e Luterana, ao romper

com uma perspectiva unicamente espiritualista e afirmando que a missão da igreja estaria na evangelização, sua principal tarefa, mas também no serviço, pois este ocorreria na realidade humana, alicerçada em estruturas sociais concretas. Se a igreja não reconhecesse estas estruturas nas quais também se encontra, ela desfiguraria e descontextualizaria o Evangelho, não efetivando realmente a evangelização. Conforme suas palavras, Deus se encarnou no mundo, por meio de seu filho, Jesus Cristo, portanto, a missão evangelizadora deveria dar-se com a atenção voltada também para os fatores culturais, sociais e econômicos.

Afirma Padilla (1992, p. 202):

Não é possível entender corretamente a missão da igreja independentemente da missão de Jesus. É a manifestação, ainda que não completa, do Reino de Deus tanto por meio da proclamação como por meio da ação e do serviço social [...]. Por meio da igreja e de suas boas obras, o Reino de Deus se torna historicamente visível como uma realidade presente. As boas obras, portanto, não são meros apêndice da missão, mas uma parte integral da manifestação presente do reino [...].

Ainda segundo esse teólogo, Deus é o criador e juiz da humanidade, e quer justiça e reconciliação para todos. Cabe a igreja manifestar o Reino de Deus, tanto por meio da proclamação do evangelho, porque é uma mensagem de libertação do materialismo e do consumismo exacerbado, como por meio do que faz, ou seja, das boas obras: “A palavra e a ação estão indissolúvelmente unidas na missão de Jesus e de seus apóstolos, e devemos mantê-las unidas na missão da Igreja, na qual se prolonga a missão de Jesus até o final do tempo” (PADILLA, 1992, p. 206).

Enfim, anúncio do Reino de Deus e ação social estariam intrinsecamente ligados nas palavras de Jesus Cristo e caberia à igreja em sua missão na sociedade, manter estas duas dimensões unidas, tendo a ação do Espírito Santo como principal mediador e interventor.

Sob essa perspectiva teológica, conferências evangélicas (CELA) e congressos de evangelização (CLADE) foram realizados em algumas das principais cidades da América Latina, nas décadas de 1960 e 1970, como Buenos Aires, Lima e Bogotá, onde seus participantes enfatizaram e divulgaram a Teologia da Missão Integral, com destaque para o fato de que a mensagem do evangelho deveria ser pregada tendo-se por preocupação o serviço e a justiça social.

Mas, foi o Congresso Internacional de Evangelização Mundial que reuniu 2.700 líderes de igrejas evangélicas na Suíça, em 1974, onde se elaborou e aprovou o denominado Pacto de Lausanne, que sedimentou a concepção de missão integral, levando as igrejas de

missão a transcenderem as atividades proselitistas missionárias e ampliem suas atividades sócio-assistenciais.

Entre os artigos contidos no Pacto, há um que trata especificamente da importância de uma maior responsabilidade para a área social:

Afirmamos que a evangelização e o envolvimento sócio-político são ambas parte do nosso dever cristão. Pois ambos são necessárias expressões de nossas doutrinas acerca de Deus e do homem, de nosso amor por nosso próximo e de nossa obediência a Jesus Cristo. A mensagem da salvação implica também uma mensagem de juízo sobre toda forma de alienação, de opressão e de discriminação, e não devemos ter medo de denunciar o mal e a injustiça onde quer que existam (Pacto de Lausanne, Suíça, 1974).

Como se pode apreender do exposto, houve destaque para a dimensão social da pregação e do testemunho do cristão, ou seja, optou-se por uma evangelização que contemplasse os problemas sociais e anunciasse a salvação e a soberania de Jesus Cristo na realidade em que vive o evangelizado. Todavia, não significou tal Pacto o incentivo para a participação dos membros das igrejas em movimentos sociais e políticos que defenderiam a transformação da sociedade. A preocupação central era a evangelização de indivíduos e comunidades que não conheciam Jesus Cristo e sua mensagem; defendia-se a igreja como agente central para difusão do evangelho. Como destaca o documento: “a igreja é antes a comunidade do povo de Deus do que uma instituição, e não pode ser identificada com qualquer cultura em particular, nem com qualquer sistema social ou político, nem com ideologias humanas” (Pacto de Lausanne, 1974).

A evangelização era considerada a atividade prioritária que levaria à ação social, não obstante seus principais teólogos afirmarem que na missão integral, ação social e evangelização se complementariam. O propósito daqueles que defendiam e pregavam a missão integral era assistir os que estivessem em situação de pobreza absoluta, ajudando-os a atingir o potencial que Deus lhes havia dado, e permitindo, dessa forma, que aceitassem Jesus Cristo como único mediador entre o homem e Deus.

A missão cristã e evangelizadora deveria orientar-se para o desenvolvimento integral da pessoa nos aspectos social, cultural, religioso, econômico e político, tendo a justiça como fundamento. No dizer de Escobar (1969, p.5) “a mensagem também deve demonstrar como a entrega pessoal a Jesus Cristo transforma a vida de cada um, de modo que os efeitos da conversão sejam visíveis na sociedade em que o crente vive”.

O II Congresso Internacional, realizado em 1989 na cidade de Manila (Filipinas), ampliou as propostas do I Congresso, concentrando sua atenção na necessidade de evangelizar

os países com predominância do Islamismo, Hinduísmo e Budismo. A partir desse Congresso, seus participantes organizaram o movimento internacional denominado AD2000, cujo objetivo principal foi “mobilizar a Igreja de Jesus Cristo em sua tarefa de levar o Evangelho para todas as pessoas e plantar igrejas em todo o mundo”. No Brasil, seus organizadores definiram como principal tarefa “estimular, motivar e criar redes de trabalho junto aos mais variados segmentos da Igreja Evangélica”, dando pouco destaque aos problemas sociais e políticos, mas priorizando a evangelização de crianças e adolescentes, homens e mulheres.

Acreditamos que uma possível forma de concretizar a evangelização seria por meio da criação de instituições sócio-assistenciais e campanhas de solidariedade, quando haveria a possibilidade de maior contato com diferentes segmentos sociais, principalmente junto àqueles que estivessem em situação de pobreza e não tivessem acesso aos bens e serviços da comunidade. Citando Londrina como exemplo, foi neste período que, sob o patrocínio das igrejas protestantes históricas, surgiram instituições sócio-assistenciais voltadas para o atendimento à criança e à população carente do município.

Em pesquisa realizada por Alves (2002), constatamos que entre as décadas de 1960 e 1970 a Câmara de Vereadores de Londrina concedeu o Atestado de Utilidade Pública a sete instituições sócio-assistenciais fundadas por membros das igrejas históricas protestantes e também a sete instituições fundadas por igrejas pentecostais - todas tendo como população-alvo crianças, adolescentes ou famílias que viviam abaixo da linha de pobreza.

Na verdade, nas décadas de 1960 e 1970 as igrejas se viram compelidas a tomar uma atitude além da evangelização e da oração, visto que diante da situação econômica, social e política que se apresentava para toda a sociedade latino-americana, e no Brasil especificamente, não era possível que as denominações religiosas, fossem elas históricas de missão ou pentecostais, ficassem alheias ao que se passava ao seu redor.

Outrossim, há que se destacar que muitos de seus fiéis também eram excluídos dos bens e serviços da comunidade, vivendo em pequenas casas impróprias para abrigar todos os membros, sobrevivendo com alimento insuficiente para matar a fome de todos, sem recursos para remédios e convivendo com a violência doméstica. Eram tais as situações enfrentadas cotidianamente, o que exigia das igrejas uma atenção que ia além de orações, já que os fiéis iam à igreja em busca de consolo e solução para suas tristezas e dificuldades.

Não podemos nos esquecer que também foi nesse momento que se deu a realização do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962 - 1965), que reuniu bispos e cardeais de todos os continentes em Roma. Momento histórico marcado pelo declínio do interesse de colaboração entre Igreja Católica e Estado, isto é, entre poder político e poder eclesiástico, e o crescimento

do contato de padres, bispos e freiras com a população excluída dos bens e serviços da comunidade.

Diante da nova situação que se apresentava e em resposta aos desafios expostos pelo Concílio Ecumênico Vaticano II, em 1965 foi aprovado o Plano de Pastoral de Conjunto da Igreja, como consequência da necessidade de renovar as estruturas desta instituição religiosa para uma ação evangelizadora mais ampla através de uma maior participação dos membros da Igreja.

Nesse sentido, um novo olhar sobre a realidade latino-americana exigiu a elaboração de uma teologia que se propusesse apresentar o evangelho em uma dimensão social e política, tendo por fundamento teórico o marxismo. Nasceu, então, a denominada teologia da libertação, que tomou por base a realidade latino-americana, marcada pela concentração de riquezas e desigualdades sociais para pregar e disseminar a palavra de Deus. Seus principais teólogos, Gustavo Gutierrez e Leonardo Boff, tornaram-se referências nas discussões que se travaram no interior da Igreja e nos seminários católicos. De acordo com Houtart (2003, p. 48), para a teologia da libertação:

O capitalismo significa a objetivação, a coisificação do conjunto do real em termos econômicos, isto é, a transformação do cosmos em coisas, em objetos de troca rentáveis. A natureza se torna uma vasta mercadoria, o ser humano é reduzido a um simples *homo economicus*. A própria cultura é quantificada e entra na lógica do lucro.

Por essa razão, o capitalismo deveria ser contestado e superado, pois além de gerar riqueza para uma minoria, gerava violência, miséria e exclusão para o restante da sociedade. Essa nova orientação teológica aprofundou-se ainda mais após a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín (1968), Colômbia; entre outras deliberações, houve uma revitalização da concepção de caridade, quando a crise econômica, política, social e ideológica tomava vulto na América Latina e o crescimento dos movimentos populares arregimentava um grande número de cristãos.

Essa postura dos adeptos da Teologia da Libertação gerou uma crise no interior da Igreja Católica Latino-Americana, porquanto sua pregação exigia a revisão da postura política da Igreja diante do agravamento dos problemas sociais. Como consequência, surgiram e se fortaleceram as comunidades eclesiais de base e as pastorais sociais que se consolidaram por todo o Brasil ao longo da década de 1970, graças aos incentivos de padres, leigos e religiosas das paróquias localizadas nos bairros da periferia. Sua principal característica consistia em

discutir os problemas sociais, valendo-se da leitura do Evangelho, e exigindo do poder público respostas às questões do cotidiano dos cidadãos (SILVA, 2006).

Como se pode constatar, as adversidades do dia-a-dia dos fiéis e a situação social, econômica e política do país exigiram respostas que atendessem, mesmo que minimamente, aos anseios, dúvidas e dificuldades daqueles que buscavam a ajuda e a mediação da religião. E a prática caritativa, transfigurada em ajuda emergencial, foi a concretização desta resposta junto aos mais afetados pela crise econômica.

Se está presente na Bíblia que a caridade deve ser praticada por aqueles que desejam seguir a Jesus Cristo, porque é a expressão máxima de amor ao próximo, a forma como ela é colocada em prática diferencia-se nas religiões cristãs, em razão do fundamento teológico que as embasa, gerando, por sua vez, conseqüências diferenciadas.

Para a Igreja Católica, é a possibilidade de estabelecer a união e comunhão com o outro, o irmão, porque considerado filho do mesmo pai, garantindo-se a salvação a rico e a pobre, ou seja, a recompensa de uma vida eterna plena de amor e paz, pois o que se quer são ações de acolhimento e humildade: a um porque ajuda e ao outro porque aceita o que lhe é oferecido.

Já para as igrejas protestantes históricas de missão, a caridade se justifica pelas palavras de um de seus principais reformadores, João Calvino, o qual afirmou que Deus, para demonstrar seu poder perante o homem, o afligiria com enfermidades, miséria, guerra, e somente pela obediência às suas determinações seria libertado desses males. E aquele que se encontrasse em abundância não deveria fugir à responsabilidade de fazer caridade ao que se encontrasse em situação de infortúnio.

Outro segmento religioso que também respondeu aos problemas que emergiam cotidianamente da realidade de seus fiéis, foram as igrejas evangélicas pentecostais. Este é um grupo formado por numerosas igrejas que conheceu significativo crescimento no período em questão, revelando-se um concorrente importante no mercado de bens simbólicos, porque arregimentava fiéis junto às fileiras das igrejas tradicionais, principalmente entre a população carente.

Na verdade, igrejas tradicionais e pentecostais buscavam alargar sua área de ação em uma sociedade que vivenciava profundas mudanças em todos os campos. Se não houvesse um mínimo de adequação das igrejas a esta realidade que se transformava, elas corriam o sério risco de ver o número de seus fiéis decrescer.

### **3.3 - Igrejas pentecostais: novas respostas para antigos problemas**

Algumas igrejas pentecostais, não obstante sua prática centrada na oração, com o reforço na subjetividade e emoção, voltaram sua atenção para homens, mulheres, crianças e idosos excluídos dos bens materiais e dos serviços sócio-assistenciais.

Não se limitaram a distribuir cestas básicas e roupas, mas organizaram instituições com voluntários e profissionais contratados para realizar o serviço junto à população carente, uma ação que afirmavam fundamentar-se nos mandamentos de Deus, expressos na Bíblia. Onde residiria a justificativa para uma ação assistencial se, conforme concepção da teologia pentecostal, a ação e a bênção do Espírito Santo garantiriam vida nova ao neoconverso?

Para o universo da pesquisa fizeram parte as seguintes igrejas e as respectivas instituições assistenciais fundadas por seus pastores:

1. Igreja Assembléia de Deus, Associação Evangélica Nova Vida, voltada para a população carente de bens materiais;
2. Igreja Assembléia de Deus – Ministério Madureira, Instituição Evangélica de Assistência Dorcas, centro de educação infantil (fechada em 2004);
3. Igreja Missionária, Lar Esperança, inicialmente fundada para atender mães solteiras, atualmente centro de educação infantil;
4. Luz do Mundo, asilo para idosos Sobasluz, cuja administração foi transferida para a direção da Igreja Comunidade Boas Novas em 2001;
5. Comunidade Nova Aliança, instituição SANA – Serviço Assistencial Nova Aliança, voltado para o atendimento a população carente;
6. Igreja Casa de Oração para Todos os Povos – Sagradas Missões, criou o NUSELON – Núcleo Social Evangélico de Londrina, que agrupa três instituições assistenciais voltadas para o atendimento à criança e ao adolescente: centro de educação infantil (creche), Casa-Abriço e Programa Sentinela (específico para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual);
7. Igreja Missões Mundiais, centro de educação infantil. No ano de 2003 a administração foi transferida para uma organização não-governamental sem vínculo com igreja;
8. Comunidade Boas Novas, asilo para idosos Aliança, sob intervenção do Ministério Público desde 2004.

No levantamento realizado junto aos pastores que fundaram e mantêm ou mantiveram instituições assistenciais em Londrina, constatamos serem estas instituições oriundas de

igrejas com maior tradição na organização e prática caritativa, as quais possuem um discurso e uma prática mais organizada.

Todos os que foram entrevistados procederam de igrejas tradicionais, como a Católica, a Presbiteriana, a Luterana, e não abandonaram alguns princípios, mas os adaptaram à nova religião, no caso em questão, a atenção aos mais pobres.

Três dos pastores entrevistados cresceram aprendendo os princípios e valores católicos, outros três os da Igreja Presbiteriana e um os da Luterana. O fato de todos os pastores procederem de igrejas históricas tradicionais e irem para outras igrejas ou mesmo fundarem novas, revela a insatisfação com sua vida emocional, pessoal e religiosa e a busca por outras formas de viver e expressar a sua religiosidade, adotando novos princípios morais e religiosos e readequando os recebidos anteriormente à nova realidade. Foi-nos relatados uma conversão ocorrida de forma abrupta e irreversível, na qual o convertido ouviu e sentiu o chamado de Deus, tendo como “pano de fundo” a visão de um Deus triunfante e arrebatador.

Se nos reportarmos ao livro Atos dos Apóstolos e lermos como Saulo se converteu no apóstolo Paulo<sup>29</sup>, observamos que o que se deu na vida de Paulo dá-se, *mutatis mutandis*, na vida de quem, marcada por problemas como álcool, drogas, doenças, pobreza ou pelos prazeres e valores do mundo é “tocado pela graça de Deus”, e opera nele uma conversão radical. Todavia, segundo Campos (2002, p.93):

[...] o convertido na nova associação religiosa que o acolhe não é um ser totalmente estranho ou uma ‘tábula rasa’, na qual o novo grupo escreve tudo o que quiser. Principalmente porque ele traz consigo elementos da síntese anterior, a qual irá influenciá-lo na reconstrução de novas condutas sociais, nas maneiras de percepção do mundo ou na sua linguagem.

A conversão não significa o rompimento, o abandono definitivo do que se viveu, sentiu e pensou antes da conversão, mas um processo de “rupturas-plenas-de-continuidades” (CAMPOS, 2002, p. 93), com tensões e conflitos para adequar o estilo de vida antigo com o novo modo de pensar e agir. Os pastores declararam, todavia, que sua conversão à nova religião exigiu uma mudança radical, o total abandono de seu antigo modo de viver e a adoção de novos hábitos. Eis o que eles relataram:

Quando eu aceitei a fé pentecostal, eu tinha 16 anos [...] eu tive um verdadeiro encontro com Deus. O pastor me batizou com o Espírito Santo, eu permaneci

---

<sup>29</sup>Bíblia Sagrada. Ato dos Apóstolos, capítulo 9, versículos 1 a 9.

firme. Tive que sair de casa por mais de um ano. Eu voltei... (Ig. Assembléia de Deus)

Minha mãe era uma mulher muito católica e fez votos para São Benedito [...]. Eu vim para o evangelho com 24 anos. Primeiramente eu fui curado de meus dois pulmões. Eu fui para o sanatório em Ubiratã. Antes, eu tinha aceitado a Cristo. Eu tinha passado por uma doença, a tuberculose...Era para ficar um ano internado. Eu recebi oração e fiquei só 40 dias, graças a fé e o nome de Cristo...Eu usufrui dessa bênção. Isto fez eu edificar muito a minha fé [...]. Jesus edificou a minha fé, me dando uma bênção, de cura, porque o médico não precisou mais me dar remédio [...]. (Ig. Missões Mundiais)

[...] quando eu nasci, meus pais eram evangélicos, eu saí fora de todo caminho de religião. Com 12 anos, eu já não fui mais. Eu me converti com 20 anos. Me tornei bandido de rua, membro de quadrilha. Comecei a beber, fumar [...] foi em Minas Gerais, sou de Esplendor (Governador Valadares). Nasci lá e fui criado em Cachoeira do Itapemirim. Noites inteiras jogando baralho, nas farras, nos bailes. Meus pais na igreja. Ai me converti. Desde que eu me converti, estou com 64 anos, eu nunca mais tive dúvida do que Deus fez na minha vida. Tenho podido ajudar muita gente com meu testemunho [...]. (Ig. Sagradas Missões)

A minha conversão a Cristo se deu em 1968. Eu fui batizado pela graça de Jesus por ter tido este encontro do novo nascimento no dia 3 de março de 68. E durante 33 anos de minha vida, eu participei de uma única igreja, que é a Igreja do Avivamento Bíblico, que posteriormente ela foi mudada para o nome de Igreja Luz do Mundo de Londrina [...]. Minha família sempre foi católica. E Deus fez a gente romper um monte de tradições, para poder ter esta experiência com Deus. (Com. Boas Novas)

Eu era luterano em Santa Catarina. Até os 25 anos, eu não tive a experiência espiritual. Em 1950, eu tive uma experiência profundamente espiritual e minha vida mudou... (Ig. Missionária)

[...] Ainda bem jovem, quando fui chamado para servi-lo, não tinha 7 anos completos, quando tive um toque de Deus no meu chamado. Sou de um família grande, de 9 irmãos e sou filho do meio [...]. Numa das reuniões da igreja onde meus pais freqüentavam (IPB), durante a prédica do pastor eu tive um toque de Deus [...] e o pastor debruçou-se sobre o púlpito e estendeu as mãos para fazer um apelo. Na hora que ele fez este gesto, eu senti como algo saísse lá da frente e tocasse profundamente no meu peito e foi algo tão bom que eu comecei a chorar [...]. Quando eu fui chamado por Deus para retornar ao convívio com os irmãos, eu fui por um momento muito difícil na nossa vida. Minha mãe sofria terrivelmente do coração, estava condenada pelos médicos. Aos 60 e poucos anos ela já não tinha mais ânimo para nada. E numa dessas reuniões, Deus tocou de uma maneira muito bonita e ela foi completamente curada. Vimos o que tinha acontecido, não demos muito crédito. Quando fomos a convite a uma dessas reuniões, tive esta experiência, esta restauração do que eu já havia recebido lá no passado [...].(Com. Nova Aliança)

Após a conversão, era preciso anunciar para os demais que uma nova vida estava sendo construída, e com o batismo do Espírito Santo acreditavam que essa vida seria alicerçada em novos valores morais e espirituais. A expressão da fé não se limita aos rituais preestabelecidos, na maioria das vezes, é contida e guiada por apenas um líder espiritual, mas se dá pela emoção e espontaneidade promovida pelo pastor e os seus auxiliares, ou seja, diáconos, evangelistas, obreiros.

Outro evento relatado por alguns pastores entrevistados refere-se à ocorrência de sonhos, em que se ouve uma voz que dá um aviso, ou diz o que se deve fazer em relação a determinado assunto ou há visões proféticas. É no mundo dos sonhos (não estamos considerando o sonho na perspectiva da psicologia, limitamo-nos ao campo religioso), quando se dá o afastamento da realidade diária e se penetra em uma realidade diferente e elevada – acima da realidade mundana, que ocorre a possibilidade de alcançar a realidade sagrada, estabelecendo-se uma comunicação entre o Deus poderoso e onipotente e os homens e mulheres plenos de fé.

E nessa interação íntima entre realidade sagrada e realidade profana, geram-se, justificam-se e legitimam-se comportamentos e ações no cotidiano dos líderes religiosos ou mesmo de seus fiéis, visto que Deus lhes garantiu, em sonhos, sucesso em tudo que

almejarium realizar, como empréstimos bancários para a construção de templos, mudança de cidade.

Se ouvir a voz divina em sonho é um privilégio individual, o culto é a expressão coletiva de fé e louvor, regidos por uma forte emoção, com hinos alegres e vibrantes que mexem com todo o corpo – as mãos, os braços, as pernas, os quadris – e cujas letras simples, com refrões repetitivos e compreensíveis, falam do poder de Jesus Cristo e da fé, conclamando todos à entrega a um Deus triunfante, preocupado e interessado em cada um em particular, porque conhece seus problemas, suas dificuldades, suas ansiedades, e se compadece como um pai atencioso e amoroso, que não julga e muito menos condena seus filhos: “O irmão foi escolhido por Deus, foi separado...Deus conhece teus problemas, você invoca o nome do senhor e é salvo...esquece os problemas lá fora, porque o senhor se fez presente no nosso meio” (culto, 6/05/2007).

Mas também é destacado que, em contrapartida, é um Deus que exige obediência incondicional às suas determinações, e o crente deve submeter-se às suas ordens, porque como pai, é onipotente e poderoso e a todos conhece em seu mais íntimo ser. Como pregou o pastor em um culto: “quando você está vivendo na dependência de Deus, Deus modifica o céu e a terra para você, porque Deus criou para você” (culto, 9/09/07). Em outro culto, o pastor destacou que somente com a entrega total, do corpo e da alma do crente, Deus ouvirá seus pedidos e clamores: “O senhor está aqui, nesta reunião [...]. Nós recebemos a unção dele [...] o senhor quer que você entre e receba a unção e tenha uma semana vitoriosa” (culto, 6/05/2007).

A oração comandada pelo pastor e seus auxiliares, assim como a oração de cada um dos presentes ao culto, é espontânea e guiada pelo clamor a Deus para a solução de problemas financeiros, do desemprego, para a compra da casa ou do carro, problemas de saúde, como a cura do câncer, diabetes e outras doenças graves e crônicas, problemas emocionais e afetivos. A exaltação do pastor que em alta voz clama, ora e louva vai aumentando a ponto de atingir o clímax com todos os presentes respondendo e orando também em voz alta.

São cultos desprovidos de rituais complexos e ausentes de gestos carregados de significados simbólicos (tão comuns na missa católica) e, portanto, compreensíveis aos fiéis. Há hinos, orações, pedido para a oferta e o dízimo, testemunhos dos que encontraram Jesus Cristo e mudaram de vida, a pregação da palavra ministrada pelo pastor, invariavelmente falando de um Deus que ouve a cada um dos seus filhos, da necessidade da entrega total e plena a Jesus Cristo: “Se você está em Cristo, você terá vitórias...” (culto, 19/09/07).

O culto, quando estão todos os fiéis reunidos, é o momento de fazer os pedidos, de expor as fragilidades, é também o momento do êxtase: “dias melhores virão, porque você está servindo a Deus [...]. Nós necessitamos invocar, porque nós somos bem-aventurados” (culto, 6/05/2007). É o momento em que todos aplaudem e cantam, porque há a certeza de que Jesus Cristo cura e liberta do inimigo que impede a vitória, a superação das aflições: “muitos chegaram (ao culto) angustiados, mas já estão aliviados, em nome do Senhor!” (culto, 22/04/2007); “Jesus chega e destrona o diabo [...]. Jesus vem...Você quer ficar na miséria, pode ficar. Eu não!Quero prosperidade, saúde, alegria. Eu quero Deus na minha vida” (culto, 14/10/2007). Ao final, aqueles que estão aflitos e desesperados por conta de algum problema que não o deixa vencer e sentem a necessidade de mais orações, são convidados pelo pastor a se aproximarem do altar para serem profetizados e receberem bênçãos. Como destacou os pastores nas entrevistas:

[...] estabelecemos os alvos da igreja, que é alcançar os novos, aqueles que ainda não foram alcançados pelo evangelho. E para alcançá-los, nós temos que treinar uma liderança [...] ganhar, discipular as pessoas e enviá-las para que elas ganhem outras pessoas. Este é o alvo da igreja hoje. Mas, ela foi se acertando ao longo dos tempos. Na ocasião, nós estávamos desorientados, porque a gente não se preparou para sair da denominação. E quando nós saímos, a igreja não tinha alvo nenhum. A não ser o trabalho assistencial, que já estava instalado e não sabíamos qual a dimensão que ele teria no futuro. Mas, ai, Deus foi direcionando [...]. Acho que você perde muito não tendo um grupo de comunhão, para que na hora que você está aflito, com dificuldades, com necessidades. Você pode, juntos, orar, [ter] alguém para partilhar dos seus pesos, de suas lutas, de suas dificuldades, ser fortalecido ali. (Ig. Sagradas Missões)

Quando eu conheci a Bíblia, eu vi o conteúdo que ela tem, e o que que ela dá de bom para o ser humano. Eu, antes de ser um homem crente, eu pensei que a gente conhecia a Bíblia e só usufruía da salvação [...]. (Ig. Missões Mundiais)

Em uma sociedade onde as necessidades humanas, as atitudes e os desejos individuais e coletivos são regulados pelas exigências do mercado para adquirir todos os bens à disposição de quem pode comprar, onde não ter condições de possuir e apropriar-se das riquezas materiais da comunidade e utilizar os serviços sociais que deveriam ser ofertados

pelo poder público, mas não o são, os sentimentos gerados, como frustração e impotência, provocam a exclusão dos espaços sociais que são freqüentados por aqueles que atendem às expectativas do mercado.

Portanto, ir a um local onde há a valorização das emoções, onde não há censura a quem expresse sentimentos como tristeza, dor, alegria, onde se é recebido por pessoas na porta da igreja com sorriso nos lábios, com um abraço ou aperto de mão e palavras acolhedoras, passou a ser uma possibilidade de encontrar respostas para situações da dura realidade da vida, porque lá será o local onde se encontram homens e mulheres portadoras de *habitus* similares. Tudo isso faz reconhecer um igual entre aqueles que vivenciam problemas, sentimentos e experiências semelhantes. Sentir-se acolhido e pertencente a um grupo social ajuda a fortalecer-se para enfrentar as dificuldades e obstáculos do dia-a-dia: “Jesus toma o corpo do crente...O Espírito Santo sabe tudo que tem em nós. Espírito Santo sabe o número do meu CPF, da minha identidade...O crente tem que ter a marca do crente, que todos têm que reconhecer.” (Culto, 15/04/07). A fala de outro pastor reforça nossa afirmativa:

Na igreja existe todo um clima de família, de comunidade, que talvez, eu creio, seja um diferencial. Uma pessoa sai lá do submundo, aonde ela muitas vezes não tem as necessidades básicas supridas, aonde ela não tem muitos vínculos familiares. Às vezes as pessoas vêm para a igreja nessas condições. Quando ela chega na igreja, ela percebe que encontrou um ambiente todo novo para ela, aonde ela é amada, ela é respeitada, ela é valorizada. E esta integração ela acontece muito rapidamente. Então, a igreja não sente esta diferença de pessoas pobres. Porque as pessoas que estão na igreja e que têm, elas não vêem isto como um fator discriminatório, de que ‘olha, nós temos muitos pobres no nosso meio’. Muito pelo contrário. Existe na igreja um espírito de solidariedade muito grande [...]. (Ig. Luz do Mundo)

Nesse sentido, se, por um lado, os crentes vão à igreja em busca de consolo e conforto para enfrentar a dor e os sofrimentos físicos e emocionais, por outro, segundo Bourdieu (2004, p.48) os fiéis: “contam com ela (religião) para que lhes forneça justificações de existir em uma posição social determinada, em suma, de existir como de fato existem, ou seja, com todas as propriedades que lhes são socialmente inerentes.” Resumindo, vão à procura de entenderem porque se encontram em uma posição social que lhes gera dívidas, impossibilidade de adquirir bens de consumo ou mesmo alimentos.

Esperam que a religião lhes forneça as respostas de como enfrentar as constantes dificuldades materiais e financeiras. Em um culto pudemos presenciar a oração do pastor em alta voz: “Deus abençoa quando obedecemos. Abençoa quando compramos casa, carro, quando é demitido, porque há um motivo para Deus” (culto, 22/04/2007).

Se a busca para enfrentar as agruras cotidianas se dá no plano espiritual porque depende da fé de cada um em um deus poderoso e onipotente, as razões para existirem homens e mulheres em situação de extrema pobreza também não estariam fora deles, mas em uma esfera interna que somente cada indivíduo poderia superar. Desse modo, quem tenta conhecer por que existem indivíduos e famílias em situação material precária, percebe que a concepção de mundo dos líderes das igrejas se aproxima, reforçando a idéia que está solidificada em todos os segmentos sociais, qual seja, os pobres são vítimas e alvos de seu infortúnio. A pobreza material poderia ser decorrência da pouca fé em Deus, da desobediência às suas determinações. Por esta razão, nos cultos é exaltada a obediência a Deus e às suas palavras.

A teologia pentecostal prega o que diz o livro do Gênesis, isto é, que o homem e a mulher são criados à imagem de Deus estando, portanto, no centro de toda a criação e tendo por vocação explorar todas as riquezas da natureza. Mas, ambos somente serão considerados como tais à medida que permanecerem sujeitos a Deus: “ele só é livre na servidão ao seu Deus”. Fora dessa liberdade só há escravidão e o seu fim. Mas, o maligno é que levaria tanto a mulher como o homem a saírem dos trilhos de Deus, e isso os levaria a viver uma vida de penúria, dor, miséria. Durante a pregação, o pastor disse à assembleia de fiéis: “Muitos chegaram a Jesus viciado, quebrado [...] é Jesus que cura, é Jesus que traz a salvação. É Jesus que vence o diabo. Ele sai e vai embora [...]. Tudo o que não presta, o ciúme, o vício naquela família, o diabo está lá, entronizado na família [...]” (culto, 14/10/2007).

Ao voltar-se para Deus, teriam a vitória e a recompensa já aqui na terra, não somente no céu, após a morte. As pessoas vão à igreja em busca de um deus vitorioso e transbordante de alegrias e bênçãos, não querendo mais ouvir sermões que falam de um deus inquisidor e censorador. Em outro culto, disse o pastor em sua pregação: “O que Deus te prometeu, ele vai cumprir [...]. Você tem um Deus que cuida de você [...] Deus não esqueceu de você, ele tem um milagre para você” (culto, 16/09/2007).

Deve-se viver no mundo, relacionar-se com os demais, tendo Deus como primazia. Conforme os pastores:

A situação não é muito fácil para muitas famílias. A gente observa que até na elite, com pessoas de bens, tem os seus viciados. Porque a droga é inimiga que leva para isto, induz a pessoa a ser viciada, experimenta, quando vê, já está dependente. Então, em todas as classes existem pessoas dependentes que precisam de recuperação. (Ig. Assembléia de Deus)

A gente não pode dizer que não têm fé em Deus. A pobreza vem da falta de educação, de instrução, de preparo dessas pessoas. Depois, temos um mundo que é muito egoísta [...]. É uma injustiça social muito grande. Para quebrar esta injustiça social não é brincadeira. Por causa do egoísmo, o homem pensa mais em si do que no outro. No Evangelho ama Deus de todo coração, de toda alma, e o próximo como a si mesmo [...]. O verdadeiro evangélico bíblico, ele procura ajudar o próximo, procura repartir um pouco de seus lucros, ele tem mais visão social. Ele é revestido por amor, por compaixão e quer ajudar o outro [...]. Como resolver isto, eu não tenho uma coisa clara. (Ig. Missionária)

A pobreza para aqueles que compartilham essa concepção de mundo, decorre de uma situação individual, tanto do que tem mais, porque movido pelo egoísmo, pelo anseio do ganho fácil, que o leva a explorar seus empregados, pagando-lhes salários injustos e a não ajudar os mais necessitados, quanto do que nada tem, porque uma força fora deste mundo, maligna, o estaria impedindo de prosperar, de ter um emprego, a casa própria. Somente pela fé em Deus e Jesus seria possível superar esta força que estaria dominando a vida do crente. Em todos os cultos ouvimos o pastor destacando a necessidade de expulsar o demônio da vida de cada um: “Creia que você não é um derrotado (porque) quem anda com Jesus não é um derrotado”, (culto, 23/09/2007); “Vim para os demônios de satanás e me tornei um beberrão, membro de quadrilha [...]. Só melhorei quando mudei para o lado de Jesus”, (culto, 14/10/2007).

Mas, o pobre, ainda segundo essa concepção, também poderia estar nessa situação por falta de vontade de trabalhar, considerando pouco o salário e a tarefa cansativa, e por isso não ter disposição e preparo para viver em comunidade.

A despeito de alguns dos pastores entrevistados procederem da Igreja Católica e da distância no tempo e no espaço, ainda é significativa a presença de resquícios de algumas idéias dos reformadores protestantes no discurso de líderes espirituais das igrejas pentecostais. A título de exemplo, citamos o reforço à idéia de que o fiel deve ter uma vida dedicada a Deus

e às suas determinações. Os que o temem devem seguir suas leis, porque conquistar bens e honras sem as bênçãos divinas, como os ímpios e os sem fé, de nada valerá, por ser obra do maligno. Essa é a razão para todo o crente depositar sua vida nas mãos de Deus, porque, segundo o pastor entrevistado, é assim que o crente em Deus alcançaria bênçãos:

As igrejas cristãs, evangélicas principalmente, visam mais a questão espiritual. Porque quando você está bem com Deus, você ora, você tem um estado de espírito tranquilo e isto vai dar condições de você encontrar caminhos que vêm solucionar a sua questão física [...]. A Bíblia diz claramente que a questão espiritual é o fundamental na vida do ser humano [...]. Você está dando condições de você encontrar psicologicamente um caminho para que você venha resolver a sua situação [...] quando a pessoa está bem espiritualmente, ela tem fé, vai em busca de emprego, tem ânimo [...]. Dificilmente você vê evangélicos pedindo esmolas. Sempre na própria igreja já tem a assistência social que atende aos necessitados da igreja. (Ig. Assembléia de Deus Madureira)

Sob esse ponto de vista, o homem que deseja as bênçãos de Deus deve afastar-se de toda a maldade e mau pensamento. Se algo de bom lhe suceder, não o atribuirá a si mesmo, a sua habilidade, diligência e boa fortuna, senão a Deus, reconhecendo-o como o autor, e a ele agradecerá. É uma concepção de vida e fé reforçada sistematicamente pelos dirigentes religiosos, os quais também insistem em afirmar que a falta de Deus leva o homem a cometer erros:

Desde o princípio do mundo, teve pessoas que sofrem. Pobres existem desde o princípio. Mas, Deus sempre mandou ajudar os pobres. O Salmo 41 diz. Na verdade, até chegando o final para a vinda de Cristo. E tudo isto são sinais que há de acontecer. Não só no Brasil, mas em todas as nações [...]. Assim como o corpo morto está sem o espírito, assim a fé sem a obra é morta. As pessoas drogadas caem nessa situação por motivo de falta de um cuidado. Talvez a ter uma ajuda religiosa, que venha orar. O princípio de criança é o que faz a pessoa ter uma criação, uma orientação do que não é bom. O ensinamento religioso ajuda muito as pessoas a sair disso [...] precisa que a gente ore pelas pessoas e eles deixem Deus operar, fazer coisas lindas na vida deles, ai eles se tornam comprados e começa a sentir uma vida nova, transformada pelo Espírito Santo de Deus. Quem

transforma essas pessoas não é uma religião, é a religião que aplica um trabalho do Espírito Santo de Deus. Quem liberta o homem e a mulher é Jesus Cristo, através do Espírito Santo. As igrejas que têm esse trabalho e crê no Pai, no Filho e no Espírito Santo e ora, em nome de Jesus, por essas pessoas, ela alcança tirar essas dessa situação [...] aquelas pessoas já vai deixando, vai esquecendo aquele vício e vai envolvendo nosso meio com louvor, com adoração, com oração, com lágrimas e com jejum por eles também [...]. Um dia falei para os políticos “as igrejas faz muito esse trabalho. Mas, isto custa jejum. Sabe o que é ficar 2 a 3 dias sem por comida na boca, pedindo a Deus?” E Deus ouve. Teve coisas que Deus me ouviu com 20 minutos [...]. (Ig. Missões Mundiais)

Ainda em conformidade com as idéias dos principais reformadores, Deus manda que se faça o bem a todos que necessitam, mesmo que a maior parte seja indigna de receber tal benefício. Todos os bens que o crente tem, foram dados por Deus em depósito, com a condição de que sejam usados em benefício de seus irmãos. O fiel deverá por à serviço de seus irmãos todas as suas faculdades, não pensando em si mesmo, mas buscando o bem comum da Igreja. Portanto, deve ajudar o pobre e não só no aspecto material, mas também no espiritual, porque é preciso prepará-lo para enfrentar o inimigo que o impede de vencer na vida, colocando obstáculos para que se torne um derrotado.

Os pastores reproduzem essas idéias em seus discursos, como se vê a seguir:

Eu creio que toda carência, toda necessidade é da responsabilidade, em primeiro lugar da igreja, mais até do que do Estado. Eu creio que os governos devem cuidar sim. Mas, a primeira necessidade do povo, de modo geral, aprendemos com o próprio senhor Jesus. Ele diz ‘os pobres tereis sempre convosco’. Então, este algo que Deus tem colocado sobre nós como igreja. Este sentimento de fazer algo por aqueles mais necessitados. (Com. Nova Aliança)

Eu posso pregar amor para você e tentar demonstrar amor. Mas, se isso não for materializado, não tem valor [...]. Quando nós demonstramos a nossa fé com a obra, é diferente. A Aliança é um braço social da igreja. A Aliança é uma forma de demonstrar tudo isto que nos ensinamos na igreja. (Com. Boas Novas)

Precisa de ajuda, a fé e as obras. Se a gente só falar e não fazer também. Precisa das obras. Deus manda, é bíblico [...]. (Assembléia de Deus)

As religiões pregam a caridade como maior virtude a ser alcançada. O encontro com Deus dar-se-á de forma mais completa quanto mais o fiel praticar e viver a caridade, além da fé e da esperança - denominadas virtudes teologais, conforme São Paulo, no capítulo 13 de sua carta à comunidade de Corinto (1Cor 13). Além da oração para superar ou amenizar as dificuldades espirituais e materiais, o atendimento àqueles que vivem no limite da sobrevivência também se tornou motivo de atenção, visto que alguns fiéis precisam mais do que oração e alimento para a alma, por apresentarem dificuldades materiais, como a falta de alimentos, roupas e remédios. Os dirigentes espirituais das igrejas pesquisadas constataram que pregar palavras de fé e conforto não eram suficientes, as necessidades do corpo também eram prementes, como relataram nas entrevistas:

A igreja entende que não pode dar apenas a Bíblia para as pessoas. Nós temos que dar também o pão, muitas vezes aqui hoje a luta é muito grande para dar a comida, às vezes o remédio. Nós temos uma assistência aqui hoje que nós atendemos os velhinhos da igreja. E nós temos um ministério específico para atender isto, para levar cesta básica, para levar o velhinho para fazer fisioterapia, para receber aposentadoria, até para pagar a continha dele de água e luz [...]. E isto é feito todo dia, porque todo dia tem gente na igreja pedindo ajuda e comida. É uma coisa que a igreja realmente não pode negar. Seja pessoa evangélica, seja católica. Não tem religião nenhuma [...]. (Ig. Luz do Mundo)

O (bairro onde ficava a igreja) Santa Terezinha naquela época era uma favela. A Assembléia de Deus Madureira ajudava as famílias. [...] Fazia cestas básicas. Mas, naquela época ajudava mais com comida e oração. Não tinha igual hoje em dia. Têm as creches para estar ensinando [...]. (Assembléia de Deus Madureira)

A Aliança existe e é a entidade-mãe da Comunidade Boas Novas em questão de área social. Até hoje nós damos assistência a muitas famílias. Não apenas com cesta básica, mas uma assistência integral, com ensino, com amor, com dedicação. Nós temos um projeto, dentro da Aliança, para montar um trabalho com criança, escola, escola de inglês, de futebol. E o asilo, que foi interdito pela justiça, é

uma coisa que nós queremos resgatar [...]. Eu posso pregar amor para você e tentar demonstrar amor. Mas, se isso não for materializado, não tem valor [...]. Quando nós demonstramos a nossa fé com a obra é diferente. A Aliança é um braço social da igreja. A Aliança é uma forma de demonstrar tudo isto que nós ensinamos na igreja. (Com. Boas Novas)

Na verdade, a idéia de que a caridade deve ser praticada em favor do mais pobre está presente em todas as falas dos pastores, porque afirmam ser uma determinação de Deus que está expressa na Bíblia. Citamos dois pastores que abordaram explicitamente esta questão:

É bíblico, olhar, caridade de Deus, os necessitados. Que são áreas que precisam ser ajudadas. Por exemplo, os drogados, pessoas que entram no vício, depois se arrependem. Tem que ter uma ajuda. E tem sido muito os recuperados. E outros necessitados, todo lugar tem, principalmente os nossos irmãos da fé. [...] Adquirimos uma chácara para funcionamento do Centro de Libertação de Vidas e Recuperação de Toxicômanos, Resgate, para atendimento a drogados e alcoólatras, onde temos visto almas recuperadas, salvas e até batizadas com o Espírito Santo. Na área social, a igreja ainda conta com a Associação Nova Vida, devidamente registrada nos órgãos públicos municipais, estaduais e federal, e que atende famílias carentes da própria denominação e da comunidade. (Ig. Assembléia de Deus)

[...] Nós temos um princípio, que é o princípio da Palavra de Deus, princípio da prática do amor [...]. O amor não é um sentimento. A prática do amor é um mandamento [...]. A Comunidade Boas Novas tem, a gente procura viver isso muito forte, essa prática do amor. O carinho com as pessoas, indistintamente. Se ele é um mendigo, se ele é um pobre, se ele é um rico. Nós ensinamos isso para os nossos líderes, ensinamos isso para a igreja. Porque nós entendemos que mesmo aquela pessoa que está no mais baixo grau do uso de drogas, ela é filha de Deus e precisa ser amada [...]. O toque, o carinho, a sinceridade, o amor. Isto faz a diferença [...]. (Com. Boas Novas)

Nas entrevistas verificamos que a iniciativa para as ações assistenciais se deu por motivações emocionais, espirituais e pessoais dos dirigentes diante do que se apresentava em

seus templos. A orientação que partia da administração, no que se refere ao atendimento às situações emergenciais das famílias, limitava-se a um ministério, geralmente formado por mulheres. Cabe destacar que a Assembléia de Deus é uma exceção porque se voltou para a área social por conta de uma orientação da própria hierarquia.

De acordo com Monteiro (1999), que analisou as representações da pobreza e as práticas de assistência da Igreja Evangélica Assembléia de Deus no município do Rio de Janeiro, a Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil (CGADB), ligada à Igreja Assembléia de Deus, sistematizou a prática assistencial nos seus quadros com a criação do Conselho Nacional de Assistência Social, em 1997, e a Convenção Nacional das Assembléias de Deus no Brasil do Ministério Madureira (CONAMAD) estimulou suas igrejas filiadas a dar maior atenção à ação assistencial.

Segundo os defensores da ação assistencial, a verdadeira caridade procede do coração e possibilita uma relação de união e comunhão com o outro, o irmão, que é considerado a imagem de Deus, a quem se deve prestar toda honra e amor e quem garante a salvação ao rico e ao pobre, a recompensa de uma vida eterna plena de amor e paz, pelas ações de acolhimento e humildade: ao primeiro porque ajudaria e ao segundo porque aceitaria o que lhe é oferecido. Não conceberia o conflito e a discórdia entre quem tem mais e quem tem menos. Aliás, onde a caridade se fizesse presente, as desavenças desapareceriam.

Segundo essa perspectiva cristã, a ausência de conflito geraria uma relação fraterna, de irmãos em condição de igualdade, porque um estaria em melhor situação social e econômica do que o outro: o que tem mais conquista a redenção através da doação, da esmola, visto que o Reino de Deus não é acessível para quem tem muitos bens materiais e não ajuda aquele que não tem condições de se manter; e o que tem menos permite que ambos conquistem a salvação, porque aceita sem reclamar o que lhe é dado, visto que por sua inaptidão, não conseguiu sobreviver sem a beneficência de outrem. Enfim, uma mútua aceitação (SILVA, 2006).

Essa situação resultou em uma relação de submissão, na qual aquele que tem menos sujeita-se à vontade e às orientações de quem tem mais, pois sua condição material e espiritual é conseqüência de problemas individuais ou espirituais que não foram superados, necessitando da intervenção de outra pessoa mais obediente à vontade de Deus, portanto, mais capacitada para aconselhar, orientar, educar.

Como as igrejas não estão isoladas do que se passa ao seu redor e sofrem as conseqüências do que ocorre fora de suas paredes, foi preciso ampliar sua “cobertura”, ou seja, se antes a prioridade era a oração, a cura e a libertação, depois, quando cresceu o número

daqueles que iam em busca de soluções para seus problemas cotidianos, foi preciso responder com ações caritativas, sob pena de perder fiéis para outras igrejas que apresentavam uma resposta satisfatória à demanda. O pastor destacou esta situação durante a entrevista:

O mesmo desemprego que bate na porta de quem não tem igreja é o mesmo desemprego que atinge a pessoa que frequenta a igreja todos os dias. Daí a necessidade da igreja de manter esta assistência até para os membros da igreja. Porque seria incoerente que uma pessoa que frequenta uma igreja evangélica ou que não é evangélica ela passe fome [...]. Se você tem compromisso com a sua igreja, a sua igreja tem responsabilidades para com você. Então, a igreja faz um esforço muito grande para pelo menos manter os membros da sua igreja [...]. (Ig. Luz do Mundo)

Explica Bourdieu (2004, p.51) “o interesse religioso tem por princípio a necessidade de legitimação das propriedades materiais ou simbólicas associadas a um tipo determinado de condições de existência e de posição na estrutura social, dependendo portanto diretamente desta posição [...]”, ou seja, o interesse religioso do grupo a quem se dirige a mensagem visa confirmar e legitimar suas condições materiais e simbólicas de existência. Assim, a eficácia e o alcance da mensagem religiosa serão maiores à medida que se adequarem às necessidades do crente, considerando-se a posição que este ocupa na estrutura sócio-econômica, para que melhor possa responder aos seus medos, ansiedades e expectativas.

Portanto, as práticas e crenças religiosas de uma dada igreja têm de estar em “harmonia quase miraculosa” com os interesses religiosos de seus membros, não se esquecendo que esta harmonia nada mais é do que o resultado de uma reinterpretação e readequação da mensagem disseminada pelos dirigentes religiosos, de forma deliberada ou “de modo inconsciente apenas pela força das leis da difusão cultural” (BOURDIEU, 2004, p.51), para atender o grupo de seguidores e assim garantir, reforçar e reproduzir o poder e a hegemonia perante o mesmo.

Outro aspecto que mais uma vez destacamos refere-se ao fato de que essa mensagem também serve a interesses extra-religiosos, qual seja, garantir e legitimar uma dada ordem social e política, que se pretende apresentar e justificar como uma ordem designada por Deus, a qual, portanto, deve ser aceita por todos os crentes. Como bem destacou Bourdieu (2004, p. 72): “por estar investida de uma função de manutenção da ordem simbólica em virtude de sua

posição na estrutura do campo religioso, uma instituição como a Igreja contribui sempre para a manutenção da ordem política”.

A eficácia e eficiência da mensagem religiosa e da própria religião serão tanto maiores quanto mais assegurar um *habitus* que orienta o modo de ser, agir e pensar dos fiéis com vistas a reforçar e legitimar uma situação social e política de uma determinada sociedade. Esse fato podemos constatar a partir da fala do pastor e da atitude que foi adotada diante de uma situação que se apresentava como ameaça à ordem política:

O (pastor) Enéias Tonini da Igreja Batista fez um movimento de oração em 1963. Ele levantou esse movimento ‘Vamos orar para o Brasil. O Brasil está passando por uma fase muito perigosa, a ponto de tornar-se comunista.’ E aí foi declarado o Dia Nacional de Oração e Jejum, 15 de novembro de 1963, o dia todo. As igrejas evangélicas do Brasil orando a favor do Brasil para salvação do Brasil [...]. Ficamos mais de 20 anos, todo o dia 15 de novembro, orando. Íamos às 6 horas da manhã para a igreja e ficávamos até às 6 horas da tarde orando a favor do Brasil. Orando pela paz, orando pela nação, orando pelo governo [...]. Eu sempre fui uma pessoa que achei que a oração podia ajudar muito a resolver problemas nacionais. Se não tivesse a oração talvez fosse muito pior. (Ig. Missionária)

Para alguns líderes a mensagem religiosa além de enfatizar as palavras de Deus, também deve destacar a importância de ajudar aos que se encontram em precárias condições de sobrevivência. Levados pelo princípio de que a ajuda ao pobre é determinação bíblica, alguns pastores resolveram acatar esta orientação, criando e organizando instituições que atendessem as necessidades dos mais carentes de bens materiais, além do atendimento às carências espirituais do crente.

A fé, embasada na emoção e subjetividade do pastor, e a determinação de obedecer aos desígnios de Deus orientavam e fundamentavam a idéia de criar instituições assistenciais. Na verdade, o caminho seguido pelos pastores foi menos para enfrentar os problemas sociais e mais para amenizar as dificuldades cotidianas, pois de acordo com a teologia pentecostal, o Espírito Santo garantiria, por meio do batismo, a plenitude do corpo e da alma, tornando homem e mulher íntegros e completos e em condições de superar as aflições financeiras e emocionais. Conforme os pastores:

[...] nessa época, um grupo de pessoas sentiu a necessidade de você ter uma entidade até para facilitar este atendimento com o auxílio do poder público. Dentro daquilo que esteve ao nosso alcance nós fizemos, e acredito que nós fizemos bem. Muitas pessoas que foram colocadas ali, realmente não tinham nenhuma condição de moradia. Algumas delas até morreram. Então, naquele momento foi muito importante, acho que serviu ao seu propósito. (Ig. Luz do Mundo)

Depois que o homem crê, obedece e pratica, ele passa a usufruir bênçãos, através da fé. Você adquire de Deus uma coisa que não tinha antes. Realmente, como é que vai acontecer uma cura? [...]. A Bíblia ensina só de Jesus. Quando você pede em nome de Jesus, o nome dele tem poder. Você pode usufruir do nome dele. (Ig. Missões Mundiais)

[...] porque se alguém tem que fazer alguma coisa por este mundo é a igreja. Há coisas que nós às vezes ficamos esperando que o governo faça, mas que a igreja tem a sua responsabilidade primeira. E quando a igreja acorda para isto, haverá sempre uma resposta, tanto da parte social, das pessoas, como da parte de Deus, especialmente. Quando nos propomos a obedecer o chamado de Deus, as suas ordens, ele vai cuidando, ele vai suprindo, ele vai abençoando, ele vai prosperando. Infelizmente, algumas igrejas cristãs vão se fechando, que por deixar de cumprir o seu chamado primeiro perderam a visão, hoje se tornaram uma organização política, comprometidas com tantas coisas que não tem nada a ver com o chamado de Deus para a igreja. (Com. Nova Aliança)

Nós também passamos a enxergar a necessidade de trabalho social, em 1964, com o Lar Betânia, de Maringá. Eu fui nomeado como presidente e a minha esposa como secretária do JUBIM, um orfanato. Aqui, em 1966, fundamos o Lar Esperança, que atendia mães solteiras e depois transformamos em creche. Em Maringá, também um trabalho de assistência social para ajudar os pobres. Começamos um novo lar, em Nova Esperança. Um outro em Três Lagoas. Eu fui presidente da JUBIM por 6 a 9 anos. Criamos todo esse trabalho de assistência social, porque acho que o Evangelho não é só alma-espírito, também é corpo. E Jesus foi exemplo disso: pregava para coração, para alma, para o espírito. Mas,

cuidava dos pobres, dava de comer, curava os enfermos, ajudava os necessitados. Os evangelhos têm que se preocupar com o espírito, com a alma e com o corpo. O homem completo, não é só uma parte. Esse trabalho foi expandido para muitas igrejas. Tanto os pentecostais, como os tradicionais têm trabalhos sociais. (Ig. Missionária)

Logo de início, perceberam que era necessário adaptar o evangelho à realidade social que se apresentava. Citamos, como exemplo, o ocorrido com a instituição assistencial criada pela Igreja Missionária, cujo interesse inicial era criar uma casa de “recuperação para prostitutas”, visto que o centro urbano de Londrina apresentava um número expressivo de mulheres que sobreviviam oferecendo serviços sexuais. Mas, ao conversar com algumas dessas mulheres, a esposa do pastor e também fundadora da instituição assistencial descobriu que a maioria das que lá se encontravam haviam sido expulsas de suas próprias casas: “elas foram tocadas de casa há 30 anos atrás, os pais não toleravam estas coisas. Conseguiram o apoio lá, mas depois tinha que ficar para pagar.” Assim, redirecionaram o projeto e iniciaram um trabalho com mães solteiras expulsas de casa. Conforme seu relato:

Começamos com 2 moças, daqui a pouco já tínhamos 6. Logo já tínhamos o limite, 8 moças [...] a gente internava a moça com três meses de gravidez, porque antes dos três meses ela conseguia esconder [...] tinha uma oficina de trabalhos manuais [...] depois a gente vendia para ajudar um pouquinho na despesa. Ela ficava dos três meses, tinha a criança, ela podia ficar lá enquanto precisasse, arrumar um emprego, que era difícil [...]. Até 1973, nós ficamos só com mães solteiras e o berçário [...] tivemos que fazer uma creche. Só para essas crianças, das mães que estavam desempregadas. Só que aí, começou a aparecer os pedidos, quando vi, estava com 90 crianças. Até 1988, eu atendi mãe solteira e a creche. Como já tinha passados 20 anos, as coisas mudaram. O problema já não era um problema social [...] os pais aceitam, a sociedade aceita. Resolvemos acabar com a casa da mãe solteira e ficamos só com a creche.

À medida que o tempo avançava, mudanças no campo político, social, cultural e econômico iam se acumulando, ocasionando novos rearranjos na vida individual e coletiva da sociedade. Esse foi um período em que se vivia uma forte repressão militar, quando as

liberdades civis e políticas foram suprimidas, com a proibição de manifestações coletivas, assim como movimentos sociais e políticos.

A perseguição e a repressão aos que se colocavam contra o regime levaram à prisão homens e mulheres, principalmente das classes médias. No campo econômico, esta mesma classe média teve o acesso a bens de consumo facilitado, assim como o lucro das grandes empresas aumentou substancialmente, graças à política econômica que promoveu o chamado milagre econômico, mas cujos benefícios e vantagens não chegaram para a classe trabalhadora.

Por outro lado, foi nesse contexto sócio-histórico que se deu a revolução sexual e cultural, tendo como marco fundamental o aparecimento da pílula anticoncepcional, que possibilitou separar o sexo da reprodução humana. Abordar assuntos como prazer sexual, doenças sexualmente transmissíveis, hormônios, menopausa, ejaculação precoce, foi deixando de ser tabu, com trocas de informações entre homem e mulher, entre a mulher e seu médico e entre as próprias mulheres. Um novo comportamento foi gerado, ocasionando por sua vez um novo código moral.

Dessa forma, as instituições também tiveram de passar por um processo de readaptação a essa nova realidade, que, por sua vez, apresentava novas demandas. A fundadora e diretora da instituição, profissional da área da educação com experiência profissional nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, percebeu a mudança de valores e adaptou a mesma à realidade sócio-cultural que se descortinava.

As demais igrejas também buscaram ajustar-se a essa sociedade que emergia das mudanças que se operavam em todos os campos, ou seja, uma igreja integrada às demandas de seu público-alvo:

A finalidade da Aliança é ser um braço social da igreja junto à comunidade, prestando um serviço social, aquilo que Jesus na verdade fazia, serviço social na comunidade [...]. O evangelho é transformação integral. Você não pode visualizar o evangelho apenas na salvação da alma, enquanto que o corpo está padecendo. A obra social da igreja é fundamental para cumprir integralmente o evangelho. O evangelho é libertação de todas as mazelas, de todas as garras, sofrimentos, prisões [...]. Quando Jesus Cristo multiplicou os pães e os peixes, quando Jesus Cristo curava os enfermos, ele estava cumprindo o propósito do Pai, na libertação integral do ser humano. A obra social na igreja é fundamental para cumprir o propósito de pregação do evangelho. (Com. Boas Novas)

[...] Nós temos um trabalho que nasceu com a nossa chegada em Londrina, vendo as muitas necessidades das pessoas, sentindo a dificuldade, hoje menos, mas na época que nós chegamos, trabalhar com as pessoas da periferia. Muito analfabetismo, muita ignorância, muita falta de entendimento nas coisas de Deus, muita violência já naquela época. Então, nós procuramos ajudar. E vendo que toda a ajuda era pouca e que precisávamos nos organizar neste sentido, já com a igreja formada, com seus estatutos formados, nós abrimos numa oportunidade dentro dos nossos estatutos, em criar uma assistência social, colocando dentro dos estatutos da igreja local, já reza que a visão da igreja é se expandir através de livros, de literatura, de escolas, de ajuda pessoal. Tudo aquilo que uma entidade filantrópica pode fazer. (Com. Nova Aliança)

As igrejas surgiram para atender a demanda de um segmento da sociedade, não somente pela vontade de uma pessoa, ou seja, do pastor. As mudanças que se operaram no campo social, cultural e econômico levaram à busca de respostas que as denominações religiosas tradicionais não davam, já que a maior parte de seus fiéis pertencia à classe média dos centros urbanos, em sua grande maioria alfabetizados. Igrejas cujo ritual era mais elaborado, e cuja pregação era mais afinada com os interesses dessa classe, mas não atingia as necessidades e anseios de um segmento social que crescia rapidamente, como os desempregados, os sub-empregados, os trabalhadores rurais expulsos do campo que migravam para as cidades, as empregadas domésticas.

Como a competitividade religiosa crescia vertiginosamente, caso a igreja não atendesse às expectativas e necessidades de fiéis ávidos por solução, consolo ou explicação para seus tormentos - físicos e emocionais - estes buscariam em outra igreja aquilo por que tanto ansiavam. Neste sentido, a competição religiosa acirrou-se em decorrência do excesso de ofertas, o que exigiu que as igrejas adequassem sua ação evangelística e missionária às expectativas de seus fiéis: se, por um lado, os pastores proclamavam em suas pregações que a conversão e o louvor a Jesus Cristo possibilitaria encontrar conforto para as aflições do dia-a-dia, como testemunhamos em um culto: “É maravilhoso quando você está em aflição e tem onde recorrer, Jesus Cristo [...]. Quando você entrar em crise, lembra que você tem Jesus Cristo” (culto, 05/08/07), por outro, alguns estenderam suas atividades para ações mais intramundo, junto a seus fiéis e futuros fiéis. Como afirmou o pastor:

[...] Existe uma grande possibilidade da pessoa mudar de vida quando ela começa a ouvir a pregação do evangelho. É muito importante a gente ver na prática o efeito que o evangelho produz na vida das pessoas. Não é apenas o fato de você oferecer para a pessoa uma cesta básica ou uma religião. Na verdade, o evangelho oferece uma possibilidade para a pessoa mudar de vida. Nós temos casos aqui em Londrina de pessoas que foram tiradas lá da sarjeta, da bebedeira. E essas pessoas se levantaram mesmo, com toda a fé, emocional, pessoal, espiritual e hoje está pastoreando igrejas. Nós temos um pastor que está hoje pastoreando aqui em Londrina e ele foi alcoólatra no Novo Amparo. E a gente, num trabalho que foi realizado ali durante algum tempo, trabalho de rua, de evangelismo de rua e a gente ia, e a família precisava de uma cesta básica. Dava uma cesta básica. Mas, não ia só com cesta básica. Ia com aquele incentivo, motivação. E muitas pessoas se levantam nessas ações. (Ig. Luz do Mundo)

Os demais pastores apresentaram argumentos semelhantes para justificar a ação assistencial da igreja na qual se congregam:

Para cumprir com o propósito do evangelho. O evangelho é transformação integral. Você não pode visualizar o evangelho apenas na salvação da alma, enquanto que o corpo está padecendo. A obra social da igreja é fundamental para cumprir integralmente o evangelho. O evangelho é libertação de todas as mazelas, de todas as garras, sofrimentos, prisões [...]. Quando Jesus Cristo multiplicou os pães e os peixes, quando Jesus Cristo curava os enfermos, Ele estava cumprindo o propósito do Pai, na libertação integral do ser humano. A obra social na igreja é fundamental para cumprir o propósito de pregação do evangelho. (Com. Boas Novas)

A preocupação do pastor com a área social se deu quando ainda estava na igreja que ajudou a fundar em Londrina. De acordo com seu ponto de vista, o amor e a fé em Deus deveriam ser demonstradas com obras junto àqueles que nada possuem. Por isto, fundou a instituição assistencial Aliança na década de 1970. Antes se chamava Sobasluz; mas, com a sua saída da Igreja Luz do Mundo seus dirigentes continuaram na nova denominação o trabalho assistencial:

A Aliança, que antigamente era a Sobasluz, surgiu há 30 anos atrás. Eu fui o primeiro secretário da Aliança [...]. A Sobasluz nunca foi da (Igreja) Luz do Mundo. A Sobasluz era um grupo de pessoas. Tinha pessoas de outras igrejas e da Luz do Mundo. Como eu sempre fui da Luz do Mundo, e sempre fui o presidente, ou secretário, nós agregávamos na Luz do Mundo. Com a minha saída, como toda a diretoria era ligada a nós, essa entidade, a Luz do Mundo não teve interesse de continuar, porque tinha o asilo. O asilo era muito trabalho, era muita doação. Nós assumimos a Sobasluz, até que há 7 anos atrás, nós transformamos ela em Aliança.

O pastor da Igreja Luz do Mundo também afirma que com a saída de um grupo da igreja, este levou a instituição assistencial junto:

A atual diretoria que estava, no ano de 1999, as pessoas que estavam na direção da Sobasluz se desligaram da igreja e na saída elas acabaram mudando o estatuto. Houve uma assembléia e mudaram o estatuto e eles ficaram responsáveis então. A Sobasluz deixou de existir e o asilo, que estava ligado à SOBASLUZ, deixou de estar ligado à Igreja Luz do Mundo e passou a estar ligado a esta outra comunidade evangélica. (Ig. Luz do Mundo)

Essa situação confirma o que já fora constatado, a atenção à área social não era uma determinação da instituição religiosa, mas partiu de motivação pessoal de um pastor que se voltou para a situação de pobreza de homens e mulheres da comunidade. Destacamos a fala do pastor da Ig. Sagradas Missões para reforçar nossa argumentação. Sua igreja voltou-se para a área social desde o início de sua fundação, porque segundo ele:

[...] há um entendimento de que uma igreja é forte quando ela tem um trabalho de evangelismo e doutrinação forte, quando tem um trabalho assistencial forte e ela mostra a cara para a sociedade. Este entendimento vem de muito tempo. O evangelismo, a doutrinação e o trabalho social. É um tripé. O entendimento é de que a igreja não pode ficar dentro das 4 paredes falando 'Jesus salva, Jesus é bom'. E a hora que a criança chega desamparada não tem lugar para amparar, chega uma pessoa que está passando fome, 'Jesus é bom', mas ela não tem o que comer. Nós tínhamos que fazer alguma coisa. E mostrar para a sociedade que a

igreja está cumprindo uma função também social. Ela cuida dos seus membros, doutrinando-os, estabelecendo comunhão, valorizando, orando, abençoando. Ela evangeliza, leva a palavra aos que não são ainda convertidos. Mas, ela atende as necessidades. É a visão da pessoa como um todo. Nós tínhamos essa visão. Isto foi ficando cada vez mais forte dentro de nós. (Ig. Sagradas Missões)

Outra igreja que também se voltou para o atendimento às crianças de famílias carentes em decorrência de motivação de seu dirigente espiritual foi a Assembléia de Deus Madureira. Quando o pastor-fundador faleceu em 1980 e seus sucessores não deram mais a devida atenção à instituição, ela fechou. Conforme relato de seus sobrinhos:

[...] teve uma época que nós estávamos com 25 ou 27 crianças, de um ano para cima. Não tinha gente especializada, a gente só tava com uma professora e eram mais voluntários que tava trabalhando [...]. O senhor Aristides não era pastor, ele era presbítero, membro, se dedicava muito também [...]. A Dorcas caminhou até 3 anos atrás [...]. A igreja ajudava com o local, que era da igreja, a água e a luz, que era a igreja que pagava tudo. Depois separou. Quando separou, a Dorcas não virou mais nada, quando a igreja começou a deixar de lado, separando Dorcas e igreja. (Assembléia de Deus Madureira)

Como se pode observar do discurso de ambos os pastores, as igrejas, de modo geral, não adotam como política de ação a criação e manutenção de instituições sócio-assistenciais, ou mesmo o incentivo para seus membros desenvolverem atividades assistenciais. São ações motivadas por princípios e valores dos dirigentes espirituais que, sensibilizados com a situação de pobreza daqueles que se encontram ao seu redor, partem para ações mais sociais, justificando suas motivações como uma determinação bíblica para amparar os mais pobres.

Assim, na perspectiva da subjetividade e submissão às determinações divinas, doar cestas de alimentos e roupas àqueles que batem à porta da igreja requer um ministério específico para tal fim, composto por pessoas dispostas a executar esta tarefa, as quais deverão seguir orientações previamente dadas, tais como o pobre que recebe a doação deve ter um comportamento de acordo com as normas estabelecidas pela igreja, não reclamar da qualidade do que ganhou, mas apenas agradecer. É uma relação pessoal entre doador e 'pedinte', em que se estabelece uma dependência do segundo para com o primeiro.

E é justamente pelo fato de as ações assistenciais estarem centralizadas mais na subjetividade e espiritualidade que em razões terrenas, como direito social e cidadania, que se levou a desistir de administrar uma instituição e a fechar outra, porque houve dificuldade de atender às exigências legais, mesmo as mais elementares, como ter profissionais e não somente voluntários, e aplicar os recursos públicos somente para o atendimento aos usuários e não para outros fins.

Os pastores responsáveis pela instituição assistencial constataram que, além da fé, era preciso um mínimo de capacitação técnica para manter uma instituição sócio-assistencial. A instituição assistencial Dorcas fechou, o asilo Sobasluz ficou sob a responsabilidade do grupo que saiu de uma igreja e fundou outra, agora com o nome de Aliança, mas no primeiro semestre de 2004 sofreu uma investigação e foi fechado por determinação do Ministério Público devido à falta de condições físicas para funcionamento, e o centro de educação infantil administrado pelo pastor da Ig. Missões Mundiais voltou para a administração da Prefeitura.

Quando os pastores criaram as instituições sócio-assistenciais, a assistência social não era considerada um direito social, mas um poderoso instrumento de barganha, dando-se a proteção social em troca de serviços ou votos. Políticos, como vereadores, deputados, senadores e governadores, ofereciam a ajuda material, como cestas básicas, roupas, remédios, e em troca recebiam os votos, “criando entre a população assistida e voluntários ou funcionários uma relação vertical e de favores, no qual a dependência e submissão tornam-se condições para receber a ajuda eventual” (SILVA, 1999, p. 70).

Criar uma instituição, ter acesso aos recursos públicos não era considerado uma tarefa complexa, porque não havia a necessidade de atender a critérios estabelecidos, como pessoal técnico qualificado, ambiente de trabalho – como salas, banheiros, dispensas – adequados ao público usuário. Era suficiente a vontade de criar a instituição e conhecer o deputado ou o administrador público que liberaria recurso financeiro. Segundo relato de alguns pastores, essa era uma prática comum:

O pastor Nestor Judith do Carmo durante 12 anos foi o presidente. Depois, ele teve problemas de saúde e passou a presidência para o senhor Aristides [...]. Ele era muito envolvido com os políticos. Ai, ele conseguiu verbas, para estar ajudando. Em 74, eu fiz os documentos para utilidade pública do município, do Estado para conseguir vir esta verba. (Assembléia de Deus Madureira)

No tempo do Belinati me ajudou muito. Quando ele era vereador, quando ele era prefeito, eu conseguia tudo o que era necessário, quando era deputado estadual, deputado federal. Uma família que sempre me ajudou muito [...]. Mas, a prefeitura não tinha esses recursos, para ninguém. Eles tinham uma verba anual para cada entidade. No fim do ano eles faziam pagamento para a gente [...]. (Esposa do pastor da Ig. Missionária)

Quanto ao pastor-fundador da Igreja de Missões Mundiais, este tem discurso contraditório para o engajamento em atividades assistenciais, visto que sua atenção está mais voltada para ações fundamentadas na emoção e na subjetividade. Quando indagado do motivo para iniciar um trabalho sócio-assistencial com crianças, a motivação seria o reconhecimento público da suposta capacidade de gerenciar um centro de educação infantil. Cabe destacar que sua igreja foi fundada em Londrina em 1984, mas foi no ano de 2003 que se deu o início da administração do centro de educação infantil pela igreja:

Tinha amigos na prefeitura e ofereceram essa creche para nós. Até não seria para nós tanto interesse em mexer com crianças no princípio, nosso interesse mais era mexer com pessoas adultas, porque o pastorado poderia dar uma assistência melhor para me ajudar. Estamos cansados por causa disto. Temos vontade em investir em pessoas adultas, com libertação e essas coisas. E junto com o governo, que ele vem ajudar também no caso, que é o nosso planejamento. Mas, aconteceu que foi lançado este projeto e a prefeitura chamou e nós tivemos que assumir repentinamente. É certo que quando se trata de obra social, nós cuidamos num bairro muito carente. A gente ficou comprado pelo amor [...]. A prefeitura entrou num campo que ela ia entrar para a obra social. E como nosso nome estava lá à disposição, ela ofereceu e nós pegamos [...]. Já estava nosso nome à disposição para pegar a creche. Porque através de pessoas conhecidas falou, se nós não queríamos pegar. A diretoria aprovou que podia pegar. A prefeitura construiu e passou para nós. (Ig. Missões Mundiais)

As atividades assistenciais confundiam-se com o proselitismo de seus pastores e voluntários, os quais, ao mesmo tempo que prestavam assistência, reproduziam seus princípios religiosos, valores morais e éticos. Esta situação podemos verificar na fala dos dirigentes espirituais das igrejas:

O retorno espiritual é o principal que a igreja visa, não adianta você matar a fome de uma pessoa se a alma dela está faminta. E quando você não tem este retorno espiritual, você prefere direcionar a sua atividade para onde tem retorno espiritual [...]. Mas, mesmo assim, a gente mantém entre nosso povo uma assistência. Mas, em virtude das pessoas que não vinham à igreja, não vinham dar assistência a seus filhos, não vinham às reuniões, não participavam, então, isto foi desestimulando a minha pessoa...A não participação dos pais nas atividades da creche e também religiosa. Nós ensinamos religião, nós ensinamos a placa da igreja 'olha, você vai ser assembleiano quando você crescer'. Nós ensinamos que a criança não pode beber, não pode fumar, não pode falar palavrão. Nós ensinamos os bons costumes religiosos para as crianças, que ela seja uma criança que tema a Deus, que venha obedecer seu pai, em trazê-los no final de semana aos cultos. As crianças aprendiam tudo isso aqui, ia para casa e via a situação do lar. Nosso trabalho estava sendo em vão. E nós tínhamos pouquíssimas crianças realmente necessitadas. (Assembléia de Deus Madureira)

Através da creche Dorcas pais de alunos têm aceitado a Jesus como Salvador e hoje são membros de nosso ministério. (História da Assembléia de Deus em Londrina, p. 33)

A assistência aos que se encontram em precária situação material requer mais do que palavras e frases religiosas ou incentivadoras. As dificuldades se fazem notar logo no início dos trabalhos, porque os problemas que são trazidos por homens e mulheres vão além de razões espirituais. No entanto, na implementação e encaminhamento do trabalho social por aqueles que justificam suas ações em motivações espirituais, observa-se o pouco conhecimento que possuem acerca de atividades intramundanas que exigem planejamento, organização, critérios técnicos, administração.

Mesmo para aqueles que receberam facilidades do poder público ou de algum político do Poder Legislativo, havia a necessidade de seguir algumas normas preestabelecidas. A fala do pastor da Igreja Missões Mundiais reflete a dificuldade de separar práticas de cunho religioso de práticas assistenciais. Ele diz que fundou, juntamente com alguns pastores, a Associação Evangélica Pentecostal do Brasil com o propósito de unir as igrejas pequenas e

construir uma obra social, para atender “pessoas carentes e desamparados de rua”, mas também para atuar em outras áreas:

Atualmente nós estamos querendo entrar em outros meios de trabalho que venham beneficiar as pessoas que estão sofrendo, drogados, desamparados de rua, epiléticos, amparar o desempregado, crianças desamparadas. Nós estamos em uma batalha com essa creche. Mas, o nosso plano é investir em outras áreas, seminários [...] convênio da faculdade do ISBL com nossa associação, que vai ter um seminário, a partir de hoje...Aula nós já temos no seminário da Associação, uns 4 anos atrás, em convênio com o ISBL, mas nós vamos ter o nosso próprio seminário. Tudo na finalidade de granjear os recursos para gastarmos em obra social e atender as pessoas necessitadas. (Ig. Missões Mundiais)

Indagado quanto ao interesse e preocupação com os problemas sociais, o pastor respondeu acerca das dificuldades encontradas para encaminhar os trabalhos do centro de educação infantil mantido pela Associação:

Eu estou com 2 anos e meio nesta batalha. 30% do meu serviço pastoral foi tirado, cuidando da assistência social. Eu estou até um pouquinho cansado. Mas, Deus tem me dado força. Estamos com 120 crianças de 0 a 6 anos. Não tem vínculo religioso. É um trabalho com todas as pessoas, com crenças que nós temos. Jesus não colocou placa religiosa, no caso de fazer o bem e atender o necessitado. O nosso plano de atender o necessitado é porque nestes últimos tempos, a nação brasileira passa por um grande problema de toxicômano, grande problema de crianças abandonadas que necessita de apoio. Nós olhamos este lado, que temos que fazer a nossa parte, naquilo que pudermos. Não temos recurso, mas lutamos para o recurso, para o que pudermos alcançar. Olhamos também o lado de fora das 4 paredes da igreja, olhamos para o necessitado que não tem vínculo com a minha igreja, mas é uma vida. (Ig. Missões Mundiais)

Como podemos apreender de seu discurso, acreditar na força do Espírito Santo e da fé para mudar de vida e encontrar o caminho da paz, da prosperidade e da saúde é fundamental nas palavras e na ação de pastores e seus fiéis no atendimento aos mais carentes. Nesse sentido, o trabalho assistencial, segundo essa concepção, decorreria da necessidade de atender

as determinações de Deus, independente de filiação religiosa. Trata-se de uma ação ancorada em um trabalho individual, centralizado no pastor ou em pessoas de sua confiança, não de um trabalho de um grupo ou da própria instituição religiosa, porque, não obstante, na maioria das vezes ser uma atividade prevista nos estatutos da mesma, não é planejada e muito menos executada por profissionais qualificados para as funções necessárias, como assistentes sociais, enfermeiras, pedagogos, cozinheiros, zeladores, entre outros.

Vimos corroborar, essa afirmação, quando entrevistamos o pastor e fundador da Casa de Oração para todos os Povos – Ministério Sagradas Missões:

O Brasil não tem sido bem administrado pelos nossos governos [...]. Outra coisa é a visão, pessoas comprometidas, sérias que não temos na política [...]. E também a igreja, porque durante muito tempo achou que era só falar de Jesus. E são poucas as igrejas que se dão este trabalho. Se todo o povo evangélico comesse a fazer alguma coisa nessa área, os evangélicos hoje no Brasil são uma potência, nós precisamos fazer muito mais do que fazemos. Mas, há mais interesse em construir um templo, colocar tijolo em cima de tijolo, e as vidas ficam abandonadas. Hoje se fala muito em dinheiro, para trazer dinheiro para a denominação aplicar. Mas, quando se fala da denominação ajudar as pessoas... Ai vem o desemprego, a falta de planejamento familiar [...] a falta da estrutura da família [...]. Se a criança não for educada em um lar disciplinado, ela vai ser indisciplinada [...] hoje se fala em pais abandonados [...] têm muitos casais que nunca tiveram uma casa para morar e já têm filhos na rua [...] e esta situação tende a agravar-se [...].

Em 1988, uma nova Constituição foi promulgada, e em seu artigo 203 a assistência social passou a figurar como política pública, determinando-se o Estado como o grande responsável pelo enfrentamento da pobreza e os usuários como cidadãos de direito:

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (Constituição Brasileira, 1988)

Portanto, deixou de ser uma ação exclusiva de igrejas e das instituições sócio-assistenciais. Passou a ser um dever do Estado, ou seja, o poder público, nas esferas federal, estadual e municipal, deveria assumir a responsabilidade por programas e projetos sociais voltados para a população carente de bens e serviços sociais. Além disso, também houve a necessidade de as instituições se adequarem às exigências da lei, ou seja, melhorar as condições físicas da mesma, contratar profissionais qualificados para o atendimento à população usuária, definir critérios técnicos e não critérios religiosos para atender aos que procuram a instituição. Ter boa vontade e acreditar na força de Deus não seriam suficientes para criar e administrar uma instituição sócio-assistencial.

O pouco interesse das igrejas para desenvolver atividades sociais vem de longa data. Sua motivação fundamental é a oração. As obras deixam de ser essenciais porque não são elas que levarão à salvação, mas a justificação pela fé. Afinal, conforme palavras dos principais reformadores protestantes, somente pela fé os pecados seriam perdoados. A única obra de todos os cristãos seria formar-se por meio da palavra de Deus, praticando e fortalecendo assim, a fé.

A entrada de igrejas nessa seara, isto é, na ação social, foi para atender uma demanda provocada pelo crescimento do número de pessoas carentes, entre elas, seus fiéis, que iam em busca de conforto e solução para seus problemas imediatos. Com o aumento da competitividade no campo religioso, oferecer novos serviços possibilitaria aumentar o número de fiéis, além de demonstrar respeitabilidade e adquirir legitimidade social pela preocupação com os problemas terrenos, ou melhor, sociais.

A ação sócio-assistencial é uma prática recente nas igrejas pentecostais; seu exercício se dá ao lado de expressões religiosas guiadas pela espontaneidade e pelas emoções. Basta verificarmos as justificativas de um dos pastores:

Eu trabalhei na área de libertação e os frutos que a gente conseguiu foi porque tem que aliar a libertação, a cura e a doutrinação. Se uma pessoa está tendo incorporações de espíritos malignos no corpo dela, é porque houve alguma brecha. Um sentimento contra o pai, contra a mãe. Uma desavença familiar. Uma perda significativa de bens materiais. Tem que descobrir onde é que abriu-se uma porta para os demônios, os espíritos malignos. Não adianta só você chegar e expelir aquela coisa maligna. Vai sair hoje, mas vai voltar amanhã. Nós temos agora que acompanhar a pessoa, orientá-la: 'você tem que pedir perdão para o seu

pai, para a sua mãe'. Às vezes nós vamos junto com a pessoa para fazer este acerto familiar, tampar essas brechas por onde o mal está entrando na vida dela. Ai vamos doutrinando. Isso nós chamamos de cura, este acerto todo, quando a pessoa está com o coração muito magoado. (Ig. Sagradas Missões)

Essa situação ocorre porque tais igrejas são frutos de movimentos que se fundamentaram na subjetividade de seus principais dirigentes, que exortaram todos a experimentar e proclamar sua fé em grandes êxtases de louvores e orações. Por essa razão, as justificativas para a atividade assistencial se dão em bases espirituais e não nas atividades sociais. Homens e mulheres que vivem experiências sob bases religiosas se voltam para os problemas sociais, mas o seu *habitus* religioso centraliza-se na oração e no louvor; desse modo, suas ações também se justificam em bases no sagrado, como podemos verificar na fala do pastor:

Iniciamos uns anos atrás, mas percebemos que ainda não tínhamos elementos suficientes para ocuparmos certas posições. E isto nos sobrecarregaram certas demandas e dificuldades que achamos melhor por um tempo esperar. Foi o que fizemos, mas reiniciamos. E esta atividade ganhou o nome de SANA, Sociedade Assistencial Nova Aliança, que está ligada à igreja local. Funciona como uma entidade à parte, no sentido de ter seu estatuto próprio, a sua vida própria. Mas ligada no sentido de receber ajuda e tudo aquilo que a igreja pode fazer por esta entidade [...]. Há dois anos iniciamos um trabalho de distribuição de sopão no bairro. Deus nos deu uma estratégia para alcançar aquelas vidas. Elas recebem o sopão, um pão feito em casa, nós temos um grupo de irmãs que faz isto. A multimistura. E criamos uma creche, que estamos agrupando um grupo, eu calculo que umas trinta crianças estão sendo atendidas. Por enquanto não temos a ajuda do governo. Mas, Deus não tem deixado faltar o necessário. (Com. Nova Aliança)

Romper com hábitos e concepções tão fortemente enraizados, construir e reconstruir novas formas de pensar e agir exigiria o questionamento e a superação dos próprios valores éticos e cristãos, já que haveria uma abertura e conseqüente compreensão da realidade social em que se está imerso, o que possibilita elaborar novos valores morais e espirituais.

A pouca experiência na área, e com bases espirituais, levou a grandes dificuldades para desenvolver o trabalho sócio-assistencial, motivando a desistência de alguns e ao

confronto de outros com o poder público no que diz respeito às exigências legais. Quando a instituição assistencial tem acesso aos recursos públicos, seja das esferas federal, estadual ou municipal, lhe é exigido que siga algumas determinações legais, como por exemplo, atender a quem precisar independente de credo religioso, haja vista que o recurso destinado à instituição tem como finalidade básica a qualidade e equidade no atendimento ao usuário. Todavia, constata-se que por vezes ele foi utilizado de maneira incorreta ou para outros fins que não a assistência aos que ocorrem à instituição.

Essa má aplicação dos recursos tornou-se, em algumas ocasiões, foco de conflitos entre técnicos das Secretarias de Assistência Social, como assistentes sociais entre outros, com os diretores das mesmas, já que eles não aceitaram atender às normas alegando ingerência do Estado em uma prática caritativa, não obstante receberem recurso público.

A não aceitação ou adequação às determinações estabelecidas na Lei Orgânica da Assistência Social, acarretam sanções que podem levar à suspensão do repasse de recurso, gerando duas alternativas para os seus gestores: manter a instituição com doações de voluntários ou fechá-la, visto que os gastos para sua manutenção são elevados. Verificamos essa situação quando ouvimos a justificativa dos pastores para não mais administrarem instituições assistenciais:

Hoje está um pouco diferente. Ao invés de nós termos um lugar que nos traz muitos custos e tem uma legislação muito rígida para você cumprir quando você coloca pessoas idosas para morar num determinado lugar. Então, todo o pessoal para dar assistência ali, os assistentes sociais, os enfermeiros. Isto ficava trazendo um custo muito alto e a igreja hoje entende que ela pode fazer esta mesma assistência para o velhinho sem tirar ele lá do seu convívio familiar. Nós temos hoje dezenas de pessoas idosas que a igreja assiste, mas elas não estão confinadas a um asilo. A gente faz um trabalho junto às famílias para dar condição para que esta própria família assista ao idoso lá. [...]. Não sei se a gente ainda no futuro terá uma outra investida dessa, no sentido de construir um outro asilo. Mas, no momento esta é a maneira como nós estamos dando esta assistência. A igreja dá o alimento, dá o remédio, dá condições de levar ao médico, ao fisioterapeuta. (Ig. Luz do Mundo)

Tinha 40 crianças, as verbas da prefeitura sempre foram poucas [...]. Deram um prazo para nós nos regularizarmos. As instalações estavam muito precárias.

Resolvemos a questão da cozinha, que era a mais grave. Com a despesa que nós tínhamos, a verba que a prefeitura mandava, não dava para cobrir [...].  
(Assembléia de Deus Madureira)

[...] As entidades filantrópicas só são convidadas quando tem interesse do gestor público. Quando a entidade precisa ser apoiada, ela precisa ter as metas cumpridas com a ajuda do poder público, o poder público não ajuda. A Aliança chegou a ter 40 idosos. [...] Hoje, se não existir uma inversão de valores na assistência ao idoso, à criança, dificilmente as entidades vão poder continuar [...]. O poder público tem o dever constitucional de dar conforto, de dar alimento, assistência médica, de dar estrutura básica de manutenção para a criança, para os jovens, para o idoso. Mas, o poder público não dá. Quando você vai bater na porta, acontece como a nossa entidade, em vez de você ter o apoio você tem uma intervenção, porque eles acham que você é obrigado a manter aquilo que é do poder público.  
(Com. Boas Novas)

De acordo com o pastor da Comunidade Boas Novas, que mantinha uma instituição voltada para o atendimento a idosos, os problemas que teve com o poder público foram causados por uma resistência dos técnicos do poder público em reconhecer a atividade da instituição por sua identidade religiosa: “Especialmente quando você fala que é uma entidade ligada ao setor cristão-evangélico. Você nota uma certa resistência do poder público [...]”.

A criação de uma instituição assistencial pelas igrejas baseia-se normalmente em motivações religiosas, levando o atendimento àqueles que buscam a mesma e também basear-se em critérios religiosos. O agravamento da pobreza da população de baixa renda e a sua procura por soluções sobrenaturais ou, poder-se-ia dizer, miraculosas, levam algumas igrejas que nasceram em meio a esse grupo social a responderem tanto com orações como por meio de práticas assistenciais.

Essas práticas, como pudemos perceber a partir das entrevistas com seus protagonistas, justificaram-se como tentativas de aliviar as péssimas condições de vida de homens e mulheres que procuram as igrejas em busca de ajuda espiritual e material, mas também como forma de buscar legitimidade em uma sociedade na qual a Igreja Católica detém, ainda, a hegemonia e entre seus pares, diante de conflitos que se davam entre os principais representantes das denominações religiosas.

Porém, mais uma vez valores morais e religiosos determinariam os encaminhamentos e as ações desenvolvidas nessa área, porque o essencial era transmitir uma mensagem que levasse à conversão e aceitação da doutrina da igreja, e isso provocava dificuldades, principalmente quando a assistência passou a figurar como política pública, com diretrizes e normas fundamentadas em direitos sociais que deveriam ser seguidas pelas mantenedoras das instituições assistenciais.

Quando o pastor e os fiéis da igreja decidiram fundar uma instituição assistencial e passaram a atender a população carente, não suprimiram suas emoções, nem se desfizeram de seus sentimentos e valores espirituais, suspendendo-os como se suspendesse uma roupa no cabide do armário: “acabou o trabalho assistencial, já posso vestir minhas emoções e meus valores!”. Mas, se viram diante da necessidade de separar princípios religiosos e garantia de direitos sociais no que se refere a ação assistencial institucionalizada.

Algumas procuraram adaptar-se às exigências da lei, mas ainda ancoradas fundamentalmente em princípios religiosos, vindo isso a ocasionar conflitos com técnicos do poder público, co-responsáveis na fiscalização e controle das instituições que prestam serviço assistencial.

As demais desistiram ou foram levadas a suspender o serviço (como no caso do asilo Aliança), com a alegação de que as exigências impostas pelo poder público não se justificavam diante do pequeno recurso financeiro repassado à instituição.

De qualquer modo, a presença de igrejas evangélicas pentecostais na área da assistência social ainda é incipiente. E as poucas iniciativas foram acompanhadas de dificuldades e conflitos com o poder público. A teologia e doutrina pentecostais, fundamentando a concepção de mundo e *habitus* religioso de seus membros apresentam-se como obstáculo à entrada nessa área, porquanto seria a fé em um deus poderoso e onipotente que possibilitaria a superação das dificuldades e aflições.

Proselitismo e defesa dos direitos sociais não caminham na mesma estrada (será que ao menos na mesma direção?), porque enquanto o segundo visa mudanças e melhorias sociais por meio do acesso aos recursos e serviços da comunidade sob a garantia e proteção do Estado, o primeiro fundamenta-se na idéia de que a crença e a prática religiosa é a garantia de conseguir prosperidade, saúde, emprego.

Quando os caminhos se cruzam, o conflito logo se manifesta, visto que são duas concepções distintas com poucas possibilidades de se conciliarem, não obstante alguns cursos de Teologia ligados às igrejas evangélicas atualmente estarem adotando em seus programas de disciplinas, temas como missão integral, ação social, responsabilidade social; mas não

questionando a ordem social e econômica estabelecidas, o que exigiria a ruptura com valores tão fortemente arraigados.

Por esta razão, acreditamos que as igrejas cujos líderes espirituais tenham cultivado em sua formação valores como caridade e solidariedade apresentam maior familiaridade e, portanto, maior facilidade para desenvolver um trabalho assistencial onde não haja somente predominância de um discurso e intenção religiosa, mas também maior concordância com as exigências da lei no que se refere à prática da assistência social.

Para a sociedade brasileira, marcada pela má distribuição de renda e desigualdade social, oferecer serviço assistencial de qualidade pelo poder público e/ou voluntários não é considerado prioridade, já que há a concepção de que para homens, mulheres, idosos, crianças e adolescentes que vivem abaixo da linha de pobreza, qualquer ajuda concedida é considerada suficiente. Como cidadãos sem acesso às riquezas e sem as garantias dos direitos sociais, resta-lhes depender da boa vontade e caridade dos demais cidadãos e “irmãos”, porque a fé lhes restituiria uma nova condição de vida. Nesta perspectiva, se não conseguiu vencer a pobreza o motivo estaria na fraqueza de sua personalidade e pouca vontade de melhorar.

As igrejas e seus membros têm como atividade primeira e prioritária orar e louvar a Deus. Quando decidem pôr em prática uma das virtudes teológicas - a caridade - os problemas começam a se manifestar, principalmente quando há a decisão de institucionalizá-la, ou seja, criar instituições assistenciais.

Adaptar a prática da caridade fundamentada no sagrado às determinações da lei, com base em valores terrenos, exige que os valores religiosos sejam reelaborados, exige também rever o modo de pensar e agir. Contudo, esta é uma situação que poucos estão dispostos a enfrentar. Agradecer ou culpar a um deus onipresente e poderoso pelos problemas sociais existentes aqui na terra torna-se o caminho menos trabalhoso e doloroso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando demos início à presente investigação histórica, foram as idéias preconcebidas acerca do movimento pentecostal e das igrejas pentecostais em particular que direcionaram as primeiras indagações. Igrejas freqüentadas basicamente por homens e mulheres dos grupos e classes mais empobrecidas da sociedade em busca de consolo e alívio para suas angústias e preocupações do dia-a-dia - falta de emprego, de dinheiro, de saúde. Procuramos analisar uma prática religiosa que não têm por propósito a reflexão ou o questionamento acerca da ordem social e econômica estabelecidas, como o que se observa com as manifestações religiosas que têm por fundamento a teologia da libertação.

Contudo, à medida que a pesquisa avançava, uma nova realidade ia se descortinando e possibilitava compreender que a religiosidade não se restringe somente a uma racionalidade que se constrói a partir de aspectos teológicos e sociológicos, porque, se, por um lado, a teologia pentecostal, baseada na bênção do Espírito Santo, ocupa-se da religiosidade individual, restrita ao plano sagrado, por outro, essas denominações pentecostais tornaram-se um espaço livre de limitações à experiência do emocional, isto é, a igreja tornou-se o local não só onde seria permitido e legítimo expor as emoções e angústias, na maioria das vezes, reprimidas no dia-a-dia, como os sentimentos de raiva, de impotência e passividade diante das dificuldades emocionais, financeiras, de saúde, mas também onde o crente poderia livrar-se do mal de que estivesse acometido. Se a prática religiosa não pudesse contribuir para transformar a sociedade, ao menos encheria de esperança o vazio provocado pelas aflições e medo do cotidiano.

Em uma sociedade em que os direitos essenciais, como acesso à saúde, educação de qualidade, moradia em bairros com infra-estrutura básica (esgoto sanitário, água encanada e coleta de lixo), transporte eficiente, lazer (também é um direito!), não são assegurados, resta apelar para o sagrado, porque lá existiria um deus onipresente que a todos ouviria e, de acordo com o tamanho da fé, atenderia.

O acelerado processo de urbanização no último quartel do século XX atingiu profundamente as condições objetivas e subjetivas de indivíduos e grupos, levando-os a se readequarem à nova realidade que se viram submetidos. Se nas décadas de 1970 e 1980 os movimentos sociais e as organizações populares nasceram e cresceram, nas décadas subseqüentes constatou-se que estes não eliminaram as desigualdades sociais, a miséria, a indigência e a dificuldade, para não dizer impossibilidade, de acesso aos direitos sociais

garantidos na Constituição de 1988. Ao contrário, o que se verificou foi o aumento dos problemas sociais, com o agravante de a violência urbana apresentar-se cotidianamente na porta de casa – roubos, assassinatos, tráfico de entorpecentes, arbitrariedades cometidas por policiais – seja nas metrópoles, seja nas cidades de médio e pequeno porte.

A religião seria o meio e a igreja o local onde se poderia reviver, em parte, os sentimentos tão presentes nos tempos que morava em pequenas cidades ou vilas e as relações que se estabeleciam com os vizinhos eram baseadas no respeito, na solidariedade, na amizade, na empatia. E as igrejas que ressaltassem e valorizassem a emoção e a subjetividade, como as evangélicas pentecostais, seriam aquelas que poderiam garantir a proximidade e o reviver desses sentimentos.

É nesse sentido que acreditamos que o movimento religioso não seria apenas uma resposta ao processo de secularização que se disseminou por uma sociedade que se industrializou e se urbanizou, subordinando os valores morais e princípios éticos aos interesses e às leis do mercado (onde o poder econômico sobrepõe-se às necessidades sociais) e substituindo Deus pela ciência, ou seja, pela racionalidade técnica e científica. As relações sociais passaram a ser mediadas por comportamentos e atitudes baseadas no imediato e na superficialidade das emoções e sentimentos, insensíveis e indiferentes às crianças, idosos, homens e mulheres que vivem em condições inferiores ao seu mínimo necessário para a sobrevivência, porque seriam considerados “efeitos colaterais” ou sacrifícios inevitáveis do desenvolvimento econômico.

Também não significaria esse movimento uma volta ao sagrado, situação em que as pessoas procurariam as forças do céu para encontrar alívio e explicação para as questões que as afligissem. Na verdade, o movimento religioso, e nele o movimento pentecostal, apresenta-se sob novas bases, readequando e renovando os valores tradicionais tão caros a homens e mulheres cada vez mais vulneráveis a uma economia de mercado, que provoca o enriquecimento de alguns e a pobreza para o restante.

Buscam-se relações fundadas no afeto, no desejo de ser feliz, na satisfação e no prazer, tendo a liberdade individual e a liberdade de escolha como essenciais para a conquista da felicidade no plano terreno, assim como destaca-se a importância de viver o presente, o agora, o dia-a-dia, não cabendo a necessidade ou a obrigação de dedicação e filiação a uma luta ou causa, seja ela social, política ou ambiental, porque não estaria diretamente ligada ao cotidiano e os resultados se dariam a longo prazo.

Uma espiritualidade reelaborada por meio do sentimento de que a sociedade, e nela as relações sociais, comerciais e de trabalho, não poderia ser transformada, mas reconstruída a

partir de alternativas variadas de viver e pensar as quais possibilitariam ao indivíduo compreender qual o seu lugar na família, no mundo e mesmo no universo.

Segundo esse novo modo de pensar e agir, cada pessoa escolheria a sua própria religião, a sua própria crença, desde que se adequasse aos objetivos da mesma. Tal situação fez surgir uma profusão de igrejas, cada uma procurando atender à demanda que se apresentava. Esse fenômeno religioso se espalhou e se consolidou ao longo das últimas três décadas do século XX e contradisse – ousaríamos dizer, negou – a idéia de que a secularização atingia todos os homens e mulheres de diferentes grupos e classes sociais.

Como a religião sofre, em grande medida, as conseqüências do que se opera nos campos cultural, social, econômico e político, a competição também se faria sentir na administração e operacionalização dos bens de salvação, uma vez que a disponibilidade do número de igrejas cresceu desmedidamente e os líderes perceberam a necessidade de adotar a lógica que está presente na economia de mercado, ou seja, a liberdade de escolha e a satisfação individual. Se, por um lado, a diversidade religiosa ampliou e dinamizou o campo religioso, por outro, exigiu criatividade e iniciativa de padres, pastores, missionários e demais líderes espirituais, como a utilização de variados meios para conquistar novos espaços e novos fiéis.

Nesse sentido, a atividade sócio-assistencial seria um meio para este fim, além de granjear visibilidade e legitimidade social.

O desenvolvimento econômico e tecnológico que o Brasil experimenta desde as primeiras fases de seu processo de industrialização – século XIX – não se estendeu para todos os homens e mulheres. Ao contrário, constata-se o aumento ininterrupto da pobreza nos grupos sociais mais empobrecidos e o agravamento das condições materiais e financeiras dos estratos médios da sociedade. Tal situação afeta principalmente as grandes cidades, exigindo da sociedade civil, isto é, igrejas, organizações não-governamentais, associações, cooperativas, sindicatos, estratégias para o seu enfrentamento, como campanhas de trabalho voluntário e a construção e manutenção de instituições de atendimento às famílias em situação de risco social, criança, idoso, pessoa portadora de deficiência.

Ao longo desses últimos anos testemunhamos o incentivo a ações voluntárias, baseadas em valores como reciprocidade, união e colaboração entre grupos sociais distintos, como donas-de-casa, profissionais liberais, funcionários públicos, comerciantes, comerciários. O sentimento de solidariedade possibilitaria àquele que exerce ações solidárias reconhecer o problema de quem se encontra em posição de vulnerabilidade econômica e social.

Mas, o que observamos é que essas ações provocaram, ao mesmo tempo, duas situações: ao Estado foi possibilitado diminuir seu espaço de atuação na área social, reduzindo o orçamento destinado às políticas sociais e o número de funcionários para essa área, passando para a sociedade civil a responsabilidade no atendimento à população excluída de bens materiais e serviços, não obstante a Constituição de 1988, em seu artigo 203, atribuir à assistência social, ao menos formalmente, o *status* de política social pública e impor ao Estado a responsabilidade de garantir o mínimo necessário aos excluídos de bens e serviços da comunidade; e às igrejas atribui-se o exercício da caridade, permitindo-se-lhe a divulgação da mensagem religiosa e de sua doutrina entre possíveis convertidos, e o acesso a recursos repassados pelo poder público.

Quanto ao exercício da caridade, fundado no amor, este é a essência do cristianismo; a ajuda e a atenção aos mais pobres da sociedade seria uma determinação do próprio filho de Deus e fundador do cristianismo. Quanto a divulgação da mensagem cristã, o contato que homens e mulheres em precárias condições materiais têm com a mensagem divina mostrou-lhes outros caminhos para aliviar seus problemas, ou seja, a oração, o louvor e a fé em um deus que lhes asseguraria a vitória e a mudança para uma vida melhor, tendo a igreja como orientadora nos caminhos trilhados. O problema desta ação residiria no fato de apresentar a palavra de Deus para aqueles que não gostariam ou estariam interessados em ouvi-la ou segui-la, consistindo seu interesse apenas em receber a doação material ou o serviço ofertado.

Associar assistência material e proselitismo tornou-se um meio para se aproximar de indivíduos e famílias com dificuldades materiais. Se, por um lado, constatamos que os princípios altruístas orientam, na maioria das vezes, os trabalhos solidários junto às pessoas e famílias empobrecidas – é bem verdade que aquele que tem menos é levado a sujeitar-se à vontade e disponibilidade de quem tem mais; por outro lado, verificamos que demonstrar preocupação e sensibilidade com os problemas sociais permite conquistar visibilidade e reconhecimento social perante a comunidade dos não-fieis, por mostrar-lhes uma igreja envolvida com as questões que explodem ao redor (e no interior) do templo, e para o poder público, que poderia financiar, com recursos, as práticas assistenciais.

Todavia, essas ações não se mostram de fácil execução, porque quando são realizadas em instituições assistenciais legalmente constituídas exigem planejamento, gerenciamento, critérios técnicos de atendimento entre outros aspectos administrativos. E é por isso que se observa que os dirigentes religiosos provenientes de igrejas que têm tradição na área social – porque é uma atividade prevista e incentivada por sua doutrina - conseguem atender, mesmo que minimamente, às exigências legais.

Aqueles que não conseguem ou põem resistência às normas legais, desistem e voltam sua atenção exclusivamente para as necessidades materiais e espirituais de seus membros.

A centralidade da prática da caridade segundo princípios cristãos de amor ao próximo é inerente à religião, e, portanto, não haveria razões de ordem legal para o poder público intervir nessa ação. Contudo, quando essa prática se institucionaliza e há o repasse de recurso público, justifica-se a fiscalização por parte do Estado.

Por fim, gostaríamos de, mais uma vez, destacar que o movimento evangélico pentecostal é um interessante campo de investigação histórica, porque permite aos historiadores interpretar os condicionantes deste fenômeno religioso cujas origens remontam a apenas algumas décadas. Mas, o grande desafio que se apresenta é a construção de um saber histórico acerca desse fenômeno, visto que temos de buscar na Sociologia e Antropologia os conceitos teóricos para compreender e interpretar este acontecimento que possui características e causas particulares, mas que, ao ser interpretado pelo historiador, adquire contornos inesperados, porque descortina uma nova realidade, um novo presente.

É nesse sentido que, com a investigação realizada, esperamos ter contribuído para a construção de um saber histórico acerca das igrejas pentecostais.

# REFERÊNCIAS

## FONTES

### 1. Escrita:

1.1 Livros de atas do Conselho de Pastores Evangélicos de Londrina.

Período: 12 de fevereiro de 1944 a 30 de maio de 1973.

1.2 Orçamentos da Prefeitura do Município de Londrina:

1.2.1 LONDRINA, Prefeitura. Secretaria de Bem-Estar Social. Orçamento. Londrina, anos: 1970 a 1973.

1.2.2 LONDRINA, Prefeitura. Secretaria de Saúde e Promoção Social. Orçamento. Londrina, anos: 1974 a 1989.

1.3 LONDRINA, Prefeitura. Secretaria de Fazenda. Listagem das Entidades Assistenciais de Londrina, anos: 1970 a 2004.

1.4 Publicações próprias das igrejas:

1.4.1 Congregação Cristã no Brasil. São Paulo: Gráfica e Editora Augusto Ltda, 2002.

1.4.2 DAMETO, A. S. *Da tenda ao templo*. Londrina: Abragráfica, 2003.

1.4.3 Fundação Reviver Refúgio, vida verdadeira. *IDE*. São Paulo - Publicação Oficial da Igreja Pentecostal Deus é Amor, nº 1, p.41-46, dezembro de 1999.

1.4.4 GONSALVEZ, M. Como começou Londrina. In: *Alerta* - Órgão da Igreja Evangélica Assembléia de Deus de Londrina. Londrina, jun. 1995.

1.4.5 História da Fundação. *IDE*. São Paulo - Publicação Oficial da Igreja Pentecostal Deus é Amor, nº 4, p.39 e p.41, junho de 2001.

- 1.4.6 Igreja Evangélica Sagradas Missões de Londrina. *Histórico de Fundação*. Londrina, 1992.
- 1.4.7 Igreja Pentecostal Deus é Amor. *Doutrina Bíblica para os dias de hoje*. São Paulo, 1962.
- 1.4.8 PINHO, C. J. *Palavras vivas*. Gráfica ABA: Londrina, 2005.
- 1.4.9 SANA – Sociedade Assistencial Nova Aliança. *Boletim Informativo da Comunidade Nova Aliança*, São Paulo, nº 57, agosto de 2004.
- 1.4.10 SOUZA, Z. M. *História da Assembléia de Deus em Londrina: 40 anos*. Londrina, 1999.

## **2. Oral:**

### 2.1 Entrevistas com os pastores das igrejas:

- 2.1.1 Pastor da Igreja Comunidade Boas Novas, entrevista concedida em 13 de outubro de 2005.
- 2.1.2 Pastor da Igreja Assembléia de Deus – Ministério de Madureira, entrevista concedida em 04 de outubro de 2005.
- 2.1.3 Pastor da Igreja Missões Mundiais do Brasil, entrevista concedida em 10 de junho de 2006.
- 2.1.4 Pastor da Igreja Missionária, entrevista concedida em 12 de junho de 2006.
- 2.1.5 Pastor da Igreja Casa de Oração para todos os povos – Ministério Sagradas Missões, entrevista concedida em 30 de junho de 2006.
- 2.1.6 Pastor da Igreja Assembléia de Deus, entrevista concedida em 20 de julho de 2006.
- 2.1.7 Pastor da Igreja Luz do Mundo, entrevista concedida em 16 de março de 2007.
- 2.1.8 Pastor da Igreja Comunidade Nova Aliança, entrevista concedida em 26 de setembro de 2007.
- 2.2 Entrevista com o presidente do Conselho de Pastores, concedida em 06 de outubro de 2005.

2.3 Entrevista com a co-fundadora da instituição assistencial Lar Esperança, concedida em 03 de julho de 2006.

2.4 Entrevista com os sobrinhos do pastor-fundador em Londrina da Igreja Assembléia de Deus – Ministério de Madureira, concedida em 27 de agosto de 2007.

### **3. Fonte elaborada na pesquisa de campo a partir da observação participante:**

3.1 Culto da Igreja Comunidade Boas Novas, em 18 de março de 2007.

3.2 Culto da Igreja Comunidade Nova Aliança, em 25 de março de 2007.

3.3 Culto da Igreja Assembléia de Deus, em 31 de março de 2007.

3.4 Culto da Igreja Casa de Oração para todos os povos – Ministério Sagradas Missões, em 01 de abril de 2007.

3.5 Culto da Igreja Missões Mundiais, em 15 de abril de 2007.

3.6 Culto da Igreja Comunidade Nova Aliança, em 22 de abril de 2007.

3.7 Culto da Igreja Assembléia de Deus – Ministério de Madureira, em 06 de maio de 2007.

3.8 Culto da Igreja Luz do Mundo, em 10 de junho de 2007.

3.9 Culto da Igreja Assembléia de Deus – Ministério de Madureira, em 05 de agosto de 2007.

3.10 Culto da Igreja Missionária, em 19 de agosto de 2007.

3.11 Culto da Igreja Comunidade Boas Novas, em 09 de setembro de 2007.

3.12 Culto da Igreja Luz do Mundo, em 16 de setembro de 2007.

3.11 Culto da Igreja Comunidade Boas Novas, em 19 de setembro de 2007.

3.13 Culto da Igreja Assembléia de Deus, em 23 de setembro de 2007.

3.14 Culto da Igreja Casa de Oração para todos os povos – Ministério Sagradas Missões, em 14 de outubro de 2007.

## LIVROS E PERIÓDICOS

ABRANCHES, S. H.; SANTOS, W. G.; COIMBRA, M. C. *Política social e combate à pobreza*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

ADUM, S. M. S. *Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina: 1930 - 1960*. 1991. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo.

ALVES, J. M. *História da Assistência Social aos Pobres em Londrina: 1940-1980*. 2002. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo, 2002.

ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984)*. 3ª ed. Petrópolis Vozes, 1985.

ARIAS NETO, J. M. *O eldorado: Londrina e o Norte do Paraná: 1935 - 1975*. 1993. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo.

ASARI, A. Y.; TUMA, M. M. *Aspectos históricos, físicos, econômicos e institucionais do Município de Londrina*. Londrina: Secretaria Municipal de Educação, 1978. Documento-Consulta.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATALHA, C. *O movimento operário na Primeira República*. Rio Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. (Coleção Descobrimdo o Brasil)

BATISTA FILHO, J. *O Projeto Cura no Parque Guanabara – uma Política-Programa de renovação urbana em Londrina*. 1985. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

BERGER, P.L. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulus, 1985.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

\_\_\_\_\_ Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.) *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ed. Ática, 1983. p. 46-81.

\_\_\_\_\_ *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituição](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição)>. Acesso em 22 fev. 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1995.

BRASIL. *Lei Orgânica da Assistência Social*, nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Brasília: Senado Federal, 1993.

CALVINO, J. *Institución de la religión cristiana*. Buenos Aires: Nueva Creación, 1967.

- CAMPOS, B. L. Na força do Espírito: Pentecostalismo, teologia e ética social. In: GUTIERREZ, B. F.; CAMPOS, S. L. *Na força do Espírito: os pentecostais na América Latina: um desafio às igrejas históricas*. São Paulo: Associação Evangélica Literária Pendão Real, 1996. p. 49-61.
- CAMPOS, L. S. Protestantismo histórico e pentecostalismo no Brasil: aproximações e conflitos. In: GUTIERREZ, B. F.; CAMPOS, S. L. *Na força do Espírito: os pentecostais na América Latina: um desafio às igrejas históricas*. São Paulo: Associação Evangélica Literária Pendão Real, 1996. p. 77-120.
- CAMPOS, L. Pentecostalismo, conversão e construção de laços sociais no Brasil. *Estudos de Religião*. São Bernardo do Campo, v. 16, nº 22, jun. 2002. p. 85-109.
- CAMPOS JÚNIOR, L. de C. Pentecostalismo e ética. *Simpósio*. Vol. 8, nº 38. São Paulo: ASTE, julho de 1995. p. 201-205
- CANCIAN, N. A. *Cafeicultura paranaense: 1900-1970 – Estudo de conjunturas*. 1977. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CÉSAR, W.; SHAULL, R. *Pentecostalismo e futuro das igrejas cristãs: promessas e desafios*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CESÁRIO, A. C. C. *Industrialização e Pequenos empresários em Londrina*. Curitiba: Grafipar em co-edição com a Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.
- CESÁRIO, A. C. C. Norte Novo - a expansão da fronteira e seu conteúdo simbólico. In: PAZ, F. M. *Cenários de economia e política*. Curitiba: Prephacio, 1991.
- CORTEN, A. *Os pobres e o Espírito Santo: o pentecostalismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- COSTA, H. M. P. Pietismo: um desafio à piedade e à teologia. *Fides Reformata*, São Paulo, v. IV, nº 1, p. 5-26, São Paulo, 1999.
- DENOMINAÇÕES. SCHLESINGER, H.; PORTO, H. *Dicionário Enciclopédico das Religiões*. Petrópolis: Vozes, 1995. Vol. I.
- DATA. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2001.
- DINIZ, Rita de Cássia Damil. *A problemática da assistência na sociedade visigoda nos séculos VI e VII: um estudo comparativo dos modelos assistenciais masoniano e isidoriano*. 2004. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- ELIADE, MIRCEA. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ELIZONDO, V. Cura pentecostal e libertação: resposta da teologia da libertação. *Concilium/265 - Ecumenismo*, Petrópolis, p. 63-69, 1996/3.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1977.

- FEBRVE, L. *Martinho Lutero: um destino*. Lisboa: Bertrand, 1976.
- FERREIRA, F. O movimento puritano e João Calvino. *Fides Reformata*, São Paulo, v. IV, nº 1, p. 27-39, 1999.
- FISCHER, J. H. *Mudança para o futuro*. Curitiba: Encontrão Editora; São Bernardo do Campo: Inst. Ecum. Pós-Graduação em Ciências da Religião, 1996. (Introdução).
- FRESTON, P. Breve história do pentecostalismo brasileiro. ANTONIAZZI, A. et al. *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p.67-159.
- GADAMER, H. G; FRUCHON, P. *O problema da consciência histórica*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003.
- GAVETTI, N. *A dignidade política administrativa*. Londrina: Cotação, 1998.
- GUSMÃO, R. A ideologia da solidariedade. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, nº 62, p. 93-112, 2000.
- HANS, J. C. *História do culto protestante no Brasil*. São Paulo: ASTE, 1989.
- HASEL, G. F. O dom de línguas em I Coríntios 12-14. *Parousia*. São Paulo, ano 1, nº 1, p. 19-49, set. 2000.
- HOBBSAWM, E. J. *A era das revoluções 1789-1848*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- HAYDEN, W. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994.
- HOUTART, F. *Mercado e religião*. São Paulo: Cortez, 2003.
- IAMAMOTO, M., CARVALHO, R. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 7 ed. São Paulo: Cortez-Celats, 1990.
- JOHNS, C. B. Cura e libertação – perspectiva pentecostal. *Concilium/265 – Ecumenismo*, Petrópolis, p. 55-62, 1996/3.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.
- LOZANO, J. E. A. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. *Usos & abusos da história oral*. 8 ed. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2006. p. 15-25.
- LUTERO, M. *Da liberdade do Cristão (1520): prefácio à Bíblia*. São Paulo, 1998.
- \_\_\_\_\_ *Obras selecionadas*. Porto Alegre: Ed. Concórdia/Sinodal, 1987. Vol. 1.
- MACCHIA, F. D. Línguas e profecia – perspectiva pentecostal. *Concilium/265 – Ecumenismo*, Petrópolis, p. 79-86, 1996/3.
- MAGALHÃES, A.C.M. O Espírito Santo como tema central da teologia: conflitos, perspectivas, desafios. *Via Teológica*, Curitiba, nº 2, p. 67-102, dez. de 2000.

MARIANO, R. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.

MENDONÇA, A.G. Sindicato de mágicos: pentecostalismo e cura divina (desafio histórico para as igrejas). *Revista de Estudos de Religião*, São Bernardo de Campo, nº 8, p. 49-83, 1992.

\_\_\_\_\_. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE, 1995.

\_\_\_\_\_. *Protestantes, pentecostais e ecumênicos: o campo religioso e seus personagens*. São Bernardo do Campo: UMESP, 1997.

MENDONÇA, S. R.; FONTES, V. M. *História do Brasil recente: 1964 - 1992*. 4 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1996.

MESTRINER, M. L. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo: Cortez, 2001.

MOLLAT, M. *Os pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989.

MOLTMANN-WENDEL, E. Espírito e corpo: resposta feminista. *Concilium/265* –: Ecumenismo, Petrópolis, p. 70-78, 1996/3.

MONTEIRO, Claudia Regina Tenório. *As representações da pobreza e práticas de assistência entre pentecostais: o caso da Assembléia de Deus*. 1999. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

NETTO, J.P. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, I (Org.). *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999. p.75-89.

OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *CEBRAP*, São Paulo, nº 1, 1976.

ORO, Ari Pedro. *Avanço pentecostal e reação católica*. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORTEGA, O. Ecumenismo do Espírito Santo. In: *Na força do Espírito: os pentecostais na América Latina: um desafio às igrejas históricas*. São Paulo: Associação Evangélica Literária Pendão Real, 1996. p. 231-244.

PADILLA, R. *Missão integral: ensaios sobre o Reino e a igreja*. São Paulo: Fraternidade Teológica Latinoamericana – Setor Brasil e Temática Publicações, 1992.

PAIVA, A. R. *Católico, protestante, cidadão: uma comparação entre Brasil e Estados Unidos*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

Pacto de Lausanne. Lausanne, Suíça, 1974.

PROENÇA, W. de L. Múltiplos pastoreios: trajetórias e impactos de novas expressões evangélicas na cidade de Londrina. In: MUZIO, R. R. (Org.). *Revolução silenciosa II*. Brasília: Ed. Palavra, 2006. p. 35-61.

QUIJANO, G. Del S. Algunos aspectos de la caridad asistencial altomedieval. Los primeros hospitales de la ciudad de Leon. *Stvdia Histórica*, Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, v. III, nº 2, p. 157-171, 1985.

ROLIM, Rivail Carvalho. *O policiamento e a ordem: repressão e violência - Londrina 1948 - 1962*. 1996. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de História, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1996.

SEPÚLVEDA, J. Nascido de novo: batismo e espírito – perspectiva pentecostal. *Concilium/265 – Ecumenismo*, Petrópolis, p. 122-128, 1996/3.

SILVA, C. N. *Poder público municipal e Sociedade de São Vicente de Paulo: dois modelos de atuação na área da assistência social em Londrina: 1964 – 1988*. 1999. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de História, Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo.

\_\_\_\_\_. Serviço Social, caridade e política de assistência social: aproximações e divergências. *Praia Vermelha: Estudos de política e teoria social*, Rio de Janeiro, nº12, p.202-224, 2005.

\_\_\_\_\_. Igreja Católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. *Sociologias*, Porto Alegre, nº15, p. 326-351, jan/jun 2006.

SILVA, L.R. da. Algumas considerações acerca do poder episcopal nos centros urbanos hispânicos – século V ao VII. *História: Questões & Debates*, Curitiba, nº 37, p. 67-84, jul./dez. 2002.

SHIMBA, O.Y.; UREN, F.H.R. *Londrina, Cidade-Cenário*. Londrina: Midiograf, 2000.

SOARES, L.T. *O desastre social*. Rio de Janeiro: Record, 2003. (Coleção Os Porquês da Desordem Mundial)

SPOSATI, A. et al. *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1986.

SPOSATI, A. *Vida urbana e gestão da pobreza*. São Paulo: Cortez, 1988.

SPOSATI, A., FALCÃO, M. C., FLEURY, S. M. T. *Os Direitos (dos desassistidos) sociais*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SPOSATI, A (coord.). *A assistência social no Brasil 1983 – 1990*. São Paulo: Cortez, 1991.

VIANNA, M. L. A. A emergente temática da política social na bibliografia brasileira. *BIB*, v. 28, p. 3-41, 1989.

VIEIRA, E. Estado e miséria social no Brasil: de Getúlio a Geisel. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1987.

VILAR, P. A transição do feudalismo ao capitalismo. In: SANTIAGO, T (Org.). *Do feudalismo ao capitalismo: uma discussão histórica*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2000 (Coleção Textos e Documentos; 2). p. 37-49

WEBER, MAX. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, G. (Org.). *WEBER*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1986. p. 128-141.

\_\_\_\_\_. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. 2. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 4 ed. Vol. 1. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2004.

WULFHORST, I. O pentecostalismo no Brasil. *Estudos teológicos*, São Leopoldo, nº 1, p. 7-20, 1995.

YAZBEK, M.C. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. A política social brasileira nos anos 90: refilantropização da questão social. *Cadernos do CEAS*. Salvador, nº 164, p. 37-51, jul/ago 1996.

## SITES

<http://www.infobrasil.org.br>. Acesso em 02 de agosto 2004.

[www.brasil2010.org](http://www.brasil2010.org). Acesso em 02 de agosto de 2004.

<http://www.sepal.org.br>. Acesso em 03 de agosto de 2004.

<http://www.ibge.gov.br>. Censo Demográfico 2000. Acesso em março de 2004.

[www.assembleiadedeuslondrina.com.br](http://www.assembleiadedeuslondrina.com.br). Acesso em 06 de junho de 2005.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BIÉLER, A. *O humanismo social de Calvino*. São Paulo: Ed. Oikoumene, 1970.

BITTENCOURT FILHO, J. Remédio Amargo. In: ANTONIAZZI, A. (Org.). *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 24-33.

- BONI, L. A. de. *Escritos seletos de Martinho Lutero, Tomás Müntzer e João Calvino*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CAMPOS, H.C. Crescimento de igreja: com reforma ou com reavivamento? *Fides Reformata*, São Paulo, v. I, nº 1, p. 34-47, jan/jun 1996.
- CAMPOS, L.S. *Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal*. São Paulo, Vozes/Simpósio/UMESP, 1997.
- CARNEIRO, C.B.L. Concepções sobre pobreza. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano XXVI, nº 84, p. 66-90, 2005.
- CHARTIER, R. A visão do historiador modernista. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. *Usos e abusos da História Oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 215-218.
- LÉONARD, E. *O protestantismo brasileiro*. São Paulo: ASTE, 1963.
- GEERTZ, C. A religião como sistema cultural. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar ed. 1978. p. 101-142.
- GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- JACOBI, P. R. Movimentos sociais urbanos numa época de transição: limites e potencialidades. In: *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987. p. 11-23.
- LIMA, A.M.L. A descentralização, o ambiente e as mudanças organizacionais da política de assistência social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano XXIV, nº 73, p. 23-45, mar. 2003.
- MAFRA, C. *Os evangélicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.
- MARTELLI, S. *A religião na sociedade pós-moderna: entre secularização e dessecularização*. São Paulo, Paulinas, 1995.
- PASSERINI, L. A 'lacuna' do presente. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. *Usos e abusos da História Oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 211-214.
- RAICHELIS, R. Gestão pública e cidade – notas sobre a questão social em São Paulo. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano XXVIII, nº 90, p. 5-34, jun. 2007.
- SANCHIS, P. O repto pentecostal à cultura católico-brasileira. In: ANTONIAZZI, A. *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 34-63.
- SEPÚLVEDA, J. Características teológicas de um pentecostalismo autóctone: o caso chileno. In: GUTIERREZ, B. F.; CAMPOS, S. L. *Na força do Espírito: os pentecostais na América Latina: um desafio às igrejas históricas*. São Paulo: Associação Evangélica Literária Pendão Real, 1996. p. 63-75.

SPENER, P.J. *Pia Desideria*. São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, 1996.

SPOSATI, A. Desafios para fazer avançar a política de assistência social no Brasil. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano XXII, nº68, p.54-82, nov. 2001.

\_\_\_\_\_ Especificidade e intersetorialidade da política de assistência social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano XXV, nº 77, p. 30-53, mar. 2004.

SUNG, M. J. *Desejo, mercado e religião*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

WEBER, M. Rejeições religiosas do mundo e suas direções. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

YASBEK, M. C. As ambigüidades da assistência social brasileira após dez anos de LOAS. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano XXV, nº 77, p. 5-29, mar. 2004.

ZÉTOLA, B. M. Da Antigüidade ao medievo: o cristianismo e a elaboração de um novo modelo caritativo. *Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, v. 7, nº 1, p. 131-154, 2005.